

UM PROGRAMA E SUAS PRÁTICAS JUVENIS: SOCIABILIDADES,
TRAJETÓRIAS DE VIDA E ITINERÁRIOS DE JOVENS DE
PERIFERIAS

CARINE LAVRADOR DE FARIAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
ABRIL DE 2019

UM PROGRAMA E SUAS PRÁTICAS JUVENIS: SOCIABILIDADES,
TRAJETÓRIAS DE VIDA E ITINERÁRIOS DE JOVENS DE
PERIFERIAS

CARINE LAVRADOR DE FARIAS

“Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Doutora em Sociologia Política”.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Caterine Reginensi.

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

ABRIL DE 2019

UM PROGRAMA E SUAS PRÁTICAS JUVENIS: SOCIABILIDADES,
TRAJETÓRIAS DE VIDA E ITINERÁRIOS DE JOVENS DE
PERIFERIAS

CARINE LAVRADOR DE FARIAS

“Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Doutora em Sociologia Política”.

Aprovada em 26 de abril 2019.

Comissão Examinadora:

Ana Carla de Oliveira Pinheiro, D.Sc. (externo)

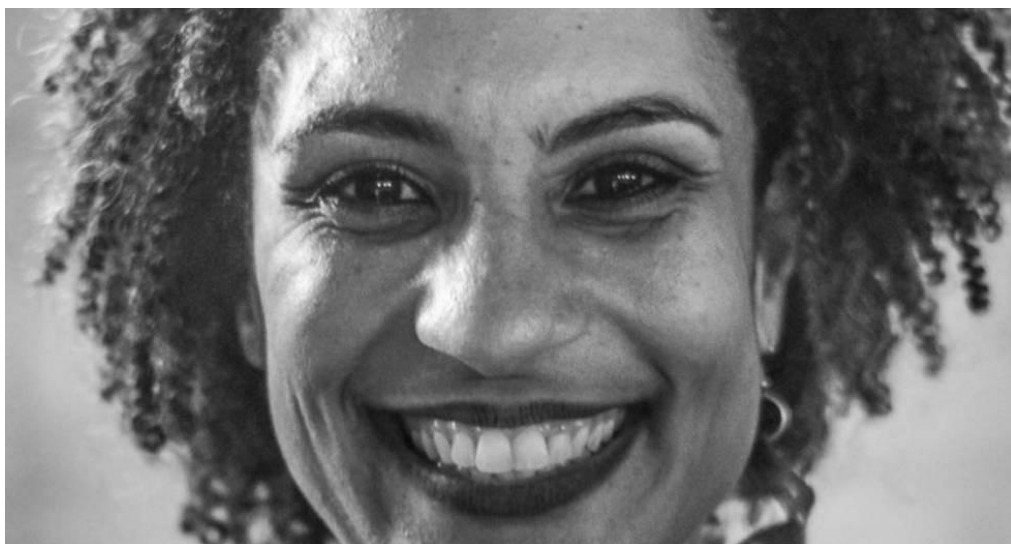
Wania Amelia Belchior Mesquita, D.Sc. (UENF)

Elaine Magalhães Costa Fernandez, D.Sc. (externo)

Soraya Silveira Simões, D.Sc. (externo)

Odile Elise Augusta Reginensi, D.Sc. (UENF)

EPÍGRAFE



“As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas” (Marielle Franco).

DEDICATÓRIA

Aos meus sobrinhos e afilhados:
Antônio Lucca de Farias Tavares
Leonan de Farias Tavares
Natan Pinto Amaral

AGRADECIMENTOS

A Deus, por acompanhar-me nesta caminhada da vida e na realização deste sonho;

Aos meus pais, Denise Lavrador e Carlos Emiliano, por acreditarem em mim, pela paciência e por todo o incentivo e compreensão;

À minha irmã e meu cunhado, Bruna Lavrador e Leonan Tavares, que me deram os dois presentes – Leonan e Antônio, durante estes quatro anos de doutorado;

Aos meus sobrinhos e afilhado – Leonan, Antônio e Natan, por todo o carinho, sobretudo por entenderem a minha ausência;

Ao Rodrigo Lopes, por ouvir e acompanhar minhas lamentações e angústias, também por alegrar-me, por incentivar-me, e fazer desses quatro anos, um doutorado mais leve e nos tornarmos ainda mais parceiros;

Às minhas amigas de turma do doutorado, em especial, à Marusa Silva, à Naiana Bertoli e à Catarina Souza, por termos caminhado unidas. Nossa parceria foi essencial!

À colega Ana Carla de Oliveira Pinheiro, pelo carinho e por ter aceitado prontamente o convite para participar da banca;

Às amigas, Kíssila Neves e Natalia Silveira, que foram fundamentais durante todo esse processo. Foi com vocês que eu dividi todas as minhas angústias, emoções, vitórias, confidências e que estiveram comigo, apoiando-me do começo ao fim;

Ao amigo Diego Carvalhar e às amigas, Ana Lucia do Nascimento, Evelyn de Almeida, Vânia Fernandes, Lara Pessin e Juliana Ywasaki, pela amizade, disponibilidade e carinho durante esta jornada;

À amiga e futura arquiteta, Gabriela Faial, pela atenção e por ter elaborado a cartografia de todos os itinerários apresentados nesta tese;

Aos meus colegas de trabalho do Pré-vestibular Social Teorema da UENF, pela parceria e incentivos, em especial ao Paulo Cesar dos Santos;

Aos meus alunos, aos amigos de trabalho e às diretoras, Bárbara, Edilma e Karla, da Escola Estadual Visconde do Rio Branco, que sempre me incentivaram e acreditaram no diálogo entre a escola e a UENF;

À Tamillys Lírio e ao Lebron Victor, pela disponibilidade para os encontros, pela

atenção e dedicação de vocês com os jovens de periferias de Campos dos Goytacazes;

À minha orientadora, Caterine Reginensi, uma pessoa que se tornou amiga e muito querida, obrigada por me receber com tanto carinho e dedicação. Nossa parceria e sua orientação foram excepcionais;

À professora e ex-orientadora, Márcia Leitão Pinheiro. Nossa parceria começou em 2007 e assim seguirá por muitos anos. A você eu devo muito do que aprendi ao longo da minha vida acadêmica;

À professora, Wania Amélia Belchior Mesquita, pela dedicação à coordenação do PPGSP. A generosidade e a preocupação são recíprocas;

Às professoras, Soraya Silveira Simões e Elaine Magalhães Costa Fernandez, pelo carinho e por aceitarem o convite de participarem da banca;

À CAPES e à FAPERJ, por investirem e financiarem a minha pesquisa;

Aos professores do PPGSP, em especial a Mauro Campos, e a todos os profissionais que de forma direta e/ou indireta contribuíram e acompanharam-me ao longo desses anos;

E à UENF, por me permitir viver as melhores experiências e os melhores treze anos da minha vida! Muito obrigada!

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Localização básica dos lugares citados. Elaboração própria com o auxílio do Google.....	20
Figura 3 Distância entre a escola e a praça da favela Tira Gosto. Elaboração própria com o auxílio do Google Maps.....	25
Figura 4 Fundação Municipal da Infância e Juventude (FMIJ). Acervo pessoal.....	72
Figura 5 Encerramento do Programa. Imagem pública retirada da página do facebook do JPP.	90
Figura 6 Os cargos do JPP e suas funções. Organograma elaborado pela autora.	92
Figura 7 Quadro de atividades dos jovens do JPP. Retirado do programa base, com autorização dos coordenadores do programa.	93
Figura 9 Reunião externa entre os polos. Imagem pública. Fotografia retirada da página do Facebook do JPP.	111
Figura 10 Os três lugares selecionados. Elaboração própria com o auxílio do Google Earth.....	118
Figura 11 Praça da República. Imagem pública retirada da página do Facebook do JPP. ...	119
Figura 12 Parque Alberto Sampaio. Imagem pública retirada da página do Facebook do JPP.....	120
Figura 13 A praça faz parte da cidade. Acervo pessoal.	121
Figura 14 Manifestação na Praça São Salvador. Imagem pública retirada da página do Facebook do JPP.	124
Figura 15 O Jardim São Benedito e as atividades do JPP. Imagem pública retirada da página do Facebook do JPP.	128
Figura 16 Reunião no Jardim São Benedito. Imagem pública retirada da página do Facebook do JPP.....	131
Figura 17 O Shopping Boulevard e seu entorno. Elaboração própria com o auxílio do Google Earth.	132
Figura 18 Conjunto Habitacional Matadouro, mais conhecido como "Portelinha", hoje. Fotografia retirada do Google Maps.....	148
Figura 19 Avenida principal e o mercadinho. Acervo pessoal.	149
Figura 20 Cartografia do itinerário com a Cassia.....	150
Figura 21 Centro comunitário do Matadouro. Acervo pessoal.....	153
Figura 22 Teatro Municipal Procópio Ferreira. Acervo pessoal.....	155
Figura 23 Avenida percorrida até o ponto de ônibus.....	156

Figura 24 Cartografia do itinerário com a Juliana.	158
Figura 25 A procura do melhor ângulo para registrar o Teatro de Bolso. Acervo pessoal....	159
Figura 26 Entre a igreja e o ponto de ônibus. Acervo pessoal.	161
Figura 27 Cartografia do itinerário com a Renata.	163
Figura 28 Ponto de ônibus (terminal rodoviário). Acervo pessoal.....	164
Figura 29 Caminho ao supermercado frequentado por Karol. Acervo pessoal.	167
Figura 30 Cartografia do itinerário com a Karol.....	168
Figura 31 Rua da casa da Karol. Acervo pessoal.....	169
Figura 32 Faculdade Estácio de Sá. Momento em que era finalizado o percurso do itinerário com Karol. Acervo pessoal.	171
Figura 33 Caminhada pelo Calçadão de Goytacazes. Acervo pessoal.....	172
Figura 34 Cartografia do itinerário com a Carla.	174
Figura 35 Loja onde Carla trabalha. Acervo pessoal.....	175
Figura 36 Cartografia do itinerário com o Breno.	179
Figura 37 Caminhada pela Avenida Rui Barbosa em direção a alguma entrada que dê acesso à favela Tira Gosto. Acervo pessoal.....	181
Figura 38 O Beco da Morte. Acervo pessoal.....	183
Figura 39 Entrada da casa da avó de Breno. Acervo pessoal.....	184

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAMEP - Associação Cândido Mendes de Ensino e Pesquisa.

ADA – Amigo dos Amigos.

ABONG - Associação Brasileira de ONGs.

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

CAT - Central Autônoma dos Trabalhadores.

CIEPS – Centros Integrados de Educação Pública.

CMJ – Conselho Municipal da Juventude.

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.

CUFA - Central Única das Favelas.

CV – Comando Vermelho.

DCA - Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica.

FASFIL - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos.

FDC – Faculdade de Direito de Campos dos Goytacazes.

FMC – Faculdade de Medicina de Campos dos Goytacazes.

FMIJ – Fundação Municipal de Infância e da Juventude.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IFF – Instituto Federal Fluminense.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

ISP - Instituto de Segurança Pública.

IVJ - Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência.

JPP – Jovens pela Paz.

NAU – Núcleo de Antropologia Urbana.

ONG NBR – Organização Não Governamental Nação Basquete de Rua.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

PMCG - Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

PRODERJ - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro.

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

PROTEJO - Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável.
PROUNI – Programa Universidade para todos.
SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação.
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
SINE - Sistema Nacional de Emprego.
SNJ - Secretaria Nacional de Juventude.
SUAS - Sistema Único da Assistência Social.
SUS (SIM/DATASUS/MS) - Sistema Único de Saúde.
TCA – Terceiro Comando dos Amigos.
TCE - Tribunal de Contas do Estado.
TCP – Terceiro Comando Puro.
TG – Tira Gosto.
UCAM – Universidade Cândido Mendes.
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.
UFF – Universidade Federal Fluminense.
UNIFLU – Centro Universitário Fluminense.

Sumário

RESUMO	XIV
ABSTRACT	XV
INTRODUÇÃO	16
Campos dos Goytacazes: a cidade vista como o lugar do antagonismo e efervescência... ..	19
A experiência nas escolas como ponto de partida: você pertence a um projeto social?.....	23
A entrada no campo, os percursos e intercessões.....	28
CAPÍTULO I. Discussão Teórico-Methodológica	34
Memórias, identidade e estratégias de viver um cotidiano inseguro.....	42
Reflexões sobre o local de moradia como operador classificatório.	45
Relações de sociabilidade, circuitos, espaços de usos públicos e a cidade.....	49
A dimensão espacial das desigualdades: Vulnerabilidades, Educação e Estado, Cidadania e Políticas Públicas de Juventude.	56
CAPÍTULO II. O Programa - Jovens pela Paz (JPP)	63
Projetos sociais.....	64
Como o município propõe-se a lidar com a questão da juventude a partir de projetos desenvolvidos.	70
Sua implantação em âmbito estadual: uma breve caracterização do programa investigado.	76
Institucionalização do JPP em Campos dos Goytacazes e o papel da ONG NBR no desenvolvimento da política.....	80
CAPÍTULO III: Reformulação em âmbito municipal: A descrição, os agentes participantes na formulação e execução, além dos objetivos do JPP	86
O funcionamento do programa.	98
Seleção dos jovens para compor o quadro de entrevistas.	99
O JPP do ponto de vista dos jovens.	104
O uso do colete: uma representação em disputa.	108
Representação.	108
Limpeza moral.....	109
Circulação.....	111
CAPÍTULO IV. A etnografia dos jovens envolvidos no Programa: o JPP como “passaporte” dos jovens aos espaços da cidade	115
O contexto sócio/espacial e os microespaços que os jovens apropriam.	116
A Praça São (do Santíssimo) Salvador: o banquinho e o trabalho de campo.	121
O Jardim São Benedito: lugar de identidade da cidade.....	128
O <i>Shopping Boulevard</i> : “tudo depende do tom da sua pele e de como você vai vestido”. .	131

O papel da escola: refúgio dos jovens de periferia, práticas espaciais e a questão da juventude.....	136
CAPÍTULO V. Mapeamento das trajetórias dos indivíduos e cartografia dos itinerários.....	139
Itinerários: alguns olhares etnográficos.....	140
Cartografias: relatos, percursos e imagens.....	144
O referencial espacial de Cassia: os trajetos, a moradia na Portelinha e a favela Matadouro	147
O referencial espacial de Juliana: a <i>mancha</i> e a Praça São Salvador como um lugar de encontros, de lazer e também de passagem.	154
O referencial espacial de Renata: a rotina na igreja Universal, o <i>pedaço</i> e o centro da cidade.....	160
O referencial espacial de Karol: os locais de moradia - Novo Jockey X Jardim Carioca. ...	166
O Referencial espacial de Carla: o calçadão de Goitacazes como lugar vivido e praticado.....	172
O Referencial espacial de Breno: a rua, a violência e a favela Tira Gosto... ..	178
CAPÍTULO VI: A análise das cartografias: “antes de entrar pro JPP, não tinha noção do tamanho da mudança que poderia fazer comigo mesma”.....	186
Experiências da juventude: os “espaços” e os “trajetos” juvenis na cidade de Campos dos Goytacazes.....	186
Socialização e sociabilidade comunitária: a identificação com os seus espaços (a casa, a rua e o trabalho).	189
Acesso à cidade, circulação e apropriação do espaço.....	197
Lazer e entretenimento.....	201
Oportunidades, expectativas e projetos de futuro.	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	212
Links dos sites acessados	225
Apêndices.....	227
Anexos	232

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar os projetos sociais que cooperam para diferentes formas de sociabilidades, através do olhar de um grupo de jovens que habita um lugar sujeito às condições de pobreza. A pesquisa de campo contemplou, em profundidade, como a participação em projetos e programas pode contribuir para a reelaboração da inserção no bairro onde vivem, das expectativas e dos projetos de futuro. Com isso foi contemplado o Programa implementado na cidade de Campos dos Goytacazes, região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro - o Jovens pela Paz (JPP). A metodologia da pesquisa, que se deu através de entrevistas semi-estruturadas e do método de itinerários, perpassou locais que ilustram esta trajetória de vida e a relação atual que o pesquisado vive com determinadas partes da cidade em seu cotidiano e, conseqüentemente, na construção de uma cartografia social a partir dos itinerários realizados. Verificou-se que os jovens que frequentaram o Programa analisado apreenderam certa positividade de tais vulnerabilidades, resistindo, demonstrando uma perspectiva de crítica social, como demonstrado em suas falas sobre condições de vida, visões de mundo, cidadania e projetos de futuro, acarretando-se uma influência na construção de um estilo de vida deles, fortalecendo a condição de “ser jovem” e as possibilidades de mobilidade na cidade.

Palavras-chave: Projeto social; Juventude; Campos dos Goytacazes; Sociabilidades.

ABSTRACT

This research aims to analyze the social projects that cooperate to the different ways of sociability, through the perspective of a group of young people living in poor areas. The field work deeply investigated how taking part in this kind of project and programs can contribute to re-elaborate the process of insertion of these people in the neighborhood where they live, their expectations and the future plans. Thus, the Program “Jovens pela Paz” (JPP) – which was implemented in the city of Campos dos Goytacazes, located in the north of the state of Rio de Janeiro– was perpended. Semi-structured interviews and the itinerary method were used as research methodology, what evinced places that show people’s life story and the current relation set between them and the specific areas of the city they visit in their daily lives; As a result, social cartography was also built, once the itineraries were set. Considering their speech about life conditions, worldview, citizenship and future plans, it was possible to verify that young people who participated in the program learned positivity towards the vulnerability presented, being able to resist and to demonstrate social criticism, conditioning the way they lead their lifestyle, strengthening the fact of being young and the commuting options in the city.

Keywords: Social Project; Youth; Campos dos Goytacazes; Sociability.

INTRODUÇÃO

As perspectivas de análise estabelecidas nesta tese implicam para uma ampliação do olhar da política pública de juventude que será analisada, ao mesmo tempo, estender a observação aos jovens a partir das percepções e experiências cotidianas. A investigação é dedicada aos jovens do Programa JPP encontrados na pesquisa, destacando as suas condições de vida, sobre o centro da cidade, a rua e o bairro onde residem, anseios relacionados às expectativas de vida e projetos de futuro, trabalho, escola, lazer, relações com os vizinhos e fazeres cotidianos, sobretudo idas aos locais onde realizavam atividades do Programa. Para tanto, compreender as práticas, os vínculos sociais, os desencantos e os desejos dos jovens, exige uma análise contextualizada de ações sociais e o mapeamento (objetivo e subjetivo) de (des) encontros com a cidade (SILVA e SCHIPPER, 2012).

Com o objetivo de acrescentar a discussão acadêmica no desenvolvimento de estudos na área da juventude, das especificidades dos projetos sociais e das políticas públicas de Campos dos Goytacazes, esse trabalho busca referências nos campos da sociologia e da antropologia, e das pesquisas que tratam sobre jovens de periferia e a relevância da observação e da etnografia a partir dos temas mais evidentes: cidadania, trajetórias de vida, violência, sociabilidades e vulnerabilidades.

Com base nas análises de alguns dados iniciais, entende-se que a cidade de Campos dos Goytacazes, apesar do elevado número de jovens residentes na área urbana do município, necessita de projetos sociais estruturados para esse segmento social. Se levar em conta a idade, o nível de escolaridade, o local de moradia e os conflitos existentes no cotidiano desses jovens, percebe-se que há a premência de implementação e ampliação das políticas públicas de juventude.

Sobre a relevância da proposta de estudo, observo que isso possibilita, também, compreender as especificidades de uma cidade de porte médio através do olhar de um grupo que habita um lugar sujeito às condições de pobreza. Todavia, com todos os limites dados pelo lugar social que ocupam, não podemos esquecer o aparente óbvio: eles são jovens, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela e possuem desejos e propostas de melhorias de vida. Na trajetória de vida desses

jovens:

a dimensão simbólica e expressiva tem sido cada vez mais utilizada como forma de comunicação e de um posicionamento diante de si mesmos e da sociedade (DAYRELL, 2007, p.1109)”.

Em suma, o presente trabalho trata-se de um estudo exploratório e interpretativo, de cunho qualitativo, fundamentado em técnicas que serão explicitadas mais adiante: pesquisa bibliográfica, realização de entrevistas semiestruturadas e a jornada de itinerários. Para tanto, foi elaborada uma ficha, a partir da releitura das transcrições das entrevistas, apresentando o nome fictício do entrevistado, a idade no momento e o polo que era pertencente durante a participação no programa.

A seguir, ainda fazendo parte da introdução, apresentarei um breve destaque à cidade de Campos dos Goytacazes, que foi o local de todo o trabalho de campo, a minha experiência nas escolas como professora e, por último, a entrada no campo e alguns percursos e intercessões. Alguns destes fatores se deram como o ponto de partida para se pensar o projeto de pesquisa, acarretando-se nesta tese, que está dividida em seis capítulos:

O capítulo I, denominado “Discussão Teórico-Metodológica”, traz um debate acerca dos temas: Memórias, identidade e estratégias de viver um cotidiano inseguro; Reflexões sobre o local de moradia como operador classificatório; Relações de sociabilidade, circuitos, espaços públicos e a cidade; e a Dimensão espacial das desigualdades: Vulnerabilidades, Educação e Estado, Cidadania e Políticas Públicas de Juventude.

O capítulo II, intitulado “O Programa - Jovens Pela Paz (JPP)”, tem como intenção fazer uma breve discussão sobre projetos sociais e de como o município propõe-se lidar com a questão da Juventude a partir de projetos desenvolvidos. Também apresentarei um panorama histórico sobre esta política pública enquanto executada em âmbito estadual. Em seguida, destaco a institucionalização do JPP em Campos dos Goytacazes e o papel da ONG NBR no desenvolvimento da política, apresentando a história e o surgimento da ONG – Nação Basquete de Rua (NBR) que fez a parceira com a prefeitura e com a Fundação Municipal da Infância e da Juventude (FMIJ), a fim de reelaborar o JPP.

O capítulo III, chamado “Reformulação em âmbito municipal”: A descrição, os

agentes participantes na formulação e execução, a além dos objetivos do JPP, apresentará as diretrizes empíricas e metodológicas para a execução deste, o seu funcionamento, a seleção dos jovens para compor o quadro de entrevistas, o ponto de vista dos jovens sobre o programa, bem como o uso do colete, destacando os conceitos de representação, limpeza moral e circulação.

No capítulo IV, designado “A etnografia dos jovens envolvidos no Programa: o JPP como ‘passaporte’ dos jovens aos espaços da cidade” será ressaltado o contexto socioespacial e os microespaços que os jovens apropriam, como a Praça São Salvador, o Jardim São Benedito e o *Shopping Boulevard*. Finalmente, apresento a escola como um refúgio dos jovens de periferia através das práticas espaciais e a questão da juventude.

No capítulo V, intitulado “Mapeamento das trajetórias dos indivíduos e cartografia dos itinerários” será destacado o mapeamento das trajetórias dos jovens que participaram do JPP, pois essa abordagem permite cotejar a experiência do interlocutor com a sua percepção do momento, através de fotografias realizadas durante o trabalho de campo e da cartografia de seis (6) itinerários. A cartografia foi desenhada por uma arquiteta a fim de visualizarmos no mapa as trajetórias dos indivíduos.

Por último, o capítulo VI denominado “A análise das cartografias: antes de entrar pro JPP eu não tinha noção do tamanho da mudança que poderia fazer comigo mesma” diz respeito aos resultados finais do estudo sobre a temática da juventude e suas práticas sociais, obtidas por meio do mapeamento das trajetórias dos jovens que participaram do JPP. Alguns subtítulos a seguir foram norteadores para o desenvolvimento deste último capítulo da tese, tais como: As experiências da juventude: os “espaços” e os “trajetos” juvenis na cidade de Campos dos Goytacazes; Socialização e sociabilidade comunitária: a identificação com os seus espaços (a casa, a rua e o trabalho); O acesso à cidade e apropriação do espaço; O lazer e entretenimento e oportunidades, expectativas e projetos de futuro.

Campos dos Goytacazes: a cidade vista como o lugar do antagonismo e de efervescência.

Para construir uma reflexão a respeito dos territórios e circulações dos jovens na cidade de Campos dos Goytacazes, é preciso apresentar primeiramente informações indispensáveis sobre o município. Este é localizado na Região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, sendo o maior em extensão territorial. Faz divisa ao norte com o estado do Espírito Santo, se encontra localizado a cerca de 290 quilômetros da capital do Rio de Janeiro, e possui uma população total desde o último censo de 2010 de 463.731 e estimada de 503.424 habitantes para o ano de 2018. Do total do último censo, 118.954 são jovens de quinze (15) a vinte e nove (29) anos. Destes jovens, 63.039 (53%) se autodeclararam negros (CORTES, SIQUEIRA, THIMÓTEO e MENDES, 2016).

Relacionada à tradicional agricultura canavieira, a cidade volta-se à extração de petróleo e gás, contribuindo para mudar sua paisagem, haja vista a importância da Bacia de Campos para a atividade de extração petrolífera (FARIAS, 2013). O que caracteriza o município é o fato de atualmente aparecer como “centro prestador de serviços qualificados”, atingindo os municípios vizinhos. Isso inclui não somente a formação técnica, mas também a ênfase na esfera educacional (PIQUET, 2003, p.223). Nesse espaço geograficamente definido, evidenciam-se três atividades em grande expansão: o turismo, a aquicultura e o petróleo (WALTER, 2010), sendo reconhecido como o município da região com maiores recursos proveniente das rendas petrolíferas, atingindo a cifra de R\$ 2,4 bilhões ao ano. Apesar da radicalidade das transformações econômicas e sociais da paisagem do norte fluminense e dos muitos problemas ambientais que já se registram na região, a prática da pesca artesanal, por exemplo, ainda se beneficia da conformação dos ecossistemas costeiros encontrados ali (CAMPOS, MACHADO, TIMÓTEO e MESQUITA, 2016).

A cidade é dividida pelo rio Paraíba do Sul. O lado direito da margem é considerado mais desenvolvido, onde localizam-se os bairros de classe média como a “Pelinca”, aonde se encontra um forte centro de compras não popular, bares e restaurantes mais sofisticados, apresentando um alto valor imobiliário. Neste lado da margem encontram-se também os principais *shopping centers*, além do Centro da cidade. Ainda, do lado direito localizam-se algumas favelas citadas pelos

entrevistados, como a Baleeira, Matadouro e Tira-Gosto, além de outras (MESQUITA, 2009). O lado esquerdo conhecido como Guarus, é considerado como menos desenvolvido e marcado pela presença das classes mais populares. Também é possível encontrar o presídio masculino, o lixão da cidade, e a maior parte das casas construídas através das políticas públicas de habitação como são possíveis ver na figura 1:

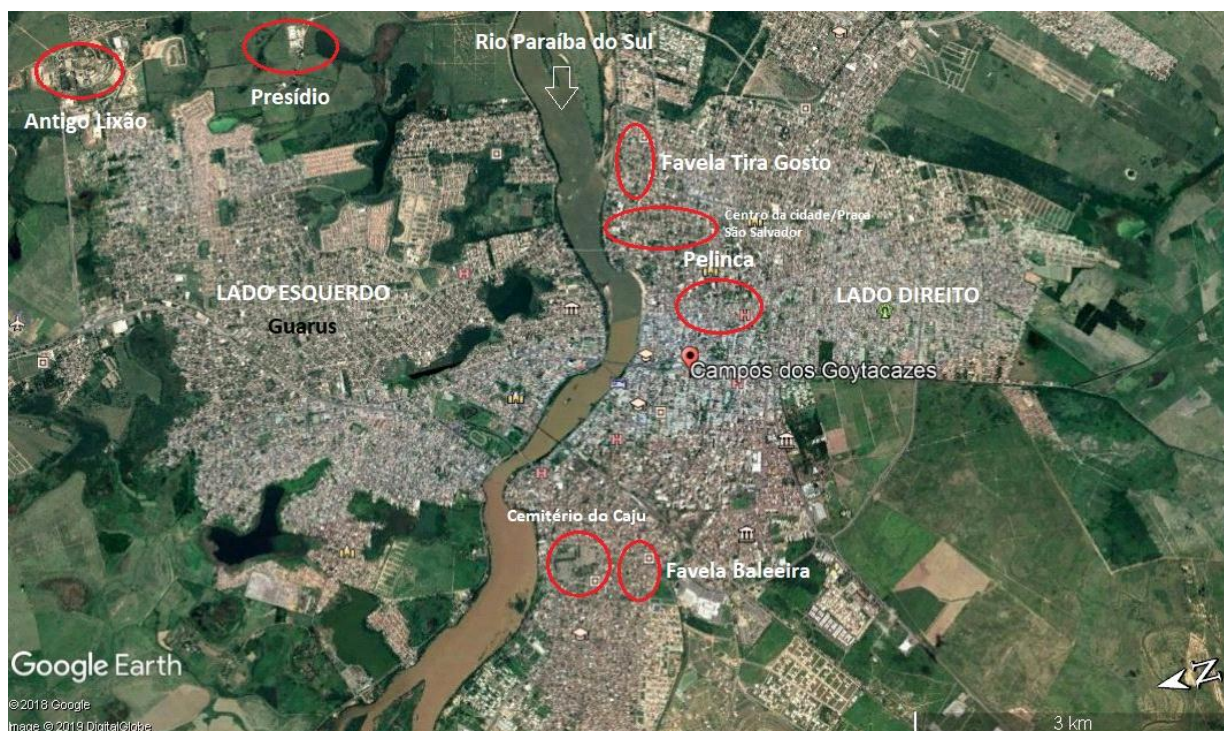


Figura 1 Localização básica dos lugares citados. Elaboração própria com o auxílio do Google Earth.

Além dessa divisão oficial, Campos dos Goytacazes apresenta algumas peculiaridades, como a rivalidade entre as facções existentes na cidade, que criam outras divisões em seu local, como barreiras simbólicas. Enquanto as distâncias físicas da cidade podem não ser significativas, as distâncias sociais são bem expressivas se entendermos a dinâmica da cidade em relação a alguns lugares e instituições (BERTOLI, 2013).

A violência adquiriu ao longo do tempo um caráter endêmico e é considerada como grave problema de saúde pública por seus impactos negativos nos planos sociais, econômicos e psicológicos (MINAYO e SOUZA, 1999). Só no Brasil em 2012 foram gastos 61,1 bilhões de reais com a segurança pública, de acordo com o 7º

Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2013. Em Campos dos Goytacazes, de acordo com o Mapa da Violência/2013, possuía uma população de 79.981 jovens, ocupando a 7ª posição no *ranking* estadual em homicídios contra juventude. Foi um dado apresentado pelo Ministério da Saúde e da Secretaria Nacional da Juventude, sobretudo em relação ao extermínio da juventude negra. O município assinou em 2013 o plano de Juventude Viva, e o governo federal exigiu que políticas públicas fossem criadas para amenizarem os índices de violência e mortes, especialmente em relação à colocação que a cidade representava.

Com a população juvenil no Brasil representada por cerca de 25,0% dos brasileiros, segundo dados do IBGE de 2010, o município de Campos dos Goytacazes representa em 23% da população, ou seja, jovens com idade entre 15 e 29 anos. Toda esta população está exposta a um quadro de desemprego e subemprego que marca o mercado de trabalho na cidade (MARTINS, MONTEIRO e SANTOS, 2013). Muitos desses jovens estão relacionados a um contexto de pobreza e falta de acesso aos direitos básicos, o que resulta em um quadro de tensão social, além de altos índices de violência e criminalidade, conforme ocorre com diversos países latino-americanos. Em sua maioria, são jovens do sexo masculino, pobres e não brancos, com pouca escolaridade, e que vivem nas áreas mais carentes das grandes cidades brasileiras (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002).

Os jovens que se referem à minha pesquisa integram famílias com renda em torno de um salário mínimo *per capita*, sendo que muitos provêm de grupos de pais e mães desempregados. Alguns já passaram por experiência de viver na rua ou estarem envolvidos em atos de delinquência. Para tanto, segundo (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002), ser jovem de projeto social é frequentar projetos/experiências que investem em educação para a cidadania, atividades de lazer, de profissionalização em comunicação e informática, ou participar de atividades artísticas e culturais, todas voltadas tanto para o direito de acesso a bens culturais como para a formação de valores contrários à violência, além de terem como expectativa, afastar os jovens de situações de risco.

Em pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Segurança Pública, foi calculado o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ), que diz respeito à média ponderada de cinco indicadores: homicídios, acidentes de trânsito, emprego, frequência à escola, pobreza e desigualdade. Dos duzentos e sessenta e seis (266)

municípios com mais de cem (100) mil habitantes pesquisados nas cinco regiões brasileiras, duzentos e vinte e quatro (224) têm IVJ de “médio” a “muito alto”. Ao contrário da popular “concepção tradicional” que entende que o problema da violência deve ser encarado como mero “caso de polícia”, tratado apenas com repressão, a metodologia utilizada na pesquisa aponta que a violência e criminalidade são derivadas de um processo intenso e contínuo de exclusão e ausência das políticas públicas. Diante dessas diferenças socioeconômicas surgem as condições de vulnerabilidade e de risco social, que configuram situações de carência e de exclusão, onde pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas (CARNEIRO e VEIGA, 2004).

Os dados do Mapa da Violência de 2014 apontaram que a situação da cidade de Campos dos Goytacazes em 2013 se agravou e a cidade passou a ocupar a 3ª colocação dentre noventa e dois (92) municípios do ERJ, numa situação que o estudo nomeia como interiorização das mortes, observado em várias cidades do interior devido à aceleração da economia e também como reflexo dos investimentos em segurança pública focados nas capitais.

É nesse contexto do município que surgiu o programa “Jovens pela Paz” (JPP), baseado nas diretrizes do plano “Juventude Viva” (2012) e em consonância com todos os direitos recomendados através do Estatuto da Juventude (2013), tendo como objetivo articular políticas públicas de forma socioeducacional comunitária, segundo a presidente da ONG, que coordenava o programa.

Como aparece no material de divulgação impresso do JPP:

(...) através da construção e fortalecimento de redes sociais de prevenção e da desconstrução da cultura de violência, os organizadores pretendem conduzir os atendidos direta e indiretamente a novos caminhos, por meio da afirmação de valores e ampliação de conhecimentos. Impelindo-os ao empoderamento dos seus direitos constitucionais, além de fomentar meios para garantir acesso gratuito às opções de cultura e esporte como ferramentas de inclusão socioeducacionais, tanto para os jovens quanto para as comunidades.

Essas necessidades foram vistas a partir do entendimento do desenho desta política estudada. Depois desse percurso, foi preciso compreender como ela funcionou na cidade de Campos dos Goytacazes, a partir daquilo que foi apreendido por meio do trabalho de campo feito diretamente e apenas com os jovens participantes deste

programa.

Neste caso, a cidade é vista como o lugar do antagonismo e da complementaridade e, também, como lugar de concentração e de efervescência da vida social, econômica, política e cultural (SPOSITO, 2008), mesmo com base no medo da violência e conseqüente desejo por mais segurança, além do anseio por circuitos exclusivos de lazer, trabalho e moradia, sobretudo, por melhorias na educação e saúde, Campos dos Goytacazes tem a sua essência.

Isso possibilita direcionar um olhar sobre Campos dos Goytacazes, haja vista ser uma cidade que apresenta forte processo de urbanização e configura um centro de prestação de serviços, que atende cidades vizinhas e também com os arranjos que os moradores fazem para nela viver e sobreviver. A cidade conta com diversos grupos religiosos, predominando o catolicismo e o protestantismo – nas versões histórica, pentecostal e neopentecostal (FARIAS, 2013) e também se encontram importantes instituições de ensino superior, públicas e privadas, dentre as quais destacam-se a UENF, IFF, UFF, UCAM, FDC e FMC. Para Pinheiro (2018, p.21) a presença dessas instituições tem possibilitado um crescimento na produção acadêmica sobre diversos aspectos, e contribuído para o conhecimento da realidade campista, sobretudo para se pensar a cidade em termos mais amplos nos contextos local, regional e nacional.

A experiência nas escolas como ponto de partida: você pertence a um projeto social?

Projetos sociais e/ou programas para a juventude são criados ou reelaborados pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes - RJ, e foi através da experiência nas escolas, tanto como professora de Sociologia desde 2012, como pesquisadora, que pude estar mais perto e vivenciar o que é colocado em prática para os jovens de periferias, moradores da cidade. Além disso, foram observadas nesse percurso, a composição socioeconômica e cultural dos alunos, suas diferentes histórias de vida pelas conversas em salas de aula ou informais e até mesmo através dos trabalhos escolares, como também suas respectivas formas de interação com a escola (FARIAS, 2018). Por isso, explicitar de onde parto e quais motivações me fizeram dedicar o meu tempo na elaboração deste trabalho são, a meu ver, de grande importância para que se compreenda a trajetória percorrida ao

longo deste estudo.

Agosto de 2012. Escola Estadual Visconde do Rio Branco, localizada no bairro da Lapa em Campos dos Goytacazes/RJ. Sala de aula. Primeiro mês como professora da rede pública estadual de ensino e um “choque” de realidade.

O bairro onde se localiza a escola é bem próximo a uma das favelas mais conhecidas de Campos dos Goytacazes - a Tira Gosto (TG), e em seu âmbito escolar, a maioria do corpo discente é residente dessa favela e de suas proximidades. Com o passar dos meses, a vontade de continuar e escolher fixar a matrícula do Estado como professora neste local só aumentava, e na época eu lecionava em mais duas outras escolas – Escola Estadual Nilo Peçanha, localizada na Rua Doutor Lacerda Sobrinho, no Centro e a Escola Estadual Doutor Phillippe Uebe, localizada na Avenida Carlos Alberto Chebabe, no bairro Parque São Matheus. Mas a intenção era selecionar apenas uma para cumprir os dezesseis tempos obrigatórios de carga horária a partir do ano de 2013. Por fim, fiz a escolha de concentrar todos os tempos na Escola Estadual Visconde do Rio Branco.

A forma como os alunos se aproximavam, o contato mais íntimo, o interesse que ia surgindo em saber como eles viviam o cotidiano fora da escola era algo que eu sempre questionava, não só a mim mesma, mas também aos colegas e à equipe da direção do colégio. Alguns passeios surgiram, a maioria dentro da cidade, e a reação de irem a lugares desconhecidos era visível, sobretudo, em relação à insegurança. Alguns diziam que os pais não iriam permitir, outros afirmaram nunca terem ido a esses locais ou foram em raras ocasiões, e ao mesmo tempo enfatizavam: “lá é rival, são os inimigos”. Para muitos a cidade era apenas a favela onde moravam. E os questionamentos sobre como esses jovens pensavam e percebiam a cidade e o bairro onde eles vivem continuavam. Na figura 2 fica evidente a curta distância entre a escola e a praça da favela Tira Gosto (circuladas por uma linha de cor vermelha). Entre elas há uma avenida – São João da Barra (linha de cor laranja) – que vai até a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), onde a parte superior à linha laranja (Na figura 2) é toda constituída pela favela Tira Gosto e Matadouro.

participação? Será que a participação poderia trazer uma melhoria para o cotidiano? Essa participação foi capaz de renegociar o seu papel social onde vive, isto é, ocasionando uma limpeza moral por ser um jovem de projeto e ao mesmo tempo seria um diferencial dentro do seu bairro?

Deste modo, foi na escola que a pesquisa começou a ser pensada e desenvolvida. Independente de onde as escolas se localizam, elas são consideradas como espaço público, isto é, estão relacionadas diretamente com a formação de uma cultura agregadora e compartilhada entre os cidadãos. Dayrell (2007) considera a escola como espaço sociocultural e isso significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano. É necessário salientar que, ao refletir sobre os jovens, o autor considera uma parcela da juventude brasileira que, majoritariamente, frequenta as escolas públicas e é formada por jovens pobres que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos marcados por um contexto de desigualdade social. Nesses espaços públicos desenvolvem-se atividades coletivas, com convívio e trocas entre os grupos diversos. O espaço público é, também, segundo Arendt (1972), o espaço da sociedade, o espaço político, e nestes contornos é necessariamente um espaço simbólico, pois se opõem e respondem-se aos discursos dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais, intelectuais que constituem uma sociedade.

Portanto, foram iniciadas as leituras acadêmicas direcionadas à intenção de um projeto de pesquisa. Também via internet, jornais e redes sociais sobre o Programa JPP que era colocado em prática na cidade de Campos dos Goytacazes. Ao ler as reportagens publicadas na mídia e a partir de algumas leituras, a problemática surgiu com o objetivo de refletir como projetos sociais podem contribuir para o direito e a experiência juvenil na e com a cidade.

Ao mesmo tempo dei continuidade às conversas com os alunos sobre o JPP. Foi importante saber previamente que aqueles que estavam inscritos no programa, pertenciam a um polo, o qual era citado constantemente por eles. Este localizado na comunidade Tira Gosto/Matadouro, muito próximo à escola que estudavam como já demonstrado anteriormente. Com o método dos itinerários pude ter acesso a estes locais e fazer registros fotográficos. Também sabia que existiam outros polos localizados em outros bairros da cidade de Campos dos Goytacazes, mas ainda não tinha acesso a esses lugares e a esses jovens.

As relações de confiança e amizade previamente estabelecidas com alguns alunos, moradores e/ou contatos puderam facilitar a “entrada” no campo e a seleção dos participantes. É aí que a relação professora/pesquisadora faz mais sentido para esta pesquisa. De fato, foi um desafio, pois entender e saber dialogar com esta dupla jornada e com a necessidade de um afastamento, tornando o familiar em exótico (VELHO, 1999) foi um tanto difícil. Tornar-me “estranha” diante da realização de entrevistas com ex-alunos foi um dos maiores desafios, todavia, para eles (relatos evidenciados durante a própria entrevista) foi o exercício mais fácil e prazeroso. Serem entrevistados por mim, num momento que não são mais alunos, era visível o prazer de estarem fazendo aquilo (falavam repetidamente isso), principalmente quando receberam o convite.

Possuir um cargo de professora em uma escola estadual há alguns anos, pode me permitir criar vínculos, sobretudo laços fortes (GRANOVETTER, 1973) com algumas pessoas (profissionais) que fazem parte deste mesmo ambiente. Neste caso, a relação com os alunos também ganha um sentido maior. Lecionei para alguns jovens desde o primeiro até o terceiro ano do ensino médio. Os meus dois primeiros entrevistados foram ex-alunos, desta mesma escola e isto possibilitou-me uma “entrada” de fácil acesso ao campo de pesquisa. Eles não eram os únicos da escola estadual Visconde do Rio Branco a terem participado do JPP, nem mesmo a serem entrevistados, mas o objetivo era entrevistar entre um (1) a três (3) jovens por polo e como estes possuem uma relação mais próxima a mim, e também participaram do programa desde o início, inclusive fizeram amizades com jovens de outros polos, resolvi começar por eles. Foi a partir daí que minha rede de possibilidades de entrevistas começou a ser tecida de forma fluida e rápida, quando dentro de alguns meses, também com a ajuda das redes sociais, a lista dos possíveis entrevistados já estava estruturada. Talvez pela condição de ser professora/pesquisadora acabou por acarretar um leque maior de alternativas de entrada no campo e, também, dos percursos e intercessões, que serão explicitados a seguir.

A entrada no campo, os percursos e intercessões.

O trabalho de campo se deu a partir de dezembro do ano de 2015 e se estendeu ao longo dos anos de 2016 e 2017. Para dar início, procurei primeiramente entender toda a dinâmica do programa a partir de um cenário de referência. A experiência adquirida com um estudo exploratório em que se recorreu às metodologias de abordagem e análise buscou compreender as práticas de uso e apropriação de espaços praticados (PECIAR, 2014; LEITE, 2002, 2010) como, por exemplo, lugares escolhidos como pontos de referência e de encontro para os vários jovens analisados – o bairro onde mora, a escola, a Praça São Salvador, o Jardim São Bendito e o *Shopping Boulevard*. Com isso, com o auxílio das categorias como *circuito, pedaço, trajeto e mancha* (MAGNANI, 2007), que se imbricam, se articulam entre si, permitem-nos mostrar padrões mais complexos de uso e apropriação da cidade e/ou bairro e circulação por seus espaços de referencial espacial.

Em geral não são locais “especiais”, que já trazem no seu ambiente alguma marca característica das culturas dos grupos que os escolheram (MAGNANI, 2007). O que chama a atenção e interessa-me é justamente a busca por regularidades no uso do espaço da cidade e dos comportamentos que aí ocorrem, e, nesse caso, a partir de um segmento em especial, os jovens. A ideia foi privilegiar a inserção deles na paisagem urbana por meio de etnografia dos espaços por onde circulam, onde estão seus pontos de encontro e ocasiões de conflito, além dos parceiros com quem estabelecem relações de troca.

Em seguida, após compreender a dinâmica do JPP de uma forma geral, foi necessário entrar em contato com os seus coordenadores na tentativa de acompanhar o que era colocado em prática, através do trabalho de campo junto aos jovens que participavam na época. Com isso, foi marcado um encontro com a presidente da ONG NBR que era vinculada ao programa e em seguida avisou-me que as atividades iriam paralisar naquele mês, fim do ano, dezembro de 2015, com perspectiva de retomada para o início do ano de 2016.

No mês de fevereiro de 2016 entrei em contato novamente e recebi a informação que o programa foi paralisado. A partir disso foi necessário fazer algumas modificações sobre a metodologia com o intuito de não mudar o objeto da pesquisa.

Voltei alguns “degraus” que já tinham sido alcançados e decidi mapear primeiramente todos os polos que eram existentes e em seguida ir à busca destes jovens que participaram para dar início às entrevistas.

Em um primeiro momento, cada uma das entrevistas foi analisada, identificando-se os temas mais importantes que surgiram das falas de cada um dos jovens, agrupando-os em categorias. Em seguida, os dados foram cruzados, comparando os temas que surgiram a partir das falas de todos eles, buscando as similaridades e diferenças existentes. Refiro-me, aqui, sobre o “pontapé” inicial para a análise do trabalho de campo. Dentro dessa perspectiva, tomei como ponto de partida as respostas dos interlocutores, as formas de refletir, de viver, de agir e de criar, ou seja, a trajetória (VELHO, 1994) desses jovens, que vai dizer porque eles entraram no JPP e a forma como cada um deles tenta melhorar o cotidiano e renegociar o seu papel no lugar onde vivem.

Portanto, para esta análise, foi preciso estabelecer contato com alguns jovens que participaram do JPP, em seguida realizei entrevista com alguns deles. Posteriormente, a partir de indicações, entrevistei outros jovens de bairros distintos utilizando, assim, uma rede interpessoal para seleção destes. Para dar conta do alcance de todos os quinze polos foram necessários longos meses de busca, ligações, mensagens nas redes sociais a fim de completar o quadro de entrevistas.

A partir daí busquei fazer algumas leituras sobre o referido programa, ao passo que, os questionamentos sobre o que realmente seria e como era colocado em prática suscitaram outras questões. Deparei-me com diversas informações e notícias veiculadas em jornais e na internet, apresentando questionamentos sobre os investimentos por parte da prefeitura, a existência e a prática deste. A busca para a confirmação do que era colocado em prática durante a existência do programa ocorreu através das entrevistas com os jovens participantes, pois o objetivo era entender a prática deste programa a partir da visão destes, somente.

Então, como já explicitado anteriormente, selecionei uma ex-aluna e um ex-aluno para entrevistar. Ambos moradores das proximidades da escola. Levando em conta que em cada entrevista, nomes e amigos do programa eram citados no decorrer da conversa, como afirma Cassia:

Tenho amigos do JPP pelo *facebook* e sempre estamos nos encontrando. Tem um menino lá do lado do Caju, do polo da Pecuária, a gente sempre se esbarra, converso com todos pela internet, um amigo visita o outro, é muito legal isso (Cassia, 20 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (09/12/2016).

Portanto, dei início a uma rede de contatos para dar prosseguimento às entrevistas, bem como os itinerários, a fim de compor um número satisfatório de entrevistados. Ao tentar aplicar o método, a primeira dificuldade foi construir uma rede para ter acesso aos jovens. Como os jovens pertenciam a polos diferentes e uns distantes dos outros, o contato existente hoje é através das redes sociais. Foi a partir disso que fiz os primeiros contatos para dar início às entrevistas.

A primeira entrevista foi realizada no prédio da Portelinha – conjunto habitacional vertical, localizado na favela Matadouro – ao lado da UENF e muito próxima à favela Tira Gosto. Nosso encontro foi marcado ao lado de fora do prédio, em uma tarde de sexta-feira, pois é considerada “tranquila” e em seguida entramos juntas, para minha segurança, conforme a entrevistada. Fiquei em torno de duas horas em seu apartamento, e depois fui levada novamente para o lado exterior do prédio e de lá fui embora. Não pude fazer nenhuma fotografia no interior do condomínio, por motivo de segurança.

Vale destacar que, segundo os jovens entrevistados do Polo da Tira Gosto (uma moradora da Portelinha e dois moradores da favela TG), principalmente pela proximidade, este local é pertencente à facção TCP, que controla o tráfico da favela Tira Gosto e, conseqüentemente, também está associado ao controle de algumas áreas de bairros próximos como Parque Califórnia e Horto. As questões relativas aos problemas sociais decorrentes desses cenários apontam para discussões e diversos temas relacionados à cidadania, controle social, violência e as suas implicações no modo de vida dos jovens moradores de favelas de Campos dos Goytacazes (MESQUITA, 2009).

Para os entrevistados moradores deste bairro, o maior medo e a maior preocupação se resume na briga entre o tráfico, conseqüentemente a circulação dada como restrita por eles. O cotidiano é marcado pelo medo constante de invasões da facção rival, que segundo os entrevistados, isso pode acontecer a qualquer dia e a qualquer momento. Apesar de encontrarmos pichações com as iniciais das duas facções (TCP e ADA) por toda a cidade, a frequência das mesmas

aumenta nas áreas onde se localizam as “bocas de fumo” e em seu entorno próximo com a intenção de demarcarem o território, delimitando, assim, suas fronteiras visíveis (apesar de simbólicas) para a circulação dos jovens (SIQUEIRA, 2016).

A localização da “boca de fumo” é marcada por uma tensão ao passar no local. Isso foi percebido quando estávamos realizando o itinerário – saída do condomínio, perpassando por toda a favela Matadouro e retornando à Portelinha em seguida. Quando chegamos perto de uma “boca de fumo”, a entrevistada pediu para não tirarmos mais fotos e para não ficarmos olhando para a “casinha”, montada de papelão – proteção do sol e chuva – para aqueles que vigiam o local. Mesmo com tais situações de insegurança, alguns afirmaram que o programa trouxe, com a participação deles, um pouco da perda desse medo, principalmente em circular por áreas antes consideradas perigosas por eles, segundo Breno:

Ah, funcionou sim, ajudou até no meu psicológico, porque eu sempre tive medo, mas hoje eu vou à Rocinha que eu tenho parente lá, vou normal lá, sem medo nenhum, e meu medo era tomar um tiro se me vissem lá (Breno, 21 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (02/10/2018).

Dei continuidade ao diálogo e indaguei sobre essa questão do psicológico que o entrevistado mencionou:

A gente conversava muito, era muito bom, sempre tinha reuniões, marcava no Jardim São Benedito a equipe toda de todos os polos e eu gostava muito, tinha torneios e adorei essa época. Tipo assim, quando juntava todos os polos, eles perguntavam o que a gente tinha mais medo na nossa comunidade, ali na nossa área. E a gente falava, até porque era uma conversa nossa sabe, e era muito bacana. Eu saía de lá aliviado, me sentindo mais seguro, não sei explicar (Breno, 21 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (02/10/2018).

Desta forma os jovens relataram sobre as restrições de circulação pela territorialidade do tráfico na cidade, a disputa entre as facções e, conseqüentemente, a imprevisibilidade dos acontecimentos. Neste sentido, pode-se ressaltar principalmente que a cidade é vista pelos jovens como um espaço de sociabilidade, no entanto eles não possuem uma livre circulação por conta das facções. Neste caso, quando se trata da violência envolvida nas práticas dos traficantes, com as quais os moradores são obrigados a compartilhar o mesmo território, há muitos relatos de tentativas (bem e mal/sucedidas) de redução da imprevisibilidade do fluxo da vida local (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2007, p.546). Para esses autores, a

violência que vivenciam no cotidiano dessas localidades é diante das diferentes modalidades de presença e atuação dos bandos de criminosos e das forças policiais. Com isso, eles acabam se restringindo aos espaços próximos de moradia, que são marcados pela precariedade e carências de espaços de lazer (BERTOLI, 2013). Os jovens acabam por enquadrar estas questões a partir de uma preocupação constante com as interrupções na estabilidade das rotinas diárias provocadas pela violência frequente. Mas o programa JPP trouxe um contraponto, fazendo com que essa restrição diminuísse, sobretudo em relação ao medo e insegurança, pelo menos na época que participavam do programa.

Mesmo assim, a iniciativa pessoal de explorar (ou simplesmente transitar) pela cidade, muitas vezes me foi relatada como bloqueada por uma mistura de timidez, insegurança e medo – provocados pela incorporação dos sentimentos de subalternidade e segregação (LEITE e MACHADO DA SILVA, 2013), como se não fizessem parte daquilo ali. Outro exemplo clássico de segregação nas cidades brasileiras é o que afirma Katz (2008, p.19), a oposição entre centro e periferia, onde o primeiro é dotado de infraestrutura, serviços públicos e privados e ocupado pelas classes de mais alta renda da população, e a segunda, carente e distante, que é o local de moradia das classes de mais baixa renda. Este exemplo indica como o espaço pode atuar como um mecanismo de exclusão.

Isso se assemelha ao pensamento de Fassin (2001) sobre o estudo da gestão de refugiados. O autor analisa o tratamento dado à pobreza, às vítimas de guerras e catástrofes, aos migrantes em geral, a partir de etnografias e análises da condição de migrantes, estrangeiros e excluídos em solo francês e em outras partes do mundo. Para ele que tem seu estudo permeado também pelo debate dos direitos humanos e o direito à mobilidade, que vai além do debate sobre o sofrimento e a compaixão, faz entender então, que um país pode compreender a entrada de estrangeiros de modo negativo às relações sociais, econômicas e políticas de seus cidadãos, razão pela qual opta por restringir o acesso dessas pessoas (WEINTRAUB e VASCONCELLOS, 2013).

Podemos destacar a categoria “medo”, pois ela tem certa recorrência nos depoimentos, inclusive aqueles que já vivenciaram alguma situação de violência ou (quase) morte, e ajuda a entendermos como os interlocutores trabalham “emoção e razão” para fazer a gestão de movimento territorial. Segundo Juliana:

Quase perdi meu irmão, foi horrível, minha mãe tem trauma até hoje. Ele estava descendo da van quando o tiroteio começou e acertando o colega que estava com ele. Pra gente, íamos perder meu irmão ali, naquela hora. Minha mãe o proibiu de circular por aquela rua por um bom tempo. Ele sabia que não era pra ficar circulando ali. Na época nunca sabíamos se naquela semana a rua era comandada pelo TCP ou ADA, era uma loucura. Era conflito direto (Juliana, 22 anos, estudante de música, moradora do bairro Santa Rosa) (14/08/2017).

Para Fassin (2007), os modos de lidar com o sofrimento gerado a partir da violência são modos absolutamente recentes, apesar de a violência existir desde sempre. Para os entrevistados, circular por lugares que não são bem vistos, espaços que não pertencem a eles, muitas das vezes são lugares que por sua vez transformam suas presenças como indesejáveis. A denominação “indesejados” analisada por Agier (2008) é utilizada para se referir às “pessoas menos pessoas”, ou melhor, àquelas que, apesar de se ter conhecimento de sua existência, toma-se como não presentes (ou seria melhor que assim fossem) ou como não aptas ao alcance de certos direitos.

Segundo os entrevistados, as reuniões e os encontros ocorriam em diversos bairros, durante as atividades do JPP, sendo estes liderados pelo TCP ou ADA, todos os integrantes, incluindo os monitores, iam e participavam. No início alguns tinham medo, mas logo depois isso foi descartado. Também fizeram amigos de outros bairros e passaram a frequentar a casa e o bairro destes, até hoje, mas de forma bem reduzida. A maioria mantém contato pelas redes sociais, onde conversam e marcam possíveis encontros, muitos ocorrem até hoje no Jardim São Benedito e na Praça São Salvador. A seguir, no próximo tópico, explicitarei como se deu a seleção desses jovens para compor o quadro de entrevistas.

Por essa razão, os jovens possuem uma importância crucial para o entendimento das sociedades modernas, o seu funcionamento e suas transformações. Entender a juventude é compreender a própria modernidade em diversos aspectos como a arte, a cultura, o lazer (ABRAMOVAY e CASTRO, 2015) e o cotidiano.

CAPÍTULO I. Discussão Teórico-Methodológica.

Esta tese apresenta uma metodologia de pesquisa aplicada, que conciliou e privilegiou diversos métodos de abordagem qualitativa, possibilitando captar e aprofundar a sociologia compreensiva sobre as experiências e percepções dos jovens.

Optei pela abordagem etnográfica, baseada nos autores como Gilberto Velho (1999; 1994; 2002), Michel de Certeau (2008), Marc Augé (1994; 2010), Das e Poole (2008), Magnani (1996; 2007; 2008; 2010; 2012; 2014) e Leite (2002), que foram fundamentais como referência para se pensar no trabalho de campo desenvolvido. Para o primeiro conjunto de autores citados, tenho me apoiado em De Certeau (2008), no que diz respeito à relação entre espaço urbano e práticas sociais. Como pensar o espaço da Praça São Salvador? Com base em De Certeau (2008) e Peciar (2014), para quem o espaço é um lugar praticado, uma das questões seria investigar até que ponto a praça, além de ser um lugar planejado, destinado para encontro ou lazer, também se move para o trabalho, mobilizações e movimentos sociais. Lembrando que para De Certeau (idem), movimento, espontaneidade, originalidade, táticas de consumo, táticas de adaptação, modos de reapropriação de lugares, modos de fazer, de uso, práticas cotidianas, são todas características que conformam um espaço.

Acompanhado da etnografia, o método dos itinerários (PETITEAU e PASQUIER, 2001) foi aplicado junto aos jovens que participaram do JPP. A maioria dos encontros foi marcada em horário de almoço ou saída do trabalho e/ou curso, e com isso, alguns imprevistos surgiram. Em algumas ocasiões, o campo gerou alguns impasses como cancelamento de algumas entrevistas e impossibilidade por causa de violência no bairro, com isso era adiado o itinerário, mas em poucos dias o problema era solucionado.

Segundo o referencial, primeiramente é realizada uma entrevista semiestruturada junto ao morador, onde é solicitado ao entrevistado associar o tema da pesquisa. Na entrevista, o jovem é convidado a realizar uma jornada de itinerário pela cidade/bairro, que é uma experiência compartilhada junto ao pesquisador, em qualquer meio de locomoção proposto pelo pesquisado (REGINENSI, 2017). A atividade pode ocorrer no dia ou até à semana seguinte.

Pretendeu-se, com a jornada, perpassar locais que ilustram trajetórias de vida e a relação atual que o pesquisado vive com determinadas partes da cidade em seu cotidiano, dando conta da experiência de suas atividades, como: estudo, lazer, religiosidade, participação política, relações com os vizinhos e trabalho, sobretudo, idas aos locais onde realizavam atividades do JPP. E por fim, a fotografia como relato junto ao diário de campo foi importante para a descrição do lugar e para começar a análise.

Todos os itinerários ocorreram por volta de uma semana, até dez dias após a entrevista. Cabe analisar as categorias existentes nas trajetórias que o jovem vem se (re) constituindo e se reconhecendo nos limites postos pelo tempo e pelo espaço em que está inserido. Esse limite é o que chamamos de campo de possibilidades (VELHO, 1994), com elementos objetivos que afetam a vida dos jovens. O campo de possibilidades contradiz a ideia de que a conquista dos projetos de futuro depende somente do esforço pessoal ou da vontade própria do indivíduo, pois nos faz perceber em que “limites” sociais, culturais e políticos os jovens se movem na construção do seu presente e futuro (VILAS e NONATO, 2014). Conforme a análise deste capítulo isto ficará mais explícito adiante.

Esse método não é simplesmente uma ferramenta de verificação ou lugar de uma validação de hipóteses teóricas. Ele implica uma leitura da relação entre o objeto da pesquisa e o pesquisador, leva em conta, como elemento central, a subjetividade da situação de pesquisa e, além disso, a subjetividade de cada parceiro: sociólogo e entrevistado (PETITEAU e PASQUIER, 2001). Foram registradas, através de fotografias, cada parada ou expressões diversas do sujeito, e neste caso, para essa pesquisa, dedicou-se uma terceira parte para a elaboração de uma cartografia com a finalidade de restituir e interpretar os itinerários.

A fotografia pode ser um momento no tempo e no espaço (BARBOSA, CUNHA, HIKIJI e NOVAES, 2016). O testemunho de uma presença diante de algo que foi (BARTHES, 1984). Ela faz falar, mesmo silenciosa, apresentando subjetividades e memórias compartilhadas, não como uma recordação do passado, mas como uma articulação entre o desejo e o vivido tornado possível pelo exercício da imaginação. Quando fotografamos um espaço vivido, a fotografia pode também agir produzindo um lugar, isto é, podendo variar de acordo com a percepção individual, incluindo não somente lugares que existem como também lugares

imaginados e rememorados (BARBOSA, CUNHA, HIKIJI e NOVAES, 2016). Ela foi um instrumento muito útil nesta primeira aproximação com o campo de estudo. Em alguns lugares que havia “boca de fumo” era necessário guardar a câmera, pois era “proibido” tirar foto. Mas o resto do percurso foi todo fotografado, com a intenção de possibilitar uma constante reflexão sobre o objeto de pesquisa e a construção de imagens sobre o bairro, destacando os pontos e locais mais importantes no cotidiano e na vida de cada um deles, os quais achavam conveniente evidenciar durante a caminhada. Diria que a partir das fotos tiradas se constituiu um diário imagético de campo, ao lado do diário de campo tradicional onde foram feitas as descrições. A pesquisa de campo se torna fundamental, pois, sem o impacto existencial e psíquico, parece que os dados, embora presentes, se tornaram frios, distantes e mudos (PEIRANO, 1992, p.12), isto é, que em sua origem, ocorrem para escapar do fechamento das categorias de definição e recorte do espaço urbano.

Marc Augé (1994, p.73) entende que: “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um ‘não lugar’”. Com isso, o autor considera os não lugares como espaços de circulação (autoestradas, rodoviárias, estações de trem, aeroportos e vias aéreas), de consumo (super e hipermercados, *shopping centers*) e, também, os espaços de comunicação global e em redes sociais. Para ele, os não lugares, embora sejam caracterizados pela ausência de identidade, significado e referência histórica, a sua existência está diretamente relacionada com os modos como os sujeitos se apropriam deles, sendo o uso o que faz o lugar ou o não lugar (AUGÉ, 2006, p.111). E foram durante as caminhadas que os “não lugares” surgiram, sobretudo com a sua importância. Foram exatamente neles que a maioria dos jovens escolheu como o início do percurso (a rodoviária e os supermercados).

Através dos efeitos de mobilidade e de mobilização conceitual, a prática do método dos itinerários permite descobrir outra relação dos espaços estudados e, simultaneamente, uma leitura metafórica desses. Esses tomam em palavra o espaço ou o território da cidade do usuário. O espaço torna-se então dinâmico. O estatuto habitual do território muda, ele não é mais objeto de verificação, mas lugar de produção privilegiada em que o pesquisador convoca o outro. A leitura do espaço público é indissociável da noção de percurso. O percurso não é somente

um ritual de mobilidade, é a superposição de várias enunciações que se referem à história (PETITEAU e PASQUIER, 2001). O método dos itinerários repousa sobre um postulado, o do reconhecimento da equivalência da fala de outro como análise, deslocando o sociólogo com relação às suas referências teóricas e o coloca frente às realidades não identificadas. O papel do percurso é de restituir observações com relação a uma situação e a um guia, que pelo seu relato devolve as articulações e tudo que faz a ligação evidente.

O método permite, então, nomear e levar em conta realidades que, habitualmente, ou escapam desde a observação ou são eliminadas no estado da análise. Reabilita, enfim, a noção de espaço que não é mais mobilizado em uma só dimensão cartográfica, a de reprodução. Na dinâmica do deslocamento que a jornada do itinerário implica, a pessoa entrevistada revisita o espaço aplicando nele o sentido de exploração territorial. Assim colocado em uma situação de guia, seu relato sensível articula suas próprias referências com as categorias do social reparáveis espacialmente (PETITEAU e PASQUIER, 2001). Em resumo, diria que um espaço é sempre o espaço de alguma coisa, assim como as coisas só podem ter lugar em algum espaço. O problema de adequação de forma e conteúdo se revela uma falsa questão. Daí resulta uma dificuldade prática: “a etnografia de um espaço social não pode ser senão a etnografia do que se passa nele” (VOGEL e MELLO, 2017, p.71).

A partir do que foi observado e captado, também por meio de fotografias, consegui construir uma cartografia para cada itinerário realizado. É importante ressaltar que os seis itinerários selecionados ocorreram em diferentes locais, também com a mesma preocupação que se teve com as entrevistas realizadas e isso foi fundamental para se analisar e compreender as práticas e uso *na* e *da* cidade, isto é, todas as maneiras pelas quais um local venha a ser, de fato, apropriado e usado (VOGEL e MELLO, 2017).

Os dados qualitativos se referem a dados não estruturados, por exemplo, as anotações das entrevistas e de contextos percebidos por mim durante os itinerários. Para tanto, todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, buscando-se, assim, garantir a qualidade dos dados para a análise. A seleção dos entrevistados abrangeu todos os polos, num total de vinte e seis (26) entrevistas concluídas: 30% foram do sexo masculino e 70% do sexo feminino, acompanhando

a porcentagem de 70% do sexo feminino, no total dos jovens inscritos no programa. Por isso, a pesquisa proposta fez uso da metodologia qualitativa uma vez que pretende realizar um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade e pelo fato de a pesquisa ser um tipo de investigação descritiva na medida em que o investigador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados.

As categorias que foram analisadas ao longo deste trabalho surgiram a partir dos principais temas que emergiram da fala dos sujeitos entrevistados. Conforme explicam Strauss e Corbin (2008), este tipo de procedimento permite que os dados falem por si próprios e que se revele o que é de fato essencial para a realidade estudada. Ele também facilita a revelação de novos aspectos da realidade que ainda não foram tratados na literatura. Neste tipo de procedimento, a busca de um referencial teórico para a discussão dos dados se dá durante a análise, a partir do que se revela como importante nos dados coletados. Com isso, eles tendem a gerar subsídios concretos para intervenção na realidade estudada (FARIAS, 2018).

Para Magnani (2002) não há necessidade de muitos malabarismos pós-modernos para aplicar com proveito a etnografia às questões próprias do mundo contemporâneo e da cidade, em particular: desde as primeiras incursões a campo, a antropologia vem desenvolvendo e colocando em prática uma série de estratégias, conceitos e modelos que, não obstante as inúmeras revisões, críticas e releituras (quem sabe até mesmo graças a esse continuado acompanhamento exigido pela especificidade de cada pesquisa) constituem um repertório capaz de inspirar e fundamentar abordagens sobre novos objetos e questões atuais.

Em seu olhar antropológico para a cidade, Magnani (1996, 2002) enfatiza a centralidade da etnografia para as pesquisas sobre o urbano, sugerindo discutir as suas especificidades e os seus desafios nesse contexto. E ele o faz ressaltando, em primeiro lugar, as tarefas principais de uma antropologia que toma a cidade como objeto para, mantendo-se “fiel ao patrimônio teórico e metodológico da disciplina”, abordar a sua dimensão, diversidade e particularidades. Nesse sentido é preciso conciliar a paisagem e os atores sociais.

Em um de seus livros, ele apresenta a etnografia como uma possibilidade interessante e fundamental para se apreender essa diversidade de cidades e de pontos de vista sobre elas. A etnografia é entendida, portanto, como um caminho

para a produção de uma reflexão mais crítica e ampla, que não tome a cidade. É preciso, portanto, reimaginar o pensamento sobre o urbano. Magnani (2012), de certa forma, mostra-se bastante preocupado com essa potencialidade de se pensar sobre as diferentes escalas de cidade a partir da etnografia.

A etnografia é uma forma de conhecimento que privilegia a experiência, permitindo-lhe entrar nos domínios sociais que não são facilmente acessíveis pelos protocolos formais que servem outras disciplinas (DAS e POOLE, 2008). A partir desta perspectiva, a tarefa do pesquisador é perceber instâncias do Estado, como ele existe a nível local e, em seguida, analisar essas manifestações locais de burocracia e ler ambas as interpretações culturalmente constituídas ou como apropriações de práticas na paisagem urbana (DAS e POOLE, 2008). Para Joseph (1999, p.18):

A paisagem urbana é coisa pública e o mundo do cidadão impõe-lhe uma determinação e uma atividade (ou um “limite”) suplementares, dada a densidade das relações com as quais se compromete, pelo fato da co-presença e da visibilidade mútua.

Fazer da paisagem urbana coisa pública é, sem dúvida, apreendê-la não como coisa, mas como uma composição, produto de uma “artealização” do meio ambiente. Mas, talvez seja necessário dar um passo a mais e decompor a coisa, para percebê-la como sociedade e como administração. Essa seria uma orientação mais pragmática do que crítica, fazendo da paisagem urbana o teatro da ação, o espaço da disputa por excelência, tanto para os diferentes atores do projeto urbano como para os cidadãos que dele fazem uso e o põem em evidência ao organizar suas próprias perspectivas, individuais ou conjuntas, seus encontros com a coisa pública (JOSEPH, 1999).

Compreender, portanto, a paisagem não apenas como um cenário dado, mas como um resultado das práticas, de intervenções e de ações engendradas pelos diferentes atores, de maior ou menor poder, por meio de suas redes de trocas (MAGNANI, 2012). Com isso, foi proposto neste estudo um viés qualitativo e dessa forma, foram empregados alguns métodos próprios a essa abordagem. Esta opção mostra-se como a mais adequada, pois permite uma escuta sensível e abrangente, possibilitando conhecer atividades diárias, motivos, significados, emoções e reações dos sujeitos, dando espaço para seu próprio olhar sobre o mundo.

O método de itinerários assemelha-se aos métodos biográficos, pois, para

além dos temas da pesquisa, a história de vida é o fio condutor sem, no entanto, confundir-se com os depoimentos prestados. Na jornada de itinerário o outro torna-se o guia, estabelecendo um percurso (PETITEAU e PASQUIER, 2001). O pesquisador acompanha o entrevistado e um fotógrafo testemunha a jornada, fotografando cada parada, alteração de trajeto, movimento ou emoções que surgem. Os diálogos são gravados. O território é tanto aquele que é experimentado, isto é, navegando-se no espaço/tempo da jornada. A jornada de itinerário representa uma transação. Aceitando o percurso de um guia, o pesquisador aborda o território do outro através da sua palavra. Ou seja, ele é a todo o momento guiado pelo entrevistado. Portanto, o método representa um diálogo enriquecedor entre pesquisadores de diferentes áreas e o entrevistado que, como guia, produz uma narrativa sensível e com isso o conceito de espaço é revisitado a partir da própria exploração do entrevistado (PETITEAU e PASQUIER, 2001).

A escolha dessa abordagem, baseada em trajetórias de vida, vem completar as observações, registros de fotos e os itinerários, recolocando a questão das relações entre o indivíduo e o meio social em outros termos. A partir do percurso metodológico apontado, as análises foram focadas em desvendar o que os territórios, cotidianos, de trocas e referencial são para um grupo de jovens.

Na hora de trabalhar sobre o material recolhido, introduzi um diferencial: com a colaboração de uma colega arquiteta, foram mapeados os percursos realizados durante a jornada do itinerário. Dos vinte e seis (26) que foram entrevistados, dez (10) aceitaram realizar um itinerário logo depois da entrevista, no entanto, para a tese foram analisadas apenas seis (6) cartografias.

Optei por uma visita do bairro onde o jovem reside ou do local de trabalho/estudo, em seguida defini na hora alguns percursos, de um ponto a outro, em função do interesse dos jovens em mostrar-me o lugar. De fato, durante um itinerário que variou de quinze minutos a duas horas, os entrevistados ficaram livres para traduzir as suas impressões e percepções. Neste caso, tentei resgatar três percursos da vida de cada um desses jovens: um percurso como referencial espacial, um percurso de vida e outro, sobre o programa.

A fotografia como relato junto ao diário de campo também foi importante, pois o uso do registro fotográfico como método, de acordo com Borges, Linhares e

Tiradentes (2008), possibilita manter vivo o instante passado e captura assim a história, viabilizando uma interpretação e análise contextualizada daquele episódio. Destaco mais adiante, imagens que determinaram nossas “paradas” durante os itinerários. Momentos estes escolhidos pelo guia, a fim de mostrar e identificar tal lugar como destaque.

Durante a aplicação dos diversos métodos, ao longo dessa pesquisa de campo, foi redigido um diário digital onde foram registradas as observações, as sensações, bem como as questões que emergiram em todas as etapas e que foram extremamente relevantes durante o processamento e análise dos dados obtidos. Os temas abordados e sublinhados àqueles que foram os temas importantes nos momentos do encontro - entrevista e itinerário - foram destacados. Por fim, imagens do itinerário justificando porque o sujeito parou e falou sobre determinado lugar.

Assim, as etnografias aqui buscam não apenas mostrar algumas formas por intermédio das quais os jovens se relacionam entre si e com a cidade, mas também permitem pensar, de uma maneira geral, como os diferentes atores sociais se apresentam no espaço urbano (MAGNANI, 2002), circulam por ele, usufruem seus equipamentos e, nesse processo, estabelecem padrões de troca e encontro no domínio público (MAGNANI, 2010). Portanto, é preciso sublinhar que a noção de espaço público pensado como lugar de encontro (de divergências, de disputas e de negociações) entre sociedade e Estado, também vem se modificando com conteúdo, formatos, performances e rituais diversificados, indivíduos, grupos e instituições que levam diferentes demandas ao espaço público onde são disputados recursos materiais e simbólicos (NOVAES, 2012, p.185).

A partir disso, as cartografias foram desenhadas por uma arquiteta a fim de visualizarmos no mapa as trajetórias dos indivíduos, pontos e tempos de passagem, principalmente identificar como projetos sociais podem contribuir para o direito e a experiência juvenil *na* e *com* a cidade. Assim, estes foram efetivados por meio do trabalho de campo e com isso, estas análises buscaram embasar e complementar a formulação teórica, fazendo com que os significados que um determinado suporte material (esquina, calçada, quintal, rua, etc.) pode assumir, resulta de uma conjugação com uma atividade e mudam de acordo com ela. Como afirma Vogel e Mello (2017) assim como a rua é a forma de utilizá-la, o espaço é o

uso que permite.

Realizei paulatinamente a sistematização de dados, separando as categorias relevantes para a reflexão a respeito dos territórios e circulações dos jovens na cidade de Campos dos Goytacazes, que serão expostos ao longo desta tese. Locais estes que há uma produção crescente de “não lugares” (AUGÉ, 1994) que são simplesmente destinados à locomoção e passagem, mas também um universo diversificado de eventos, de vivências e relações de sociabilidades.

Memórias, identidade e estratégias de viver um cotidiano inseguro.

Ao mesmo tempo em que se criam estratégias para conviverem e se protegerem das violências existentes, a memória e a identidade vêm fazendo parte desse cotidiano marcado pelas vulnerabilidades, mas que ocupam um espaço e nele projetam valores, memórias e tradições. Nesse sentido, Castro e Abramovay (2003) destacam que a juventude assume faces diferentes de acordo com as condições materiais e culturais que a cercam, com o território em que se encontra.

Para Campos (2008), a memória parece ser um instrumento na construção da realidade, já que integra as porções temporais do passado e do presente, visando a um futuro possível. Portanto, a memória do lugar possibilita-nos identificar as peculiaridades, os elementos e as características que permanecem no espaço construído e que têm uma conotação que transcende o tempo presente (ZIMMERMANN, 2005). Quando pensamos a memória e sua ligação com as identidades, percebemos que ambas fazem parte de um mesmo processo e se encontram interligadas. A identidade só se constrói a partir de referências exteriores, ou melhor, de outro, e a memória só se forma a partir de alguma identificação.

Goffman (1988) afirma a identidade dos indivíduos como produto do social, ou seja, a identidade não pode ser concebida através de atributos e características intrínsecas, mas sim pelas trocas e pela interação em determinadas ocasiões. O outro relacional é fundamental na constituição da identidade, já que a observação das marcas distintas e a percepção da combinação única dos fatos que compõem

a vida são realizadas pelo, e no meio social. Como também afirma De Certeau (2008) que os indivíduos expressam sua identidade social e a dos outros, a partir das qualidades e características do local em que moram ou provém. Identidades que estimulam as práticas sociais e de intervenção na construção diária do bairro e da cidade.

O processo de contribuição da identidade na construção da memória é fundamental. Elas assumem seu papel fundamental ao determinar os valores dos objetos, dos monumentos e da cultura inerente a um espaço construído da cidade. A identidade, entretanto, não se vincula, necessariamente, à memória urbana (ZIMMERMANN, 2006). Quando falamos em identidade, não estamos nos referindo a um “eu” interior natural, como se este fosse uma capa colocada pela sociedade sobre o núcleo interno com o qual nascemos. Ao contrário, estamos falando em uma construção que cada um vai fazendo por meio das relações que estabelece com o mundo e com os outros. A construção da identidade é, antes de tudo, um processo relacional, ou seja, um indivíduo só toma consciência de si na relação com o outro. “É uma interação social, o que aponta para a importância do pertencimento grupal e das suas relações solidárias para o reforço e garantia da identidade individual” (DAYRELL, 2009, p.01), ou seja, fica evidente a importância do grupo de amigos, das esferas culturais, das atividades de lazer, da escola, entre outros, como espaços que podem contribuir na construção de identidades.

As representações de relatos sobre esses espaços só são feitas a partir da construção de lembranças e também de esquecimentos, gerando muitas vezes identidades cristalizadas (CAMPOS, 2008). A memória resgatada ao longo das entrevistas destaca situações do bairro a partir da violência, conflitos entre vizinhos, entre facções, perdas de entes queridos, sobretudo circunstâncias de quase morte por parte de alguns entrevistados. Em outras palavras, Campos (2008, p.18) indaga: como esse medo é pensado por habitantes que vivem a exclusão social, a precariedade e o risco? Até que ponto elementos de uma sociabilidade tradicional como a solidariedade persiste nesse espaço social (MENEZES, 2000; AUGÉ, 1994) enquanto estratégias na arte de viver o cotidiano inseguro (DE CERTEAU, 2008).

As necessidades desses jovens estão relacionadas com o contexto em que vive, sem que isso exclua individualidades e singularidades, como em qualquer

grupo ou família que compartilha de algo que é socialmente construído (SAWAIA, 1999). No caso deles, as expressões de vulnerabilidades negativas, ou seja, as situações extremas de risco, a violência e a carência, precisam ser olhadas com bastante flexibilidade: não como algo imutável, estigmatizante, idealizado, mas como algo a ser transformado e cuidado. Os jovens que frequentaram o programa analisado apreenderam certa positividade de tais vulnerabilidades, resistindo, demonstrando uma perspectiva de crítica social, como demonstrado em suas falas sobre condições de vida e isto pode-se considerar como uma estratégia. Insisto na parte de vulnerabilidade positiva (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002) do jovem, ou seja, na consciência crítica que se registra em relação ao vivido, pois a juventude não só refletirá a sociedade, mas está desafiada a reinventá-la. De fato, a solidariedade, a coletividade, a cidadania e projetos de futuro existiram na existência do programa e acabaram por amenizar em situações que favoreçam a vontade de ir embora do bairro, de achar que não podem ter perspectiva de vida e de trabalho, sobretudo em relação à educação. Compreender estas especificidades é essencial para a elaboração e implementação de políticas públicas de juventude (NOVAES, 2007).

Especificidades estas, que demonstram quando um morador do bairro narra um fato ou se expressa, e que ao mesmo tempo está reconstruindo determinadas identidades usando a memória social de algum espaço e tempo. Para Wellington:

Eu me lembro de que antigamente morria muita gente no meu bairro, fica até difícil falar um ponto positivo, sabe?! Porque lá é um bairro que pela prefeitura ele não é muito bem visto. Um bairro onde não tem um posto médico, as pessoas vão para um bairro vizinho, é um bom lugar para morar hoje, mas depende da área por conta das facções porque lá tem bastante. Eu moro no centro do bairro e lá é comandado pelas duas (ADA e TCP). Elas se uniram (TCA), tá melhor pra morar agora e agora reduziu o assalto lá também. O que me lembro de antigamente era que toda semana era um morto na esquina da minha casa, o que eu lembro é isso (Wellington, 21 anos, que pertencia ao polo da Tapera) (08/03/2017).

Pelo menos, uns seis (6) jovens afirmaram terem ficado entre o “fogo cruzado”, tiroteio na rua/bairro onde moram. Uma identidade que vem sendo construída e marcada por vulnerabilidades, conflitos e ocasiões de violência no local, onde a maioria reside desde o seu nascimento, que para Machado da Silva (2008, p.21) denomina-se de sociabilidade violenta. Para o autor (idem), as ações são coordenadas quase exclusivamente por referência às escalas de força física (e as suas extensões: armas, etc.). Nela, quem tem mais força usa os outros, assim

como artefatos (armas), para impor sua vontade, sem considerar princípios éticos, deveres morais e afetos. Conforme Paula e Cassia, respectivamente, ambas pertenciam ao polo da Tira Gosto:

Quando eu fazia o 'Jovens pela Paz', eu morava no Matadouro, perto da Tira Gosto, só que depois eu fui morar no Novo Jockey, perto das 'casinhas', aí minha avó ainda morava na Tira Gosto então eu vivia aqui. Antes, todo mundo podia ficar na rua, brincava, não tinha tanto perigo como tem hoje, passa gente atirando e antes não tinha isso. Algumas pessoas da Portelinha foram para o Novo Jockey, por isso não pode dizer que é um bairro tranquilo. Às vezes ouço tiro da minha casa. É perigoso, e tem o risco né? Eles mandam (os traficantes), a gente obedece. Dependendo da hora, nem podemos mais ficar na rua batendo papo (Paula, 22 anos, estudante, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (27/04/2017).

Eu até gosto de morar aqui (Portelinha), não tem problema nenhum, o único problema de morar aqui é correr risco de vida, por causa do tráfico de drogas, tem a facção, de vez em quando acontece de outra facção querer entrar aqui. É só de vez em quando, mas eles não avisam, é tudo de surpresa mesmo, qualquer hora, qualquer dia, pode ser a qualquer momento. O último que teve aconteceu uma e pouca da tarde. Estávamos eu, minha filha e minha irmã. Fomos para um quarto deitamos e esperamos acabar tudo. Muita confusão como sempre, muito bate-boca e tiros, mas dessa vez ninguém morreu (Cassia, 20 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (19/12/2016).

Para tanto, foram destacados aspectos relacionados à cultura do medo, ao medo enquanto emoção social e sobre a sociabilidade, o cotidiano e as possibilidades de criação social ou de sua negação a partir dos fenômenos corriqueiros (CAMPOS, 2008).

Reflexões sobre o local de moradia como operador classificatório.

Goffman (1988, p.134) diz que a diferença, em si, deriva da sociedade e antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceitualizada pela sociedade como um todo mostrando novamente o caráter coletivo da diferença. Isso remete a esta pesquisa, a investigar o bairro e cidade a respeito do estigma, ou melhor, estigmas possíveis, e como estes atuam e influenciam as vidas e ações sociais dos indivíduos, sendo assim, o local de moradia se classifica aqui como operador classificatório, pois aproxima, distancia e separa os indivíduos (CECCHETTO e FARIAS, 2009, p.226). A partir disso, apresentarei empiricamente as características de juventude de periferia dos jovens

do JPP. Estes, jovens, moradores de favelas, mencionaram o desconforto de verem o lugar onde moram, recorrentemente associado à criminalidade e os conflitos entre facções e entre traficantes e policiais.

Também afirmaram que a influência do local de moradia ocorre especialmente quando precisam dar o endereço em lojas, comércio em geral, para concorrer em alguma vaga de emprego, ou seja, a territorialidade, neste caso é considerada um fator restritivo (CECCHETTO e MONTEIRO, 2006). Isto é, muitas vezes são associados a jovens que são do tráfico, ou por talvez possuírem familiares e/ou amigos que são aqueles denominados como “envolvidos”, categoria nativa utilizada tanto por gestores e moradores quanto policiais, para classificar de forma genérica os jovens que transitam pelo crime-negócio das drogas e armas nas favelas (ZALUAR, 2004; CECCHETTO, CORRÊA e FARIAS, 2016). Como para Juliana, pois segundo ela, as pessoas dizem que morar em Santa Rosa é “morar em outro mundo”:

Hoje eu moro no parque Santa Rosa, mas antes eu morei perto da pracinha de Custodópolis, eu gosto de morar lá, mas é muito complicado, pois é muito violento e quando eu falava que morava lá logo me olhavam com cara feia. Eu moro bem no começo do bairro de Santa Rosa mesmo, mas lá pra dentro do bairro é mais complicado. Tem muita gente boa que mora em Santa Rosa, mas eles (as pessoas de outros bairros) tratam a gente como se fossemos de outro mundo, sabe? Como se devêssemos ficar isolados de todos. Tenho um irmão de dezessete anos, outro de quatorze, uma irmã de sete e é muito complicado. Meus irmãos estudam no meu bairro mesmo, mas eu preferi mudar. Eu só ficava escola e casa o tempo todo. Fui estudar no Centro, pois lá eu conheço mais gente. Vou correr atrás de um emprego melhor, do meu curso de teatro que eu gosto, e aqui eu conheci muita gente (Juliana, 22 anos, estudante de música, moradora do bairro Santa Rosa) (14/08/2017).

Juliana relatou que perdeu cerca de três entrevistas de emprego por ter colocado no currículo o endereço onde reside. O endereço não é apenas um indicador de subalternidade econômica ou de diferenciação de classe social. Alguns endereços trazem embutida a marca de áreas urbanas, subjugadas pela criminalidade e negatividades, fato que pode influenciar diretamente na apropriação da cidade pelos jovens moradores desses bairros (MARTINS; MONTEIRO; SANTOS, 2013). Campos (2008) afirma que estes preconceitos são imputados pela cidade através dos marcos simbólicos visíveis, operados pelo imaginário que expressa uma postura política e ideológica que classifica o lugar como fora do comum, anormal, e não desejável. Para a entrevistada, é melhor não contar para as pessoas onde ela mora. Portanto, o motivo de discriminação é o estigma de

morar na periferia, que é associada à miséria, violência e criminalidade.

A percepção sobre determinados bairros como violentos leva a exclusões imediatas, fechando também as possibilidades de trabalho, às vezes, até mesmo de amizade. A distinção entre ser honesto ou marginal é simplificada e está relacionada ao local de moradia, de maneira que uma sociedade excludente classifica os pobres como “marginais”. Para Zaluar e Alvito (2003, p. 306 e 307):

A favela é vista como um lugar sem ordem, capaz de ameaçar os que nela não se incluem. (...) Como esse rótulo genérico é atribuído aos moradores indistintamente, todos eles são considerados perigosos, capazes de, ao se relacionarem com as “pessoas do asfalto”, contagiá-las com sua “falta” de valores da sociedade. (...) O fato de um indivíduo morar numa favela o transforma num estigmatizado, sendo-lhe atribuída uma condição desviante, de anormalidade e periculosidade.

Isso é muito evidente para Juliana. Quando ela foi estudar em uma escola estadual localizada no centro da cidade, disse ter demorado muito tempo para contar para os novos amigos onde ela morava. Eles tinham medo de ir à sua casa. E ela também afirmou que preferia não receber visitas com medo que algo acontecesse. Os jovens quando se encontram e/ou se conhecem, principalmente em uma nova situação, como a escola, por exemplo, buscam imediatamente identificar o local de moradia do outro como forma de enquadrá-lo num sistema classificatório onde o operador principal é o território. No caso das turmas juvenis, principalmente aquelas formadas por jovens das camadas populares, esse sistema assume contornos dramáticos, pois assinala o pertencimento ou não às facções criminosas amigas ou inimigas (CECCHETTO e FARIAS, 2009).

O medo por morar em favela é uma constante na vida destes jovens e vem entrelaçado à construção da identidade dos sujeitos analisados. Para Machado da Silva e Leite (2007), eles constroem seu entendimento da sociabilidade em suas localidades, suas formas de lidar com os perigos e riscos que identificam, e os modos como analisam sua inserção institucional. Além das narrativas sobre suas vidas, dramas familiares, as preocupações com os filhos, irmãos mais novos, com o futuro, trabalho e estudo, eles também revelam suas preocupações em relação às suas moradias, entendida como um “lugar perigoso”. Deste modo, em seus relatos ressaltam o receio por morarem em favelas. Relatam que seus locais de moradia são marcados por incertezas cotidianas (BERTOLI, 2013).

Mesmo sendo um cotidiano marcado por essas incertezas, Koury (2002) afirma que o local tem uma importância fundamental na construção das identidades individuais e coletivas, já que seria um elemento intrínseco de pertença, de afirmação de laços, que se por um lado levam a semelhança com os outros indivíduos e grupos, obrigatoriamente leva a dessemelhança dos que são excluídos como pertencentes ao lugar e a seu *pedaço* (CAMPOS, 2008, p.115).

No entanto, atualmente já se observa que o isolamento tem perdido um pouco de sua força tendo em vista a expansão e aumento da importância de Guarus para a cidade de Campos dos Goytacazes, pois tem servido de residência às populações mais abastadas que buscam fugir da agitação e problemas da região central e que passaram a morar em habitações de alto padrão. Foram construídos e/ou estão em construção empreendimentos imobiliários direcionados à classe média, além de uma diversificada rede de serviços e comércios (PINHEIRO, 2018, p.24).

Pude observar também, assim como Pinheiro (2018), devido às experiências pessoais desses jovens, relatos de pessoas que disseram não querer sair de lá, mesmo tendo que conviver com as condições impostas pelo medo e pela violência, pelo fato de ter sido ali construída sua história e família. Em vez do constrangimento, eles positivam a identidade territorial, reforçando o vínculo afetivo com o lugar, não obstante a violência trazida pelo tráfico de drogas nessas áreas nos últimos anos e suas implicações nos planos, simbólico e político, para a teia de sociabilidade juvenil (CECCHETTO e MONTEIRO, 2006). Por outro lado, muitos manifestaram sim o desejo de sair, mesmo com pesar, caso tivessem as condições materiais para isso. Por isso, a sensação do medo e o sentimento de insegurança acabam por constituir como elementos modeladores da sociabilidade das pessoas nestes locais periféricos, como Santa Rosa, por exemplo. Neste caso, demonstram que esses sentimentos produzidos pela criminalidade violenta presente no local, percebida principalmente a partir da ação do tráfico de drogas do varejo, influenciam os hábitos e a sociabilidade dos seus moradores, onde estes criam estratégias para conviverem e se protegerem das violências existentes (PINHEIRO, 2018).

Relações de sociabilidade, circuitos, espaços de usos públicos e a cidade.

Para essa discussão é importante compreender quem são os jovens analisados, conhecer os contextos, seus valores e projetos de vida. No caso dos jovens entrevistados, estudantes de escolas públicas estaduais, as relações de sociabilidade também ganham maior dimensão. Neste caso, como são percebidas ao longo desta tese, questões relacionadas aos usos dos espaços públicos, do bairro, das praças, dos parques, dos *shoppings* e da escola foram destacadas no roteiro de perguntas para a execução das entrevistas semiestruturadas.

Sobre as formas de sociabilidade e, portanto, das inter-relações que emergem no cotidiano dos habitantes desses bairros em vulnerabilidades, sob a ótica do medo e da violência, busquei decifrar e interpretar o cotidiano cada vez mais fragmentado das cidades ocidentais contemporâneas e o desenrolar da vida emocional dos sujeitos na vida cidadina moderna (SIMMEL, 1973), como o bairro onde residem, por exemplo. Para este autor a cidade é como o lugar no qual se elabora uma nova forma de conceber e de compreender a sociedade. Ao contrário de Simmel, Weber achava que pensar a cidade como um local densamente povoado onde as pessoas mal se conheciam era apenas um fragmento em uma teoria da cidade que deveria, também, contemplar o papel da cultura. Logo, Weber estava interessado nas relações sociais, no significado delas e no sistema de relações que delas decorre. Em outras palavras, as instituições existem como resultado dos atos das pessoas (PALACIOS, 2016, p.136).

A compreensão do mundo contemporâneo tem sido um desafio instigante não apenas para a sociologia, mas, também para a antropologia. Para Agier (2011, p.192), não há duas antropologias, mas sim maneiras diferentes de fazer antropologia com objetos diferentes e, portanto, maneiras de pesquisar diferentes. Ao mesmo tempo, devemos examinar as contribuições que a antropologia traz para a redefinição das cidades e das etnografias urbanas na investigação das práticas culturais contemporâneas.

Segundo Oliven (2007) a antropologia é tudo aquilo que os antropólogos fazem e que no Brasil, bem como em vários outros lugares, eles estão cada vez mais ocupados em pesquisar o meio urbano, o que inclusive deu origem a uma

antropologia chamada de urbana. Para ele existe uma longa tradição antropológica de "estudos de comunidade" que, embora não se ocupem especificamente com sociedades urbano-industriais, têm a cidade como pano de fundo dos fenômenos pesquisados. Logo, este fenômeno ocorre justamente porque a antropologia dispõe de teorias e instrumentos próprios que podem contribuir significativamente para a compreensão da dinâmica deste tipo de sociedade, estudando os reflexos das grandes transformações no dia-a-dia e como elas são vivenciadas e reelaboradas por diferentes camadas sociais.

Para tanto, foi constatado que aderi à perspectiva da antropologia urbana e, com isso, trago uma abordagem caracterizada por Peirano (1992), e também por Magnani (2007), como uma perspectiva de análise de perto e de dentro, que versa sobre uma totalidade que é apreendida a partir de padrões que emergem dos próprios sujeitos em pesquisa. Agier (2011), que também valoriza a etnografia urbana, afirma que ela alimenta a construção do conhecimento das cidades contemporâneas, da cidade que é produzida pelo antropólogo por meio da observação e descrição das práticas, relações, situações e representações dos cidadãos em sequências da vida urbana. Para ele, a reflexão que propõe não trata da cidade, mas da investigação urbana antropológica. Neste caso, acredito que os habitantes e moradores das cidades contemporâneas vivenciam e vivenciaram o cotidiano acompanhando seu processo de desenvolvimento urbano e crescimento, trazendo com suas trajetórias de vida e projetos, elementos importantes para o entendimento da sociabilidade e da vida contemporânea ocidental (CAMPOS, 2008).

A antropologia, muitas vezes, considerada (como uma disciplina) uma voz de pouco peso em relação à teoria política ocidental, fornece uma base ideal para repensar criticamente o Estado a partir de suas margens (DAS e POOLE, 2008). Neste caso, que especificamente se volta a uma antropologia direcionada ao estudo da favela e periferia. Para isso foram investigadas trajetórias urbanas de um grupo específico de jovens de periferias. Tais trajetórias são encaradas como uma entrada privilegiada para o estudo das dinâmicas socioespaciais em processos situados de produção, apropriação e significação das periferias urbanas, ao permitir apreender tais processos nas injunções entre espaço e sociedade (ROSA, 2014). Para evidenciar a densidade vivida pelos jovens é questionado: o que emergem dos encontros, das temporalidades, dos deslocamentos e das representações?

Portanto, o ponto de partida para a análise da apropriação da cidade é o bairro, pois, esse é o primeiro lugar onde os jovens definem os percursos cotidianos nos quais constroem as interações com a cidade. No entanto, foi percebido que a maioria não escolhia o lugar de sua residência e/ou bairro para realizar o itinerário. Como fica a critério do jovem de escolher o local onde seria realizado e de onde nos encontrávamos para realizar o percurso, a casa nunca era descrita como a melhor opção, muito menos o bairro. Conforme os relatos, a residência de muitos se localizava em lugares perigosos, para alguns “a faixa de gaza”, conforme Lídia:

Os policiais costumam dizer que eu moro na faixa de gaza, que é esquina de onde ocorre o confronto entre as facções. Agora está mais tranquilo, mas teve fase de eu nem querer mais sair de casa. Pensei em me mudar de lá várias vezes, já fiquei no meio do confronto junto com os meus dois filhos. Tive que tampar os olhos deles diversas vezes. Tinha dia que eu não conseguia estudar direito com tanto tiro na minha rua (Lídia, 27 anos, estudante do curso de serviço social e que pertencia ao polo de Eldorado) (12/07/2017).

A faixa de gaza é o lugar central da disputa do tráfico, sobretudo das facções, com violência e tiroteios. Com isso, os lugares próximos ao trabalho, igreja e curso seriam “mais seguros” conforme os entrevistados. Ao relacionar o estranhamento e o medo com as relações cotidianas da vivência dos habitantes do bairro, visei encontrar ligações com a pertença ao bairro e seus lugares, como também com a cidade. Encaram o medo como elemento que pode provocar paralisia de certas ações sociais, mas também como um elemento que ao provocar essas coações está, por outro lado, impulsionando novas ações, novas formas de se comportar e novos hábitos culturais (CAMPOS, 2008).

Importa, assim, a partir do cotidiano marcado por tais características peculiares aos jovens moradores de periferia, compreender o espaço público urbano a partir da ideia de que as práticas sociais configuram e reconfiguram os significados do espaço – por meio de um conjunto de operações em relação ao masculino e ao feminino, à casa e à rua, ao privado e ao público, ao local e ao global, ao jovem e ao velho, a nós e aos outros, sagrado e profano, tempo e espaço, cotidiano e extraordinário, lazer e trabalho (MENEZES, 2009, p.303).

Parto do pressuposto que os espaços públicos de sociabilidades que vão configurar as cenas urbanas. Magnani (2002) discute as relações de sociabilidade a partir de uma perspectiva espacializada, em relação direta com os lugares e

equipamentos urbanos. A noção de *pedaço*, por exemplo, observada inicialmente como categoria nativa na periferia e, posteriormente, no centro, designa as relações de sociabilidade no contexto do bairro, como intermediário entre a Casa e a Rua, conforme Da Matta (1997).

Segundo Magnani (1996), todas as categorias (nós e os outros, sagrado e profano, tempo e espaço) que descrevem diferentes formas de uso e apropriação do espaço, constituem chaves para leitura, entendimento e orientação na cidade: ao circunscrever pontos socialmente reconhecidos como relevantes na dinâmica urbana, servem de referência para as atividades que compõem o cotidiano. Essa articulação se dá basicamente em torno dos temas da sociabilidade, do lazer, da música e das práticas culturais, sempre referidos a alguma dimensão do contexto e espaço urbanos, o que permite a discussão de questões teórico-metodológicas comuns, etnografia na análise do espaço público urbano, bem como a importância em compreendê-lo através das noções de heterogeneidade (MENEZES, 2009, p.304).

A questão da circulação entra em cena. No decorrer das entrevistas foram indagados sobre as possíveis mudanças que tiveram depois que começaram a participar deste programa e o que perceberam. A forma como consideram positiva andarem pela cidade e se sentirem protegidos é destacada pela maioria ao responderem sobre o que mudou. Segundo Breno:

Primeiro percebi que se não fosse essa coisa do tráfico, dava pra todos interagirem normalmente, todos serem amigos, o pessoal da Baleeira, Esplanada, Pecuária, Tira Gosto conviveriam normalmente. Lá no Programa não tinha esse negócio da sua facção, uma coisa que você jamais iria imaginar. Fazíamos teatro, jogávamos queimado, futebol, tudo junto (Breno, 21 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (02/10/2018).

Sobre o estudo das facções criminosas existentes na cidade de Campos dos Goytacazes era algo que não seria destacado ao logo da pesquisa, no entanto, todos os caminhos foram levados a este entendimento, como já vem sendo verificado ao longo desta tese. A presença do tráfico, sobretudo a disputa entre as facções, é muito marcante na vida dos entrevistados, e isso é característico, não somente daqueles que participaram do JPP, mas podemos notar que é um fator que é levado em conta quando foram questionados sobre o cotidiano, lazer, amigos, entre outros. Para Juliana:

Eu particularmente tinha muito medo, há cinco anos era bem diferente pela questão das facções que agora se uniram. É TCA, TCP com ADA, e antes cada rua era uma facção diferente, era horrível meus amigos que eram da escola, lá do Nilo, não gostavam de ir à minha casa, eu morro de vergonha, eles têm medo (Juliana, 22 anos, moradora do bairro Santa Rosa) (14/08/2017).

Muitas vezes os jovens relatam o receio de frequentarem lugares por eles considerados não familiares e “inseguros”, por nesses locais identificarem lógicas e códigos de controle de grupos de traficantes presentes em favelas que buscam imprimir as suas marcas em áreas contíguas da cidade (MESQUITA e BERTOLI, 2014) como para Paula:

Eu tinha muito medo de ir ao bairro da Pecuária e o meu curso é lá no SENAC, no Parque Leopoldina. Eu tinha muito de medo porque lá são os inimigos né, de ser assaltada lá do que perto da minha casa e eu acabei sendo assaltada perto da minha casa, no Novo Jockey. E eu não tinha costume de ir pro lado de lá. E durante o programa eu conheci pessoas de lá, com isso eu fui perdendo o medo (Paula, 22 anos, estudante, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (27/04/2017).

Mesmo com a união entre as facções, dizem terem medo de serem identificados por moradores de outras favelas como “inimigos”, por morarem em uma localidade controlada por um grupo de traficantes que era considerado rival e que disputava o controle de territórios na cidade. Para eles, essa união é muito previsível, como se a qualquer momento, tudo pudesse voltar como antigamente. O receio, por sinal justificado, de infringir de alguma forma o domínio dos traficantes provoca alta dose de medo e de desconfiança entre os próprios moradores (MACHADO DA SILVA, 2008).

Todos têm seus próprios *circuitos*, mas circulam – com os devidos cuidados – por locais de outros grupos. São *trajetos* conhecidos, podendo até haver algum conflito em razão da presença não desejada ou inoportuna nos *pedaços* de outros (MAGNANI, 2010). O medo existe constantemente, e por isso, acabam por não terem um comportamento considerado espontâneo, livre e solto, há sim regularidades, ações de consequências previsíveis. Segundo Magnani (2010), o que se busca com essa opção é um ponto de vista que permita articular dois elementos presentes nessa dinâmica: os comportamentos (recuperando os aspectos da mobilidade, dos modismos etc., enfatizados nos estudos sobre esse segmento) e os espaços, as instituições e os equipamentos urbanos que, ao

contrário, apresentam um maior (e mais diferenciado) grau de permanência na paisagem – desde o *pedaço*, mais particularista, até a “mancha”, que supõe um acesso mais amplo e de maior visibilidade.

O *circuito*, dentre as outras categorias da família, deve-se à particularidade de ser a mais abrangente delas, pois, ao mesmo tempo em que possibilita identificar e construir totalidades analíticas mais consistentes e coerentes com os objetos de análise permite também extrapolar o espaço físico, proporcionando recortes não restritos a seu território.

Podemos analisar o bairro como o *pedaço*, que designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla do que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável do que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (MAGNANI, 1999). Podemos observar também que a formação do bairro está totalmente entrelaçada à constituição da cidade como um todo. Os processos advindos da atual cultura do medo e da sociabilidade contemporânea nas cidades configuram-se no bairro a partir de seus elementos, como a dualidade de sua comunidade, sua herança de hábitos tradicionais, a presença de seu marco no imaginário individual e nas representações coletivas, entre outros (CAMPOS, 2008).

A área central da cidade de Campos dos Goytacazes, incluindo a Praça São Salvador, pode ser considerada como a *mancha*, que são áreas contíguas do espaço urbano, dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante. Essa categoria foi proposta para descrever um determinado tipo de arranjo espacial, mais estável na paisagem urbana se comparado, por exemplo, com a categoria *pedaço*, mais estreitamente ligada à dinâmica do grupo que com ela se identifica.

Neste caso, cabe explicar, aqui, o que vem a ser essa *mancha* na proposta de antropologia da cidade, que Magnani (2002) desenvolve como conceito. Este autor desenvolveu algumas categorias que descrevem as formas como podem se apresentar alguns desses recortes na paisagem urbana, procurando mostrar as possibilidades que abrem para identificar diferentes situações da dinâmica cultural e da sociabilidade na cidade. A incursão pelo centro mostra outros padrões de uso

e ordenação do espaço. Existe uma forma de apropriação quando se trata de lugares que funcionam como ponto de referência para um número mais diversificado de frequentadores (MAGNANI, 2002).

A *mancha*, delimitada pelos equipamentos que se complementam ou competem entre si no oferecimento de determinado bem ou serviço – apresenta uma relação mais estável com o espaço e é mais visível na paisagem: é reconhecida e frequentada por um círculo mais amplo de usuários (MAGNANI, 1999; 2002). Portanto, nesta *mancha* são encontradas características específicas de locais considerados como periféricos. São nestes bairros que há uma significativa quantidade de jovens assassinados, violentados, sobretudo adolescentes pobres, pretos e que estudam ou estudaram sempre em escolas públicas.

A qualquer momento os membros de um *pedaço* podem eleger outro espaço como ponto de referência e lugar de encontro, por exemplo, qualquer outro barzinho ou esquina do bairro que residem. As áreas de “boca de fumo”, espaços com concentração e circulação de pessoas são consideradas como um local de encontro, sobretudo, vigiado, “protegido”, mas que ocupa um “pedaço” nesses espaços de circulação.

A *mancha*, ao contrário, resultado da relação que diversos estabelecimentos e equipamentos guardam entre si, e que é o motivo da afluência de seu público, está mais ancorada na paisagem do que nos eventuais frequentadores. A *mancha* é mais aberta, acolhe um número maior e mais diversificado de usuários, e oferece a eles não um acolhimento de pertencimento, mas, a partir da oferta de determinado bem ou serviço, uma possibilidade de encontro, acenando, em vez da certeza, com o imprevisto: não se sabe ao certo o que ou quem se vai encontrar na *mancha*, ainda que se tenha uma ideia do tipo de bem ou serviço que lá é oferecido e do padrão de gosto ou pauta de consumo dos frequentadores (MAGNANI, 2010).

A noção de *circuito* também designa um uso do espaço e dos equipamentos urbanos – possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos –, porém de forma mais independente com relação ao espaço, sem se ater à contiguidade, como ocorre na *mancha* ou no *pedaço*. Mas ele tem, igualmente, existência objetiva e observável: pode ser identificado, descrito e localizado (MAGNANI, 2005).

Neste caso, as categorias sugeridas apontam para outras formas de realização do espaço público, diferentes das usualmente associadas com a ideia tradicional (e restritiva) de rua. *Circuitos, manchas, trajetos e pedaços* (MAGNANI, 2007) constituem distintas modulações de uso e desfrute do espaço público. Cada um desses arranjos corresponde a uma forma específica de se expor, estabelecer laços, marcar diferenças, fazer escolhas, colocar-se, enfim, na paisagem urbana diante dos outros e em relação a eles.

A dimensão espacial das desigualdades: Vulnerabilidades, Educação e Estado, Cidadania e Políticas Públicas de Juventude.

Busca-se apresentar aqui a dimensão espacial das desigualdades e a relação com outras esferas como, por exemplo, a educação, o Estado, a cidadania e a vulnerabilidade social. Também é destacada a questão da educação no debate acerca das políticas públicas, pois, também, estão voltadas ao entendimento dos sistemas políticos, atenta à diversidade cultural e às transformações culturais, servindo-se de elaborações teórico-metodológicas, com conceitos, métodos, instrumentos e ferramentas para a execução de pesquisas.

As políticas geradas sob a perspectiva de vulnerabilidade e risco social dominaram as ações governamentais no Brasil dos anos 80 aos 90 e foram dirigidas às crianças e, com menos ênfase, aos adolescentes (até 18 anos), ou seja, “menores” que viviam e/ou trabalhavam nas ruas e os que estavam em conflito com a lei, visando especificamente “prevenir” as condutas de risco, pela ampliação de oportunidades formativas, uso saudável do tempo “livre” e diminuição da violência (ABRAMO, 1997). Foi neste contexto direcionado às crianças, também da precarização do mercado e das relações de trabalho que, no final da década de 90, surge o conceito de vulnerabilidade social. A ideia surge pela necessidade de estudos capazes de considerar um universo mais amplo de análise, abordando não apenas questões que dizem respeito ao desemprego, mas também às novas formas de vulnerabilidades (CANÇADO, SOUZA e CARDOSO, 2014).

Para Novaes (2006), também está cada vez mais se generalizando a importância do debate em torno do conhecimento no mundo contemporâneo,

sobretudo no contexto da globalização, onde a educação se torna uma condição para a integração social, política e econômica dos indivíduos na sociedade. Assim, podemos dizer que o acesso à educação e à informação se constitui em um direito de cidadania fundamental. É preciso considerar que o país convive com mudanças expressas nas políticas de juventude que nascem de iniciativas municipais diversificadas e poderão confluír para a construção de um novo paradigma em torno da questão. Mais do que nunca, orientações que integrem esses caminhos poderão contribuir para o nascimento de novas percepções em torno dos direitos de juventude (SPOSITO e CARRANO, 2003).

Esse consenso em torno da necessidade de implementação de políticas públicas destinadas à juventude enfrenta desafios no que tange os projetos e ações, exigindo a elaboração de um novo modo de olhar as vulnerabilidades e potencialidades das juventudes (NOVAES, 2011 *apud* PINHEIRO, 2014). Isto é, quando se fala sobre as alternativas para o enfrentamento da chamada criminalidade juvenil, a noção de vulnerabilidade emerge, salientando sua centralidade na fundamentação de políticas sociais (CECCHETTO, CORRÊA e FARIAS, 2016).

Segundo Abramo (2008), até os anos de 1960, a visibilidade da temática da juventude no Brasil ficou restrita a jovens escolarizados de classe média. O debate acerca das questões juvenis orbitava em torno de como os jovens (sobretudo através dos movimentos estudantis, da contracultura e do engajamento em partidos políticos de esquerda) centravam energias na continuidade ou subversão do sistema cultural, político e econômico que recebiam como herança (ROCHA, 2012).

Para Furiati (2010), no contexto da realidade social brasileira, surgem mudanças que promovem novas estratégias de desenvolvimento econômico, garantem a afirmação democrática e minimizam a desigualdade social como a criação e ampliação de políticas públicas. Estas mudanças tornam-se mais relevantes ao falar de juventude, ator social emergente, quer se considere o seu atual peso demográfico, quer se considere a lógica do processo de exclusão/inclusão a que se submete e, portanto, as consequências das vulnerabilidades negativas desse segmento (como o aumento da violência e gravidez precoce).

Vignoli (2001) compreende vulnerabilidade como a falta de acesso às

estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, estado ou sociedade, apontando a carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes. Busso (2001) considera a vulnerabilidade como a debilidade dos ativos que indivíduos, famílias ou grupos dispõem para enfrentar riscos existentes que implicam a perda de bem-estar. Compreende-se, portanto, a vulnerabilidade como uma conjunção de fatores, sobrepostos de diversas maneiras e em várias dimensões, de modo a tornar o indivíduo ou grupo mais suscetível aos riscos e contingências (BRUSEKE, 2006).

Por esse motivo o uso do termo vulnerabilidade mostra-se mais adequado que risco, por inferir o impacto das desigualdades sociais como fator que atinge determinados grupos mais que outros. Porém, ainda que o paradigma coletivo inerente à ideia de desigualdade social esteja presente no dispositivo da vulnerabilidade, as mudanças são sempre imaginadas em termos individuais. É nesta dupla chave, entre o coletivismo e o individualismo, que os projetos operacionalizam suas intervenções. A noção de vulnerabilidade repercute nas imagens que a sociedade constrói sobre os jovens pobres (CECCHETTO, CORRÊA e FARIAS, 2016). O que tem gerado uma série de indagações sobre as implicações dessa visão, principalmente porque este tipo de discurso, muitas vezes, acaba por reforçar os estereótipos predominantemente negativos através dos quais a juventude pobre é representada como um problema social (PAIS, 1990).

No caso das ações que envolvem a juventude, Lagree (1999) apresenta dois aspectos importantes que precisam ser levados em conta. Para a autora, de um lado, a ideia de que qualquer ação destinada aos jovens exprime parte das representações normativas correntes sobre a idade e os atores jovens que uma determinada sociedade constrói, ou seja, as práticas exprimem uma imagem do ciclo de vida e seus sujeitos. No entanto, é preciso reconhecer – e essa é uma ideia relevante para a compreensão das políticas públicas recentes destinadas aos jovens no Brasil – que há uma interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa corrente da idade e dos jovens na sociedade e o próprio impacto das ações políticas.

Dito de outra forma, a conformação das ações e programas públicos não sofrem apenas os efeitos de concepções, mas pode, ao contrário, provocar

modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens. Assim, as políticas públicas de juventude não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas poderiam agir, ativamente, na produção de novas representações (SPOSITO e CARRANO, 2003).

Conforme Furiati (2010), as políticas de juventude seguiram o padrão ideológico liberal-corporativista até a Constituição de 1988, quando pela lógica democrática, reconheceu-se a juventude de até dezoito anos como sujeito de direitos, política que não foi implantada na década de 90, possibilitando a criação de diversas organizações civis voltadas para temática juvenil.

Souza (2003) argumenta que não existem dúvidas sobre o crescimento da área de políticas públicas na pesquisa acadêmica realizada atualmente no Brasil, pois são várias as áreas do conhecimento, e não só a ciência política que se interessa pelo o que o governo faz ou deixa de fazer. No caso de políticas de juventude, os trabalhos específicos são escassos, visto que até 1995 só existiam, no Brasil, três programas e um projeto de iniciativa do governo federal. Desde 1985, ano Internacional da Juventude, escolhido pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a "agenda jovem" foi colocada em pauta no mundo e na agenda dos países-membros da Organização Ibero-Americana de Juventude, bem como em diversos eventos e fóruns internacionais (FURIATI, 2010). No entanto, no Brasil, as políticas públicas de juventude são recentes, mas essa construção tem a intensa participação do seu público alvo: os jovens. O caminho para a construção de políticas públicas para juventude passa pela realização de conferências, instrumentos que buscam ouvir os jovens dos mais distintos lugares e, também, os órgãos que administram cuidados com saúde, educação, entre outros, problematizando e criando soluções possíveis para os problemas sociais.

As políticas voltadas para a juventude são decorrentes de vários enfoques, como adolescência, prevenção e combate às drogas e à violência, assistência, inclusão dos jovens carentes e em situação de risco, educação, acesso à informação (inclusão digital), inserção de jovens excluídos do mercado de trabalho e mais recentemente dos enfoques do protagonismo juvenil, empoderamento, da consciência de direitos e da cidadania (SPOSITO, 2003). Tais enfoques estão presentes, de modo fragmentado, em vários programas e projetos focalizados, que

representam facetas de uma realidade social e cultural complexa, muitas vezes, desdobrada para facilitar acesso aos financiamentos públicos ou concedidos por agências, organismos internacionais.

Sobre um contexto de uma sociedade desigual, com altos índices de pobreza e violência, sabe-se que a cidadania deveria estar entre os princípios fundamentais. Ela constitui a República Federativa em um Estado democrático de direito, assegurando o direito social à assistência (FLEURY, 2009). O tema das políticas públicas de juventude tem ganhado centralidade no debate sobre a garantia de cidadania e de efetivação de direitos nos últimos anos, e que nesse aspecto a pauta das políticas públicas de juventude ganhou projeção a partir de 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão Social de Jovens (PROJOVEM), os quais compuseram a política nacional de juventude (ROCHA, 2012).

Quando se fala em Cidadania e Educação, sabe-se que existe uma visível tentativa de desafiar as desigualdades enraizadas na estrutura socioeconômica brasileira, projetada para o sistema de políticas sociais como um todo. Tal demanda por inclusão e redução das desigualdades adquiriu as concretas conotações de afirmação dos direitos sociais como parte da cidadania (FLEURY, 2009). Marshall também faz distinção entre cidadania e classe social. Para ele, a cidadania é a relação do indivíduo com o Estado, a partir da qual são conferidos direitos individuais num movimento em direção à igualdade material ou à cidadania ideal. A classe social, por outro lado, “é um sistema de desigualdade” (MARSHALL, 1967, p.76). Relaciona-se com a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e, num marco liberal, sua existência é desejável – seja para recompensar o trabalho realizado ou como incentivo para o desenvolvimento. Para Marx a classe social é definida como o conjunto dos agentes sociais colocados nas mesmas condições no processo de produção e que têm afinidades ideológicas e políticas. Como afirma Weber, é o conjunto de pessoas que tem a mesma posição diante do mercado, na perspectiva que existem dois tipos básicos de classes, as que têm e as que não têm algum tipo de bem:

De suprimento de bens, condições exteriores de vida, e experiências pessoais, na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou por sua ausência, de dispor de bens ou habilidades em benefício de rendimentos em uma dada ordem econômica. O termo “classe” refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontra na mesma situação de classe (WEBER, 1971, p.63).

Logo, é possível assegurar que a classe social é fundada nas desigualdades econômicas dos indivíduos, ao mesmo tempo em que subsiste como uma reprodutora de desigualdades sociais. E é nessa divisão da sociedade em classes que se têm como consequência os diferentes papéis dos grupos sociais no processo de produção (MARX, 1975).

Diante desse contexto, vários grupos e atores sociais que compõem a sociedade civil no Brasil tensionam o Estado para que atenda às suas reivindicações. Grupos distintos e com demandas mais diversas possíveis passam a requerer a criação de novas instituições e marcos legais. Cada ator luta para que o Estado crie instituições específicas, bem como políticas públicas para atender as suas demandas. É neste cenário que surgem também os diferentes grupos, que, já na década de 1990, passam a demandar do Estado maior atenção no que diz respeito à formulação de políticas públicas de juventude (ROCHA, 2012, p.39). Isso é visto com as novas práticas políticas, inauguradas com os processos de participação e controle social, como os Conselhos e as Conferências nas áreas de saúde e assistência, que desenham novas modalidades de relação Estado/Sociedade, com forte impacto no processo de inclusão social e construção da cidadania (FLEURY, 2009).

Após a década de 1980, o foco de uma parcela da sociedade civil centrou-se na questão das crianças e adolescentes em situação de risco. Embora houvesse o debate sobre juventude, ele ainda era fragmentado na década de 1990. Para Abramo (2008), isso ocorria porque o debate acerca da criança e adolescente hegemonizava a discussão, deixando a questão da juventude em segundo plano. É na virada da década de 1990 para 2000, sobretudo na eleição presidencial em que então, Luís Inácio Lula da Silva, venceu, em 2002, que o tema ganhou peso, promovendo uma mudança no fluxo da política (ROCHA, 2012). A partir de 2003, o governo federal passou a promover novas institucionalidades com a criação de organismos governamentais para responder às novas demandas sociais. A criação da Política Nacional da Juventude está inserida nessa conjuntura de novas institucionalidades. Portanto, o surgimento desta política não estava isolado no governo, pois estava inserido em uma nova dinâmica política.

A partir desta conjuntura, Novaes (2003) fala em novo paradigma entre os

pesquisadores das juventudes. Um ponto de sua reflexão é a relevância de compreender que um programa pode destacar a vulnerabilidade, mas, por outro lado, os usuários, ou seja, os jovens terminam por pleitear direitos: acesso à educação, à cultura, comunicação, saúde etc. Para a autora, o grupo, ainda que pouco significativo em termos numéricos, com suas presenças físicas, em espaços sociais diferentes, reinstauram a esperança e indicam que é possível ressocializar os jovens, reconverter trajetórias, reafirmar valores, ampliar visões de mundo e a cidadania. Portanto, antes de qualquer coisa, deve-se ter um aumento e uma maior efetivação das políticas sociais públicas, para que possam atender a todos os sujeitos residentes no Brasil, oferecendo-lhes condições de vida melhores, com maiores oportunidades, que não no mundo da ilegalidade e do envolvimento em ações violentas (CORTES, SIQUEIRA, THIMÓTEO e MENDES, 2016, p.07).

Nesse sentido, as interações com os participantes do programa se fazem presentes no espaço escolar, em espaços públicos da cidade, sobretudo em pontos de encontros de lazer e de trabalho. A partir do momento em que esses jovens se afastam das práticas cotidianas da favela, retomando a informação de que as atividades do programa ocorriam diariamente em toda a parte do dia, acarreta-se uma influência na construção de um estilo de vida desses jovens, uma vez que as redes de sociabilidade promovidas pelos grupos fortaleciam a condição de “ser jovem” e as possibilidades de mobilidade na cidade.

CAPÍTULO II. O Programa - Jovens pela Paz (JPP).

Academicamente, um projeto representa um esforço único, ou seja, um grupo de pessoas que se reúnem para criar um único produto, serviço ou resultado exclusivo, enquanto em um programa há uma diversidade de projetos, gerando um pacote coeso de trabalho (Pinheiro, 2013). Um projeto pode ou não fazer parte de um programa, mas um programa sempre terá projetos. Isto é, se pensarmos que um programa agrupa um conjunto de projetos que visam os mesmos objetivos estabelecendo as prioridades de intervenção, identificando e ordenando os projetos, definindo o âmbito institucional e alocando os recursos a serem utilizados (COHEN e FRANCO, 1993, p. 85-86), o “Jovens pela Paz” deveria ser nomeado de projeto e não de programa, pois não há um conjunto de outros projetos agrupados junto a ele.

No entanto, o “Jovens pela paz” é denominado como um programa municipal, pois foi criada uma lei que garante a existência deste programa no município, podendo ele ser paralisado e retomado, assim que alguém que exerça um cargo na prefeitura, juntamente com uma parceria com outras instituições, possa voltar a dar continuidade a ele. Para o programa ser colocado em prática não é necessária uma data de início e de término. Neste caso, ele não pode ser extinto, e sim paralisado e costuma estar mais voltado para a entrega de um benefício, pois trata-se da definição e formalização dos benefícios esperados de um programa.

Para Souza, Vialich, Eiras e Mezzadri (2010), a temática “projetos sociais” tem ganhado lugar nos debates e na produção acadêmica, devido ao número de projetos no país. Para eles, a discussão sobre os mesmos tem sido desenvolvida a partir de duas perspectivas: apologista e crítica. A perspectiva apologista entende que os projetos sociais são capazes de proporcionar benefícios, tais como: integração social, combate à violência e à criminalidade, disciplinamento, prevenção ao uso de drogas, entre outros. Já a perspectiva crítica percebe os projetos sociais como mecanismos de reprodução do poder.

Segundo os defensores desta última perspectiva, a necessidade da criação de projetos sociais só existe porque o Estado não está cumprindo com as suas obrigações de atender de forma permanente e efetiva, as necessidades da população. Para estes autores, independentemente dos problemas existentes, eles têm cumprido um importante papel social. De acordo com algumas pesquisas, eles

são importantes e/ou atrativos para seus participantes por se constituírem em espaços favoráveis à sociabilização (ZALUAR, 1994; ABRAMOVAY, 2006).

Projetos sociais.

Para este subtítulo, contemplarei a discussão sobre projetos sociais, movimentos sociais, especialmente, os movimentos pelos direitos das crianças e adolescentes e, conseqüentemente, sobre juventudes.

Os projetos sociais são ações conjuntas e encadeadas que visam ao desenvolvimento social, a partir do trabalho com um grupo de pessoas. O projeto social voltado para jovens geralmente abarca atividades programadas para seu desenvolvimento, objetivando que viva melhor em seu meio social, que atue sobre ele e o transforme. Isto é, que desenvolva maior autonomia e protagonismo, participando de forma efetiva e transformadora no meio ao qual pertence (FEIJÓ e MACEDO, 2012). Os projetos sociais são frutos, de uma maneira ou de outra, da organização da sociedade civil. Seja por iniciativas particulares, seja para pressionar o Estado no atendimento às demandas do segmento. Portanto, nota-se, principalmente a partir da década de 80, um crescente número de projetos alternativos e paralelos à educação formal, visando o atendimento dos mesmos (ZALUAR, 1994).

Para entender a importância existente nos projetos sociais voltados aos jovens, é necessário compreender de forma eficaz e coerente a juventude e sua realidade social. Novaes (2006) afirma que existem jovens da mesma faixa etária que vivem juventudes diferentes, pois, os lugares onde eles residem influenciam a maneira como irão circular na cidade. Para isso é preciso analisar o seu contexto e construções territoriais. Questões como o uso de equipamentos públicos, acesso, etc., são sim, um diferencial deste público, mas não podemos nos esquecer de que, no contexto de uma sociedade cada vez mais globalizada, muitos dos desafios vivenciados pelos jovens ultrapassam as barreiras de classe, podendo, assim, trazer contribuições para uma compreensão mais ampla da relação da juventude com a escola (DAYRELL, 2007, p.03) e com as políticas públicas vigentes.

De modo sintético, pode-se dizer que, dos anos 1990 à atualidade, no Brasil, duas concepções de juventude se apresentaram como polos extremos na práxis das instituições socioeducativas e das políticas públicas: a juventude como problema

social e os jovens como sujeitos sociais (CASTRO, 2009; BRENNER; LÂNES e CARRANO, 2005). Na verdade, estas imagens estão também presentes nos discursos e nas práticas escolares para os jovens, mas prefiro, assim como Groppo (2017), destacar mais sua presença nestes outros espaços para além da escola.

O debate se concentra também num foco da análise do movimento social, dos atores da sociedade civil ou da ação coletiva, para as relações ou interações do movimento com outros atores, seja no campo da sociedade civil seja fora dele (Estado, partidos etc.). Evidencia-se a necessidade de conhecer o conjunto dos atores que incidem na política pública, tanto atores da sociedade civil quanto atores estatais que, no caso das políticas de Direitos da Criança e do Adolescente, articulam-se, “encaixam-se”, constituem alianças ou coalizões em momentos essenciais da operacionalização de um novo paradigma de direitos – o chamado “paradigma garantista” (ALBURQUEQUE, 2015).

Para este mesmo autor, compreender a complexidade da interação entre movimento e Estado, evitando dicotomias e julgamentos normativos, é essencial para o estudo dos movimentos sociais no Brasil, especialmente aqueles que focam sua ação na conquista de direitos e de políticas públicas garantidoras de direitos.

Cito aqui a incidência do movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente (DCA) na política socioeducativa. O movimento DCA emerge com essa denominação ou outras semelhantes nas falas de seus próprios ativistas, principalmente nos anos de luta pelo reconhecimento do “paradigma garantista” na Constituição Federal no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1988, 1990a). Essa definição permite ver o movimento DCA como uma pluralidade de organizações (ONGs, Fóruns etc.), grupos e indivíduos que se articulam e se engajam na construção de um paradigma de Direitos da Criança e do Adolescente, denominado “paradigma garantista”, e das políticas públicas que o concretizam desde o período da Constituinte e de criação do ECA (ALBURQUEQUE, 2015, p.38-39).

Segundo Cecchetto, Corrêa e Farias (2016, p.492), as ONGs no Brasil vêm sofrendo um processo de expansão acelerado. Em pesquisa de 2010, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA) e a Associação Brasileira de ONGs (ABONG), havia pouco mais de 290 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

(FASFIL) no país, das quais 44,2% atuavam na região sudeste. Destas, 18,6% tinham atuação em áreas de políticas públicas. Já em relação à cidade de Campos dos Goytacazes, não há dados precisos quanto ao número e formas de atuação de todas as ONGs.

Já para Fonseca e Vianna (2007), os programas de transferência de renda na América Latina foram acompanhados de condicionalidades. Para as autoras, a crise econômica agravou a pobreza e foi neste contexto que surgiram redes de proteção social destinadas à focalização nos grupos mais vulneráveis. Neste caso, o JPP se difere ao ser considerado como uma ação afirmativa em resposta ao Plano de Juventude Viva, remetendo a algumas falas dos jovens quando afirmaram que muitas conversas e debates ocorriam sobre carreiras, cursos e universidades, sobretudo em relação à poupança e à forma de como iriam investir neste valor da bolsa recebida. Neste caso, durante a participação no programa, a “Bolsa auxílio” era considerada apenas como um subsídio para o jovem, por isso um dos critérios do programa, era que o jovem tivesse acima de dezesseis anos para que fosse possível abrir uma conta em banco, se contrapondo às regras da forma de recebimento do programa “Bolsa Família”, em que há um recorte de classe quando se fala em políticas para a juventude. Ou seja, para a juventude pobre, mais que cultura, lazer e arte, estão associadas à questão da renda para que usufruam destes direitos.

Sendo assim, pode-se considerar a juventude como resultante de uma vivência em determinado período histórico e social, que traz os dados da cultura onde ela é estabelecida e o tempo pelo qual ela é concebida. Para Garcia e Zippin (2008, p.08):

A imagem do jovem que se cristalizou na sociedade atual traz uma forte característica de metamorfose, de aglutinação, de inconstância, de incerteza e de desvinculação, como representação de uma categoria fragilizada e vulnerável. Em contrapartida, os jovens representam, também, uma categoria consciente e desafiadora na busca de novos valores sociais, morais e afetivos, que sejam capazes de reestruturar sua identidade.

Também é necessário salientar que, ao refletir sobre os jovens, neste trabalho é considerada uma parcela da juventude formada por jovens que vivem nas favelas e em bairros considerados pobres dos centros urbanos, marcados por um contexto de desigualdade social em Campos dos Goytacazes. Para os jovens das classes populares, as responsabilidades da “vida adulta”, especialmente a “pressão” para a

entrada no mercado de trabalho, chegam enquanto outros estão experimentando a juventude (CARRANO, 2011). No caso dos jovens moradores de periferias, destacam-se as desigualdades que são expressas em sua particularidade na vida urbana (NOVAES, 2007).

Não está se tratando aqui, obviamente, de uma grande metrópole brasileira, mas a importância geopolítica de Campos dos Goytacazes no cenário do interior fluminense permite fazer determinadas aproximações (PINHEIRO, 2018). Ainda para a autora, que compartilha dos medos e ansiedades apresentados pelos seus depoentes em seu trabalho, um dos problemas sociais que se apresenta nesta cidade é sem dúvidas a violência, em suas múltiplas manifestações. Do mesmo modo como será destacado por aqui.

Muitos jovens brasileiros vivem em um contexto marcado por diversos problemas como pobreza, dificuldade de inserção no mercado de trabalho e diversos outros conflitos decorrentes da vida moderna. No caso dos jovens moradores de favelas, muitos enfrentam diariamente problemas como: a ausência e/ou ineficiência de políticas públicas, falta de espaço para o lazer e a violência policial (TEIXEIRA, 2008). Logo, diversos pesquisadores estudam o caráter estigmatizado dos jovens favelados, como Zaluar (1985) e Zaluar e ALVITO (2004), destacando que o estigma (GOFFMAN, 1993) que o jovem morador de favela carrega está constantemente na associação ao seu local de moradia. Por causa dessas concepções, o fato de um indivíduo morar numa favela acaba por transformá-lo num estigmatizado, sendo-lhe atribuída uma condição desviante, de anormalidade e periculosidade (ZALUAR e ALVITO, 2004).

Porém, mesmo tratando-se de uma realidade específica, não significa que as questões e desafios com os quais esses jovens se debatem não espelhem, de alguma maneira, aqueles vivenciados por jovens de outros grupos sociais.

Assim sendo, pode-se perceber que juventude como tema e fenômeno tem estado na pauta política de vários países, que formulam e implantam políticas públicas. As ciências humanas e sociais têm se dedicado ao estudo da juventude, observando ser relevante pensá-la como fenômeno dinâmico, não delimitado por faixa etária e sim considerando o contexto histórico-social de sua construção (PINHEIRO, 2014).

Parte-se da afirmação de que não há somente uma juventude, mas

juventudes que se constituem em um conjunto com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder na nossa sociedade. Abramovay e Castro (2015, p.18) afirmam que no Brasil, desde 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, a população jovem é a de 15 a 29 anos, levando em conta o aumento do tempo dedicado à formação escolar e profissional, a permanência maior com as famílias de origem, assim como as dificuldades para se conseguir principalmente o primeiro emprego. O que implica na necessidade de mais proteção social quanto às vulnerabilizações e à ideia de que em tal faixa de idade não se deveria trabalhar, mas apenas estudar para conseguir melhor colocação na vida e ter mais tempo para formação. Há nisso um componente: classe social, pois entre jovens das camadas trabalhadoras a questão é outra. Trabalha-se cedo, estuda-se pouco, mas retorna-se mais tarde, por volta dos vinte e poucos anos para a escolarização. Ao passo que com os jovens de classe média/alta, a vivência da juventude é mais demarcada, bem como a formação é algo relevante, sendo vista como investimento.

Outros estudos indicam para a situação de pobreza e precariedade dos serviços públicos básicos em favelas de Campos dos Goytacazes, como Mesquita (2008, 2009), Bertoli (2010), Silveira (2010), Souza (2010), Ribeiro (2012) e Siqueira (2016). A intenção é minimizar a situação de jovens em situação de vulnerabilidade ou de risco social, decorrente fundamentalmente do processo de exclusão social, que os leva, cada vez mais, para as regiões periféricas das cidades. Esses jovens são segregados e discriminados na cidade, por serem negros, e a maioria, de baixa renda.

Ao mesmo tempo é considerada como espaços praticados e de redes de relações, e que configura um amplo espaço de sociabilidades. Como afirma Lefebvre (2001), sobre o uso da cidade, prevalece a apropriação do espaço pelos cidadãos, sua transformação para satisfazer e expandir necessidades e possibilidades da coletividade. Apropriação não tem a ver com propriedade, mas com o uso, e precisa acontecer coletivamente como condição de possibilidade à apropriação individual. Sujeitos que, por diferentes razões, têm pouca ou muita experiência de circulação pela cidade, e se beneficiam pouco ou muito das atividades.

A pouca circulação pela cidade, se restringe aos bairros periféricos e as favelas, que apresentam falta de água, coleta precária de lixo, decorrente da

localização dessas moradias às margens de córregos e rios, estando, portanto, sujeitas à inundação. Esse cenário é ainda espaço de tráfico de drogas, que faz parte da vida de parcela da população das periferias. Cenário este, que configura conflitos sobre as fronteiras dos territórios dentro da cidade e são iminentes no que se refere à divisão das favelas e bairros periféricos em territórios de facções rivais que são responsáveis pela comercialização de drogas ilegais. Em Campos dos Goytacazes esta tensão era patente entre as facções rivais, Amigo dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP), que dividiam a comercialização destas drogas e o território de abrangência deste mercado. E a partir desta rivalidade eram estabelecidos os limites dos territórios dos grupos de traficantes que são bem determinados e, de acordo com a percepção dos que moram nestes espaços, constituem perigo de retaliação caso sejam ultrapassados por membros que não pertenciam àquela facção, instituindo fronteiras de tensão (SIQUEIRA, 2016). Os criminosos ligados ao tráfico de drogas impõem um controle sobre a população das favelas e alguns outros espaços da cidade (MESQUITA, 2008; SOUZA, 2010).

Essa situação interfere, sobretudo, na livre circulação dos moradores de favela pelos espaços de sociabilidade, pois haviam favelas consideradas rivais, por serem de facções inimigas. Segundo Souza (2010), devido aos grupos rivais, os moradores de favela não podiam circular por todo o espaço urbano, por medo de serem pegos pelo inimigo, havendo uma espécie de fronteira a não ser ultrapassada. Assim, estabeleciam-se uma fronteira simbólica delimitando partes da cidade que os jovens podiam circular (BERTOLI, 2013). Estas fronteiras podem ser entendidas como barreiras – que caracterizam o interior e o exterior (AUGÉ, 2010). As fronteiras podem ser culturais, geográficas, de linguagens, enfim; independentemente do tipo, sua função é demarcar o que está dentro, excluindo o que está fora.

Para este mesmo autor, as fronteiras não se desfazem jamais, elas se redesenham, elas jamais deixam de existir, apenas adquirem novos contornos, um novo desenho (AUGÉ, 2010, p.25) e, aí, pensando no panorama de violência causado pelo tráfico, o preconceito e a segregação socioespacial não podem ser dissociados da rotina dos jovens de periferia. Porém, somente o modo como percebem, vivenciam e são afetados por estas questões podem indicar o quanto elas acabam por modificar ou não a circulação e práticas sociais dos mesmos na cidade (SIQUEIRA, 2016). Por fim, são esses os problemas que precisam ser efetivamente enfrentados pelas políticas públicas e que não foram até então. Por

isso, elas acabam por serem temporárias, paliativas e ineficazes no longo espaço de tempo, pois são produzidas a partir da forte pressão das percepções sociais de insegurança e medo, bem como das taxas, muitas vezes crescentes, de criminalidade urbana (PINHEIRO, 2018). Para tanto, veremos a seguir o que o município de Campos dos Goytacazes tem feito para diminuir estes índices de risco social e vulnerabilidades através de programas e projetos sociais, que buscam alguma solução para os diversos problemas enfrentados pela juventude campista.

Como o município propõe-se a lidar com a questão da juventude a partir de projetos desenvolvidos.

O número de jovens no Brasil possui considerável expressividade demográfica, como nos mostram os dados da Projeção Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representando cerca de 27,0% dos brasileiros.

Conforme os dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/DATASUS/MS), as mortes por homicídios entre os jovens de 15 a 29 anos tiveram média anual de 27,2 mil entre os anos de 2004 a 2006, número que consiste em 37,5% de todas as mortes juvenis. As vítimas, em geral, são jovens do sexo masculino, pobres e não brancos, com poucos anos de escolaridade, que vivem nas áreas mais carentes das grandes cidades brasileiras (IPEA, 2009). Esses dados demonstram que, indiscutivelmente, fatores socioeconômicos são variáveis importantes ao se analisar violência e criminalidade envolvendo os jovens.

Segundo o relatório anual de gestão do ano de 2018 da FMIJ é possível verificar que ainda é alto o número de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social no município de Campos dos Goytacazes. Sendo assim, devem ser desenvolvidas políticas públicas e programas socioassistenciais, em concordância com as diretrizes nacionais. O que se traduz na necessidade da criação de políticas abrangentes, intersetoriais e específicas, para atender a pluralidade das juventudes existentes (DAYRELL, 2003). O governo, por exemplo, vem, gradualmente, consolidando agências destinadas a formular políticas

públicas específicas para a juventude com programas e metas dirigidas aos jovens, como o (Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), o Agente-Jovem, o Nossa Primeira Terra, o Bolsa-Atleta, o Pronaf Jovem, o Universidade para Todos (PROUNI), entre outros, mas é perceptível que, apesar deste esforço gradual e sobre a percepção acerca do papel fundamental da juventude e dos dilemas que esta incorpora, não tem sido suficiente a ponto de colocar as juventudes como prioridades das políticas públicas (MACIEL e CARDOSO, 2012).

É visto que é a FMIJ, instituída desde 1990, a responsável pela execução da política pública de atendimento à criança, adolescente e jovem no município de Campos dos Goytacazes, na faixa etária de 0 a 29 anos. Os projetos direcionados à juventude são colocados em prática e ela vem reordenando todos os seus serviços dentro das diretrizes do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) a partir do novo organograma da administração pública direta e indireta. No ano 2018, a Fundação atendeu um número bem considerado de crianças e adolescentes de zero a vinte e nove (29) anos incompletos. Conforme as tabelas a seguir:

Proteção Social Básica		
Serviços:	Vagas:	Atendimentos:
SCFV DESAFIO	180	147
SCFV Semeando Arte	80	62
Qualifica Jovem – Sede	600	537
Qualifica Jovem – Polo	450	990
Guarda Mirim	240	182
Esporte Cidadão	350	479
Total:	2.140	2.397

Proteção Social Especial de Média Complexidade		
Serviços:	Vagas:	Atendimentos:
Fortale-SER	120	213
CreSer	100	129
Total:	200	342

Proteção Social Especial de Alta Complexidade		
Serviços:	Meta /CONANDA (20 cada)	Acolhidos:
CRCA/Acolhimentos	160	138
Total:		138

Total Geral de Atendimentos:		
Proteções:	Vagas/Metas:	Atendimentos:
Social Básica	2.140	2.397
Social de Média Complexidade	220	342
Social de Alta Complexidade	160	138
Total:		2.877

Segundo Santafé (2013), em 18 de agosto de 1997, o Estatuto da Fundação Municipal do Menor (Campos dos Goytacazes, 2011), sofreu algumas modificações com o objetivo de melhor se adequar ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90) e, assim, a instituição passou a denominar-se Fundação Municipal da Infância e da Juventude (FMIJ), órgão da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, conforme a figura 3 pode-se ver o local:



Figura 3 Fundação Municipal da Infância e Juventude (FMIJ). Acervo pessoal.

Figura 3:

O local é arborizado e fresco, possui um grande espaço para atividades como cursos e recreações. Durante o itinerário que se deu perpassando por este lugar, caminhamos por todos os espaços da FMIJ. No início do ano de 2018, em Campos dos Goytacazes, o Programa Qualifica Jovem, da FMIJ, abriu inscrições para nove cursos livres de qualificação voltados para adolescentes na faixa etária entre 14 e 17 anos. Ao todo, foram oferecidas 300 vagas, distribuídas entre: mecânica automotiva, pintura industrial e automotiva, barbearia, salão feminino, informática básica, produção gráfica, gastronomia, manicure e corte e costura. Todos os cursos são ministrados na sede da FMIJ, no contraturno escolar do estudante. Foi também colocado em prática neste mesmo ano, o “Inova Jovem”, que procura oferecer aos jovens, autonomia e conhecimento para empreendedores. Este é um programa do Governo Federal que é desenvolvido em Campos dos Goytacazes em parceria com a FMIJ.

Também não podemos deixar de destacar a importância que o Conselho Municipal da Juventude (CMJ) do município tem na elaboração de políticas públicas e que está vinculado à Fundação Municipal da Infância e Juventude. Este conselho é um órgão consultivo e deliberativo e tem como objetivos a participação dos jovens na elaboração e execução das políticas públicas de juventude, a colaboração com a administração pública municipal, fomentar o associativismo juvenil e estimular a participação da juventude nos organismos públicos e movimentos sociais. Segundo Da Silva (2018), no artigo 3º estão dispostas as competências do Conselho, sendo elas propor e aprovar o seu regimento interno, participar das questões relativas às políticas públicas, auxiliar na implementação dos programas de juventude no município, fiscalizar a execução dos projetos da política municipal de juventude, colaborar com os órgãos colegiados nas políticas públicas municipais de juventude, promover e participar de eventos referentes à temática da juventude, entre outros. No entanto, as atividades do CMJ estão paralisadas.

Ainda, segundo a autora, as ações da FMIJ seguem sendo executadas, mesmo com a paralisação do Conselho Municipal da Juventude, o que nos permite entender que este, por sua vez, não funciona como uma etapa fundamental na formulação das políticas públicas. O CMJ também não aparece na listagem oficial da prefeitura dos Conselhos Municipais ativos no ano de 2017, uma vez que as suas atividades já se encontravam paralisadas no ano. Desta forma, é perceptível a

ineficiência, uma vez que se trata de uma cidade com altos índices relacionados a homicídios de jovens, com baixa escolaridade entre moradores de periferias, com diversos bairros em situação de vulnerabilidade social, havendo a necessidade do engajamento nas discussões e debate de implementação e execução de políticas públicas do município.

As atividades são realizadas tanto na sede situada à Avenida Rui Barbosa, no bairro Lapa, em Campos dos Goytacazes, no edifício histórico onde funcionava o antigo Patronato São José, quanto em suas unidades de atendimento, localizadas em bairros e distritos do município. Dentre os projetos estão: o combate ao trabalho infantil; a Casa da Juventude, com ações para definição dos territórios da violência no município e promoção da cidadania dos jovens desses territórios; os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com núcleos em diversos bairros; o Guarda Mirim; o Educador no trânsito; o FortaleSer, para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual; o Qualifica Jovem, para preparar e qualificar jovens para o mercado de trabalho e o empreendedorismo; além dos núcleos de acolhimento, voltados para crianças que tiveram os vínculos familiares rompidos e são encaminhadas para a adoção.

Portanto, através da mídia, a partir das reportagens, é possível acompanhar algumas notícias em relação àquilo que vem sendo feito para a juventude de Campos dos Goytacazes. Foi realizada no início do ano de 2017, uma reunião com o secretário nacional de Juventude, Assis Filho, para discutir políticas públicas e definir a pauta para o Encontro Nacional de Gestores Municipais de Juventude.

Ainda, em 2017, no dia três (3) de agosto, ocorreu o lançamento regional do ID Jovem, programa do Governo Federal que concede benefícios a jovens que pertencem às famílias com renda mensal de até dois salários mínimos. O lançamento abriu o projeto “A Gosto da Juventude” que foi promovido pela FMIJ nos quatro finais de semana daquele mês, em diferentes localidades. Assim, pensar como o município propõe-se a lidar com a juventude é uma tarefa ampla e necessária.

Para tanto, aqui, apresento o programa escolhido para análise, destacando sua implantação, trajetória, objetivos, sobretudo a partir do ponto de vista dos jovens. Este realizado a partir de uma parceria entre a ONG e a prefeitura, diferente das políticas sociais, que são consideradas como obrigação do Estado e as de

filantropia, caráter do qual se revestem algumas iniciativas particulares. O JPP, segundo informações colhidas através de entrevistas com os coordenadores, da imprensa (da mídia de uma forma geral) e do projeto base do programa buscou contemplar mudanças estruturais na condição social de seu público alvo, tendo como objetivo comum a capacitação de jovens para atuação em locais vulneráveis, com vistas à construção e fortalecimento das redes sociais de prevenção e enfrentamento à violência, bem como o incentivo nos âmbitos cultural, esportivo e socioeducacional.

Em suma, através do projeto base do JPP, o objetivo foi contribuir na transformação dos quadros de vulnerabilidades do município, a partir de ações integradas, que favorecessem a construção da participação efetiva de jovens, majoritariamente às margens das políticas públicas, tendo como perspectiva a universalização do acesso a tais direitos, e, por conseguinte, a emancipação da juventude campista.

Resumindo, busquei compreender o estudo de políticas públicas para a juventude, especificamente o JPP, e também entender o modo e o engajamento das atividades promovidas pelos chamados projetos sociais, que muitas vezes constituem a forma como as políticas públicas de juventude se materializam nos territórios da pobreza, que passam por esse cálculo entre expectativas *versus* reais possibilidades de mudança em suas vidas. Identificar essas relações, sustentando sua compreensão em análises de contextos que contemplem meios e obstáculos à ação social, corresponde, na perspectiva do programa, a uma real possibilidade de apoio à construção de vínculos sociais entre diferentes segmentos da juventude de Campos dos Goytacazes e à concepção de projetos que possam enriquecer a vida cotidiana no município.

Sua implantação em âmbito estadual: uma breve caracterização do programa investigado.

A intenção aqui é fazer um breve panorama histórico sobre esta política pública enquanto executada em âmbito estadual. Esse programa foi criado pelo ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira (pelo PSB), em 2000. Segundo sites de notícias e reportagens, tal política teve como principal objetivo o treinamento de jovens moradores de periferias para atuarem como multiplicadores de conhecimento no estado do Rio de Janeiro, principalmente em cursos de alfabetização e inclusão digital. A ideia era que, antes de repassarem seu aprendizado, eles frequentassem cursos, um deles, no PRODERJ (Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro), de microinformática. Ao longo do tempo, essa proposta teve inúmeras denúncias de uso político - da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), através de inspeções nas contas do programa, que chegou a contar com doze mil integrantes em todo o estado.

A ex-governadora Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira, mais conhecida como Rosinha Matheus, deu continuidade no estado do Rio de Janeiro e relançou o JPP, que foi desenvolvido pela Secretaria da Infância e Juventude, criada no final de 2003, com o desmembramento da Secretaria de Ação Social. O “primeiro passo” para a retomada do Programa foi através de um cadastramento que permitiu atualizar as informações sobre os beneficiários e avaliar os resultados já obtidos para que a nova fase do JPP fosse iniciada. Os dados também foram utilizados como ponto de partida para atender uma nova meta do programa: estabelecer um perfil dos jovens para que eles fossem posteriormente encaminhados para cursos de qualificação profissional de acordo com sua vocação. No entanto, após alguns anos, com a sucessão política e entrada de Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho no cargo de governador, o programa foi cessado, em 2007.

Segundo alguns sites de notícias, desde a sua criação, em 2000, na gestão de Anthony Garotinho, até o final do convênio, em 2002, o Programa Jovens pela Paz inscreveu em torno de 8,5 mil jovens, que tiveram acesso às diversas atividades culturais e artísticas, atuando também como agentes sociais em seus bairros. Neste

caso, o programa, que foi destinado a jovens de 16 a 24 anos, através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, entrou em uma nova gestão com a ex-governadora. Os participantes voltaram a desenvolver nos seus bairros, atividades musicais, de teatro, pintura, grafite e artesanato. Em seguida, era programado o encaminhamento desses jovens para um curso de qualificação profissional.

Pelas informações acessadas, a ideia também era fazer um acompanhamento posterior para saber como o jovem foi inserido no mercado profissional, no entanto não foi possível confirmar se isso realmente ocorreu. Como intermediação de mão-de-obra, foram citadas a Secretaria Estadual de Trabalho, a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) como canal de parceria. Porém, segundo Da Silva (2018:36), depois de poucos anos de atividade, foi bombardeado por denúncias ao Ministério Público, onde se questionava o uso do programa para fins políticos, além de saques extravagantes e movimentações atípicas em nome do programa, chegando a 6,2 milhões de reais, segundo site de notícias políticas como O Globo. Neste caso, foi aberto um inquérito na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) para apurar o caso, sob o Projeto de Resolução nº 1030/2005. Após tal fato, o JPP esteve desativado, enquanto programa estadual. No ano de 2007 o ofício para formação de comissão investigativa, foi arquivado.

Com a entrada de Sérgio Cabral, em 2008, como governador, o programa foi extinto por ele, alegando existirem muitas falhas administrativas.

Segundo notícias de jornais e na internet, também existiram denúncias, que não se limitavam a contratar jovens para trabalharem nas campanhas políticas, mas também o mau uso de verba pública e que muitos dos jovens chamados não participavam de qualquer curso preparatório. Anthony Garotinho, em diversas reportagens, faz crítica à Cabral, pela decisão de extinção desse programa e de outros projetos sociais, como o “Reservistas da Paz”.

Em suma, foi um programa de grande escala, os jovens chegaram a receber um cartão que servia para sacar a bolsa e era encaminhada diretamente para as contas deles. Também receberam denúncias sobre diferentes fatores, entre eles, de pessoas não qualificadas para o reforço escolar, de desvio de verba, entre outros motivos. Algumas irregularidades foram confirmadas como afirma a reportagem do O Globo:

Um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) revela que foram feitos 28 saques em dinheiro da conta do programa Jovens pela Paz, entre 2005 e 2006, na gestão de Rosinha Garotinho. As retiradas totalizam R\$ 6,2 milhões. Segundo o órgão, a movimentação, considerada "atípica", teria sido feita pelo CPF do ex-coordenador do programa.

Ainda, segundo a reportagem, o documento foi anexado ao inquérito da Delegacia Especial de Crimes Contra a Fazenda, a Administração Pública e o Patrimônio do Estado que investigou o ex-governador Anthony Garotinho, Rosinha, a filha deles Clarissa Matheus, e o ex-prefeito de Nova Iguaçu Mário Marques, por irregularidades no programa Jovens pela Paz. Integrantes do programa seriam "recrutados" para trabalhar em campanhas políticas do PMDB. A investigação também apurou também irregularidades no convênio, com dispensa de licitação, com a Associação Cândido Mendes de Ensino e Pesquisa (ACAMEP). Não foram encontradas por mim maiores informações sobre a continuidade e finalização deste processo, apenas um projeto de resolução nº 1030/2005, na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (ALERJ), pelo deputado Alessandro Molon, cuja ementa cria comissão parlamentar de inquérito com o fim investigar o uso político do JPP.

O PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) desenvolvido pelo Ministério da Justiça, em parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios, contou com a participação da sociedade em geral nos seus planos de ação, em conformidade com a Lei 11.530/2007. Implantado no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o programa foi uma iniciativa federal que compreendeu 94 ações, com o objetivo de enfrentamento à criminalidade no país. Nele encontraram-se medidas e recursos financeiros que atingiram alguns grupos sociais e serviços públicos. O programa teve quatro focos prioritários, a saber: o foco etário; o foco social; o foco territorial e o foco repressivo. E o seu público-alvo foram os profissionais que atuavam na segurança pública, os jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei, os presos ou egressos do sistema prisional. E, ainda, os reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar (BRASIL/PRONASCI, 2008).

Para tanto, articulou políticas de segurança com ações sociais de foco na prevenção, com a proposta de unir Estado e sociedade em prol da segurança pública (ROCHA e TAVARES, 2014). Baseado no Paradigma da Segurança Cidadã,

o programa visava realizar ações tradicionais de segurança - baseadas no policiamento ostensivo e na repressão - aliadas às ações de caráter social e, para isso buscou articulação e parcerias com diferentes ministérios e secretarias. Teve grande similaridade com os planos anteriores, especialmente o Projeto Segurança Pública para o Brasil, por suas ações de caráter multissetorial e pela ênfase dada à prevenção da violência e criminalidade urbana (PINHEIRO, 2013).

Em termos políticos, Campos dos Goytacazes tem uma particularidade, que é o desenvolvimento autônomo de políticas em razão da afluência financeira trazida pelos *royalties* do petróleo nos últimos anos, que também se deu no campo das políticas para juventude. Na área da saúde, no que se refere aos repasses, em valores agregados, do Sistema Único de Saúde (SUS) ao município, houve aumento nos repasses, mas nada que pudesse reverter, ao todo, a queda dos *royalties* ao longo da série.

Segundo, Campos e Vargas (2016, p.1316-1317):

A variação, ao longo dos anos analisados, para as contas de repasse fundo a fundo para a saúde do município, não representou significância analítica. Todavia, o colchão financeiro embasado nos royalties e que, em boa medida respaldava a autossuficiência do município perdeu em escala. Em outras palavras, o tempo da bonança chegou ao fim. Sobrou o cotidiano comum à grande maioria dos municípios brasileiros, que no caso de Campos dos Goytacazes, acaba sendo visto como escassez.

Em alguns estados, através do Projeto de Proteção a Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO), inclusive no Rio de Janeiro, foram colocados em prática algumas ações e programas como: “Mulheres da Paz”, “Reservistas/Voluntários da Paz” e o “Jovens pela Paz”. O projeto “Mulheres da Paz¹” foi uma política de segurança pública com recorte de gênero cujo objetivo foi capacitar mulheres para atuarem como mediadoras sociais em suas comunidades (PINHEIRO e LIMA, 2015), isto é, no fortalecimento de redes sociais de prevenção e enfrentamento à violência urbana e de gênero, cuja linha de trabalho foi o empoderamento dessas mulheres nos territórios considerados vulneráveis e violentos (ROCHA e TAVARES, 2014).

O Governo do Rio de Janeiro, no mandato de Rosinha Garotinho, também colocou em prática o Programa “Reservistas da Paz”, conhecido como “Voluntários

¹ O projeto Mulheres da Paz “foi uma proposta de autoria da Central Única das Favelas (CUFA), uma organização social criada a partir da união de várias favelas do Rio de Janeiro, que ressaltava a relevância do ativismo das mulheres nas comunidades em mobilizações em prol da justiça e da paz. (PINHEIRO e LIMA, 2015:219)”.

da Paz”, destinado a aproveitar o tempo livre de jovens que não conseguiram ingressar no serviço militar e que fizeram um ano de aprendizado e de serviço em algum batalhão da Polícia Militar do estado. Nesse sentido, este qualificativo foi interpretado no sentido de buscar uma forma de amenizar situações de vulnerabilidades e violência trazendo a “paz” (cidadania, o não envolvimento com o tráfico de drogas, maior diálogo com a comunidade, aprendizagens a partir de debates e atividades, etc.) para o cotidiano desses jovens participantes de tais programas e projetos, como os citados acima.

A parceria com a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG) para a realização do JPP em âmbito municipal surgiu em 2013, com Rosinha Matheus, no cargo de prefeita. Este programa foi reeditado pela iniciativa da Prefeitura, repensado e reestruturado em nível apenas municipal, através da FMIJ em parceria com a ONG NBR, mas a execução do programa se deu somente a partir do início do ano 2014.

Institucionalização do JPP em Campos dos Goytacazes e o papel da ONG NBR no desenvolvimento da política.

Para a execução do JPP no município de Campos dos Goytacazes já foi mencionado anteriormente que houve uma parceria entre a prefeitura da cidade, a FMIJ e a ONG NBR. Mas de que ONG está se falando? Qual a sua história?

A ONG Nação Basquete de Rua, que é uma instituição com mais de onze (11) anos de história, foi fundada no ano de 2006. Quem são seus atores? Como atuam e quem são seus parceiros? Qual a sua relação com a política pública estudada? Algumas indagações foram necessárias para o entendimento de seu vínculo com a prefeitura municipal da cidade de Campos dos Goytacazes e aquilo que lhe era colocado em prática.

A ONG Nação Basquete de Rua foi criada a partir de um trabalho de valorização do basquete de rua e do *hip hop* realizado por um grupo de jovens a fim de elaborar o projeto Cultura Urbana, do SESC/RJ, em Campos dos Goytacazes. O projeto se tornou um movimento e, posteriormente, a ONG. Hoje, sua atuação é prioritariamente relacionada às questões da juventude, promoção da igualdade

racial, cultura urbana e inclusão social por intermédio de atividades de esporte e cultura (SIQUEIRA, 2016).

Em 2005 os responsáveis pela ONG realizaram a primeira grande ação da NBR. Um evento chamado *OPEN RUN*, cujo intuito principal foi fazer uma seletiva de basquete e construir um time fixo que rodaria nas escolas de favelas e periferias da cidade. A partir desse ano inúmeros eventos foram criados como conferências, que são grandes espaços de participação social para a construção de políticas públicas.

A sede da ONG é o espaço onde eles se reúnem para debater sobre problemas sociais. Conversa aberta sobre questões relacionadas ao município, violência, saúde, educação, diversidade de gênero, HIV, entre outros. Existe um calendário de ações e esses jovens são preparados e fortalecidos pelos coordenadores, a partir dessas atividades, para irem à escola com o intuito de darem continuidade ao trabalho. Ela localiza-se na região central da cidade de Campos dos Goytacazes.

Para a presidente da ONG:

Nós optamos por uma sede central por ser um território neutro, uma vez que atuamos com jovens de comunidades distintas e com facções diferentes. Se estivéssemos em um local do ADA ou TCP restringiríamos nossa atuação. Essa sempre foi uma preocupação nossa (presidente da ONG) (15/12/2015).

O fundador da ONG é residente do bairro da Esplanada, um território comandado pelo ADA, e a presidente é do bairro da Penha, um território comandado pelo TCP. Neste caso, fica evidente o motivo pela escolha do local para a sede física, com a intenção de garantir uma maior segurança dos atendimentos durante as respectivas atividades, pois se estivessem em um local comandado pelo ADA ou TCP teriam que restringir suas atuações.

Ainda sobre a NBR, ela não possui apoio. É considerada um time de basquete de rua, uma modalidade diferente do basquete de quadra. O basquete de rua prioriza os dribles, os espetáculos, as acrobacias. Coordenado por estudantes do Instituto Federal Fluminense (IFF), eles começaram fazendo apresentações nas escolas e na época, algumas delas, eram Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS). Com isso conseguiram um intercâmbio com a Central Única das Favelas (CUFA), elaborando oficinas com a intenção de agregar também outros olhares da

cultura urbana, tais como o *break*, o *rap*, o *hip hop*, nos eventos de basquete. Nesses eventos foram recebidas crianças em acolhimento institucional, cumprindo medidas socioeducativas. Com o intuito de continuar com os eventos e que os jovens continuassem frequentando, surgiu a ideia de criar a ONG. Os próximos passos foram a formalização e emissão do registro do CNPJ.

A experiência com o JPP foi muito positiva, segundo os coordenadores, porém foram “taxados” de “lado a, lado b” em relação à política do município e por isso buscam, no momento, efetivarem projetos e eventos apenas com apoio de empresas privadas. Isso é o que afirma a presidente da ONG.

É visível o recorte étnico-racial e territorial na natureza da NBR, esse aspecto é constituinte da ONG, sobretudo a inserção desses representantes em todos os âmbitos de discussão sobre políticas para a juventude. Os responsáveis pela NBR tiveram a oportunidade de participar e de eleger delegados nas três etapas de Conferências de Direitos Humanos de 2016.

Para eles:

Nosso objetivo, ao participar desses espaços é construir, discutir e votar pautas que atuam diretamente contra as violações dos direitos da juventude, principalmente os jovens negros, de favelas e periferias. As propostas aprovadas nas conferências servem para nortear políticas públicas e pressionam aos governos para que sejam implementadas (presidente da ONG) (15/12/2015).

Vale lembrar que as políticas de ações afirmativas não são exclusivas do governo. A iniciativa privada e as organizações sociais sem fins lucrativos também são atores importantes neste processo, podendo atuar em conjunto, dando suporte, ou de forma complementar ao governo. Nesse caso, ressalto aqui a parceria realizada entre a prefeitura do município, a ONG NBR e a FMIJ.

As ações afirmativas no Brasil partem do conceito de equidade expresso na constituição, que significa tratar os desiguais de forma desigual, isto é, oferecer estímulos a todos aqueles, que não tiveram igualdade de oportunidade devido à discriminação e racismo. Por isso, não foi considerado como um programa de transferência de renda, isto é, os jovens participantes recebiam um valor mensal de trezentos e cinquenta reais apenas como um auxílio para custear atividades como teatro, cinema e curso, como incentivo aos estudos, para gastos relacionados ao lazer, de locomoção, entre outros. No entanto, durante as entrevistas, alguns

relataram utilizar o valor recebido para um reforço no orçamento doméstico. Esse valor era depositado diretamente na conta dos jovens, diferentemente do programa Bolsa Família (programa de transferência de renda), em que o valor é direcionado aos responsáveis a fim de melhorar especificamente os indicadores de saúde e nutrição.

Ultimamente, nos anos de 2017 e 2018, a presidente e responsáveis pela ONG vêm elaborando um projeto chamado “Se liga aí Juventude”.

Para a presidente da ONG:

Ele que fez a base para os Jovens pela Paz, porque essa era a ideia inicial. Ele já está no papel e neste ano estamos executando, inclusive com jovens que participaram do JPP (presidente da ONG) (15/12/2015).

Para que o programa JPP fosse realizado era necessário que tivessem pessoas que trabalhassem com periferias há algum tempo. Os coordenadores da ONG já faziam este trabalho e inclusive conheciam os integrantes que trabalhavam na FMIJ. O convênio foi de dezenove meses. A ONG era a única instituição de Campos dos Goytacazes, a trabalhar com juventude de periferia no âmbito cultural e esportivo. Foi criada uma lei na câmara dos vereadores e a lei instituía o que era o programa “Jovens pela Paz”, isto é, um programa de prevenção aos homicídios contra a juventude negra. E nessa lei existiam requisitos que deveriam ser preenchidos pela instituição que viesse propor fazer essa parceria para a sua execução. Para que essa lei entrasse em vigor era necessária uma instituição com tais características.

A prefeita Rosinha Matheus quis reeditar o JPP, no entanto com toda a atualização de política pública de juventude, os coordenadores da NBR enfatizaram que era necessário fazer alterações e atualizações, com isso realizaram várias reuniões, critérios, metodologias, junto ao Conselho Municipal de Juventude e analisaram os resultados que buscavam alcançar sobre os locais com maiores índices de violência.

Afirma a presidente da ONG:

O Estatuto da Juventude, plano de Juventude Viva, enfim tudo foi atualizado a partir dessas diretrizes. O programa que eles queriam efetivar era basicamente a proposta do passado, mas nós negamos e remodelamos (presidente da ONG) (15/12/2015).

Aquilo que foi remodelado está presente por escrito no programa reformulado em âmbito municipal. Alguns gráficos e tabelas foram elaborados para demonstrar os índices alarmantes em relação à violência com jovens negros de periferia no município e é definitivamente algo que se deve ser discutido e pensado através de estratégias diversas, pois são muito importantes para justificar a relevância de políticas públicas para a juventude campista. Segundo o documento oficial produzido pela Superintendência de Paz e Defesa Social com dados dos anos de 2011 a 2015, o número de homicídios em Campos dos Goytacazes seguiu uma linha crescente com exceção do ano de 2015. Em números absolutos, o ano de 2014 foi o que alcançou maiores índices, e no que tange a homicídios de adolescentes e jovens, o ano de 2012 apresentou o maior índice (127 casos).

A seguir, é explicitada uma tabela sobre os índices de violência por bairro na cidade de Campos dos Goytacazes (201 casos) a fim de apontar a necessidade de se pensar estratégias para a diminuição dos conflitos, violência e mortes, pois de 201 ocorridos, 127 foram de adolescentes e jovens, isto é, um percentual de mais da metade dos casos.

ÍNDICES DE VIOLÊNCIA POR BAIRRO

Bairro	Total de homicídios 2012	Nº de moradores	Média a cada 100.000 habitantes
Campos dos Goytacazes	201	463.761	43,34
Aldeia	13	3.126	415,87
Baleeira	10	4.198	238,21
Chatuba	6	3.928	152,75
Esplanada	6	3.342	179,53
Goitacazes	8	*	Inconclusivos
Novo Eldorado	16	3.658	437,40
Novo Jockey	11	4.824	228,03
Parque Prazeres	7	6.696	104,54
Penha	12	5.928	202,43
Santa rosa	7	2.728	256,60
Tapera	4	*	Inconclusivos
Tira gosto	8	2.761	289,75
Travessão	11	24.058	45,72

*Inexistência de dados no SIDRA IBGE. Dados obtidos em:

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=608>

<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=150>

CAPÍTULO III: Reformulação em âmbito municipal: A descrição, os agentes participantes na formulação e execução, além dos objetivos do JPP.

O programa base reelaborado pelo presidente e coordenadores em 2014, enfatizava que:

O JPP almeja provocar mudanças estruturais na condição social de seu público alvo, tendo como objeto comum a capacitação de jovens para atuação em comunidades conflagradas, com vistas à construção e fortalecimento das redes sociais de prevenção e enfrentamento à violência, bem como a promoção nos âmbitos cultural, esportivo e socioeducacional. Em suma, visa uma completa intervenção na realidade dos beneficiados, de modo a contribuir na transformação dos quadros de vulnerabilidades, a partir de ações integradas, que favoreçam a construção da participação efetiva e inovadora de jovens, majoritariamente às margens das políticas públicas, tendo como perspectiva a universalização do acesso a tais direitos, e, por conseguinte, a emancipação da juventude campista (retirado do programa base do JPP).

O programa já havia sido realizado na época em que o antigo secretário municipal de Governo, Anthony Garotinho (PDT até 2000, depois passou a integrar ao PSB), era governador do Estado do Rio de Janeiro e, na reedição, foi reformulado a partir das diretrizes mais atuais sobre juventude, com o Plano Juventude Viva (diretriz do governo federal para a redução de vulnerabilidades juvenis. A ONG Nação Basquete de Rua, citada anteriormente, formalizou esse trabalho e estudaram como agregar mais pessoas.

Segundo a presidente da ONG:

O “Jovens Pelo Paz” é uma “coisa” do governo e nós somos do terceiro setor. Somos uma ONG. Foi uma oportunidade de exponenciar o trabalho que já fazíamos, e aí começamos a fazer o nosso caminho (presidente da ONG) (15/12/2015).

O programa foi uma política pública construída junto ao Conselho Municipal de Juventude, mas foi preciso de alguns pré-requisitos para a lei. Um dos critérios era que esse jovem se tornasse uma referência positiva para a comunidade, em lugares de conflitos e de vulnerabilidades. Havia jovens que foram abrigados e jovens de fora do programa que também podiam participar das ações e eventos. Mas para participar do processo seletivo e avaliativo o jovem não poderia ter passado por cumprimento de medida socioeducativa. No entanto, indiretamente,

existiram alguns casos, pois em algumas situações como as atividades externas, não havia o controle específico de jovens que eram ou não do JPP.

Após processo seletivo, que se deu por divulgação nas redes sociais, em igrejas, em comunidades, em escolas públicas e em associações de bairros, e em reportagens de jornais locais da cidade, incluiu seleção de documentos necessários, redação com tema social (correção em parceria com a Secretaria de Educação) e das entrevistas, com preenchimento de formulários, junto à equipe multidisciplinar do programa (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos), deram início às atividades. Foram mais de oitocentos (800) inscritos para trezentas (300) vagas, com idade de dezesesseis (16) a vinte e cinco (25) anos incompletos. A festa de abertura foi realizada no Teatro Trianon, onde reuniu o antigo Secretário de Governo; o antigo Presidente da Fundação Municipal da Infância e Juventude; a Presidente (na época que o programa foi colocado em prática) da ONG Nação Basquete de Rua, e toda equipe que era composta do JPP, além dos convidados vindos da cidade do Rio de Janeiro, cantores e dançarinos, como WG de Rua e o grupo de *Break Funkeados*.

O ano de 2014 foi de estruturação do programa e de confirmação de parceria com a Prefeitura de Campos dos Goytacazes, sob a Lei 8560, de 27 de maio de 2014, como parte integrante da Política Municipal de Juventude e o "Plano Nacional Juventude Viva", com a finalidade de potencializar o conhecimento em ações de caráter social e profissional, possibilitando atuações como agentes de desenvolvimento social comunitário a jovens que atendam aos requisitos previstos no art. 2º desta lei, mediante capacitação em espaços educativos específicos, instalados em equipamentos da rede municipal e desenvolvimento das ações em suas comunidades, de acordo com a modalidade ocupacional a ser trabalhada (Lei 8560). Foi firmado um convênio no início de julho de 2014, com Tamillys Lírio, como a presidente da ONG, eleita neste mesmo ano, e Lebron Victor, o fundador da ONG e que com esta parceira exerceu o cargo de diretor administrativo do JPP.

Segundo Da Silva (2018, p.39-40), não há registros, em prestações de contas do município ou canais de transparência, referentes a um valor tão alto de convênio firmado com o programa. Segundo o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) o convênio firmado com a ONG NBR para o programa tinha o valor referente a R\$ 6.092.814,55. O TCE-RJ possui, em seus arquivos digitais, a cópia do processo de nº 218.973-6/2014. O processo em questão prevê a

ilegalidade do convênio firmado sob o nº 072/14 e a aplicação de multa ao responsável pelo convênio, o então presidente da Fundação da Infância e da Juventude. Os motivos do processo foram a falta de justificativa da escolha da ONG, que segundo o processo contraria os princípios da impessoalidade, publicidade e eficiência; a utilização de professores da rede municipal de ensino para as atividades do programa; concomitância do exercício da Presidência da entidade como membro do Conselho competente para a fiscalização (a saber, Conselho Municipal da Juventude), contrariando o princípio da moralidade; ausência da comprovação de regularidade da entidade e ausência de atestação de prestação de contas.

Ainda, segundo a autora, a FMIJ, por sua vez, se manifestou, justificando as questões colocadas no processo. Algumas das justificativas seguem: com relação à escolha da ONG NBR, a justificativa é de que “o *KnowHow* e *expertise* são comprovados pelo trabalho que ao longo dos anos, a instituição já vinha realizando”. Sobre a utilização dos professores do município, apontam como principal justificativa, a redução dos custos. “Desta forma, sairia mais em conta se fosse feita uma readequação ao respectivo plano de trabalho, de modo que os professores atuassem em cargas horárias menores (dentro das disponibilidades) e fossem cedidos, sem ônus aos seus locais originais de lotação”. Sobre a presidente da ONG, ter uma cadeira no Conselho Municipal da Juventude, aponta que isso se dá devido à notoriedade da ONG no município e, segundo a justificativa apresentada, “mais do que natural que a entidade conveniada faça parte do meio de participação na construção das políticas públicas de juventude, dentro do município”, além de apresentarem as certidões de nada consta referentes aos outros questionamentos.

O Programa iniciou em 2014 e encerrou no final de 2015. Para eles:

2015 foi o auge dele. Foi muito bem falado na prefeitura. Ela não interferia em nada, pelo contrário, tudo que era levado até eles, era liberado tranquilamente, e com isso fomos ganhando a confiança em nosso programa. Tivemos reconhecimento e com isso liberdade para trabalhar (diretor administrativo do JPP) (15/12/2015).
--

A visibilidade do JPP no ano de 2015, o trabalho exercido e as atividades do programa que aconteciam na cidade, acabaram por garantir a legitimidade da ONG junto à prefeitura. No final do ano de 2015, a prefeitura fez uma proposta a fim de dar continuidade para o ano de 2016, no entanto de outra forma. A prefeitura solicitou que os jovens, integrantes do JPP, “tomassem conta” da Casa da Criança e

das Vilas Olímpicas.

Como afirma o diretor administrativo do JPP:

Foi um pedido da prefeita que sugeriu que 'nossos' jovens ocupassem o espaço e fizessem ali suas atividades, tendo apenas um acréscimo muito baixo de recurso para seguir (diretor administrativo do JPP) (15/12/2015).

A partir dessa proposta, os coordenadores não deram continuidade, não havia mais interesse de continuidade, pois do convênio de dezenove (19) meses, apenas treze (13) foram pagos. No entanto, os coordenadores conseguiram finalizar todas as atividades e eventos propostos mesmo sem todo o recebimento da verba, lamenta o diretor administrativo do JPP:

Tivemos que readequar as atividades e fazer alguns "cortes", reduzir a equipe. Não convocamos mais nenhum jovem da lista de espera, que foi uma perda muito grande (diretor administrativo do JPP) (15/12/2015).

É visto que utilizaram de algumas estratégias para conseguirem finalizar as atividades. Afinal, depende dos implementadores o sucesso ou não do programa. Se eles estão devidamente preparados, podem mobilizar os recursos necessários para superar os obstáculos. Com isso, algumas atividades foram realocadas para diminuir os gastos e, também, foi preciso reduzir a equipe na reta final das atividades, prejudicando o processo de execução da política pública e por último não puderam mais convocar os jovens que estavam na lista de espera, criando um impacto negativo, pois de certa forma, poderiam ter ampliado o número de jovens participantes do JPP.

Por fim, o JPP foi paralisado, em âmbito municipal, no final de dezembro de 2015, quando ocorreu um evento com a presença dos organizadores e dos jovens que participaram. As informações sobre o encerramento foram colhidas através dos depoimentos dos jovens entrevistados e das redes sociais com imagens públicas do evento:

Chegamos ao fim! E com um sentimento de alegria pela realização. Foram 300 jovens empoderados e fortalecidos através de uma política pública de vanguarda, que visa a prevenção dos homicídios da juventude através do acesso a oportunidades esportivas, culturais e educacionais. Indo na contramão de pensamentos retrógrados, a Prefeitura de Campos saiu na frente e fez valer o Estatuto da Juventude, Estatuto da Promoção da Igualdade Racial e o Plano Juventude Viva, colocando em prática um Programa que mostrou o quanto a juventude é bonita e cheia de energias. Jovens que passaram no vestibular, que terminaram o Ensino Médio, que tiveram melhorias nas notas, que melhoraram o

comportamento em casa e na escola, alguns com lindos exemplos venceram a depressão e a timidez, outros exemplos de meninos e meninas que se tornaram referências positivas para suas comunidades.



Figura 4 Encerramento do Programa. Imagem pública retirada da página do facebook do JPP.

Esta fotografia foi retirada da página do *facebook* do JPP e, segundo algumas informações colhidas pelos coordenadores, neste dia foi realizado o encerramento das atividades, na Câmara dos vereadores. Pela imagem, logo à frente estavam os colaboradores do JPP, isto é, a equipe técnica, os psicólogos, os assistentes sociais, os pedagogos e os monitores. Atrás, estavam os jovens que permaneceram no programa até o final. Pela fotografia não dá para visualizar, mas também estavam presentes alguns vereadores, representantes do governo na época e o corpo administrativo da ONG NBR.

Segundo a presidente da ONG, tinham aproximadamente quinhentos (500) jovens, nesta cerimônia, acompanhados de familiares e amigos. Também ocorreu a entrega do certificado de participação no JPP e a apresentação de alguns jovens, através da dança e de instrumentos.

Outros fatores também foram destacados em relação às dificuldades enfrentadas pela equipe do JPP, como afirma o diretor administrativo:

Nós tivemos muito trabalho. No início, tivemos muitas conversas com os traficantes, jovem que foi armado para pegar outro jovem, sabe?! O ano de 2014 surpreendeu até a gente. M. foi preso. Era grandalhão. Ele era função do movimento. Aquele que faz tudo, saía, levava maconha para o JPP. Foi muito trabalho envolvido e a ideia era ir ao território como autoridade, sermos respeitados. Conseguimos, mas não foi fácil (diretor administrativo do JPP) (15/12/2015).

Essas informações foram coletadas durante dois encontros com os coordenadores do programa. O primeiro ocorreu em dezembro de 2015 no início da pesquisa, antes mesmo de começarem as entrevistas com os jovens. Alguns materiais foram adquiridos e, com isso, pude ter acesso a mais informações detalhadas do programa. No final do trabalho de campo, já no final do ano de 2017, retornei o meu contato para obter acesso a alguns dados que faltavam sobre especificamente a ONG NBR, os polos e a estrutura do JPP.

O programa buscou fazer com que os jovens do JPP atuassem na mobilização social dentro de seus próprios bairros, articulando junto aos monitores de núcleos, direção, professores e equipe multidisciplinar (psicólogos; assistentes sociais e pedagogos). Os cargos que existiam no JPP se dividiam em:

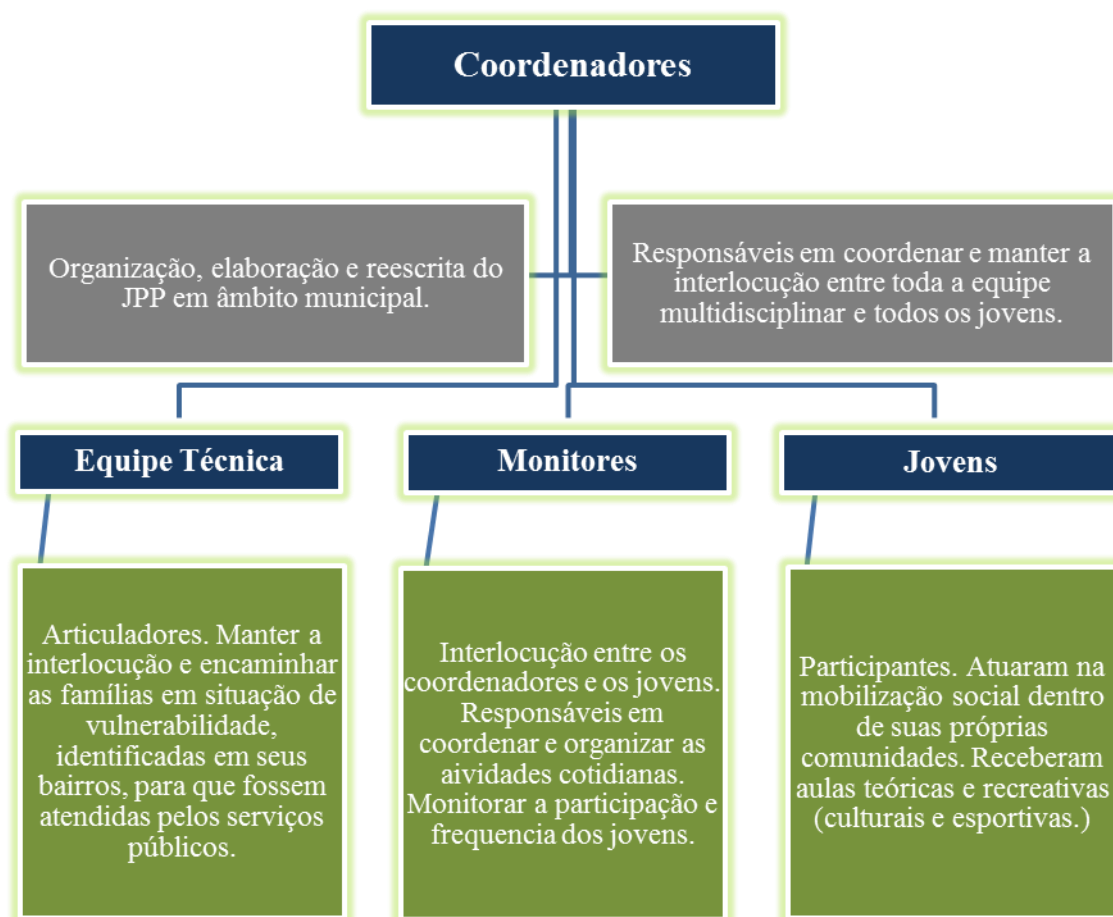


Figura 5 Os cargos do JPP e suas funções. Organograma elaborado pela autora.

Todas as atividades desenvolvidas foram orientadas e acompanhadas pelos monitores, equipe multidisciplinar e pelos professores da rede municipal, os quais contaram com capacitações através de seminários e treinamentos. Na escola, os monitores acompanhavam os professores, participavam e auxiliavam nas atividades. Alguns professores propuseram à direção do programa visitas técnicas e culturais, dentro do estado do Rio de Janeiro com o objetivo de conhecer outros eventos, feiras, congressos, projetos, dentre outros. Fora as ações culturais e esportivas, no restante da carga horária definida, os bolsistas participaram de atividades e tarefas sociais com os técnicos da equipe multidisciplinar, os monitores de núcleos e/ou os professores, que conduziram tais encontros pedagógicos. A seguir, é possível ver o cronograma das atividades que eram colocadas em prática semanalmente:

TURNO	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
MANHÃ	X	ATIVIDADE ESPORTIVA: BASQUETE DE RUA	ATIVIDADE CULTURAL: DANÇAS URBANAS	ATIVIDADES E TAREFAS SOCIAIS: AULAS, REUNIÕES, PALESTRAS, ETC.	ATIVIDADE ESPORTIVA: BASQUETE DE RUA	ATIVIDADE CULTURAL: DANÇAS URBANAS	ATIVIDADES E TAREFAS SOCIAIS: AULAS, REUNIÕES, PALESTRAS, ETC.
TARDE	X						X

Figura 6 Quadro de atividades dos jovens do JPP. Retirado do programa base, com autorização dos coordenadores do programa.

O cronograma acima foi apenas um exemplo, em que um jovem optou por iniciar com basquete de rua e danças urbanas, e com isso fez cada uma destas atividades duas vezes na semana, participando sempre no contraturno escolar e realizando suas atividades e tarefas sociais nas quartas-feiras e sábados. É importante ressaltar que, segundo os interlocutores, o próprio jovem montou o seu cronograma, observando disponibilidades de horários e vagas, de modo a conjugar as ações do JPP com suas obrigações escolares.

Para facilitar o dinamismo entre a coordenação e os jovens, foi criado um grêmio, com o objetivo de dar oportunidade para eleger um representante e um vice para cada polo, ou seja, um “porta voz” de cada turno, encarregado de sugerir e acompanhar pautas criadas pelos próprios jovens do JPP:

Entendemos que cada um dos bairros e turnos tiveram suas subjetividades, questões que somente os jovens moradores poderiam trazer à coordenação, daí a importância do Grêmio, uma forma de aproximar e atender demandas, sendo também uma forma de exercer sua cidadania (diretor administrativo do JPP) (15/12/2015).

Portanto, o canal de diálogo era para ser o monitor, conforme a elaboração do programa. Ele que serviria de “ponte” entre os coordenadores e os jovens, de seu respectivo polo, mas não foi isso que aconteceu. Alguns jovens e integrantes da equipe tinham problemas com os monitores, como é relatado a seguir:

Todos os monitores eram agentes políticos e vieram com a premissa de não trabalhar. Era descontado, ameaçado de demissão, havia conversas, mas pouco se podia fazer quando o assunto era cobrá-los. Ficávamos sem saída (Fernanda, funcionária do JPP) (29/11/2018).

Percebe-se que havia dificuldade em entrar em contato com os monitores, sobretudo ter um diálogo positivo, devido ao fato de existirem, na época, situações de conflito entre eles e os coordenadores. O papel principal dos monitores era possibilitar uma entrada de forma efetiva e positiva a lugares que tinham conflito e conflagração de drogas. Porém, cada monitor “tinha um vereador” como seu responsável, isto é, que o designou para o cargo, fazendo com que os coordenadores não tivessem autoridade para impedir e/ou controlar algo que os monitores fizessem. O currículo era entregue e logo em seguida o chamavam. Havia a necessidade de uma seleção minuciosa dos monitores, para que estes fossem moradores do local ou próximo ao polo escolhido, essa era a intenção inicialmente, no entanto, a maioria não residia nestes locais, logo iam com certa insegurança e medo.

De acordo com alguns relatos, alguns faltavam, ou liberavam os jovens sem colocar falta, com casos de fingirem que havia tiroteio para cancelar a atividade no polo (o que na maioria das vezes era algo inventado e isso ocorria com certa frequência, inclusive isso era verificado e confirmado). Apenas um monitor era morador do bairro selecionado para exercer o cargo. Neste caso, foi possível perceber que a autonomia do JPP não era tão ampla, infelizmente se concretizou num projeto político que ficava a mercê das relações e tensões políticas do município, mesmo com todo um esforço do resto da equipe e dos coordenadores para uma execução positiva e da tentativa de ampliação e continuação.

Há de se considerar a necessidade de maior investimento nas relações interpessoais, que apareceram como fundamentais à qualidade dos projetos. Não basta que estejam muito bem planejados, é necessário refletir sobre o modo como acontecem, posto que as aprendizagens e experiências se dão nas interações. Nesse sentido, há a necessidade de se atentar para as atividades educativas dos projetos sociais (URNAU e ZANELLA, 2009). Também importa compreender os elementos sociais e culturais que vão interferir na execução de uma política pública. Assim, dentre os elementos constituintes desta constelação estão as relações interpessoais. Mas, não somente. Também entram na conta as representações

sociais dos operadores, a influência política dos atores, as visões de mundo etc.

Mas o que foi essa política? E a quem ela se destinou? Tratou-se, sobretudo de um programa de prevenção aos homicídios contra a juventude negra, através do incentivo à cultura e ao esporte, afirma a entrevistada, coordenadora da ONG Nação Basquete de Rua. Portanto, coube saber se de fato isso foi colocado em prática e de que forma isso ocorreu, segundo os jovens entrevistados.

Segundo os coordenadores, eles se basearam nos dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), em que apresentava os bairros margeados à direita do Rio Paraíba do Sul – Goitacazes, Chatuba, Novo Jockey, Penha, Esplanada e Tapera, como responsáveis de quase 60% (sessenta por cento) dos índices de violência deste lado do rio. Já os bairros margeados à esquerda do Rio Paraíba do Sul – Novo Eldorado, Aldeia, Santa Rosa, Parque Prazeres e Travessão, concentravam sozinhos mais de 50% (cinquenta por cento) dos índices de violência de sua região, portanto, eram consideradas áreas prioritárias para enfrentamento estratégico do risco social e de violência.

Para os coordenadores, vale salientar que as comunidades “Tira Gosto” e “Baleeira”, apesar de não aparecerem nos gráficos como locais de alta mortalidade, mereceram destaque, pois ambas são polos faccionais, além de exercerem forte influência nas demais favelas, incitando disputas violentas por território e criando linhas imaginárias de circulação para a população. Também não houve durante o trabalho de campo, relatos de estas favelas possuírem alguma relação com a milícia.

Foi tomado por base um quantitativo de no mínimo trinta e três (33) jovens selecionados por polo, e inicialmente foi definido que cada localidade receberia um polo. Entretanto, após ser analisado, foi identificado que a localidade do Novo Eldorado possuía os mais altos índices de violência em relação a homicídios, sobretudo se observados a média a cada cem (100) mil habitantes, relevando ainda sua extensão territorial, esta última aplicável também à região de Goitacazes, que também, mesmo sem ter obtido dados suficientes para conclusão dos índices supramencionados, entenderam que a mesma contemplava toda a baixada e que juntas, indiscutivelmente, expressavam uma região notoriamente marcada pela violência contra a juventude, como assassinatos, brigas, ameaças, disputa pelo tráfico, além do fato de que ambas se encontravam em significativa distância da região central do município, o que dificultava o acesso às oportunidades oferecidas

pelo JPP. Por tais razões concluíram que ambas deveriam ter dois (2) polos de trinta e três (33) jovens cada, chegando a um total de 66 participantes.

Por fim, foi observado, que as localidades da Penha, Aldeia e de Santa Rosa, assim como Baleeira e Tira Gosto, também possuíam altos índices de homicídios e grande peso no quadro de violência geral da cidade. Em virtude desses dados, cada uma destas localidades teria trinta e quatro (34) jovens selecionados para seus polos.

A partir disso, a seguir, há uma tabela com os nomes e quantidade dos polos (13) e seus bairros (15): Novo Eldorado (2), Travessão, Goitacazes (2), Santa Rosa, Novo Jockey, Tira Gosto, Parque Prazeres, Tapera, Esplanada, Aldeia, Penha, Baleeira e Chatuba. Cada polo era coordenado por um monitor. Este era responsável pelos jovens que integravam este grupo específico. Vale destacar sobre o monitor, na época, selecionado, que a maioria não residia em seu polo designado, tendo em vista, motivos de cunho político já explicado aqui. A ideia inicial era que cada monitor tivesse um vínculo de moradia com a localização do polo que lhe foi designado, mas isso não aconteceu. Eles foram selecionados de modo aleatório prejudicando a relação com a comunidade e até mesmo com os coordenadores, pois o esforço para se iniciar e se colocar em prática as primeiras atividades do JPP foi maior, tendo em vista o recente acesso a esses espaços, onde eram localizados os polos, conforme a tabela a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DOS POLOS POR ÁREA SELECIONADA

ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL	POLOS DO PROGRAMA	QUANTITATIVO DE JOVENS POR LOCALIDADE
Aldeia	01	34
Baleeira	01	34
Chatuba	01	33
Esplanada	01	33
Goitacazes	02	66
Novo Eldorado	02	66
Novo Jockey	01	33
Parque Prazeres	01	33
Penha	01	34
Santa Rosa	01	34
Tapera	01	33
Tira Gosto	01	34
Travessão	01	33
TOTAL	15	500

No início da reelaboração do programa de âmbito estadual para municipal, os coordenadores buscaram se basear na forma de como o Plano “Juventude Viva” se respaldava na elaboração e execução de políticas públicas. Isto é, o governo federal criou o Plano “Juventude Viva” a fim de reduzir a vulnerabilidade dos jovens em situações de violência física e simbólica. Ele foi desenvolvido, em 2012, em meio a debates no Fórum de Direitos e Cidadania e a iniciativa priorizou cento e quarenta e dois municípios com os maiores índices de homicídios de jovens, criando oportunidades de inclusão e autonomia, por meio da oferta de serviços públicos nos territórios mais vulneráveis à violência. O Plano buscou, também, aprimorar a atuação do Estado no enfrentamento ao racismo institucional e na sensibilização dos agentes públicos e a cidade de Campos dos Goytacazes estava incluída na lista dos

municípios com os maiores índices de homicídios, sobretudo de jovens negros.

Para tanto, buscaram os dados da Secretaria de Paz e Defesa Social e a partir das informações de cada bairro, os treze selecionados para o projeto eram os que concentravam 75% das mortes por homicídio na cidade, ou seja, uma *mancha* (MAGNANI, 2002) bem específica, de maior consolidação e de visibilidade na paisagem de locais considerados de periferia.

O funcionamento do programa.

Foi realizado um processo seletivo através de uma redação com o tema “violência, falta de oportunidades e medo como fatores que influenciam negativamente a vida dos jovens” e, em seguida, os inscritos para cada polo fizeram uma entrevista e entregaram documentos pessoais, que segundo eles, isto foi feito nos polos onde se inscreveram. Passadas estas etapas e uma vez selecionados, o JPP ofereceu uma bolsa auxílio no valor de R\$350,00 (fonte do recurso municipal), que normalmente era pago de forma atrasada, segundo os entrevistados. Não tinha dia certo para receber. Alguns nem receberam todos os meses que estiveram inscritos no programa. Outros, de diferentes polos, afirmaram também que foram entrevistados por uma equipe formada de assistentes sociais e psicólogos, mas isso não ocorreu com todos os jovens selecionados para o programa, pois alguns afirmaram ter entrado depois e apenas apresentaram alguns documentos.

Após os jovens estarem inseridos em algum polo, também se exigia que eles estivessem matriculados em uma escola pública e, em muitas, acompanhavam-se o seu rendimento escolar, para que pudessem frequentar os projetos de arte, cultura, esporte, entre outros, que foram citados pelos entrevistados. Castro e Abramovay (2002) consideram que o tempo de ser jovem é tempo de formação educacional, então o ideal era que não estivessem trabalhando, mas também em muitos casos, eram oferecidas oportunidades aos jovens para desenvolverem atividades remuneradas no campo das experiências, como artistas, modelos e monitores, especialmente após o término do programa. Segundo alguns relatos, alguns também trabalharam de modo informal durante a campanha política no município.

Seleção dos jovens para compor o quadro de entrevistas.

Esta seleção se deu da seguinte forma: O programa abriu inicialmente quinhentas (500) vagas para o ano de 2014, no entanto, as inscrições ultrapassaram este número, e com o passar do tempo, novos jovens foram convocados, pois havia desistências no momento que o JPP estava sendo colocado em prática. Neste caso, em média foram atendidos cerca de novecentos e oitenta e oito (988) jovens. As quinhentas (500) vagas iniciais foram distribuídas em quinze (15) polos, totalizando em torno de trinta e dois (32) a trinta e quatro (34) jovens por polo.

Para compor o quadro de entrevistas, a partir da metodologia selecionada, foi elaborado inicialmente um mapa da cidade de Campos dos Goytacazes – RJ, apresentando a localização dos polos na distribuição dos bairros no município, conforme figura 7:

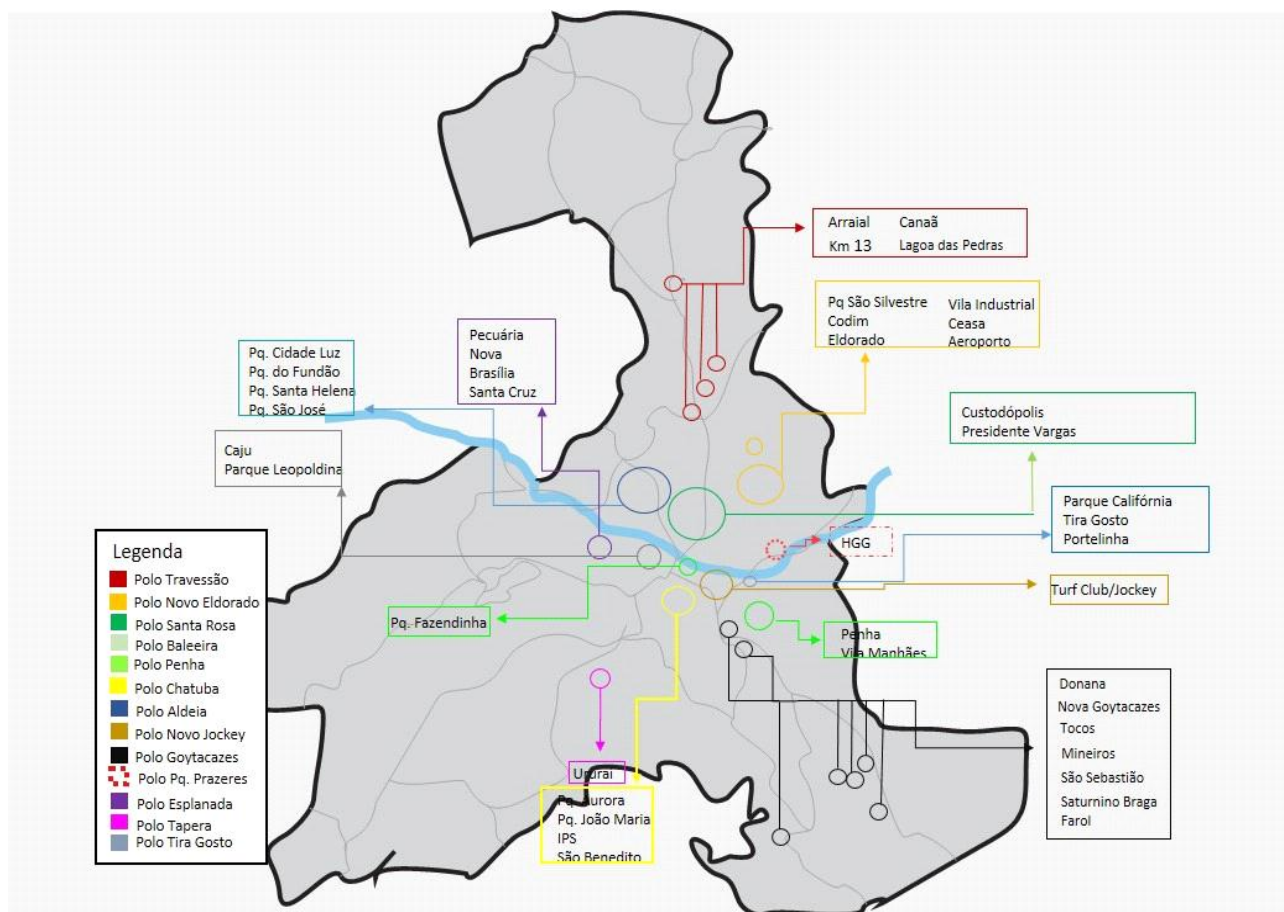


Figura 7 : Mapa da cidade de Campos dos Goytacazes com a distribuição dos polos. Autora: Gabriela Faial (graduanda em arquitetura).

O JPP atuou nos territórios com maiores índices de homicídios da cidade. Foram selecionados treze (13) bairros / 15 polos, que registravam na época 75% das mortes. Identificar onde se localizavam todos os polos existentes do projeto foi essencial para enxergar a localização destes no mapa da cidade de Campos dos Goytacazes. Dividiram-se em áreas consideradas críticas pelos coordenadores do projeto, em relação à violência do município, tendo em vista também a preocupação em selecionar os polos com acessibilidade e razoabilidade no atendimento dos jovens do JPP.

Também foi realizado um levantamento dos referidos polos em relação à localização do comando do tráfico de drogas existentes na cidade – TCP e ADA para que isso garantisse uma maior atenção e segurança para a realização das entrevistas e dos itinerários, visto que o local em que a pesquisadora reside é próximo à favela Tira Gosto, liderada pelo TCP. Isso não interferiu na seleção, foi apenas para tomar ciência dos lugares e estar mais atenta. É interessante ressaltar que em todas as entrevistas realizadas o nome da facção que comanda o bairro onde o entrevistado residia era citado de diversas formas e situações. Tanto ao falar da localização do polo, quanto à circulação deles pela cidade ou sobre o local onde mora. Neste caso, é possível perceber que diversos desafios podem surgir para se desenvolver políticas públicas em territórios conflagrados, sobretudo, políticas para juventude, pois é ela (a juventude), que tende a circular mais, até mesmo no uso dos espaços públicos das cidades para o lazer, estudo e sociabilidades.

Em Campos dos Goytacazes, há uma configuração de circulação dos moradores de favelas na cidade, a partir do controle desses territórios por grupos de traficantes de drogas que impõem uma ordem violenta e demarcam alguns espaços sociais da cidade como uma área pertencente a cada uma das facções presentes nestes locais (SOUZA, 2010). Ainda, segundo a autora, a história e o nome das favelas: Baleeira e Tira Gosto, tiveram mais importância no tráfico de drogas de Campos dos Goytacazes, que suas ligações com as facções, fazendo com que os grupos de traficantes de outras favelas se identificassem na época, como pertencente ao movimento da TG e da Baleeira, ao invés de se reportar à facção. Atualmente, são as siglas das facções (ADA e TCP) que estão pichadas pela cidade demarcando a que grupo pertencem aqueles territórios (SIQUEIRA, 2016).

Para Siqueira (2016), esta tensão era patente entre as facções rivais, Amigo

dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP), que dividem a comercialização das drogas e o território de abrangência desse mercado. A partir desta rivalidade são estabelecidos os limites dos territórios dos grupos de traficantes de forma bem determinada e de acordo com a percepção dos que moram nestes espaços. Isso constitui perigo de retaliação caso sejam ultrapassados por membros que não pertencem àquela facção, instituindo fronteiras de tensão.

As pessoas ligadas ao tráfico de drogas impõem um controle sobre a população das favelas e alguns outros espaços da cidade (MESQUITA, 2008; SOUZA, 2010). Essa situação interfere, sobretudo, na livre circulação dos moradores de favela pelos espaços de sociabilidade, pois haviam favelas consideradas rivais, por serem de facções inimigas. Segundo Souza (2010), devido aos grupos rivais, os moradores de favela não podiam circular por todo o espaço urbano por medo de serem pegos pelo inimigo, havendo uma espécie de fronteira a não ser ultrapassada. Assim, estabelecia uma fronteira simbólica delimitando partes da cidade em que os jovens moradores de favelas podiam circular (SOUZA, 2010).

Além de interferir diretamente nas relações das pessoas que convivem nessas duas favelas acima, essa rivalidade sempre transcorreu para as outras localidades dominadas pelo tráfico de drogas, e para a cidade que já foi dividida em dois territórios, lado A e lado B. O lado A seria a favela Tira-Gosto e lado B a favela Baleeira (MESQUITA, 2009). Há uns anos, a cidade convive com a presença de duas facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas: Baleeira, ADA e Tira-gosto, TCP (SIQUEIRA, 2016). No entanto, recentemente, no ano de 2017, foi identificado o surgimento de uma possível união entre as facções na cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, logo em seguida, também na cidade de Campos dos Goytacazes. Isto é, a criação do Terceiro Comando dos Amigos (TCA), com a intenção de proibir a entrada do Comando Vermelho nessas localidades (agora, os traficantes afirmam que quem não é CV, é TCA). A ordem para a junção das facções possivelmente veio da cidade do Rio de Janeiro. A partir dos relatos de alguns entrevistados também é possível identificar algumas situações que comprovem essa união:

Ah, segundo minha avó, agora tá calmo até demais, depois que eles se juntaram, deu uma diminuída, o problema é que geral de fora, agora tá vindo para o baile daqui (Breno, 21 anos, polo da favela Tira Gosto) (02/10/2018).

O ponto negativo do meu bairro nem tem tanto mais, porque antigamente era muito violento, tinham duas comunidades perto uma da outra, e minha casa era no meio, então tinha muito tiroteio e morte, agora que elas se juntaram, deu uma melhorada (Pedro, 20 anos, estudante, pertencente ao polo da Chatuba, bairro Parque Aurora) (13/12/2017).

Eu moro no centro do bairro (Tapera), e lá é comandado pelas duas (ADA e TCP), elas se uniram (TCA), tá melhor pra morar agora e reduziu o assalto lá também (Wellington, 21 anos, morador do bairro Tapera) (08/03/2017).

Há cinco anos era bem diferente, pela questão das facções que agora se uniram, é TCA, TCP com ADA, e antes cada rua era uma facção diferente (Juliana, 22 anos, estudante de música, moradora do bairro Santa Rosa) (14/08/2017).

A partir de alguns relatos sobre esta possível reestruturação do crime, terminou por pesar em algumas situações nos mapas simbólicos dos entrevistados. Mesmo a maioria afirmando que ainda existe o medo e a insegurança, alguns afirmaram que passaram a visitar locais que antes não eram frequentados, ou que na verdade, evitavam na maioria das vezes como os bailes que acontecem dentro de determinadas favelas. Na época, no mês de junho de 2017, por meio de vídeos e publicações nas redes sociais e de alguns grupos de *whatsapp*, era possível ver a divulgação de bailes com os possíveis organizadores convocando as pessoas de todas as favelas da cidade. No caso das publicações, eles afirmavam ser TCA a partir daquele momento, agregando todas as favelas numa só facção. Algumas reportagens do município, também chegaram a publicar algumas notícias sobre esses eventos, demonstrando certa preocupação com o que poderia acontecer.

Nas redes sociais, como o *facebook*, um jovem escreveu: “Tá chegando a hora. #bailenachatuba#SóOsDoTCANaparada. Pode brotar geral”. Mais adiante, numa outra postagem, outro rapaz, que disse ser integrante do TCA, convidou integrantes da facção de algumas favelas da cidade para comparecer ao evento. “Os amigos do SH, CL, Cantinho do Céu, Eldorado, Sapo 1, Baleeira, Tira Gosto, Nova Brasília, Esplanada e os amigos de demais áreas. Pode brotar geral”. Também foram divulgados áudios de conversas entre os chefes das favelas, Baleeira e Tira Gosto. Nestes áudios, chefes das duas facções davam ordens aos seus soldados para que a ordem fosse cumprida. Na conversa, os dois concordam com a união das facções e dizem que os soldados que não aceitarem a fusão podem procurar outro lugar. Em um dos trechos da conversa, um dos traficantes diz: “Mando um abraço para todos

do ADA e do TCP e que todos fiquem na paz”, disse.

Segundo Pinheiro (2018), no primeiro momento isso foi positivo para todos, pois permitiu que as pessoas circulassem um pouco mais livremente, relativamente despidas do sentimento de insegurança que lhes acompanhavam cotidianamente. Foram muitos vídeos circulando nas redes sociais e *via whatsapp*, inclusive produzido pelos próprios policiais sobre a tranquilidade e o trânsito das pessoas por ambos os lados. Entretanto, ainda, segundo a autora, esse acordo não se deu sem resistências como previu o chefe da Baleeira fazendo com que a paz e a tranquilidade anunciada não passassem de algumas semanas devido ao inconformismo de alguns dos integrantes de um dos bandos, que supostamente havia se aliado a uma terceira facção e se negado à aliança. Para ela:

Também corroboraram essa informação diversos distúrbios e os vários episódios de ataques e tiroteios que estavam acontecendo em Santa Rosa após o “anúncio” da união, logo, constatou-se que continuou vigorando no ambiente social o clima de medo e tensão que são elementos importantes na configuração da região, demonstrando que em Guarus o TCA não foi uma realidade (PINHEIRO, 2018:213).

Neste caso, após a realização do levantamento sobre os polos existentes e em relação à localização do comando do tráfico de drogas existentes na cidade, busquei selecionar de um a três jovens por polo, dependendo da disponibilidade deles. A ideia foi equilibrar o número dos entrevistados de acordo com os bairros que foram selecionados, de modo que a seleção se tornasse bem distribuída a partir da visualização dos polos no mapa da cidade. A seleção dos entrevistados abrangeu todos os polos, num total de vinte e seis (26) entrevistas concluídas: 30% foram do sexo masculino e 70% do sexo feminino, acompanhando a porcentagem de 70% do sexo feminino, no total dos jovens inscritos no projeto.

A partir de cada entrevista semiestruturada, na mesma semana, dando continuidade ao trabalho de campo, foi realizado o método de itinerários, que foi aplicado junto aos jovens do projeto o qual participaram, e que compõe o trabalho de campo proposto.

O JPP do ponto de vista dos jovens.

Neste subcapítulo ressaltarei qual era a percepção do JPP por parte dos jovens, isto é, o projeto do ponto de vista daqueles que participaram. Durante as entrevistas semiestruturadas realizei a seguinte pergunta: “para você, qual foi o objetivo do programa?” que fez parte do roteiro de todos os vinte e seis (26) entrevistados. Segundo Breno:

Era uma forma de ‘usar a gente’, pra ter acesso e conseguir levar os jovens do tráfico de drogas e quem mora aqui na nossa periferia, pra gente levar esses jovens, tirar os jovens do tráfico e levar pra nação (ONG) (Breno, 21 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (02/10/2018).

Um dos pontos mais explícitos no decorrer de cada entrevista era em relação à violência e principalmente sobre o tráfico de drogas existente no bairro em que o jovem reside. Para alguns, o programa servia como tentativa de tirar esses jovens do pertencimento ao tráfico. Eles se consideravam como uma “ponte” para terem acesso a outros jovens. A necessidade de se pensar numa estratégia era constantemente debatida e se viam como “peças” importantes para ajudarem em relação a isso. Foi relatado por diversos jovens que muitas vezes era feito o convite a outras pessoas para participarem de eventos abertos ao público com a intenção de agregar mais jovens, sobretudo àqueles que prestam serviços ao tráfico. Isso se deve ao fato, de um local considerado periférico ser de risco para o aumento do consumo de drogas quando apresenta baixa condição social e econômica, quando tem pouca organização, quando faltam oportunidades de emprego para adultos e jovens e quando há facilidade do acesso às drogas (DAHLBER e KRUG, 2007).

Para Cassia:

O objetivo que eles falavam né. Era um projeto muito bom, a proposta realmente era ótima. Eu faria tudo novamente, não vou dizer que era ruim, no caso, era pegar jovens de todas as comunidades que você pode imaginar de Campos, e tirar o jovem daquele meio. Levar o jovem pra brincar, fazer atividade física, com a intenção de diminuir o índice de violência dos jovens na cidade. Mas também todos nós sabemos que o projeto foi criado exatamente na época da eleição que o Garotinho veio como governador e aí ele perdeu, aí o projeto continuou mais um pouco e depois logo acabou (Cassia, 20 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (09/12/2016).

Neste ponto destaco a importância e o reconhecimento que os jovens participantes do projeto tinham em conseguir levar algum novo jovem para participar e se integrar ao grupo. A ideia, segundo os entrevistados, era que os que já eram participantes pudessem convidar outros jovens, sobretudo aqueles que estariam envolvidos com o tráfico de drogas. E isso de fato aconteceu, poucas situações, mas foram confirmadas por eles. Mesmo não sendo confirmado pelos coordenadores que isto era um dos objetivos do programa, para os entrevistados, eles possuíam essa função, que para eles era muito importante, de muita responsabilidade e isso era falado constantemente durante as entrevistas.

Num outro momento, para outras duas jovens entrevistadas, Bruna e Lídia, respectivamente:

Eles queriam que a gente se formasse e que tivéssemos embasamento para levar discussões sobre racismo, machismo, violência, eu acho que esse era o fundamental, entendeu? Colocar a gente para discutir mesmo, formar pessoas para irem à luta. Uma das melhores coisas que fiz na vida foi ter participado desse projeto (Bruna, 21 anos, residente do bairro Esplanada, estudante do Teatro de Bolso Procópio Ferreira) (05/03/2018).

Para mim o maior objetivo era o empoderamento dos jovens, de potencializar que eu consigo! Que eu posso. Eu era cheia de preconceitos, com a mente fechada, quase não tinha contato com outras pessoas, de outros lugares sabe? De conhecer outras realidades. De saber entender sobre política pública, política partidária. A gente aprendia a discutir, debater sobre vários assuntos. Eu tive oportunidade de ir a Uerj junto com eles, fiquei deslumbrada lá (Lídia, 27 anos, estudante do curso de serviço social e que pertencia ao polo de Eldorado) (12/07/2017).

É visível a amplitude do programa a partir da fala de Lídia. As possibilidades que o projeto ofereceu aos jovens e tudo que a entrevistada adquiriu como conhecimento e autoestima, inclusive, Lídia é uma das jovens que atualmente está cursando uma universidade a partir do estímulo que recebeu quando ainda participava do projeto. Neste caso, nesta trajetória também entram no cálculo o capital cultural transmitido pela família, segundo a interlocutora: “Eu tenho meu marido que me ajuda muito, se não fosse ele eu não conseguiria pagar sozinha, mesmo tendo conseguido um bom desconto”.

Para Bruna e Lídia, o objetivo principal se resumia em transformar os jovens em cidadãos participativos na sociedade, que pudessem e tivessem capacidade de discutir e debater sobre diversos temas do cotidiano e de importância para o local

onde residem, sobretudo assuntos voltados às questões sociais e raciais. Os eventos como palestras, debates, idas ao Fórum, à Câmara e à Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) foram diversas vezes citados. A maioria afirmou que o foco do projeto era voltado a esse objetivo, como a Gabriela:

Eles nos ensinaram a lutar por diversas coisas e também tivemos muitas palestras interessantes sobre religiões, racismo e que nós conseguimos tirar muito proveito e trouxe uma visão diferente pra gente sabe. Eles mudaram muito o meu ponto de vista, tinham coisas que eu era muito preconceituosa em relação a outras religiões e não era nada aquilo que eu achava, quebrou muito preconceito em mim e antes eu era muito bobinha agora eu não julgo mais as pessoas, e sim entendo a história delas e respeito (Gabriela, 21 anos, estudante de enfermagem, residente do bairro Parque Prazeres) (12/02/2018).

A partir destes relatos, era nítido o reconhecimento que os jovens tinham em relação ao principal objetivo do programa. Para a presidente da ONG, a maior importância era a prática da cidadania como instituto garantidor dos direitos fundamentais, com que os jovens pudessem ter durante o projeto. Um cotidiano voltado à cidadania, educação, atividades físicas e aprendizado, mas em nenhum momento foi citada a intenção de inserir jovens pertencentes ao tráfico.

Para Breno:

Antes de tudo, antes do projeto, eu viva mais dentro de casa, não ficava em grupinhos, só vivia pra escola, pros cursos e família. Só estudava mesmo, eu nem queria saber o que se passava lá fora, minha avó sempre pegava muito no pé, eu só saía se tivesse feito tudo em casa, eu e minha tia e depois que eu comecei a participar comecei a ficar mais alerta, muito mais comunicativo, conheci muito mais pessoas e isso me ajudou muito a interagir, debater, pois hoje trabalho e converso, me dou bem com todos (Breno, 21 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (02/10/2018).

Nesse sentido, a continuidade deste projeto estaria relacionada à ampliação nas formas de socialização e participação dos cidadãos através do cumprimento de suas obrigações e da disposição de se exporem publicamente nas discussões, debates e manifestações públicas. No sentido de saberem repassar tudo aquilo que lhes foram ensinados, discutido em debates e palestras durante os encontros.

Cabe destacar que para a maioria dos entrevistados, foi fundamental a capacitação deles nos mais diversos temas sociais. As palestras com profissionais da SEEDUC tinham por objetivo, informar, tirar dúvidas e ampliar o conhecimento dos jovens participantes para que estes multiplicassem os conhecimentos adquiridos

com toda sua rede de amigos, com seus familiares e com os moradores do bairro onde residem. Um dos primeiros temas abordados no JPP em 2015 foi “a prevenção do HIV/AIDS e diversas DST’s”, questões enfrentadas como “tabu” por muitos, mas fundamentais para a redução dos altos índices de doenças graves na área da saúde. A juventude atualmente é considerada a faixa etária mais vulnerável ao HIV e ainda é encontrado muito preconceito e falsas notícias relacionadas ao tema. A maioria dos entrevistados destacou que puderam aprender sobre as diversas formas de prevenção, as formas de não reproduzir mais discriminação, assim como onde procurar ajuda nos casos de contato de risco. Não havia um conteúdo programático, nem algum material norteador, ficando a cargo dos monitores e professores a organização dos encontros e dos temas.

No decorrer de cada entrevista, indaguei em relação à bolsa mensal que os jovens recebiam durante todo o projeto, e neste momento os relatos passaram a questionar atitudes que eles mesmos observavam e que tiveram a iniciativa da prefeitura. Uma delas foi sobre o atraso dos pagamentos, que passou a ser um problema, pois muitos daqueles jovens acabavam por interpretar este projeto, como um emprego a fim de investir em gastos para locomoção, lazer e etc. Vale destacar que três jovens conseguiram economizar a bolsa, juntaram, fizeram poupança. Dois jovens eram do polo Tira Gosto e um do polo de Travessão. Para amenizar a situação do atraso da bolsa, os coordenadores decidiram, pelo menos, fazer com que os jovens durante os dias de pagamento, participassem do acompanhamento do processo de pagamento das bolsas na sede. Segundo os jovens, funcionava como um grupo pequeno de interesse, e isso fez com que os jovens entendessem todas as etapas do processo e entenderem que a “culpa” não vinha por parte da equipe de coordenação.

Para Cassia:

Eles colocavam em prática e a gente percebia que era isso mesmo, ninguém é bobo, em plena época de eleições no Rio de Janeiro o cara surgir com o projeto. Recebíamos direitinho, em conta, depois começou a atrasar. Uma pena (Cassia, 20 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (09/12/2016).

Isso também foi observado por Bruna:

Na época, na situação que eu vivia pra mim foi perfeito, foi extremamente necessário tudo que vivi ali. O projeto em si não faltou nada, o que não deveria ter tido foi a questão da influência política partidária e isso sempre me incomodou. Então sempre teve isso, eles (os coordenadores) ainda 'seguraram' muito sabe, porque se deixassem o acesso todo livre para a política partidária, isso ser horrível. A política na época do Garotinho e de um vereador específico que estava sempre no ar e que até foi eleito. Isso era uma coisa que eu não gostava na época, mas a gente percebia que os próprios coordenadores faziam de tudo para separar isso (Bruna, 21 anos, residente do bairro Esplanada, estudante do Teatro de Bolso Procópio Ferreira) (05/03/2018).

A partir do que foi relatado por Cassia e Bruna, fica evidente a “relação” do projeto com a política local e estadual, sobretudo a capacidade dos jovens em perceber a tentativa de influência por parte de alguns políticos, muito citados ao longo das entrevistas. Alguns dos interlocutores afirmaram terem trabalhado e/ou conheciam jovens do JPP que também fizeram parte de equipes de “apoio” e “trabalho” durante a eleição de 2016. Alguns relataram terem participado para conhecerem de perto a política partidária, pois era um assunto constantemente discutido em debates do JPP, enquanto outros afirmaram a intenção de ganhar dinheiro e a facilidade que tiveram para terem acesso a esse “trabalho” de curto prazo. A maioria alegou ter feito a inscrição com uma perspectiva geral negativa do programa, mas a partir das reuniões, atividades e eventos a ideia foi se desconstruindo ao longo de suas participações e atualmente se questionam de forma bem favorável e positiva sobre a possibilidade de retorno do projeto social analisado.

O uso do colete: uma representação em disputa.

O uso do colete foi algo que gerou uma inquietação durante as entrevistas. Representações estão relacionadas ao uso. Ao serem indagados sobre os temas: circulação pela cidade, segurança e proteção, logo era citado o colete.

Representação.

Primeiramente, os jovens só poderiam andar de transporte público, com a finalidade de irem a alguma atividade do programa, se estivessem com o seu crachá do projeto e vestindo o colete. Segundo eles, Isto lhes dava uma sensação de representação, muitos afirmavam serem reconhecidos pelo uso do colete, diziam de

forma positiva. Nas escolas onde passavam a tarde fazendo atividades e/ou participando de algum evento, eram respeitados, reconhecidos como os jovens do JPP. Muitos afirmaram que gostavam de ser reconhecidos como os jovens do projeto social. Sabiam da importância de estarem participando e da maneira que estavam sendo “enxergados” pela sociedade.

Estes eram considerados distintos. Eram jovens de projeto, diferentes daqueles que são do tráfico. Mesmo morando em periferia, estudando em escola pública, recebendo “bolsa família” e “cheque cidadão”, sobretudo, vivenciando um cotidiano marcado por violência e vulnerabilidades, eles pertenciam a um projeto, o que acabava por qualificarem. Isso configura aquilo que é chamado de limpeza social e moral (MACHADO DA SILVA, 2008). Isso é constado segundo a fala de Ítalo:

O que eu vejo bastante hoje em dia sobre o jovem de periferia como se o jovem quisesse estar ali e eu simplesmente tive um refúgio, eu perdi vários amigos, nós somos muito mais vulneráveis. Depois que entrei para o projeto as pessoas me viam de outra forma, sabe? Como se eu não fizesse mais parte daquilo tudo. Como se eu fosse diferente dos meus amigos lá da boca, só porque eu estava nesse projeto (Ítalo, 22 anos, residente do bairro do Caju, pertencia ao polo da Baleeira) (01/12/2017).

Mas o que é ser jovem de projeto? O que é ser jovem de projeto que usa um colete de identificação? É muito mais que proteção, segurança, representação e pertencimento. É ser de projeto e, por consequência, é não ser do tráfico e muito menos pertencer a alguma facção. Uma “opção” acaba por anular a outra na visão da sociedade, sobretudo, aqueles que fazem parte do cotidiano dos jovens.

Limpeza moral

A cidade de Campos dos Goytacazes tem essa peculiaridade em relação às facções. O jovem de periferia que mora nesses locais de vulnerabilidade e que não presta serviço ao tráfico, mas que participa de projetos sociais, sobretudo, utiliza um colete para a prática das atividades e circulação, possui fatores que contribuem para uma limpeza simbólica e moral (MACHADO DA SILVA, 2008). Podemos relacionar o uso do colete com o uso de uma mochila nas costas (estudante), ou com o pertencimento a alguma igreja evangélica, ou por terem uma carteira de trabalho, em que acabam por garantir uma segurança não somente em relação ao tráfico e

com as pessoas que trabalham nele e circulam pelo local, mas também frente a outras pessoas da cidade. A proteção não se dá somente do tráfico inimigo, mas por pertencer a uma favela, por residir num local perigoso. Esse colete demarca essa 'limpeza', sendo assim, ele é visto e reconhecido como um jovem que não está ligado ao tráfico. Isto é, em um cotidiano fortemente marcado pela insegurança esses jovens estabelecem estratégias de enfrentamento das situações de vulnerabilidade, especialmente quando frequentam instituições e serviços públicos localizados em áreas consideradas inseguras na cidade (BERTOLI, 2013). Neste caso, o colete é visto como uma estratégia, como se estivessem protegidos em áreas consideradas de vulnerabilidades.

Segundo os coordenadores, não havia jovens participando do JPP que tivessem cumprido medidas socioeducativas, mas conforme o trabalho de campo avançou, foi possível perceber que alguns jovens já foram olheiros do tráfico, outros já cometeram homicídios e também alguns já foram internados em clínicas de reabilitação. Mas, segundo até mesmo os entrevistados, só o fato de frequentarem o projeto já indicava, para eles, que se tratava de jovens "diferentes", isto é, como se a participação destes amenizasse a imagem negativa que as pessoas tinham.

Conforme Abramo (1997), os jovens ao longo de décadas vêm sendo caracterizados como emblemas de problemas, principalmente pela violência sofrida ou por eles praticada, o que se agrava quando são associados à pobreza. Nascimento e Coimbra (2005) resgatam a associação histórica entre a juventude, a pobreza e a violência, que ainda fundamentam as práticas assistenciais atuais do Estado voltadas a esse público e que permeou a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).



Figura 8 Reunião externa entre os polos. Imagem pública. Fotografia retirada da página do Facebook do JPP.

Circulação

Quanto à circulação pela cidade, o colete, demonstrado na figura acima, era citado como um uniforme de identificação, que para eles, como dizia Paula: “nada de ruim ia acontecer com a gente, porque estávamos protegidos e realmente nunca aconteceu mesmo”. Essas constatações ocorreram quando afirmaram que iam a lugares de facções rivais, ou lugares que nunca tinham ido, como afirma Welder:

Quando a gente tinha reunião lá no bairro da Lapa, o pessoal daqui do nosso polo (Baleeira) ficava com medo. Nós aqui somos 'ADA' e lá era a outra (TCP), mas a gente não deixava de ir, porque no projeto nós não eramos nada, todos eram iguais e depois fomos perdendo o medo (Welder, 20 anos, estudante de Ensino Médio, pertencia ao polo da Baleeira) (22/11/2017).

Cabe ressaltar que o colete só foi usado no segundo ano do projeto, a partir de 2015. Durante o ano de 2014 o candidato a governador Anthony Garotinho não quis que os jovens usassem, pois poderia ocorrer de alguém fotografar algum jovem trabalhando na política para ele e no momento estar usando o colete, a fim de não prejudicar sua candidatura e o mandato de sua esposa Rosinha Matheus, antiga prefeita da cidade, na época em que o projeto estava em execução.

Por outro lado, também afirmavam que o colete era “feio, cafona, horroroso,

esquentava muito, chama muita atenção, azul com laranja” e que trazia certa sensação de “estamos fazendo parte de um projeto social”, “somos pobres, de favela, de comunidade”. Este é um contraponto, isto é, a outra “face da moeda”, percebido na fala de Paula:

Eu ficava pensando, tá na cara também que sou pobre, como se eu precisasse desse projeto pra sobreviver. Qualquer um já sabia que éramos de comunidade (Paula, 22 anos, estudante, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (27/04/2017).

A maioria afirmou que usava apenas durante os momentos de idas e vindas dos locais que aconteciam as atividades e, conseqüente, durante os eventos. Foi relatado, que muitas pessoas os olhavam com certa discriminação, enquanto outros estranhavam e tinham curiosidade sobre o projeto que faziam parte. Segundo a presidente da ONG:

Foi um acordo que a gente fez, não fizemos camisa, foi apenas um colete de identificação, pois tira e coloca, a intenção era identificar os jovens, pois eles se misturavam, e a ideia era ir ao território como autoridade, sermos respeitados. Tivemos poucos casos de jovens que foram assaltados usando o colete, digo pouco porque era alta a incidência de assalto nos bairros que circulávamos, e eles não podiam pegar ônibus sem o colete para identifica-los e para não ter que pagar a passagem (presidente da ONG) (15/12/2015).

Outra questão é em relação à segurança e representatividade que eles “possuíam”. A sensação de proteção de fato existiu. Dentro dos bairros periféricos, por onde mais circulavam, sobretudo no âmbito das favelas, estes jovens eram reconhecidos e a população em geral sabia que era um projeto que agregava jovens de todas as favelas da cidade. O respeito existiu e como foi falado por diversos entrevistados: “ali não existiu esse negócio de qual facção que você pertence”. Conforme já foi descrito anteriormente no primeiro capítulo, algumas situações ocorreram de início, mas o próprio colete permitia colaborar para o entendimento de “estamos todos no mesmo barco”. Isso acabou por facilitar ou até permitir uma possível circulação mais ampla pela cidade. Neste caso, investigações revelaram que os “jovens de projeto” apresentavam maior capital simbólico, traduzido pela postura assertiva e uma linguagem mais ampliada sobre os direitos sociais, em comparação aos seus pares do mesmo círculo social sem essa vivência (CECCHETTO e MONTEIRO, 2006, p.200).

Consideram-se, ainda, algumas questões do funcionamento de redes dos projetos sociais, indicando que o fluxo de informações e contatos amplia o campo de

possibilidades (VELHO, 1994) dos “jovens de projeto”, que se traduz em indivíduos que acabam por se apropriar da linguagem do campo específico dos programas sociais incluindo-a em suas estratégias de “sobrevivência social” (NOVAES, 2006).

Sobre a política pública selecionada, busquei aqui enfatizar suas especificidades, suas características. Para isso é preciso destacar que ações afirmativas são políticas cujo objetivo é assegurar o acesso às posições sociais importantes a membros de grupos que, na ausência dessa medida, permaneceriam excluídos. Nesse sentido, seu principal objetivo seria combater desigualdades, tornando sua composição mais representativa do perfil demográfico da sociedade, que foi o caso, deste projeto analisado, vinculado a FMIJ.

O relato de questões que emergiram durante a atividade docente pela rede pública de ensino, sem dúvida se relaciona à temática sobre políticas públicas, como não poderia deixar de ser, da juventude e da identidade. Portanto, buscou-se, aqui, apresentar as atividades e propostas do Programa JPP na cidade de Campos dos Goytacazes e, ao mesmo tempo, salientar que ele representou uma nova modalidade de atuação institucional nesses territórios em situação de vulnerabilidade social e que a atuação de diferentes órgãos do município e parceiros, como a ONG – NBR tiveram impactos sobre as sociabilidades que foram construídas, as oportunidades que lhes foram abertas, as fronteiras (sociais, territoriais) que foram vivenciadas, as representações que elaboraram e os projetos que formularam. Permite, então, através das novas relações de amizade, de circulação, de vínculos e de cidadania, estabelecer novas redes de sociabilidades, dentre os quais ser aqueles que tiveram mais oportunidades de mobilidade e de circulação social decorrente da inserção nos projetos sociais. Permitem o enfrentamento dos problemas de “ser jovem morador de favela” como: violência, medo, ausência de espaço, de lazer e etc.

Desse modo, a decepção dos entrevistados era visível quando explicavam que o projeto acabou. A forma como lamentaram em todas as entrevistas fica perceptível enxergar que os jovens participavam e gostavam daquilo que estavam fazendo. Os encontros, as atividades, os debates, inclusive os temas abordados foram constantemente citados. Entretanto, apesar da propaganda midiática em torno do JPP através de diversas reportagens sobre suas atividades, inclusive através das redes sociais, a meu ver, pouco foi feito no sentido de consolidação de uma política pública do município. A descontinuidade desta política comprova o efeito raso, em

curto prazo, mas que poderia ter estendido e tido resultados maiores, caso não fosse “tirado” da arena política. Segundo os coordenadores do projeto social, o término se deu devido à crise do estado, que acabou por acarretar prejuízos ao município, trazendo o fim das atividades, que levou ao fechamento do programa devido à falta de investimentos.

CAPÍTULO IV. A etnografia dos jovens envolvidos no Programa: o JPP como “passaporte” dos jovens aos espaços da cidade.

Neste capítulo, apresentarei a relação entre teoria e prática, através da análise e discussão dos dados. Entrevistar jovens não mais participantes do projeto JPP deu-se também pela pressuposição da necessidade de certa distância dos sujeitos em relação ao projeto, distância que lhes permitisse um olhar de fora para dentro, ou um olhar estrangeiro, como propõe Peixoto (1988). Um olhar de fora, daquele que já não integra mais o projeto, que permitisse um estranhamento, uma reflexão sobre o já vivido. Analisarei também falas e narrativas que surgiram durante todo o período de pesquisa quando, desde o início, ainda realizava observações abertas e conversas informais, bem como outras fontes, como dados institucionais e socioeconômicos do programa e do município.

A condição de “jovens de projeto” vem sendo objeto de reflexão de diversos pesquisadores, como Novaes (2006), Almeida e Eugenio (2006), Cecchetto e Monteiro (2006), Souza (2009) e Sobrinho (2012) que, atendendo objetivos analíticos específicos, retratam realidades presentes na vida de uma parcela bastante significativa de jovens pobres no Brasil, especialmente, os residentes de territórios populares. Transformada em categoria conceitual, na interação entre as práticas e as reflexões, a ideia de “jovens de projeto” vem exercendo um efeito discursivo e sintético, e por vezes, autoexplicativo (SOBRINHO, 2012).

Todos os entrevistados, “jovens de projeto” apresentaram condições socioeconômicas semelhantes, isto é, pertencem a uma mesma classe social específica. Residem em bairros periféricos considerados de baixa renda situados em favelas ou em suas proximidades. Alguns deles, além dessas semelhanças, tiveram suas histórias e cotidianos marcados pela participação em projetos sociais municipais anteriores a esse analisado como o “Recreando” e alguns cursos da FMIJ como de informática, pintura e assistente administrativo.

O contexto sócio/espacial e os microespaços que os jovens apropriam.

De início foi constatado que alguns lugares são frequentemente ocupados, aquilo que Goffman (1988) diz como ideia de se juntar nos espaços abertos ao público. O espaço público urbano é um contexto de mediação através do qual as identidades sociais, as práticas e as imagens socioespaciais podem ser criadas e contestadas, simbolizando que a comunidade quer a sociedade e a cultura mais abrangente, na qual ele se integra. Fazendo parte do conhecimento que se tem da cidade, contribui para se pensar a relação entre espaço, cultura e sociedade. É, portanto, suporte para a manifestação de prestações e práticas pessoais, sociais e culturais, atos de resistência e de dominação, conflitos, memórias, mudanças, imagens, identidades, encontros (MENEZES, 2009).

Questões como carência de equipamentos públicos para o lazer (FARIAS, 2013) e equipamentos públicos adequados ou não para a sociabilidade juvenil são tratados, buscando olhar a cidade do ponto de vista do jovem, a partir de seus relatos. Isto é, quando se fala em lazer, na maioria das vezes, é associado o tema à juventude. Para Novaes (2007), embora haja variação dos limites de idade, a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro. Por isto mesmo, de maneira geral, a juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências. Ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade, e ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação. Para a juventude acena-se com uma espécie de “moratória social”, ou seja, a juventude é vista como etapa de preparação, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social, a saber: responsabilidade com própria família, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania (NOVAES, 2007).

O lazer, atividade fundamental para a socialização, tem na rua um dos seus possíveis domínios e, certamente, o não menos importante, em virtude da variedade de experiências às quais abre caminho. O caráter sintético da rua torna a intrincada gama de possibilidades inteligível, numa dimensão prática essencial (VOGEL e MELLO, 2017). Os espaços de lazer são espaços sociais onde se estabelecem relações específicas entre pessoas, meios, grupos e classes. Espaço este que é

determinado pelas características da população que o utiliza, pelos diferentes modos de vida. São geograficamente idealizados e projetados nos locais que melhor convém e levam em conta, não somente o movimento permanente ou temporário dos seus frequentadores, mas também a sua necessidade para o equilíbrio de cidades cada vez maiores (FALCONI, 2008).

Na descrição e análise de uso e apropriação dos espaços públicos locais procurei, ainda, captar os seus ritmos e formas através das noções de *pedaço*, *trajeto*, *circuito* e *mancha* (MAGNANI, 1998, 2000) a partir do que foi identificado desse grupo de jovens que se apropria da cidade.

Admitindo concordar com Magnani (2000, p.45), tais noções servem como instrumentos de leitura, compreensão e orientação no espaço urbano, na medida em que ao circunscrever pontos socialmente reconhecidos como relevantes na dinâmica urbana, servem de referência para as atividades que compõem o cotidiano – seja de trabalho, do lazer, da devoção, da prática cultural.

Todo o processo de apropriação dos espaços num centro de bairro tradicional é condicionado pela maneira segundo a qual as diferentes funções primárias da vida urbana se interligam. A característica está na multiplicidade das funções que se relacionam dentro de uma mesma área urbana, de modo que nem sempre é possível reconhecer onde começam e onde terminam os conjuntos articulados. O princípio da diversidade, como ressalta a etnografia, dá margem a muitas conjunções de espaço e atividade. Elas não se excluem, entretanto. Os conjuntos que formam têm fronteiras fluidas. Podem recobrir-se parcial ou totalmente. Quer dizer, não há uma coisa apropriada para cada espaço, nem um espaço apropriado para cada coisa. Os arranjos que produzem estão limitados a um determinado espectro de possibilidades, o que significa que existem e são admissíveis e lógicos vários tipos de ordem (VOGEL e MELLO, 2017).

Portanto, trata-se de uma experiência urbana com os sujeitos da cidade, que fazem parte do patrimônio do município, configuram aquele repertório de significantes que possibilitam guardar histórias e personagens que estariam esquecidas se não fosse pela permanência, na paisagem urbana, de tais suportes (MENEZES, 2009).

Para a análise referente à experiência urbana com os sujeitos da cidade, foram selecionados três lugares (figura 9): a Praça São Salvador, o Jardim São Benedito e

o *Shopping Boulevard*. São lugares considerados como de trabalho e/ou lazer para os jovens. Estes foram escolhidos a partir das primeiras idas a campo e depois de ter percebido o quanto foram citados, sobretudo a praça e o jardim, pois foram lugares de uso constante durante o andamento do JPP e, também, utilizados durante o campo de pesquisa para a realização de entrevistas. Foram observados com a finalidade de contribuir e evidenciar a relação estabelecida com o público e, conseqüentemente, os modos de sociabilidade. A partir da figura 9, é possível visualizar a localização destes três lugares no mapa da cidade e, conseqüentemente, à distância, mesmo que superficial, de um para o outro:

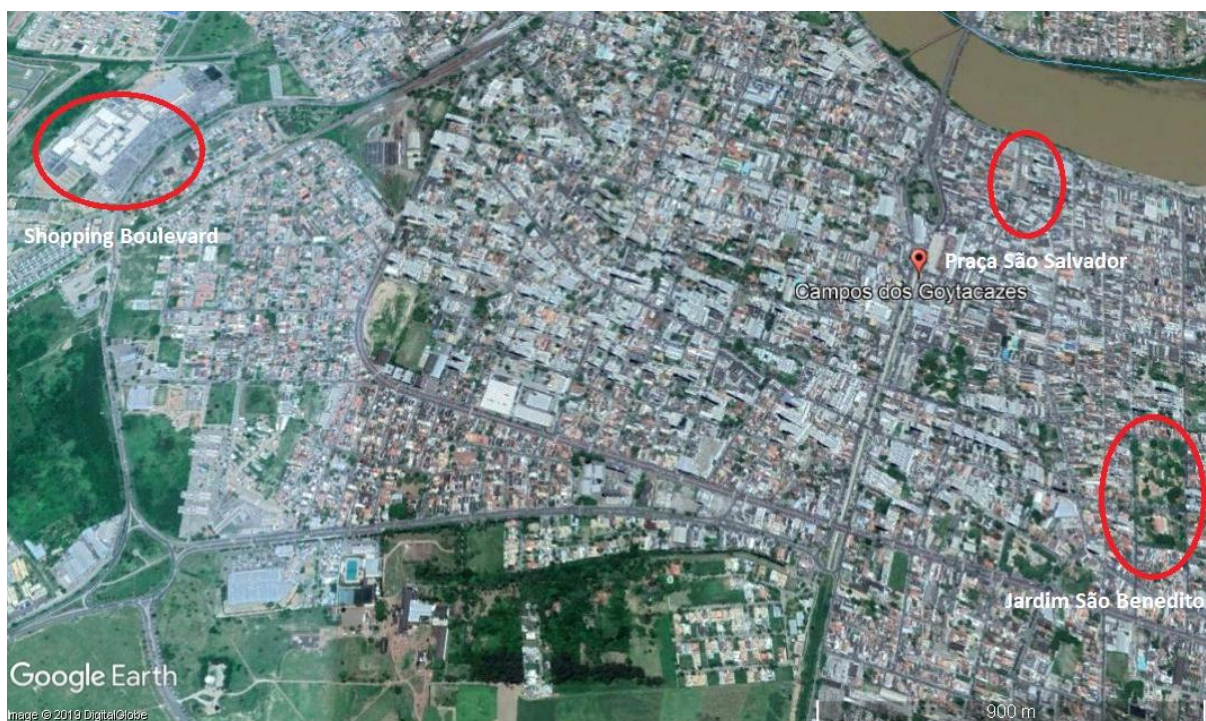


Figura 9 Os três lugares selecionados. Elaboração própria com o auxílio do Google Earth.

Perguntas foram incorporadas no roteiro a fim de entender a relação do jovem com estes espaços e os usos desses. Foi necessário entrar em contato novamente com os primeiros jovens entrevistados a fim de também responderem sobre esta análise. Quanto, a saber, se esses espaços são coletivos nos seus usos ou nas suas representações, essa é outra questão que impõe questionar-se sobre quais são as competências do enquadramento e do acordo, que transformam um espaço de reunião num espaço coletivo, além de indagar-se sobre as disposições e os dispositivos normativos em ação nesses espaços, que não seriam só limitações

sistêmicas (da circulação ou da comunicação), mas também limitações rituais (JOSEPH, 1999).

Durante a execução das ações recreativas do JPP, outros lugares públicos da cidade também foram de uso. A Praça da República, localizada atrás da Rodoviária “Roberto da Silveira”, no Centro de Campos dos Goytacazes, que teve a reforma concluída em 2009 e nela passam trabalhadores de vários estabelecimentos comerciais e hospitais, localizados nas proximidades:



Figura 10 Praça da República. Imagem pública retirada da página do Facebook do JPP.

O Parque Alberto Sampaio também é localizado no Centro da cidade:



Figura 11 Parque Alberto Sampaio. Imagem pública retirada da página do Facebook do JPP.

Esses locais foram transformados em núcleos culturais e esportivos do programa. Segundo os coordenadores, as atividades cotidianas foram concentradas nesses pontos, tendo em vista a neutralidade desses locais, e observando que um dos objetivos do JPP era reduzir conflitos territoriais, onde os jovens se reuniam quase que diariamente. As modalidades ocorreram durante dois turnos (manhã: das 09h às 11h; tarde: das 16h às 18h), onde cada jovem optou mensalmente por uma atividade cultural e uma esportiva, alternando no mês seguinte, e recebendo ainda suporte prático e teórico ao longo de cada módulo. Para a presidente da ONG:

O JPP realizou, após seu início, um evento mensal em pontos distintos do município, priorizando as localidades contempladas, de modo a congrega os jovens atendidos com outros jovens e suas comunidades, propondo união (presidente da ONG) (15/12/2015).

Portanto, a ideia foi compreender como o experimentar/vivenciar o espaço público, participar da experiência de viver (n) a cidade contemporânea, importa conhecer mais e melhor a diversidade das práticas de uso e apropriação desses contextos sociais, articulando sincronia e diacronia (MENEZES, 2009). A compreensão das dinâmicas de uso e apropriação do espaço público passa por um “desconstruir” esse espaço a partir de variados e múltiplos pontos de vista.

A Praça São (do Santíssimo) Salvador: o banquinho e o trabalho de campo.

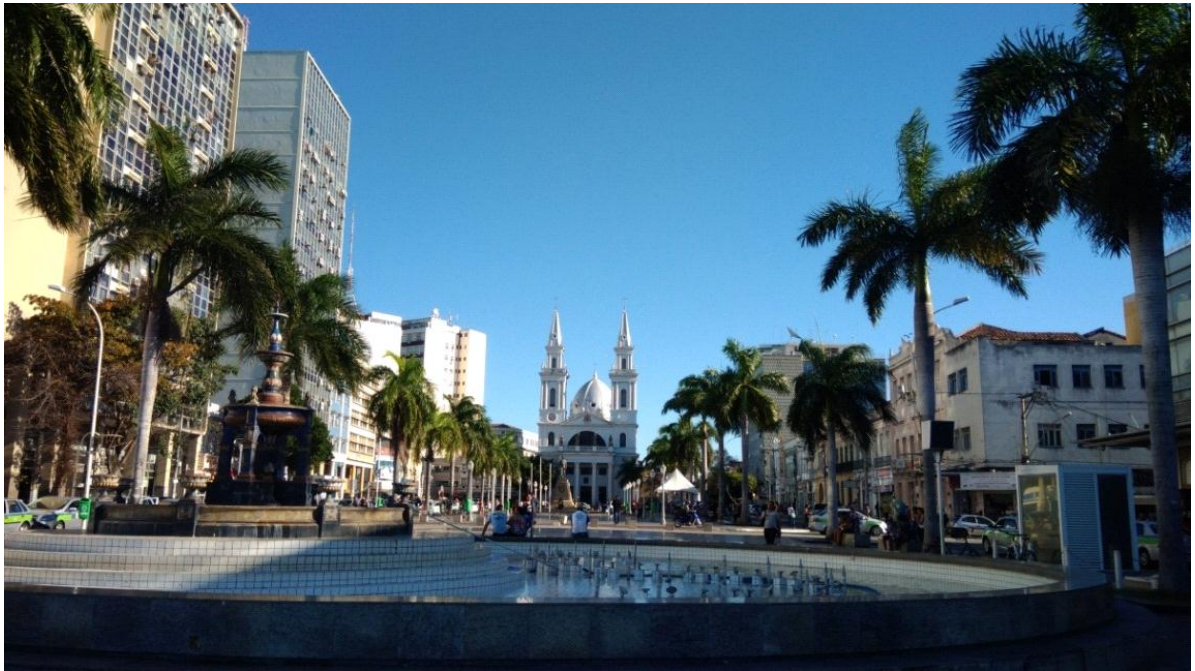


Figura 12 A praça faz parte da cidade. Acervo pessoal.

“Ah, se o banquinho da Praça falasse!”

Foi lá que grande parte das entrevistas foi realizada. A praça também foi marcada como lugar de encontro para alguns itinerários. Situada na área central da cidade de Campos dos Goytacazes, foi o local privilegiado. Esse espaço sofreu algumas transformações ao longo de sua história. A configuração atual foi devido às mudanças ocorridas entre 2004 e 2005. A expressão “São” se tratava como os portugueses, assim chamavam em abreviação à expressão “Santíssimo”. Além disso, existe hoje, uma iniciativa da Igreja Católica de incentivar os fiéis a chamarem a praça com seu nome correto, uma vez que existe um erro na denominação e entendimento, pensando haver um Santo Salvador, no lugar do privilégio de termos o Santíssimo Salvador como padroeiro. (JORGE, 2016).

Ainda sobre a imagem, ela mostra o espaço ampliado, após a última reforma com alguns bancos de mármore espalhados no seu entorno e a Catedral ao fundo. No seu lado direito, o antigo solar do Visconde de Araruama, prédio amarelo, que hoje abriga o Museu Histórico de Campos, inaugurado em junho de 2012. Hoje,

quem passa pela praça, sábado à noite, por exemplo, pode encontrar o comércio alimentício aberto em seu entorno, com muitas pessoas sentadas próximas ao chafariz, em funcionamento, ou caminhando pela praça com seus familiares, ou andando de skate, patins (JORGE, 2016). A praça ainda acolhe as festividades do Santíssimo Salvador, que ocorrem todo dia seis de agosto, com a participação assídua dos fiéis, com comércio de barracas e shows financiados pela prefeitura da cidade, o que proporciona cerca de uma semana de festividades.

Essa serve de passagem para a maioria dos entrevistados. Para alguns, considerada como um atributo forte da conexão entre o sagrado, o urbano e os religiosos, para outros, como área de lazer, onde ocorrem além de eventos religiosos, também o Passinho, o *hip hop* e encontros para apresentações de dança. Trabalhei este campo com o objetivo de mapear e analisar o uso da praça pelos jovens. Transitei observando e seguindo os trajetos percorridos por eles.

É na praça que se abrigam diversas classes de atores, inclui os espaços onde ocorrem suas práticas e se pauta pelo calendário de sua realização. Não se trata apenas de identificar pessoas, objetos, locais, estilos e marcas que estão em relação por compartilharem determinados interesses, valores, práticas: o que torna vivo o circuito é a movimentação dos atores, que pode ser apreciada, por exemplo, nos eventos, celebrações, rituais coletivos etc. Um evento local mobilizará pessoas, objetos, etc., de forma diferente de um evento de âmbito nacional (MAGNANI, 2014).

A partir dessa experiência, algumas questões ficaram em aberto provocando novas indagações de pesquisa sobre aquele espaço, e todas as relações que o constituem e são também por ele constituídas, como os elementos de memória e tradição que estão presentes neste lugar.

Percebe-se, entre os arredores da praça, que os usos e práticas neste espaço são motivados por interesses múltiplos, que mobilizados por diversas questões, acabam por provocar diferentes apropriações deste espaço urbano.

Além de ser um espaço utilizado para o lazer e para o sustento, a praça é também um *trajeto* onde as pessoas de diferentes partes da cidade circulam, e que serve de ligação mais rápida e caminho para os moradores que residem em outros bairros, fora do centro da cidade. Ou seja, para os feirantes, a praça torna-se um espaço de trabalho. Para aqueles que desejam se manifestar sobre uma determinada causa, torna-se um espaço para protestos. Para os frequentadores da

cidade, torna-se um espaço de passeio, um ponto de encontro, de sociabilidades. Para os turistas, um atrativo turístico, um local para tirar fotos, para fazer compras. De um modo geral, para a maioria dos frequentadores, um local de passeio e lazer (PECIAR, 2014).

Ela também pode ser considerada apenas como um local de passagem ou próximo ao trabalho e/ou curso, como Jeane, 21 anos, estudante, residente e que pertencia ao polo de Eldorado: “Apenas passo mesmo. Saio do serviço e passo por aqui para pegar o ônibus, trabalho na empresa Brasil que é aqui perto”. No caso de Jeane, a entrevistada afirma que nem mesmo vai a eventos ali. No entanto, escolheu este lugar, pois ela considera ser perto de seu trabalho. No ato da decisão de onde seria realizada, muitos optavam pelo banquinho da praça e assim foram concretizadas a maioria das entrevistas. Talvez por ser situada na área central e de fácil acesso, foi nela que passei a maioria das tardes do meu campo de pesquisa. As entrevistas duravam cerca de quarenta minutos a duas horas, em alguns casos, eram realizadas duas por dia e as ruas do entorno da praça, serviram para a prática de alguns itinerários.

Para Vogel e Mello (2017,p.73):

A rua pode ser invocada como lugar de passagem, como caminho que leva ao trabalho, ao lazer, ao culto, mas ela mesma dá lugar a todas essas atividades. Uma rua está, em geral, associada ao que se chama de passeio, quer dizer às calçadas. Estas acompanham o correr de casas e o traçado da via, definindo fisicamente um espaço intermediário que é o espaço das pessoas na rua.

Para o João Vitor:

A praça faz parte da cidade e se parar para analisá-la, ela tem uma história muito bonita, todos deveriam saber. Ela é muito antiga. Hoje em dia eu somente passo por ela, mas quando era criança estava sempre por aqui com minha mãe quando ela vinha resolver alguma coisa pelo centro (João Vitor, 19 anos, residente e que pertencia ao polo de Santa Rosa) (16/05/2017).

Segundo Jorge (2016), após a última reforma, com o espaço ampliado, sem sombras de árvores, com os antigos bancos de madeira substituídos pelos de mármore, o uso da praça tem sido como local de passagem durante o dia, devido ao intenso calor. As árvores foram substituídas por palmeiras que proporcionam pouca sombra. Podemos perceber a presença assídua de visitantes/moradores da cidade nos fins de semana, e principalmente no período noturno.

A discussão de algumas das especificidades da Praça São Salvador no mapa social de Campos dos Goytacazes faz-se, portanto, de perto e de dentro (MAGNANI, 2002). Na apreensão das “formas ritualizadas” de uso e apropriação do espaço, trabalhei com as categorias *pedaço*, *trajeto*, *circuito* e *mancha*, conforme conceitualizadas por Magnani (1998, 2000a, 2000b).

Uns estudam e/ou trabalham no entorno da Praça São Salvador, por exemplo, na empresa de ônibus Brasil, Quiosques, Casa & Vídeo, Lojas Americanas, comércio local de um modo geral, padarias, entre outros. Alguns achavam melhor descer no terminal e ir ao encontro. Outros frequentam igrejas que se localizam próximas à praça como a Universal do Reino de Deus. Outros estudam perto dela, por exemplo, o Teatro de Bolso.

A praça também era a “base” de encontro do JPP. Nela, os jovens e monitores se encontravam para irem a outro local específico. Também servia como espaço de apresentações, reuniões externas e manifestações. Uma delas foi o movimento contra a violência na cidade de Campos dos Goytacazes, no ano de 2015. Na figura 13 pode-se ver a reunião da maioria dos jovens do projeto acompanhados de seus monitores e coordenadores.



Figura 13 Manifestação na Praça São Salvador. Imagem pública retirada da página do Facebook do JPP.

Esta imagem foi utilizada durante as entrevistas e alguns pontos foram questionados. Uma entrevistada tinha essa foto salva de recordação em seu celular e por alguns minutos descreveu esse dia para mim. É visível a representatividade dessa praça, juntamente com os centros comerciais localizados ao seu redor, na tentativa de construção de uma imagem identitária multicultural para a cidade. Ao mesmo tempo, o papel que ela exerce no âmbito de um conjunto de manifestações políticas (MENEZES, 2009), por exemplo, os cartazes que foram elaborados pelos jovens e a intenção do manifesto era ganhar visibilidade e chamar atenção para a situação que estava ocorrendo na cidade. O tema de violência também ganhou destaque durante as atividades do JPP, segundo a maioria dos entrevistados, eram debatidos constantemente assuntos relacionados ao tema:

Aqui tem cultura sabe?!E o teatro é aqui do lado e é a minha segunda casa agora. A praça está sempre tendo roda de rima e é onde os meus amigos sempre se encontram (Bruna, 21 anos, residente do bairro Esplanada, estudante do Teatro de Bolso Procópio Ferreira) (05/03/2018).

Para Bruna, a praça é um local do cotidiano, de encontro, de cultura e de música. É nela que a interlocutora encontra os amigos e juntos, participam de eventos culturais e musicais. Para Paula:

É aqui na praça que eu marco encontro com os meus amigos que eram do JPP. A gente fica aqui conversando, batendo papo. Toda vez a gente marca aqui, fica mais fácil pra todos e era a nossa segunda casa, então a gente acaba matando a saudade também (Paula, 22 anos, estudante, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (27/04/2017).

A percepção sobre a praça varia entre os jovens entrevistados. Na medida em que os usos variam, põe em funcionamento o circuito de relações que constituem a vida pública nos espaços de uso comum. Esta, por sua vez, alimenta as redes de crédito e confiança, pois para muitos a praça acaba sendo vista como um lugar familiar e seguro. Coloca em contato as pessoas, incorpora estranhos, garantindo assim a segurança que resulta também dos muitos olhos e dos muitos responsáveis pela rua.

Diferentemente de Bruna, Gabriela, afirma:

Aqui eu costumo quase nunca vir, aqui eu geralmente só passo, nem a eventos eu costumo vir, vou mais ao Jardim São Benedito porque eu acho lá mais calmo, mais tranquilo. Para mim falta muita coisa aqui na cidade para se fazer, que seja de graça, sabe (Gabriela, 21 anos, estudante de enfermagem, residente do bairro Parque Prazeres) (12/02/2018).

Para Ítalo:

Aqui eu costumo vir mais em eventos anuais. A própria festa do Padroeiro da cidade, São Salvador, tem eventos que traz jovens de diversos bairros, que acaba gerando conflitos, pois vêm jovens de diversos territórios né. Na maioria das vezes os jovens nem têm envolvimento com o tráfico, mas mora num bairro de determinada facção e ele compra uma briga pra ele, a qual ele nem faz parte e ele apropria isso pra ele. De vez em quando tem uma galera que se reúne aqui, o pessoal da cultura urbana que é o pessoal da rima. É bem interessante. É uma manifestação cultural. Tem muita galera universitária que frequenta (Ítalo, 22 anos, residente do bairro do Caju, pertencia ao polo da Baleeira) (01/12/2017).

Fica evidente como alguns eventos mais tradicionais acabam por evidenciar a importância que tem a praça para a realização desses acontecimentos. Por outro lado, o medo e a insegurança tomam conta de diversas respostas dos entrevistados ao afirmarem que muitas das vezes deixam de ir por esse motivo. Para Lourenço (2009 *apud* Pinheiro, 2018, p.50), o sentimento de insegurança é resultante de uma representação social do meio, pois o medo do crime é sempre real nos seus efeitos para os indivíduos que o sentem, independentemente de terem sido ou não vítimas ou intervenientes em atos de violência. Neste contexto, as consequências da violência na cidade, sobretudo, os conflitos entre as facções, acabavam por demonstrar de forma nítida como isso interfere nas relações e circulação dos jovens.

Os jovens expõem o receio de frequentarem lugares por eles considerados não familiares e “inseguros”, por identificarem lógicas e códigos de controle de grupos de traficantes presentes em favelas que buscam imprimir as suas marcas em diversas áreas da cidade. Dizem ter medo de serem identificados por moradores de outras favelas como “inimigos”, por morarem em uma localidade controlada por um grupo de traficantes considerado rival e que disputa o controle de territórios na cidade (BERTOLI, 2013).

O conceito de medo, enquanto incentivador e definidor de possíveis ações sociais nos e entre os indivíduos, revela-se de fundamental importância para o entendimento das conformações e dos processos de configuração e reconfiguração das cidades, e da vida social do indivíduo urbano no Brasil (CAMPOS, 2005; 2008).

O medo tem sido um dos sentimentos a permear as relações dos indivíduos na sociedade brasileira de um modo geral, decorrente da percepção do aumento da sensação de insegurança disseminada, sobretudo, pela mídia. Esse sentimento pode tomar diferentes conotações, e há na literatura fecundas fontes para pensá-lo como modelador das relações sociais por meio de suas diversas formas de manifestação, dentre elas, o medo à criminalidade violenta cada vez mais presente, simbólica e objetivamente, na vida das pessoas (PINHEIRO, 2018, p.46).

O jovem não integra um grupo de facção, mas se sente pertencente por apenas morar ali, mas quando ele (o jovem) era integrante do projeto, se sentia “protegido” (categoria nativa). Afirmavam que durante o tempo de participação eles também tinham medo de ir a certos lugares, mas acreditavam que nada poderia acontecer, por serem jovens participantes do projeto social que estava em vigor na cidade, isto é, o projeto como salvo-conduto para circular entre as áreas submetidas a diferentes grupos de controle do tráfico de drogas.

As relações sociais entre os moradores se dão em diversas áreas da cidade. Para tanto, foram colhidos depoimentos que corroboram as hipóteses sobre esta questão e sobre uma possível desigual distribuição de equipamentos entre essas áreas. Equipamentos estes, que colaboram para o entretenimento e lazer. Quando indagados a respeito de seu lazer, a maioria respondeu que frequenta a praça. As praias próximas, eventuais festas e shows também são citados como opções de lazer. Divertem-se escutando música – gostam de ouvir *funk*, *axé*, *hip hop* e *pagode*, batendo papo em sua rua/bairro. Para Castro e Abramovay (2002), além da falta de equipamentos nas favelas, os jovens circulam em raio restrito, segregados nos seus bairros, não necessariamente exercendo direitos de cidadania social, como, o benefício do uso da cidade em que vivem.

Diante dessa perspectiva, do final do ano de 2015 (término do JPP) até o presente momento com uma nova gestão (desde janeiro de 2017) na cidade, a praça passou a ser palco de alguns novos eventos e também de novos tipos de manifestações culturais. O Teatro de Bolso Procópio Ferreira foi reaberto em março de 2017. Atualmente a praça tem duelo de rimas, de dança do passinho e de *hip hop*. Manifestações como a CamposcontraLGBTfobia, ocorrida em maio de 2017, foi um dos eventos que agregou mais espaço para a diversidade com uma presença marcante de jovens, especialmente universitários das instituições que fizeram

parceria com o evento.

As mudanças da paisagem caminham juntas com as mudanças de uso e traduzem a abertura do território local, seja central ou periférico, à ordem das redes (JOSEPH, 1999). O habitante viu como se transformam as formas da paisagem urbana juntamente com as condições de sua vida pública, e, mais ainda, nas cidades médias. Neste sentido, a praça é um lugar público que ultrapassa o sentido locacional, por ser um espaço vivido, com identidades, que privilegia a convivência entre os habitantes da cidade (JORGE, 2016). Augé (1994; 2006) considera que a rua e a praça são lugares, inclusive, lugares de conversão, de interação. Um lugar de heterogeneidade e sociabilidades (PECIAR, 2014).

Resumindo, a Praça São Salvador é um lugar de efervescência do comércio ao seu entorno, de diálogo, de manifestação, de movimento. A epígrafe descrita no início deste subtítulo descreve isto. “Ah se o banquinho falasse” remete a todo o movimento, a vida existente ali, ao local que é frequentado por muitos jovens campistas e este lugar acarretou na essência do meu trabalho de campo. Diversas entrevistas e alguns itinerários foram realizados ali e, conseqüentemente, muitos deles desmarcadas também, mas eu estava ali, aguardando, observando, fotografando.

O Jardim São Benedito: lugar de identidade da cidade.



Figura 14 O Jardim São Benedito e as atividades do JPP. Imagem pública retirada da página do Facebook do JPP.

“É um lugar muito incrível! Eu sou da época que tinha água e peixinho no lago (risos). Gosto de sentar lá e aproveitar a paz e a tranquilidade”.

O Jardim São Benedito, situado na Rua Marechal Floriano, próximo ao centro da cidade de Campos dos Goytacazes, é considerado como ponto de encontro de grupos de pessoas para conversar, fazer piqueniques, estudar, tocar algum tipo de música e, principalmente, praticar esportes. Segundo os entrevistados, muitos já faziam uso do espaço antes de participarem do programa, outros passaram a visitar e frequentar a partir das idas junto aos jovens do JPP, como Jeane:

Eu frequentei mais quando era do JPP, eu sempre ia pra lá pra participar dos esportes, encontros e palestras ao ar livre, eu adorava, não falta uma atividade, encontrávamos a galera de todos os polos. Foi uma época muito boa (Jeane, 21 anos, estudante, que pertencia ao polo de Eldorado) (27/02/2018).

Alguns afirmaram que a partir dessas idas, dão continuidade até hoje a essas atividades, inclusive marcam reencontro neste local.

O Jardim São Benedito destaca-se pela diversidade de atividades que possui, pela sua localidade, que é no centro da cidade, e por sua estrutura cercada por árvores, sombras, bancos para sentar, um bom espaço para descansar e também possui um parquinho. Há uma insegurança por parte dos entrevistados para usufruírem o local somente por causa da violência. Alguns assaltos acontecem ali ou em seu entorno. Segundo Gabriela:

Eu sempre frequentei o Jardim. Eu vou mesmo para passear, levar meu irmão, distrair a mente. Fica longe da minha casa que fica em Guarus, vou de ônibus mesmo, mas sempre tenho muito medo por causa dos assaltos (Gabriela, 21 anos, estudante de enfermagem, pertencia ao polo Parque Prazeres) (12/02/2018).

Para Ítalo:

O Jardim às vezes tem alguns eventos mais ligados ao esporte né?! A prefeitura organiza de vez em quando uns eventos por lá como o torneio de basquete aí sempre acabo passando por lá (Ítalo, 22 anos, residente do bairro do Caju, e que pertencia ao polo da Baleeira) (01/12/2017).

A prática de esportes se destaca no local, muitas pessoas vão frequentemente para fazer exercícios e também funciona uma academia ao ar livre

aberta ao público. A prefeitura de Campos dos Goytacazes também costuma organizar algumas atividades para as pessoas, principalmente nos finais de semana. São realizados eventos com música, esporte, lazer e cultura gratuitamente para todas as idades.

Para o João Vitor:

É um lugar muito incrível! Eu sempre frequentei muito antes do JPP. Eu sou da época que tinha água e peixinho no lago (risos). Gosto de sentar lá e aproveitar a paz e a tranquilidade. Sento com a galera lá para bater um papo e fico sempre durante um bom tempo (João Vitor, 19 anos, que trabalha na loja Casa & Vídeo, e que pertencia ao polo Santa Rosa) (16/05/2017).

Para Rodrigo:

O Jardim é como se fosse uma casa pra mim. Eu nunca tinha acesso ao Jardim, era só de passagem mesmo, mas depois do programa eu vivo lá, eu posso dizer que eu sei o que é o Jardim. Participo de rodas de conversas, *picnics*, meus amigos tocam violão. Lá é ótimo (Rodrigo, 24 anos, que exerce a profissão de modelo e que pertencia ao polo da Baleeira) (19/03/2018).

O Jardim se torna um lugar de identidade da cidade. Ele transcende a vida familiar e insere-se na categoria *pedaço* (MAGNANI, 1998; 2002) que é elaborado a partir do agir coletivo cotidiano e é onde se estabelecem os grupos e se pratica o lazer. A partir dos relatos foi possível perceber que alguns jovens já frequentavam o Jardim antes do JPP, outros não. São tantas as pessoas que frequentam, de diferentes idades, vindas de diversos bairros e localidades diferentes para a prática de atividades e participação em eventos, tornando assim um lugar de diversidade. Práticas esportivas, caminhadas, casamentos, barraquinhas de produtos de artesanatos, academia a céu aberto e parque. Um dos únicos espaços democráticos na cidade, como as praças, as praias e as lagoas (de Cima, do Vigário). Isto é, o jardim é utilizado por um público variado e inserido em diversas faixas etárias e classes sociais.

Para Paula “Ir hoje ao Jardim é muito raro pra mim. Eu ia mais quando estava no projeto JPP, aí eu vivia lá”. Quando o JPP ainda era colocado em prática, o Jardim São Benedito também foi utilizado para reuniões ao ar livre, como gincanas, debates e apresentações, como podemos ver na figura 15:



Figura 15 Reunião no Jardim São Benedito. Imagem pública retirada da página do Facebook do JPP.

O *Shopping* Boulevard: “tudo depende do tom da sua pele e de como você vai vestido”.

O *shopping* Boulevard, localizado na Avenida Doutor Sílvio Bastos Tavares, 330, no bairro Parque Rodoviário, possui uma distância da área central da cidade de quatro quilômetros. Com a construção do *shopping*, essa área se tornou uma zona de atração para diversos empreendimentos imobiliários. Ele foi construído na área urbana da BR-101, próximo à favela Margem da Linha e do Condomínio Recanto das Palmeiras, como pode ser visto na figura 16:

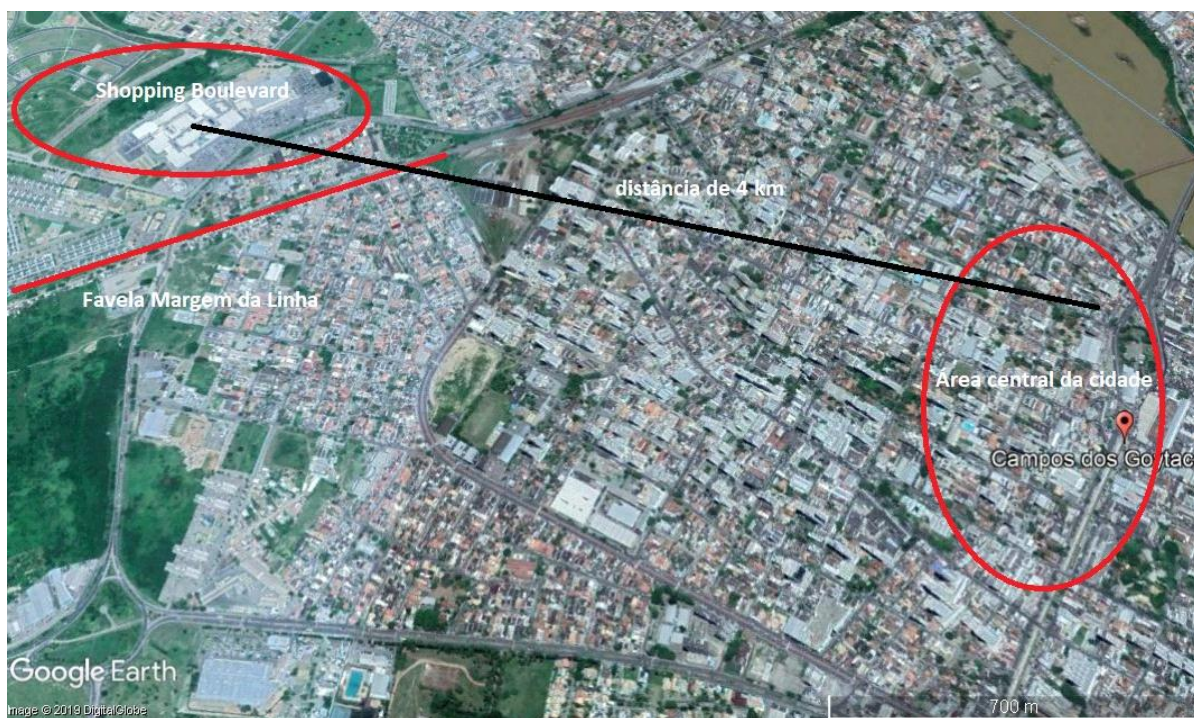


Figura 16 O Shopping Boulevard e seu entorno. Elaboração própria com o auxílio do Google Earth.

É considerado como um espaço público-privado inaugurado no ano de 2011, e é um local de ida de todos os jovens entrevistados, porém não é com frequência. Estes jovens que são moradores de periferias da cidade, a maioria se considera como negro ou pardo e pelos depoimentos costumam ir ao *shopping* vestindo uma roupa adequada para eles, porém simples, inclusive relataram situações de preconceito. Conforme Lídia:

Gosto de juntar o meu dinheiro e só comprar as minhas coisas com dinheiro em mãos, e quando vou à loja estou sempre com meu dinheirinho. Já aconteceu duas vezes comigo da atendente de duas lojas diferentes falarem que o preço que estava exposto era só a vista quando eu pedi para experimentar. Me subiu uma raiva, e ainda temos que ser educadas sabe pra darmos o exemplo. Se eu for de uniforme então... chega a ser pior (Lídia, 27 anos, estudante do curso de serviço social e que pertencia ao polo de Eldorado) (12/07/2017).

Para Cecchetto e Monteiro (2006) em relação à vivência da discriminação nos lugares, se, por um lado, homens jovens negros e pobres, em geral, são mais vigiados e perseguidos nos espaços públicos, por outro, é raro haver qualquer tipo de enfrentamento, o que decorre, muitas vezes, da crença de que seus direitos não serão garantidos perante as autoridades. O assunto sobre ter sofrido algum tipo de preconceito surgia naturalmente durante as entrevistas semiestruturadas e ao longo

das conversas também afirmavam que a consciência deles, acerca da discriminação e preconceito racial, mudou com a participação no projeto, através especialmente de debates e palestras. Por mais que estes jovens acabem muitas vezes por não reagirem a uma situação de preconceito, por outro lado, conseguem reconhecer pelo menos o ocorrido e não mais naturalizam este fato. Entendem que algo deve ser feito para mudar, sobretudo conscientizar as pessoas. Esses relatos exprimem uma possível correlação entre as ações educativas dos projetos e a concepção de direitos sociais dos jovens atendidos (CECCHETTO e MONTEIRO, 2006).

Segundo João Vitor:

Os debates eram muito bons. Eu era preconceituoso em relação as pessoas de outras religiões e também sofria preconceito por eu ser negro e eu nem percebia. A gente vai se descobrindo e comigo foi assim. O que eu mais gostava era das palestras e esse tema sempre surgia. Aprendi a respeitar mais os outros, a conversar melhor, e perceber que todos nós somos iguais (João Vitor, 19 anos, que pertencia ao polo de Santa Rosa) (16/05/2017).

A característica do estigma que interessa para a análise sociológica se relaciona ao fato de o indivíduo ou grupo ser cerceado para estabelecer relações sociais mais amplas devido a algum atributo que o diferencia dos outros (“normais”). A resposta à situação de estigma se torna retribuição ao “padrão de julgamento estigmatizante”, situação que estabelece tanto o comportamento dos “normais” para os estigmatizados, quanto destes para os “normais” (GOFFMAN, 1993).

Por isso, o local é criticado em relação a alguns pontos, pois a maioria dos jovens não se sente “confortável” e acaba deixando de ir frequentemente por conta de alguns motivos: a falta de transporte público diretamente ao local, a cor da pele, a vestimenta, a forma como são tratados quando entram nas lojas e os olhares voltados a eles. Para Bruna:

Então, eu não frequento muito, mas eu acho que é um lugar que não me atrai. Aqui no teatro eu tenho cultura e é a minha segunda casa, na praça eu sempre vou às rodas de rimas e é onde os meus amigos se encontram também. Cada um expõe a sua arte. Então eu não frequento muito o *shopping*, mas sei que lá é um lugar que atrai diferentes tipos de personalidades. Lá tem uma galera, mas que não é voltada para a arte, somente para o mundinho deles, não que seja errado, mas é uma opção diferente da minha (Bruna, 21 anos, estudante de teatro, residente do bairro da Esplanada) (05/03/2018).

Para Ítalo:

O *shopping* é frequentado por grande parte das pessoas, mas dependendo da forma que você vai vestido e o tom da sua pele, vai influenciar bastante nisso, e até mesmo se está de uniforme escolar, ele possui um público seletivo. Na hora de ser privado ele sabe ser privado, mas hora de ser público ele é seletivo (Ítalo, 22 anos, residente do bairro do Caju, e que pertencia ao polo da Baleeira) (01/12/2017).

A partir dos depoimentos, é perceptível a forma de como esses estudantes sofrem estigma ao frequentarem o local e isso faz com que diversas vezes optem por irem a outro lugar quando foram indagados sobre o lazer. Na atualidade, a palavra "estigma" representa algo de mal, que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social. Para Goffman (1993, p.11), a sociedade estabelece os meios para caracterizar as pessoas e o complemento de atributos, que se percebem como correntes e naturais nos membros de cada uma dessas categorias. Essa juventude pobre e marginalizada cria e inventa outros mecanismos de sobrevivência e de luta, resistindo teimosamente às exclusões e destruições que vivenciam diariamente em seu cotidiano e conseguindo, muitas vezes, escapar ao destino traçado pela lógica do capital e entendido como inexorável e imutável (COIMBRA e NASCIMENTO, 2003).

Para Jeane:

Muito raro eu ir, não me sinto muito bem. Só tem pessoas bem vestidas. Lazer pra mim é descansar em casa (Jeane, 21 anos, estudante e que pertencia ao polo de Eldorado) (27/02/2018).

E para Laiany:

Raramente eu vou. Acho bacana o *shopping*, mas eu prefiro me distrair com coisas ao ar livre e tal. As pessoas lá têm muito preconceito, estou fora disso, não me sinto bem (Laiany, 20 anos e que pertencia ao polo de Travessão) (26/10/2017).

Ambas as entrevistadas afirmaram não frequentarem o local assiduamente por não se sentirem bem em relação à vestimenta e ao preconceito. Isso é o cotidiano e as possibilidades de criação social ou de sua negação a partir dos fenômenos corriqueiros.

Assim como Juliana:

Tem aquelas meninas patricinhas lá e eu não ando bem arrumada, mas também não ando mal vestida. Lá tem aquelas mulheres que usam aquelas pulseiras enormes tudo cheio do ouro, aqueles 'brincão' que faltam brilhar ao ponto de cegarem o olho do sujeito. Só gosto de cinema, eu ando bem simples e não me privo de ir aos lugares só porque sou da comunidade, mas não me sinto muito bem, às vezes vou de rasteirinha, e olham pra mim só porque sou negra, em lojas os vendedores já vêm pra perto (Juliana, 22 anos, moradora do bairro Santa Rosa) (14/08/2017).

O *shopping* Boulevard está localizado num bairro de difícil acesso para aqueles que pretendem ir de transporte público. Alguns bairros da cidade que fazem a linha até o *shopping* possuem poucos horários durante o dia. Para a maioria dos entrevistados, é necessário pegar um ônibus até o Centro e de lá outro até o *shopping*. No entanto, o maior problema é encontrado quando se fala em circular e caminhar livremente sem a percepção de sofrer algum tipo de preconceito por parte daqueles que relataram vivenciar situações preconceituosas. O local agrega grupos diversos de pessoas de diferentes classes sociais, porém, é constatado que ali o preconceito social e racial prevalece considerado como o lugar menos frequentado dos três selecionados para compor o quadro do roteiro de entrevistas.

Para Goffman (1993), que observou os detalhes da identidade individual e social e das relações de grupos em nível microsociológico (contatos face a face), a interação social nas ações cotidianas e a forma como cada um desempenha o seu papel e “gerencia” a impressão que causa nos outros em diferentes contextos, explicita que a estrutura do estigma se associa ao fato de a sociedade estabelecer categorizações de pessoas a partir de seus atributos, isto é, classifica os indivíduos por certos padrões e características que são projetadas em “expectativas normativas” ou “exigências” para identificar os membros dos grupos sociais. Logo, cada ambiente social agrupa uma categoria de pessoas em função de determinados atributos que estabelecem identidade ao grupo.

Em relação aos contextos de discriminação, o *Shopping* Boulevard foi responsável pela afirmação da maioria. O outro *shopping* da cidade, o *Shopping* Avenida 28, que também é considerado de lazer para a sociedade campista, de uma forma geral, nem foi citado em nenhum momento dos depoimentos. Nenhum dos entrevistados frequenta este espaço. Alguns afirmaram que antigamente ainda iam para assistir ao cinema, atualmente nem mais. Os jovens atribuíram o desencadeamento de atitudes discriminatórias tanto pela condição social quanto

pela cor. As falas remetiam à cor da pele, mas também pelo uso do uniforme de escola pública. Tais discriminações são reforçadas por não aceitarem, os adultos e a mídia, uma maneira de se vestir que é peculiar não somente a esses jovens, os pobres, mas que no seu caso, codifica-os negativamente (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002). Por fim, é preciso considerar a situação financeira dos jovens pobres, a qual impede que eles tenham condições de frequentar com maior intensidade as opções de lazer que, na teoria, deveriam ser para todos (MARTINS, MONTEIRO e SANTOS, 2013) e ir ao *shopping*, mesmo que seja para dar apenas uma volta, gasta-se pelo menos com a passagem, sobretudo o *Shopping Boulevard*, que é afastado do centro da cidade, onde alguns precisam utilizar até dois transportes públicos para chegar ao local.

Segundo Cecchetto e Monteiro (2006), depois do espaço público, o mercado de trabalho é identificado como uma área dura para a cor. Quando perguntados sobre a existência de oportunidades iguais no mercado, a maioria reconhece a desigualdade entre homens e mulheres, pretos e brancos e pobres e ricos, este último remetendo às oportunidades que são mínimas, destacando o local de moradia como operador classificatório.

Neste caso, pensando no mercado de trabalho pode-se dizer que os três espaços abordados são lugares que são frequentados pelos jovens do JPP e que alguns deles também trabalham no entorno ou perto, mas foi sobre o *shopping Boulevard* que pude ouvir relatos de situações de preconceito, talvez pelo Jardim São Benedito e a Praça São Salvador serem lugares frequentados por pessoas de todas as classes sociais de uma forma mais heterogênea, mais diversificada, sobretudo, por pessoas que estão na rotina do trabalho e estudo, e não apenas para irem ao *shopping* somente pelo lazer, para consumirem ou comprar algo.

O papel da escola: refúgio dos jovens de periferia, práticas espaciais e a questão da juventude.

Quando se é falado desses arranjos que estabelecem laços e marcam diferenças, refiro-me também à escola. Para alguns ela é um refúgio. Vai muito além de simplesmente ir ali estudar. O processo de socialização se dá de forma intensa,

pois é nela que também se estabelecem diferentes grupos sociais e a participação destes, à medida que é percebida a ausência de equipamentos públicos e de lazer nos bairros da cidade, como afirma Welder:

Estudo e faço curso técnico de mecânica, na escola eu me distraio. Aqui eu me divirto também. Aqui eu troco ideias, experiências. Eu toco violão na igreja, às vezes trago pra cá, meus amigos gostam, às vezes ficamos aqui depois da hora de ir embora. Meu lazer é aqui (na escola) e na igreja, quase não fico na rua, não tenho esse costume (Welder, 20 anos, estudante de Ensino Médio, pertencia ao polo da Baleeira) (22/11/2017).

Assim, se deslocam para a escola, muitas das expectativas de produção de relações entre os alunos, como as atividades culturais, esportivas e principalmente as atividades musicais, como também afirma Victoria:

Eu só pratico esporte na escola, não fico na rua. Gosto também quando tem os eventos lá na escola. As meninas nem gostam muito de jogar, eu já espero o dia. Quando tem aula vaga a gente também dá um jeito de jogar. Não tem quadra lá, mas a gente dá sempre um jeito. Pelo menos de três corte a gente consegue jogar um pouco (Victoria, 21 anos, que reside no bairro da Pecuária, pertencia ao polo da Baleeira) (04/12/2017).

Uma reflexão sobre a questão da juventude, práticas espaciais e o papel da escola nesse processo, exige também o esclarecimento do que se compreende a respeito da categoria juventude, entendida, ao mesmo tempo, como uma condição social e uma representação (DAYRELL, 2009). Minha finalidade ao apresentar essas diferentes concepções de juventude não é definir ou defender apenas uma, mas sim procurar compreender a juventude a partir das ambivalências.

Há como considerar que na escola muito acontece e estende a sua influência para além da aquisição de um saber programado. Refiro-me, como destaca Vieira (2013), às transformações culturais que têm lugar na vida do jovem, pois estes passam por processo de auto e hetero construção, contribuindo para a postura autorreflexiva acerca da diversidade.

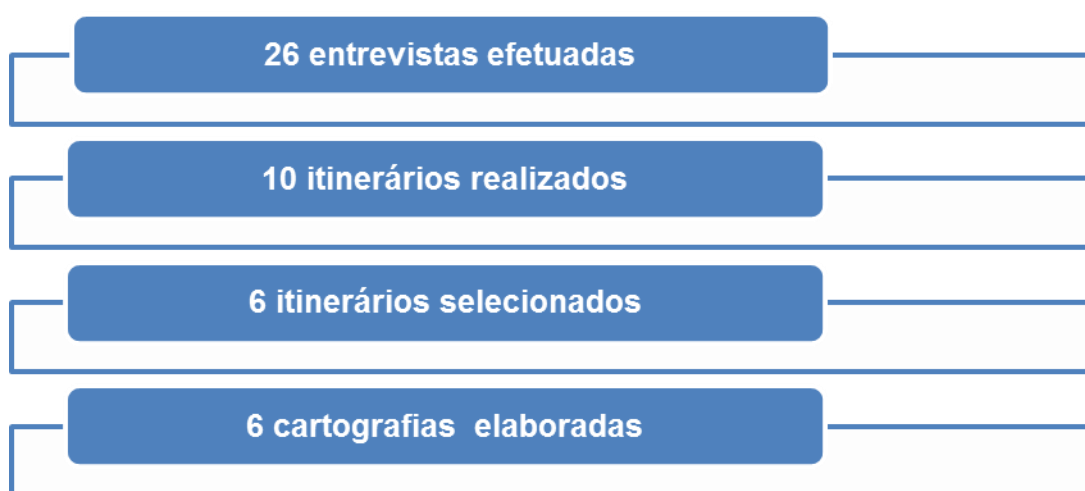
Ao referir-me à escola e seu cotidiano, penso que é um espaço complexo de interações, com demarcação de identidades e estilos, visíveis na formação dos mais diferentes grupos, que nem sempre coincidem com aqueles que os jovens formam fora dela, como demonstra Paula:

Foi muito ruim quando terminei o terceiro ano lá na escola. Eu estudava lá desde nova. Conheço todos. Eu e meus amigos ficávamos para o almoço, depois descansávamos batendo um papo. Sempre volto lá pra ver o pessoal. Era como se fosse a minha segunda casa. E foi lá que eu cresci (Paula, 22 anos, estudante, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (27/04/2017).

É em torno dessa sociabilidade que muitas vezes a escola e seu espaço físico são apropriados pelos alunos, e reelaborados, ganhando novos sentidos e, nesse sentido, as políticas públicas surgem a partir das necessidades destes grupos.

CAPÍTULO V. Mapeamento das trajetórias dos indivíduos e cartografia dos itinerários.

Este capítulo apresenta o mapeamento das trajetórias dos jovens que participaram do JPP, pois essa abordagem permite cotejar a experiência do interlocutor com a sua percepção do momento. A partir desta metodologia construí a cartografia de seis (6) itinerários, selecionados do universo das vinte e seis (26) entrevistas semiestruturadas realizadas. O organograma abaixo é a representação gráfica da tarefa realizada:



Para a seleção das entrevistas o objetivo principal era entrevistar de um (1) a três (3) jovens por polo, conseguindo o alcance de 100% dos polos criados pela coordenação do JPP. Isto de fato foi realizado, totalizando vinte e seis (26) entrevistas a partir desta triagem.

A partir desses vinte e seis (26) entrevistados, dez (10) jovens foram selecionados para a realização dos itinerários. A seleção se deu pela disponibilidade dos jovens para um possível segundo encontro. Realizados os dez itinerários, optei por selecionar apenas seis para a realização das cartografias. Dos dez itinerários realizados, seis foram no entorno do centro da cidade, repetindo alguns locais como pontos de partida e de parada. Por fim, para a análise, foram selecionados dois itinerários realizados na parte central da cidade e quatro itinerários realizados em bairros distintos do município de Campos dos Goytacazes.

Itinerários: alguns olhares etnográficos.

Mesmo que andar pelas ruas de uma cidade, como a de Campos dos Goytacazes, pareça uma ação rotineira, sem intenções e surpresas, visão de um cotidiano de uma cidade de médio porte com suas características específicas, com indivíduos anônimos, vivência fragmentada dos papéis sociais que compõem o tecido urbano na modernidade (REIS, 2007; VELHO, 1994), buscou-se identificar possíveis fluxos modeladores de seu traçado urbano, inspirados pela informação produzida por seus moradores, que imprimem uma particular cartografia do imaginário de lugar. É na dinâmica da sociabilidade que esse lugar adquire um significado pleno de sentidos e elementos simbólicos que reforçam as identidades e memórias contidas nos referenciais e narrativas sobre o passado e o presente dos moradores que expressam no espaço urbano (REIS, 2007).

A prática dos itinerários foi baseada na etnografia, realizada ao longo de caminhadas, nas quais buscou-se levantar o máximo de informação sobre o bairro e as ruas por onde circulamos. Em outros momentos, refiz os itinerários, sozinha, a pé e também de carro. Fiz mais algumas fotografias. Retornei em diversos locais para atender-me, sobretudo, sobre os detalhes das ruas, o comércio local, a circulação das pessoas. Tentei resgatar algumas situações e falas descritas pelos jovens, tendo o cuidado de ouvir as gravações dos itinerários logo em seguida, e depois regressar aos locais para analisá-los de forma profunda e ao mesmo tempo delicada. Diversos equipamentos de lazer, lojas, “tendinhas” do bairro, calçadas, quadras, igrejas, praças, locais de atividades do JPP, entre outros foram citados, e ao voltar aos locais pude olhar de outra forma, daquela que atenta à rua e às falas do entrevistado, muitas das vezes passou de forma ausente.

Para dar o “pontapé” da execução da jornada dos itinerários, ressalto aqui que optei por uma visita do bairro onde o jovem mora ou do local de trabalho/estudo. Mas é preciso destacar que desde o princípio, quando foi feito o convite ao jovem, ele que me disse por onde iria iniciar. Com o local de encontro escolhido, em seguida o entrevistado define alguns percursos, de um ponto a outro, em função do seu interesse em nos mostrar o lugar, mas também ficou por conta dele em decidir o local de encontro, conseqüentemente, os de passagem e de chegada. Neste caso, o intuito era de compreender o ato de compartilhar o espaço da cidade. A inspiração

se deu pelas falas dos jovens e com isso busquei identificar suas experiências do cotidiano, ou seja, ações que acontecem em determinados espaços, sendo moldadas por eles e, ao mesmo tempo moldando-os de volta (VOGEL e MELLO, 2017). Para esses autores, é necessário antes que ele (espaço) faça sentido às pessoas, ou seja, que elas possam antes dar-lhes significado.

As primeiras incursões pelos bairros foram de imediato, difíceis. Os primeiros contatos foram de fácil acesso, mas esse segundo momento da pesquisa, deu um trabalho maior para pôr em prática. Todos os entrevistados já estavam cientes, pois era perguntado ao final de cada entrevista se era possível que o itinerário acontecesse, no entanto, muitos não retornavam o contato. A maioria estuda, trabalha e participa de algum grupo, igreja, teatro, curso, entre outros. Muitos não respondiam mensagens no celular e nas redes sociais. Logo, a finalização do campo em relação aos itinerários se deu de uma forma muito mais complexa que as entrevistas. Quando era dito do local de caminhada muitos diziam que não daria, mas com o andamento da conversa, onde o jovem percebia que ele que iria escolher de onde seria a partida para iniciarmos o itinerário, acabavam por aceitar e a maioria se restringia do local de trabalho até o ponto de ônibus.

Residi durante dez (10) anos no entorno da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), e compartilhei de um imaginário negativo que a cidade tem sobre o local. Algumas vezes anteriores à pesquisa tinha tido a oportunidade de conhecer os lugares e a vida do bairro. Passava muito raramente por lá, em um dos trajetos possíveis que fazia quando ia ao Centro. Mas eu tinha muitos alunos e ex-alunos que residiam ali e que me fizeram inicialmente me aproximar de alguns moradores. Passei a fazer constantes idas ao bairro, ao mesmo tempo, mudei-me para mais próximo a ele, para o bairro da Lapa, onde minhas idas e vindas se tornaram mais frequentes. Em geral, em minhas visitas às residências (poucas) ou ao trabalho/curso, em todas às vezes fui bem tratada e recebida com empatia. Descrevo isso aqui para explicar que diferente da maioria dos itinerários realizados, dois foram próximos ao meu local de residência, efetuados com ex-alunos e isto talvez tenha sido um facilitador na hora dos jovens selecionarem os percursos.

Com isso, alguns espaços da cidade e alguns pontos foram destacados a partir dos itinerários alcançados: a dificuldade do segundo encontro, a casa, o início

e fim do trajeto, a rua, a Praça São Salvador e o local de trabalho. A facilidade do contato com ex-alunos foi o diferencial, inclusive para lembrar alguns momentos de sala de aula, o que também favoreceu no diálogo durante as caminhadas. Esse próprio ato de caminhar pode ser motivo de estranhamento e admiração, afinal é a partir da observação que construímos as paisagens urbanas no seu ato de “habitar” a cidade, das formas de apropriação deste espaço por quem circula e frequenta as ruas, as calçadas, as esquinas, as praças, enfim os lugares públicos da cidade (REIS, 2007).

Segundo De Certeau (2008), que analisa questões relativas aos espaços e lugares, diferenciando-os a partir das apropriações pelos sujeitos, afirma que toda cidade é escrita pelos trajetos dos seus habitantes, cujas formas de vida deixam suas marcas nas ruas do centro urbano e assim conformam ou formatam este espaço a partir de suas “práticas cotidianas” ou dos “usos do espaço público”. Em contrapartida existe uma modalidade de apropriação do espaço público, que tende a privatizá-lo, também dentro de certos limites. Os exemplos são variados. As cadeiras na calçada, as “peladas” na rua, entre outros (VOGEL e MELLO, 2017, p.129).

No entanto, mesmo essa aproximação devido à relação professora/ex-alunos, não foi o suficiente para a maioria dos entrevistados escolherem a casa como ponto de partida dos itinerários. Não que seja uma regra, o trajeto inicial ter a casa como uma escolha, mas eu tinha como hipótese, que a maior parte das escolhas fossem a partir deste local como o início do percurso. Para (VOGEL e MELLO, 2017, p.72-73):

A rua, como domínio oposto ao da casa, tenderia a identificar-se como o público, o formal, o visível e o masculino. A casa, como contrapartida, estava vinculada, em princípio, ao privado, ao informal, ao invisível e ao feminino. Estes, no entanto, são apenas polos de um eixo para a compreensão do universo local.

Ainda, para estes autores, a rua pode ser invocada como lugar de passagem, como caminho que leva ao trabalho, ao lazer, ao culto, mas ela mesma dá lugar a todas essas atividades, e mais, além disso, a rua como espaço de sociabilidade. Por isso, pensei a casa, com a ideia de que os jovens optariam por ela por se sentirem em um espaço mais privado e informal, mas o campo mostrou-me o contrário. Apenas um itinerário se deu a partir da residência e este foi o da “Portelinha” (será detalhado mais adiante). Isto é ressaltado, pois eles mesmos afirmaram durante os trajetos que o local onde se localiza a casa não foi escolhido por alguns motivos:

insegurança e intenção de proteger a pesquisadora.

Também foi percebido certo sentimento de vergonha por parte dos entrevistados em mostrar onde residem e por último, afirmaram que o local onde trabalham e estudam seriam de acesso mais fácil para o encontro. O sentimento de vergonha foi verificado, pois em alguns momentos, a partir das falas, deixaram evidente que o local onde moram possui diversos fatores negativos. Alguns descreveram como é a sua casa, a rua, a dificuldade de ter por perto um ponto de ônibus de fácil acesso para receberem visitas. Os entrevistados ficaram livres para traduzir as suas impressões e percepções.

Neste caso, a rua se torna, com frequência, o lugar da novidade, do inesperado. Para isso, contribui o fato de ser ela o lugar, por excelência do outro. Esta categoria se refere ao estranho, o outro na sua forma mais radical, mas se aplica também ao outro concebido e simplesmente com quem mantemos relações sociais. Conforme (VOGEL e MELLO, 2017, p.105), “esta última característica ressalta a função de estranhamento. A rua é o lugar onde se dá o social também como espetáculo. É o palco por excelência do social”.

Por fim, é na rua que estabelecemos também nossa rede de sociabilidades. Destaco, aqui, e já mencionado no início da tese, a partir das caminhadas por esses espaços realizadas durante a jornada de itinerários, que as fotografias foram fundamentais para compor o quadro da cartografia destes, principalmente para a descrição do lugar e para dar início à análise. O uso do registro fotográfico como método, de acordo com Borges, Linhares e Tiradentes (2008), possibilita manter vivo o instante passado e captura assim a história, viabilizando uma interpretação e análise contextualizada daquele episódio.

Apresentarei em cada cartografia, três imagens selecionadas, onde determinaram nossas “paradas” durante os itinerários. Momentos estes escolhidos pelo guia, a fim de mostrar e identificar tal lugar como destaque.

Cartografias: relatos, percursos e imagens.

Os relatos, as imagens e os percursos analisados tiveram como objetivo principal uma abordagem que fosse além da localização pontual de um mapa, todavia buscando representar os diversos locais, de acordo com o que eles representam para os jovens interlocutores, sobretudo, o uso e as suas relações com estes espaços. Não se trata aqui de sistematizar o método cartográfico, mas de reunir apontamentos e indicações nesse diálogo, que sirvam de suporte para análises críticas, estudos e pesquisas futuras.

De acordo com um breve contexto histórico, a cartografia, considerada como arte, já foi símbolo de ostentação em determinados períodos da história da humanidade, justamente por serem objetos importantes para a localização de terras desconhecidas. Baseava-se na estrutura do mapa o que já era conhecido e, por meio dele, buscava-se desbravar e conquistar o que ainda era desconhecido (SANTOS, 2015). Segundo Filho e Teti (2013), a cartografia tradicional encontra-se ligada ao campo de conhecimento da geografia e busca ser um conhecimento preciso, contando com instrumentos e técnicas sofisticadas. Sua especialidade é traçar mapas referentes a territórios, regiões e suas fronteiras, demarcações, sua topografia, acidentes geográficos, entre outros. No entanto, deve-se ressaltar aqui, as diferenças entre a prática cartográfica tradicional e a cartografia social, esta última utilizada como método para este trabalho.

Neste caso, a cartografia social aqui descrita liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, lutas, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade (FILHO e TETI, 2013, p.47). Refere-se, sobretudo, às formas de protestos, reivindicações, vínculos sociais que acabam por desenhar novas configurações espaciais e sociais, representações espaciais de trajetos vividos e experimentados. Eles acontecem, especialmente, nos contextos periféricos metropolitanos, de espaços carentes de bens culturais e de formas de expressão da juventude, está atravessada pelas dúvidas, incerteza de trabalho, de futuro, de sociabilidades (RIBEIRO, 2011). Nesta direção, a denominada cartografia da ação social possibilita o exame simultâneo de formas de apropriação do espaço urbano e de sentidos da

ação, incluindo as suas origens, objetivos, formas de manifestação e simbologia (SILVA, RIBEIRO e CAMPOS, 2011).

Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações e trajetórias. Com isso, foram destacados os trajetos do cotidiano vivido e praticado, o que poderia ser mapeado de forma sofisticada ou não. A cartografia da ação social restituiu ao percurso da jornada do itinerário permitindo articular o relato e o território. Ela é, portanto, instrumento de construção de identidades e movimentos das relações sociais. Além disso, é instrumento de análise dessas relações exercidas pelos diversos atores que a constrói e possibilita estudos em diversos campos por meio das variadas culturas e da formação dos diversos poderes exercidos (SANTOS e SILVA, 2015, p.27). Os trajetos do cotidiano vivido e praticado e a inclusão dos diversos olhares dos atores sociais são de extrema importância para a realização de um estudo cartográfico social. É a partir desta inserção, que são elaborados novos conceitos sobre os diversos espaços representados por estes atores.

Cartografar é, também, inserir as diversas formas de expressão como a simbólica, envolvendo relações culturais por meio da identidade territorial definida pelos grupos sociais como forma de apropriação simbólica do espaço (SANTOS e SILVA, 2015). Neste sentido, criar novas metodologias e significados para a cartografia pode levar às diversas problematizações de ampliação das formas de percepção e representação de percepção do espaço no campo disciplinar, sendo necessário abrir as portas para o externo, para o novo. É disso que a construção de uma nova cartografia precisa: “inserir novos olhares e perspectivas acerca da sociedade ao redor, sem com isso perder o caráter primordial de um mapa: a localização” (SANTOS e SILVA, 2015, p.27).

Portanto, para dar início à interpretação, procurei primeiramente compreender as práticas de uso e apropriação de espaços praticados (DE CERTEAU, 2008; LEITE, 2002; PECIAR, 2014), por exemplo, lugares escolhidos como pontos de referência e de encontro para os jovens analisados.

Não foi difícil reconhecer a existência dessas categorias nos espaços da cidade, principalmente nas regiões centrais. A noção de *pedaço*, por exemplo, supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de

reconhecimento e comunicação entre eles (MAGNANI, 2002). Nos lugares usados, principalmente como espaços de encontro e lazer, havia uma diferença com relação à ideia original de *pedaço*: em alguns itinerários, sobre alguns bairros, diferentemente do que ocorria no contexto da vizinhança, os frequentadores não necessariamente se conheciam – ao menos não por intermédio de vínculos construídos no dia-a-dia do bairro e na rua, o que também acontece e muito – mas sim se reconheciam como pertencentes dos mesmos símbolos que remetem a gostos, hábitos de consumo e modos de vida semelhantes. Isso nos permite dialogar com as considerações de De Certeau (2008, p.201) acerca dos modos de fazer o espaço urbano. Para o autor (*idem*), o lugar é uma configuração instantânea de posições. Implica uma relação de estabilidade. Seria possível entender o lugar como uma rua, uma praça – quando planejada e construída.

A ‘rua’ comprova ser uma categoria comunicacional fundamental desse conjunto da *urbe* e que estabelece uma ‘lugaridade’, onde se podem apreender usos, sentidos e significados como formas de estetizar o espaço e a comunicação do cotidiano (REIS, 2010). Sob essa perspectiva, para Vogel e Mello (2017), a *urbe* ganha uma dimensão concreta revestida de significados e referências que se conjugam no tempo e no espaço de modo variado, configurando realidade que se assenta na vida, atualizada nas obras e gestos dos habitantes. Neste caso, a rua é vista como um elemento importante durante a caminhada para a maioria dos entrevistados, principalmente a partir da descrição dos itinerários a seguir. É na prática do caminhar nas ruas, que a cidade, com suas diferentes interpretações, é percebida como uma linguagem textual.

Para De Certeau (2008, p.173), uma das formas de tentar perceber a cidade é caminhar por ela. A cidade, à maneira de um nome próprio, oferece assim a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra. Portanto, é possível dizer que os jovens constroem as imagens da cidade a partir das suas experiências, fortemente marcadas pelos seus locais de moradia e acesso ou não aos equipamentos socioculturais (FARIAS, 2013), sobretudo, porque o lazer, atividade fundamental para a socialização, tem na rua um dos seus possíveis domínios e, certamente, o não menos importante, em virtude da variedade de experiências às quais abrem caminho. O caráter sintético da rua torna a intrincada gama de possibilidades inteligível, numa dimensão prática essencial (VOGEL e

MELLO, 2017).

Para Silva (2010), deve-se valorizar a experiência social, traçar realmente a transformação do território em usado, praticado e vivenciado. E para que a graduanda de arquitetura pudesse construir as cartografias foi preciso fazer um rascunho sobre todos os trajetos percorridos, destacando cuidadosamente a caminhada e todas as paradas ocorridas, especialmente as fotografias registradas. Vale salientar que durante todas as caminhadas busquei enfatizar os sentimentos, as reações, os motivos das paradas, a memória, a relação com vizinhos, parentes e amigos durante os percursos, isto é, informações não colhidas durante as entrevistas semiestruturadas. A partir dessas ponderações, seguindo uma ordem cronológica, serão apresentados a seguir, o mapeamento das trajetórias dos indivíduos e a cartografia dos itinerários de Cassia, Juliana, Renata, Karol, Carla e Breno.

O referencial espacial de Cassia: os trajetos, a moradia na Portelinha e a favela Matadouro.

O primeiro itinerário que será apresentado aqui é com a entrevistada Cassia. A entrevista foi realizada dia nove (9) de dezembro de 2016 e, logo após, marcamos o itinerário, que foi efetivado em dezenove (19) de dezembro de 2016. Ele obteve um dos percursos mais longos, onde tive a experiência em caminhar pelas vielas e becos do conjunto habitacional Matadouro, conhecido popularmente como “Portelinha” e também pela favela Matadouro. O prédio da Portelinha se localiza, na Rua Adão Pereira Nunes, ao lado da Rua Projetada Aguiar, que dá sentido à entrada de pedestres da UENF.

Segundo Mota e Mamani (2012, p.03), a favela do Matadouro, localizada à margem direita do rio Paraíba do Sul, faz parte de um contínuo de favelas que começam na área central de Campos dos Goytacazes e avançam por aproximadamente seis (6) quilômetros numa estreita faixa entre o dique de contenção do rio, condomínios, universidades e bairros de classe média. Em 2008, junto a esta favela, inaugurou-se a Portelinha - primeiro conjunto habitacional vertical do município - cujos 228 apartamentos abrigaram famílias afetadas pelas enchentes de 2001, que, desde aquela época, ocupavam as ruínas do antigo matadouro municipal, entre a favela do Matadouro e a UENF.



Figura 17 Conjunto Habitacional Matadouro, mais conhecido como "Portelinha", hoje. Fotografia retirada do Google Maps.

Entretanto, para esses autores, apesar das expectativas, a construção deste conjunto não significou a remoção integral da favela do Matadouro e, a partir de então, introduziu uma diferenciação entre favela e conjunto habitacional.

Cassia e sua família foram integradas a essa remoção. Marcamos nosso encontro na entrada do condomínio, como ponto de partida, e de lá fomos caminhando pelas ruas da favela Matadouro, apenas no final entramos no condomínio da Portelinha. Os trajetos duraram cerca de duas horas. Nesta rua principal da favela, a Avenida Adão Pereira Nunes é por onde ela passa todos os dias. É ali (figura 18) que ela encontra todos os moradores, é ali que ela frequenta a casa de amigos, o bar/mercadinho, a creche de sua filha, e caminha para ir ao centro a pé, entre outros.



Figura 18 Avenida principal e o mercadinho. Acervo pessoal.

Nesta avenida principal tem uma escola/creche municipal e duas igrejas evangélicas, destacadas pela jovem no momento da caminhada, inclusive estes locais foram nossas primeiras paradas. A escola municipal Francisco de Assis possui uma creche, também municipal, onde a filha da entrevistada estuda todos os dias de sete da manhã às quatro horas da tarde, de segunda a sexta. Ela não frequenta essas igrejas localizadas na avenida, pois são de denominação evangélica e ela se considera católica. A igreja católica mais perto de sua residência é a Paróquia Sagrado Coração de Jesus que fica na Rua Riachuelo, a uns vinte minutos de sua casa, a pé.

Cassia tem 20 anos de idade. Ela já participou de outros programas sociais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), pela prefeitura de Campos dos Goytacazes, desde os 15 anos de idade. Ela mora em um dos prédios da Portelinha desde que ele foi inaugurado, com sua mãe, pai, mais três irmãos e a sua filha, de três anos. Ela pratica *jiu jitsu* e fazia o pré-vestibular Zumbi dos Palmares até pouco tempo antes de realizarmos a entrevista. Sua mãe é dona de casa e seu pai trabalha como comerciante em uma distribuidora de bebidas. No dia

do itinerário, apenas um de seus irmãos estava na residência. Sua filha estava na praia com sua mãe. Ao relatar um pouco de sua história e sobre seus pais e sua filha, Cassia demonstrou muita angústia, sua vontade é de dar um futuro melhor para sua família. Ela gosta de viver onde mora, mas enfatiza a preocupação que tem, sobretudo com sua filha. Durante o início do itinerário ela parecia estar um pouco apreensiva, insegura por estarmos ali com ela, mas depois que fomos andando e nos afastando um pouco do conjunto habitacional, a conversa foi fluindo e, com isso, começamos a trocar muitas risadas durante todos os trajetos realizados.

O itinerário se deu com o primeiro percurso: nossa primeira parada foi ao lado do prédio da Portelinha, na creche de sua filha (imagem A da figura 19). Neste momento, ela também nos mostrou onde pegava cartas e correspondências (imagem D da figura 19) que chegavam para todos daquela rua. Em seguida viramos a primeira esquina, na Avenida Nelson Oliveira para mostrar o bar/mercadinho (imagem B da figura 19) onde compra tudo que necessita de urgência, sem precisar andar até o mercado SuperBom mais próximo. Voltamos para a avenida principal e demos continuidade ao longo dela.

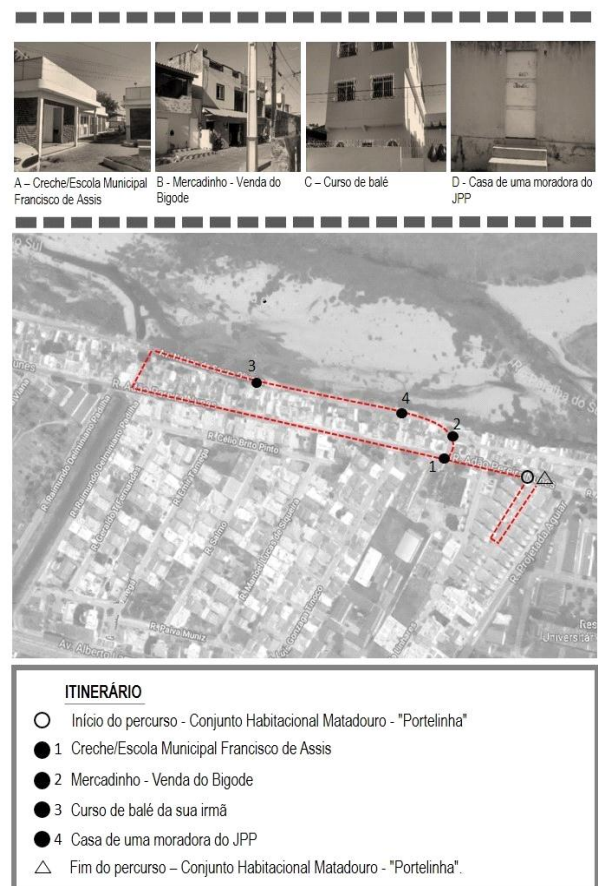


Figura 19 Cartografia do itinerário com a Cassia.

Segundo percurso: ao caminharmos pela avenida principal, em seguida entramos à direita na Rua Rui Barbosa, e depois na Rua Nelson de Oliveira, avenida longa pela lateral do rio Paraíba do Sul. Ali, fizemos mais uma parada, onde mostrou o local que sua irmã sempre fez balé. A próxima parada foi para mostrar a casa da moça que trabalha na prefeitura e que foi responsável pela Cassia entrar no projeto. Foi para ela que a jovem entregou os documentos necessários para fazer sua inscrição. De lá fomos caminhando e no final desta avenida, viramos à direita, que

dá sentido à Avenida Adão Pereira Nunes de volta à Portelinha. O terceiro trajeto se deu na entrada do condomínio da Portelinha. Por lá caminhamos até o prédio da jovem. Ela mostrou os diversos grafites feitos nas paredes do prédio, apresentou alguns amigos, conversamos um pouco mais, depois me levou até a saída do conjunto habitacional Matadouro, onde encerramos nosso itinerário.

O Conjunto Habitacional Matadouro foi construído com o objetivo de atender às necessidades habitacionais das famílias que ocupavam, provisoriamente, o terreno do antigo matadouro público e parte de suas ruínas. A ocupação começou em 2001, quando uma enchente assolou a cidade de Campos dos Goytacazes. As áreas de risco ambiental e, principalmente, as que se localizavam à margem do Rio Paraíba do Sul foram deveras afetadas e muitas famílias das favelas do Matadouro e Tira-Gosto perderam suas casas. A prefeitura municipal destinou, então, como medida paliativa, o terreno no entorno das ruínas do antigo matadouro público, onde foram construídas casas de madeira improvisadas, que serviram como alojamento para algumas famílias (MOTA e MAMANI, 2012, p.09). A obra foi entregue em duas etapas, a primeira em 2007, para famílias em situação de moradia mais vulnerável, e posteriormente, ao final de 2008 para também moradores da Tira Gosto, este último que foi o caso de Cassia:

Tivemos que sair de lá né, pois alagava muito até o joelho, perdemos todos os nossos móveis, reconstruímos nossa vida aqui, do zero, aos poucos, era naquela época que o rio transbordava (Cassia, 20 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (19/12/2016).

Neste caso, a jovem relatou um pouco do que foi a transferência para o conjunto habitacional e como deu início à reconstrução da vida da família dela neste local. Nesse momento, a interlocutora apresentou-se um pouco emocionada, explicou como foi difícil a mudança e como era doloroso morar num lugar com riscos de enchente. Independente de graves problemas relatados, durante toda a entrevista e posteriormente o itinerário, a jovem enfatiza o quanto gosta de residir neste lugar, desde sua infância na favela Tira Gosto e em seguida sua “nova vida” na Portelinha. É de se considerar que o tempo e as experiências com o lugar foram fatores importantes no processo de criação de laços entre ela e as pessoas que residem ali e no entorno. Os colegas, a escola, os projetos sociais e o cotidiano marcado pelo encontro com vizinhos e/ou amigas, foram destacados durante todo o percurso, mesmo a violência sendo evidenciada em diversas situações de nossa conversa.

Ela tem dificuldade em utilizar o transporte público para se locomover, inclusive ela afirma que há mais de um ano o ônibus não passa mais na principal avenida da favela, que para ir ao centro ou demais bairros da cidade é preciso caminhar para outra avenida um pouco mais distante e aguardar um ônibus que demora cerca de quarenta minutos, já para o principal *shopping* da cidade, atrasa pelo menos uma hora:

De ruim, tem o ônibus circular que não passa mais aqui dentro já vai fazer uns dois anos. Isso é horrível aqui pra gente. Os moradores precisam ir para a Avenida Alberto Lamago ou para a Avenida 7 para pegar um transporte público e tem a violência também. Aqui é bem tranquilo em relação às outras comunidades, os vizinhos são tranquilos e as amizades também. Cada um na sua casa e ninguém incomoda ninguém. Fiz muitos amigos quando vim pra cá (Portelinha). Vieram pessoas pra cá de outros bairros e de outras facções, um pouco depois. Veio gente de Santa Rosa porque foi expulsa de lá (Cassia, 20 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (19/12/2016).

As dificuldades existentes no bairro foram apresentadas pela jovem durante toda a nossa caminhada. Algumas situações ela já havia detalhado durante a entrevista, e outras, mostrou-nos nos trajetos. Ao lado da escola/creche de sua filha há uma casa, onde os moradores pegavam as suas contas, correspondências, boletos, faturas, já mencionada pela entrevistada. As correspondências recebidas são somente de moradores da favela Matadouro (ver figura 11): “A gente procura alguém para abrir ali e pega ou consegue uma segunda via pela internet”. Ao conversar com alguns moradores expuseram que até hoje, muitas lojas, supermercados, ou qualquer outro tipo de serviço de entrega, não aceitam entrar na favela. E em determinados lugares nem mesmo os serviços e servidores públicos aceitam circular (MOTA e MAMANI, 2012).



Figura 20 Centro comunitário do Matadouro. Acervo pessoal.

Os trajetos de Cassia evidenciados durante todo o itinerário realizado permitem também identificar o uso da categoria *pedaço* no contexto do bairro que tem como referência sua moradia e sua vizinhança. A jovem é cercada por vizinhos, pela família e amigos. A Portelinha é o seu *pedaço* (MAGNANI, 1992, 2003). É ali e em seu entorno que tudo acontece. Seu cotidiano é demarcado por incertezas, insegurança, violência, mas também por idas à creche de sua filha, ao mercadinho, ao *jiu jitsu*, à casa de seus amigos e vizinhos, e algumas vezes a bailes funk. Para Silva e Barbosa (2005, p.62) o enfrentamento da violência presente, no entanto, exige a criação de mecanismos que ampliem o tempo e os espaços sociais de seus moradores, que permitam o reconhecimento da cidade como o lugar do encontro das diferenças por excelência. Em diferentes realidades, os jovens formam constantes redes sociais, marcadas pela produção de práticas inovadoras de sociabilidade. Em uma ordem urbana marcada pela segregação, estão cada vez mais buscando novos espaços. Seja por meio de cultura, música, dança, teatro, manifestações, etc, ou na busca pela democratização da educação como cursos pré-vestibulares comunitários, eles conquistam novas redes. Cassia afirma isso durante toda nossa entrevista e

caminhada, como já citado aqui, a jovem sempre participou de projetos, inclusive de um pré-vestibular social. Ela afirma que está sempre em busca de conhecer pessoas, outros jovens, inclusive fora do ambiente em que reside. Atualmente, participa de diversos movimentos na cidade em favor de direitos e cidadania dos jovens. É presente em diversas manifestações destacadas por ela. As idas ao centro são realizadas a fim de resolver problemas, para passear ou comprar algo, e até mesmo visitar amigos que moram mais distante. Mas por outro lado, enfatiza a importância de sua residência que é rodeada da família e amigos e a preocupação que ela tem como todos que moram ali em seu redor.

O referencial espacial de Juliana: a *mancha* e a Praça São Salvador como um lugar de encontros, de lazer e também de passagem.

O segundo itinerário foi desenvolvido a partir da caminhada pelo centro da cidade de Campos dos Goytacazes, comandada pela entrevistada Juliana. Nosso encontro aconteceu no dia vinte e três (23) de agosto de 2017, com início do trajeto no Terminal Rodoviário Luiz Carlos Prestes, mais conhecido como Terminal Rodoviário Beira-Rio que, para Marc Augé (1994), caracteriza como lugar transitório, no qual sempre se está de passagem. Localizado próximo à Praça São Salvador e com o término dele, no Teatro de bolso Procópio Ferreira, pois a jovem tinha aula do curso após os nossos trajetos.

Juliana tem 22 anos, pertencia ao polo do bairro Santa Rosa, localizado em Guarus, distrito cujos moradores são tomados como possuidores de uma identidade social deteriorada em relação aos demais moradores da cidade, sobretudo, aqueles que residem na margem direita do Rio Paraíba do Sul (ASSIS, 2016).

Para a entrevistada, a ideia era mostrar-me por onde circula e onde se localizam os cursos que ela faz. Atualmente trabalha como babá, mas sem vínculo, na maioria das vezes, nos finais de semana. O local onde estuda - curso de violino e de teatro (curso livre de teatro, em que iniciou no ano de 2017) é o Teatro Municipal Procópio Ferreira, conforme demonstrado na figura 21, e é nesta rua também verificada na mesma figura, que ela caminha de volta até o ponto de ônibus para

retornar à sua residência:

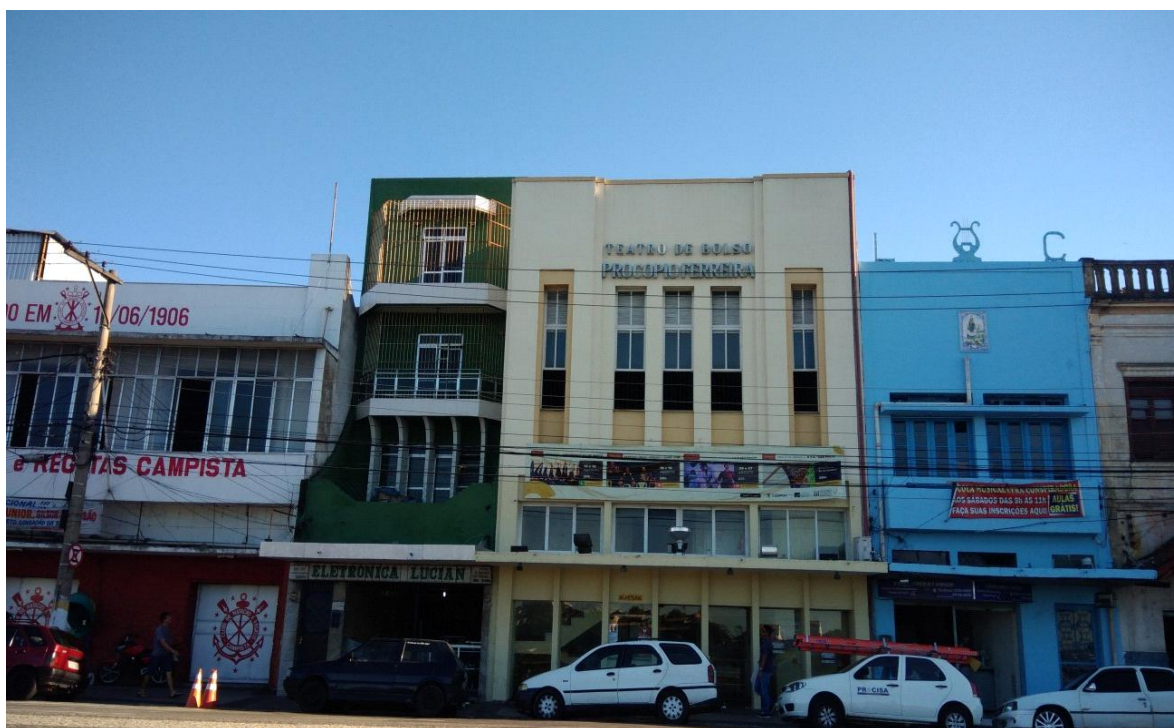


Figura 21 Teatro Municipal Procópio Ferreira. Acervo pessoal.

Ela cursou o ensino médio na Escola Estadual Nilo Peçanha – também localizada neste mesmo bairro, no entorno do centro da cidade, e segundo a entrevistada, essas escolhas se deram, pois sempre viu o centro da cidade como um local de maiores oportunidades para ela, inclusive para trabalhar e conhecer pessoas:

Aqui eu conheci muita gente. Muita gente bacana. Consigo uns bicos de vez em quando. Também foi ter vindo estudar aqui no centro que tive acesso a pessoas que me chamaram para fazer o curso de teatro, que era o meu sonho. E assim vai. Gosto do centro, vivo caminhando por aqui pela praça (Juliana, 22 anos, pertencida ao polo de Santa Rosa) (23/08/2017).

O percurso para os cursos se dá de ônibus ou carona de parentes. O percurso é sempre o mesmo, segundo a jovem. Do ponto para a praça, da praça para o curso e do curso para o ponto de ônibus. Na figura 22 percebe-se de forma mais clara a distância existente entre o curso e o ponto de ônibus, que se encontra próximo às árvores:

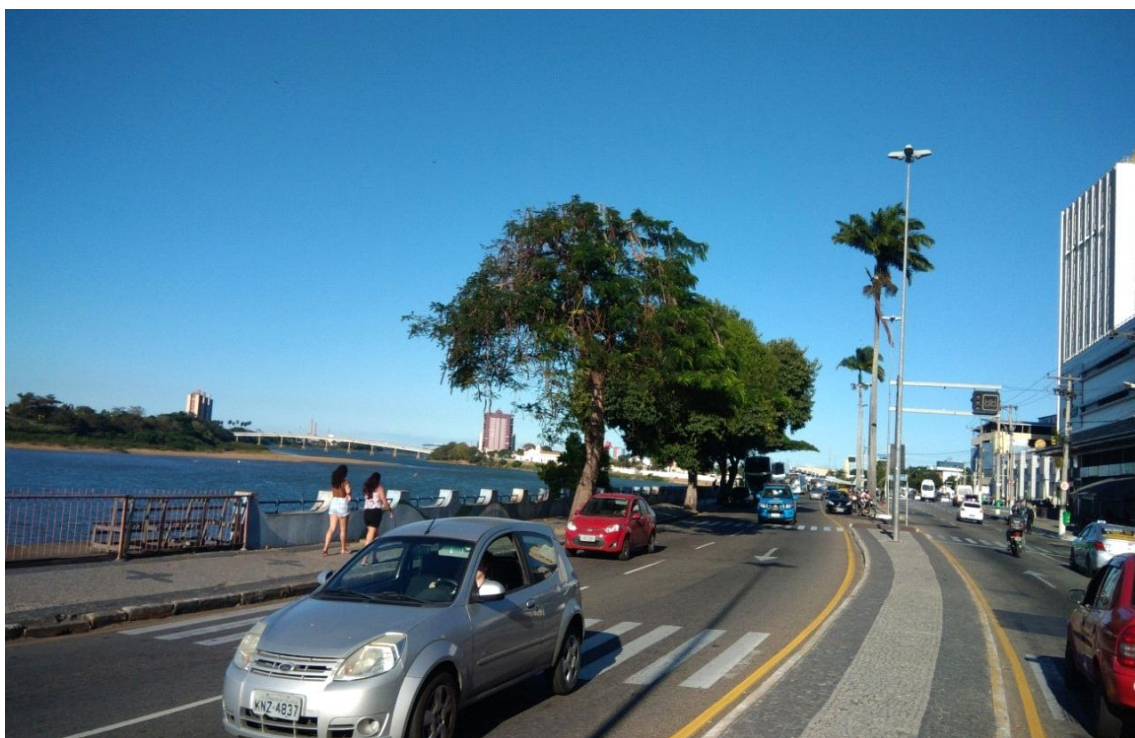


Figura 22 Avenida percorrida até o ponto de ônibus.

Esta fotografia foi feita quando estávamos retornando ao ponto do ônibus. Juliana demonstrou o tempo todo, durante nossa caminhada, estar feliz por estar fazendo os cursos que sempre sonhou. A comparação entre seu bairro e o centro da cidade foi enfatizada a todo o momento. Para ela, o centro da cidade foi o lugar que lhe deu todas as oportunidades. Percebi que ela circula por ali como se estivesse circulando pela sua rua de casa. São anos que vive todos os dias naquele entorno. Para ela é de tamanha importância tudo que aprendeu e construiu nesses anos por estes espaços.

Fica claro, portanto, a importância da cidade como o lugar onde se concretizam as relações sociais, de solidariedade e de poder. Nela, são evidentes as distinções espaciais que são fortemente marcadas e explicitadas pela presença e/ou ausência, e pela qualidade dos serviços públicos e dos equipamentos urbanos (FARIAS, 2013). Quando participava do JPP, as atividades do polo se concentravam em seu bairro, mas também participava de atividades extras, como nas praças públicas, no Jardim São Benedito, Universidades como a Cândido Mendes e a UENF e por fim, a SEEDUC – Regional Norte Fluminense. Segundo Juliana, para ir a estes locais, sempre utilizou do transporte público, onde descia neste mesmo ponto e na maioria das vezes caminhava até o local das atividades.

Conforme Magnani (2010), se o uso da categoria *pedaço* no contexto do bairro tinha como referência a moradia e vizinhança, na pesquisa que se seguiu tal conotação desaparece: as unidades de análise eram, agora, definidas em função exclusivamente de práticas de lazer e encontro. O que se queria saber é se por ocasião dessas práticas, num território heterogêneo e acessível a todos como é o centro da cidade, estabelecem-se vínculos, sinais de reconhecimento e delimitação de espaço - de forma que aí também seja possível definir quem é e quem não é do pedaço. Isso fica evidente também nas entrevistas, em que muitos jovens relatam considerar o centro da cidade, sobretudo a Praça São Salvador, como o local de prestação de serviços, de trabalho, de encontro, sobretudo de lazer, no entanto, acredito que a categoria *mancha* torna-se mais viável para descrever e a analisar o local.

Quando os jovens saem de suas casas e dirigem-se a este seu local, no centro da cidade, vão até lá para encontrar seus iguais, exercitar-se no uso dos códigos comuns, apreciar os símbolos escolhidos para marcar as diferenças tecendo sua rede da sociabilidade. No entanto, a diferença, pois, com a ideia do pedaço tradicional é que aqui os frequentadores não necessariamente se conhecem - ao menos não por intermédio de vínculos construídos no dia-a-dia do bairro - mas sim se reconhecem enquanto portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo, modos de vida semelhantes (MAGNANI, 1993). No caso a praça/centro em relação ao componente espacial, trata-se de lugares que funcionam como ponto de referência para um número mais diversificado de frequentadores. Sua base é mais ampla, permitindo a circulação de gente oriunda de várias procedências. Logo, estou agora falando de *mancha* - neste caso, de lazer.

Para tanto, o primeiro percurso do itinerário se deu a partir do ponto de ônibus, na Avenida Nelson de Souza de Oliveira e caminhamos novecentos metros até a Praça São Salvador (imagem A da figura 23). Neste ponto de ônibus, ela “solta” para ir ao curso de violino e ao curso de teatro (imagem C da figura 23), também quando ia para a escola e para a maioria dos lugares que ela já trabalhou e precisa ir de modo geral. Contornamos a praça conversando, e falamos um pouco sobre o comércio, inclusive sobre o que a jovem gosta de fazer neste local e na cidade.

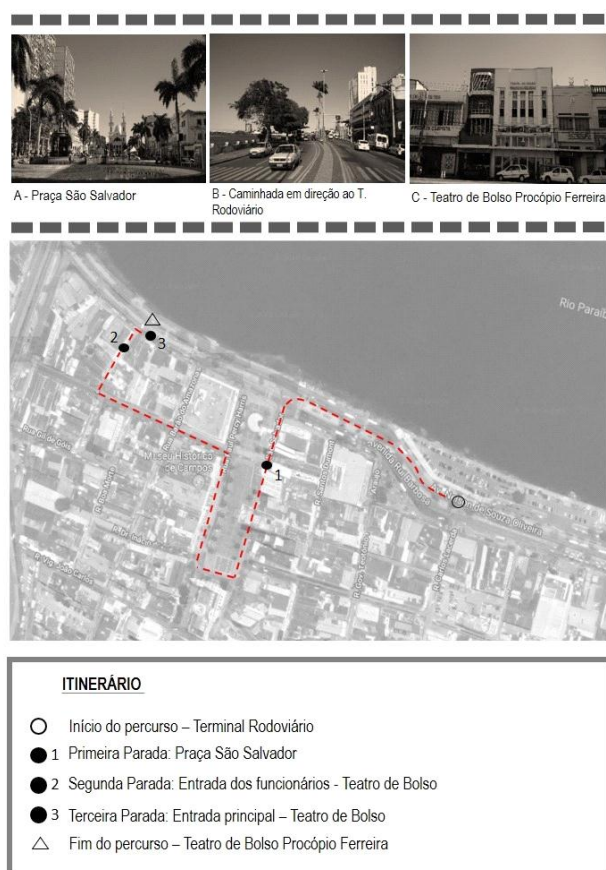


Figura 23 Cartografia do itinerário com a Juliana.

Da praça, caminhamos pela Rua Paul Percy Harris e entramos à esquerda, na Avenida Alberto Torres, até virar à direita na Rua do Teatro de Bolso, que se chama Rua Dr. Gesteira Passos. Ali, ainda nesta rua, entramos no teatro, pela entrada de trás. Neste local, conheci algumas pessoas, conversamos mais um pouco, onde contou-me sobre o curso e as apresentações. Em seguida, contornamos a rua e paramos na entrada principal do Teatro (que dá de frente para o início do terminal, onde pega o ônibus para a sua casa). De lá, atravessamos a rua e paramos em frente a uma vista para o Rio Paraíba do Sul (a entrevistada quis um ângulo melhor para realizar fotografias do local onde faz o curso de teatro).



Figura 24 A procura do melhor ângulo para registrar o Teatro de Bolso. Acervo pessoal.

Para ela, a praça está mais viva. Às sextas-feiras ela costuma assistir “batalhas” de rimas, de passinho e de danças, logo após as suas aulas de teatro. É ali também que costuma lanchar, pois até o comércio do entorno da praça se expandiu com mais lojas inauguradas. Algumas vezes também ela encontra amigos, até mesmo os que eram do JPP. Há atualmente uma diversidade de atividades na praça, inclusive algumas manifestações realizadas por jovens gerando um número grande de pessoas. A praça é lugar de movimento (PECIAR, 2014) e com base em De Certeau (2008), até que ponto a Praça São Salvador, além de ser um *espaço planejado*, destinado para encontro ou lazer, pode ser considerada como um lugar de *espaço praticado*? Como é o caso de Renata no itinerário a seguir.

O referencial espacial de Renata: a rotina na igreja Universal, o *pedaço* e o centro da cidade.

O terceiro itinerário, que foi realizado no dia vinte e oito (28) de agosto de 2017, se deu bem próximo ao centro da cidade, à rodoviária e à igreja Universal do Reino de Deus. Para Augé (1994), é neste espaço, em torno do centro da cidade que encontram os chamados “não lugares”, classificados por ele como lugares transitórios, de circulação, não identitários e com os quais os sujeitos, em geral, não estabelecem nenhum tipo de vínculo relacional enquanto os ocupam. “Os lugares”, portanto, seria o inverso dos “não lugares”. De Certeau (2008) já entende o lugar como uma rua, uma praça – quando planejada e construída –, como a malha viária de uma cidade, ausente de significado. Ou seja, seria a configuração espacial das coisas o que impossibilita, por exemplo, duas coisas ocuparem o mesmo lugar. Neste caso, podemos entender o espaço como a prática do lugar, ou seja, como os sujeitos o transformam a partir das suas ocupações, apropriações e vivências.

É nessa perspectiva que para este itinerário especificamente, detalharei estes espaços, que são moldados cotidianamente através das caminhadas realizadas. A jovem trabalha em um dos quiosques construídos pela prefeitura, onde funciona como lanchonete, no bairro da Lapa, em frente ao Banco Itaú. A entrevistada afirmou que trabalha neste local há pouco tempo e que fica muito distante do bairro onde mora, uns vinte e cinco minutos de ônibus, mas ela vê este trabalho como necessário para dar continuidade à faculdade de Direito, que no momento está paralisada. Sobre o bairro onde mora, Renata afirma:

Eu gosto de morar lá. É um bairro como outro qualquer, tem uma pracinha perto, tem um supermercado, tem tudo por perto. Em relação à violência, como lá o bairro é rodeado por várias comunidades aí fica meio perigoso, dependendo do horário que você for andar. Na verdade meu bairro tem duas comunidades, a Chatuba (ADA) e o Cantinho do Céu (TCP). E eu moro dentro de uma. Uma fica contra outra o tempo todo. Querendo invadir ou sair de uma para assaltar a outra, mas faz tempo que não ouço falar de assaltos por lá (Renata, 22 anos, pertencida ao polo da Aldeia) (28/08/2017).

Renata tem 22 anos, mora com os pais, irmão e a avó. Pertencia ao polo Aldeia e desde que nasceu sempre morou no mesmo local, no bairro Parque Lebrecht, localizado em Guarus. Segundo a jovem, quando iniciou sua participação no JPP, os moradores que residiam em Guarus, tiveram que escolher entre os polos da Aldeia

ou Santa Rosa. Neste caso, ela escolheu o da Aldeia, pois as atividades eram mais próximas ao local onde ela mora, e com isso na maioria das vezes ela apenas caminhava até o lugar que se tinha os encontros e tarefas.

Ela define seu percurso como restrito, tanto pelo centro, quanto pelo bairro onde mora. A jovem vem do bairro Parque Lebrecht de ônibus, anda até o quiosque, que é uma distância curta, de menos um quilômetro, de lá, quando finaliza seu expediente, troca de roupa em seu local de trabalho, caminha por duzentos metros para chegar à igreja. Em seguida retorna para o terminal rodoviário, para aguardar o ônibus para retornar à sua casa. Este trajeto ela faz pelo menos três vezes na semana e foi isto que ela pretendeu mostrar-me durante o seu itinerário.

A entrevistada trabalha no Quiosque de segunda a sábado de 9h às 15h. É evangélica, frequenta a igreja Universal do Reino de Deus, próximo ao Terminal Rodoviário Luiz Carlos Prestes e ao Corpo de Bombeiros. Segundas, quartas, sextas e domingos ela costuma ir à igreja, pois tem reuniões diferentes e que ela gosta de participar, mesmo que não haja obrigações em todos os dias. De acordo com a figura 25, pode-se ver a interlocutora atravessando a rua, do ponto de ônibus em direção à igreja que frequenta (a igreja é este local que está pintado de amarelo, ao lado do corpo de bombeiros):

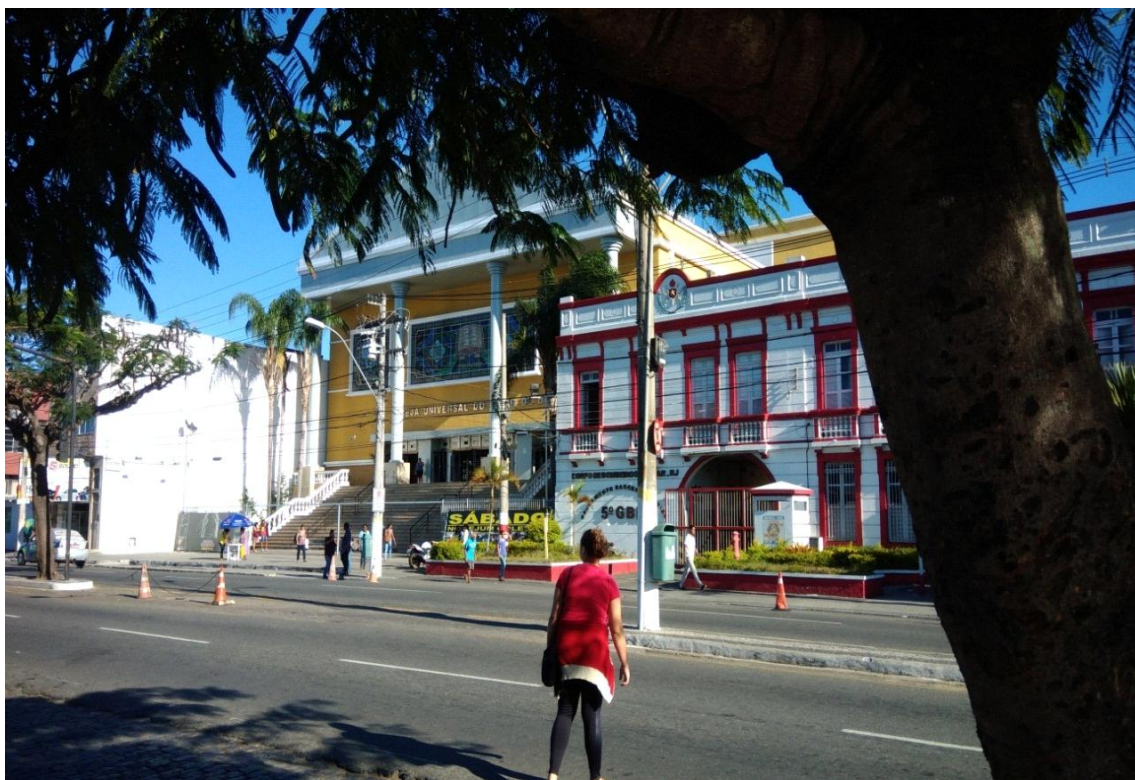


Figura 25 Entre a igreja e o ponto de ônibus. Acervo pessoal.

Durante este percurso, Renata pareceu-me muito animada em mostrar-me por onde circula. Chegamos a caminhar até a igreja, ali apresentou-me para algumas pessoas. Afirmou que quando fazia parte do JPP, já frequentava a igreja e não trabalhava na época, ia somente à noite para a igreja, pois as atividades se concentravam no polo, ou seja, no bairro dela. Ela faz parte do grupo jovem, em que participa de um projeto que é encarregada de organizar uma parte dele. Este projeto está relacionado às tecnologias, com isso possui algumas responsabilidades, mas ao mesmo tempo isso possibilita que ela trabalhe em casa, pelo computador e pelo *whatsapp*, a partir de um aplicativo instalado especificamente para isso.

Durante nossa caminhada, quando questionada se há dias em que altera esse *trajeto*, resolveu-me levar até uma padaria, chamada Cha-cha-chá, também localizada no calçadão do Centro, em que afirmou comprar algo para comer, o que a mãe costuma pedir, pelo menos uma vez na semana. Em seguida, afirmou que não costuma alterar seu trajeto e evita sempre sair tarde da igreja em direção ao terminal rodoviário. Para ela, a insegurança é ainda maior à noite no entorno do centro da cidade. À noite, as praças e as ruas se tornam ainda mais perigosas. São usadas mais agressivamente para a prática de assaltos, estupros, tráfico e consumo de drogas, como sublinham os depoentes. Por isso tudo, “a apropriação dos espaços coletivos permanece relegada, nas horas noturnas, aos serviços ou moradores de reputação duvidosa (VOGEL e MELLO, 2017, p.144)”.

A partir disso, nosso itinerário se deu dessa forma: o ponto de

partida foi o quiosque (imagem A da figura 26) em frente ao banco Itaú, localizado na Avenida Nelson de Souza Oliveira. De lá andamos pela calçada em sentido ao Terminal Rodoviário (imagem C da figura 26), próximo à Praça São Salvador. Atravessamos a rua, onde fizemos a primeira parada – Igreja Universal do Reino de Deus (imagem B da figura 26). Posteriormente, caminhamos até a Praça São Salvador – segunda parada, e de lá seguimos até a padaria/lanchonete Cha-cha-chá.

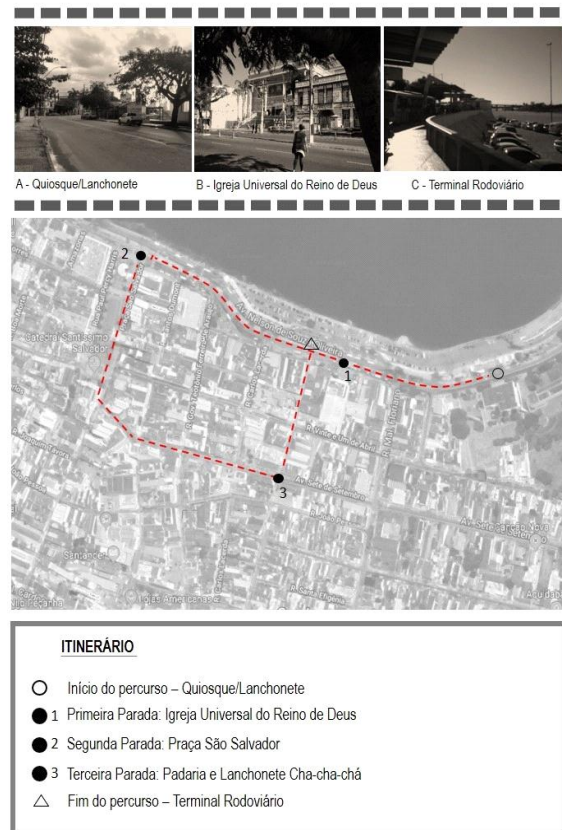


Figura 26 Cartografia do itinerário com a Renata.

Em seguida retornamos, seguindo um caminho reto (ver cartografia) e chegamos ao Terminal Rodoviário em frente à Praça São Salvador, no ponto de ônibus, na Avenida Rui Barbosa (última parada) para o bairro Parque Lebrez, como se pode conferir na figura 27:



Figura 27 Ponto de ônibus (terminal rodoviário). Acervo pessoal.

Este local tem como característica um fluxo muito grande de pessoas. A maioria dos meus entrevistados espera neste terminal para “pegar” o ônibus. Neste dia, o movimento também era grande, mas Renata e eu caminhamos até o local apenas para ela me mostrar onde era, de fato, o ponto onde esperava. Conversamos ali e, em seguida, ela foi para sua igreja que fica logo em frente ao terminal. A jovem costuma esperar o ônibus de dez (10) a trinta (30) minutos normalmente. Durante toda a caminhada foi percebido em suas falas, inclusive na entrevista realizada em uma semana anterior, a importância que a igreja tem em seu cotidiano, sobretudo a relação que existe entre a entrevistada e os outros membros da igreja e amigos. Para Farias (2013), a relevância de se investigar os jovens que participam e organizam eventos religiosos, bem como contemplar os grupos religiosos das igrejas que frequentam, é justamente por compreender como a religião integra a experiência da vida cotidiana. A religião, assim, assume sentido e uma razão que permitem aos indivíduos compreenderem a sociedade da qual são membros e as relações obscuras mais íntimas que mantêm com ela (DURKHEIM, 1968, p.204). Sobre a participação em grupos religiosos integrados por jovens, Scott (2004, p.375) ressalta:

Ser de um grupo religioso já é um diferenciador moral que separa os jovens rapazes e moças de outros jovens não pertencentes a esses grupos, o que independe da intensidade da adesão dos jovens às ideias e às práticas desses

grupos, ou seja, da fé e das obras.

Em diversos momentos foram citadas diferentes atividades que a jovem participa neste local. Tarefas obrigatórias como o trabalho que exerce dentro da igreja, os cultos que frequenta e a coordenação de um grupo jovem - o Força Jovem -, em que ela dá um treinamento às outras pessoas, toda sexta feira a partir das 18h. Para Magnani (1998, p.116):

Quando o espaço – ou um segmento dele – assim demarcado torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações, recebe o nome de *pedaço*: o termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade.

Neste caso, a igreja, diferente dos outros itinerários aqui analisados, é categorizada como um *pedaço*, especificamente para esta jovem. Nesse sentido, há de ser investigada a sua contribuição para delinear espaços de sociabilidade entre os jovens (FARIAS, 2013). Eles atualmente transitam à procura de locais onde se sintam “confortáveis”, inseridos, agregados ao grupo e, ao mesmo tempo, com possibilidades de escolhas em um campo religioso mais plural e competitivo. Assim, só se estabilizam em um grupo religioso se encontrarem todas as necessidades que procuram, senão irão à procura até encontrá-las, ou seja, variando-os em busca de satisfação (FARIAS, 2010).

Para isso, não basta passar por esse lugar ou mesmo frequentá-lo com alguma regularidade para ser do *pedaço*. É preciso estar situado e ser reconhecido como tal, que no caso, Renata exerce essa função. Assim, o segundo elemento – a rede de relações – que instaura um código capaz de separar, ordenar e classificar é, em última análise, por referência a esse código que se pode dizer quem é e quem não é do *pedaço* e em que grau, isto é, a partir das relações existentes no âmbito deste *pedaço*, considerando a igreja Universal do Reino de Deus, frequentada e tendo seu espaço, como pela Renata.

O referencial espacial de Karol: os locais de moradia - Novo Jockey X Jardim Carioca.

No dia sete (07) de setembro de 2017 foi realizado o quarto itinerário. A entrevistada foi a Karol. No dia vinte e dois (22) de agosto de 2017 foi realizada uma entrevista com a jovem, na Faculdade Estácio de Sá, no único dia da semana que ela saía um pouco mais cedo que o horário normal. Nosso encontro foi marcado às 20h na cantina do local onde estuda. Durante nossa conversa a convidamos para realizarmos um itinerário, e logo na outra semana conseguimos concretizá-lo. Vale ressaltar aqui, que durante o tempo que íamos conversando para fechar a data da entrevista, a jovem se mudou. Ela morava nas “casinhas do Jockey” (pelo programa Morar Feliz, em que os moradores que vivem nelas são beneficiários do programa habitacional da prefeitura), localizada no bairro do Jockey com sua mãe, e nesse período resolveu ir morar com a avó, para fazer-lhe companhia e principalmente, pois tinha acabado de conseguir um emprego no bairro da residência de sua avó, no Jardim Carioca, em Guarus, subdistrito de Campos dos Goytacazes. Mas nos finais de semana retornava ao bairro do Jockey, para visitar sua mãe.

Nosso encontro marcado para dar início ao itinerário (escola – mercado – casa da avó – ponto de ônibus – faculdade) foi em frente à Escola Municipal Frederico Paes Barbosa, localizada na Rua Herman Lessa, no bairro Jardim Carioca, onde a jovem trabalha de 8h às 16h e 30, de segunda a sexta. Ela trabalha nesta escola, sob o cargo de merendeira, de contrato pela prefeitura, há um pouco mais de um mês da data que fizemos o itinerário. Lá nos encontramos, falou-me um pouco sobre o novo emprego, em seguida entramos no carro para iniciarmos o percurso. A primeira parada foi no Mercado Romão, muito próximo à escola, na mesma avenida – nomeada de Senador José Carlos Pereira Pinto. É ali que ela ultimamente tem parado para fazer compras ou comprar algo que precisa com urgência para a sua avó, pois fica entre o local de trabalho e a sua nova casa:



Figura 28 Caminho ao supermercado frequentado por Karol. Acervo pessoal.

Karol percorreu todos os trajetos conversando o tempo todo. Karol tem muitas perspectivas para seu futuro. Fez questão de detalhar cada parada, e durante todo o momento, naturalmente, ela fazia comparações entre os dois bairros. Pelo Jardim Carioca ela circula pouco a pé e isto faz diferença para a jovem. As lembranças do outro bairro, que lhe foram resgatadas, demonstram como está se sentindo residindo em outro lugar, onde ainda conhece poucas pessoas. Ao passarmos pelo supermercado do bairro, onde faz compras para a sua avó, seguimos em direção a casa onde reside no momento, a de sua avó.

A casa de sua avó (imagem C da figura 29) localiza-se na Rua Pedro Barroso, no bairro Jardim Carioca. Paramos no portão, batemos um papo, fizemos algumas fotografias, mostrou-me a rua, entrou, pegou uma bolsa e um casaco, e de lá seguimos direto para mostrar-me o ponto de ônibus, na Avenida Professora Carmem Carneiro, onde sempre “pega” a condução para a faculdade. Terminamos nosso percurso no local de seus estudos, a Faculdade Estácio de Sá, localizada na Avenida 28 de março.

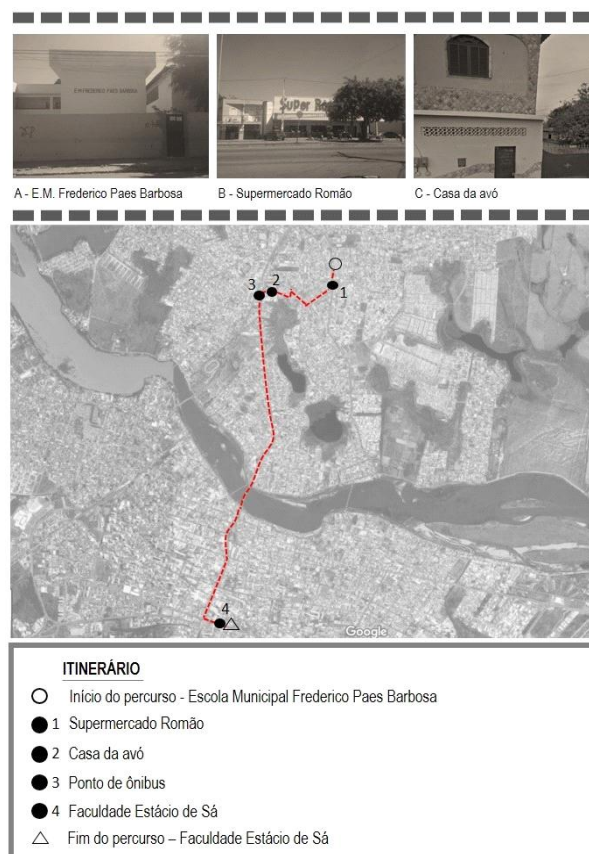


Figura 29 Cartografia do itinerário com a Karol.

Karol tinha 20 anos e pertencia ao polo do Jockey, na época em que participava do JPP. Concluiu o ensino médio na Escola Estadual Benta Pereira, localizada na Rua Antônio Neves, no bairro Parque Jardim Carioca. Atualmente é estudante de Direito da Faculdade Estácio de Sá, em Campos dos Goytacazes. A jovem morou no bairro Novo Jockey, mas antes disso, morava no bairro da Lapa, muito próximo à favela Tira Gosto. Como ponto positivo, para a entrevistada, o bairro (Novo Jockey) ainda tem pouca violência em relação aos outros bairros: “lá eu pegava o ônibus e soltava em frente à minha casa, era bem tranquilo”.

Foi no bairro Jardim Carioca que ela conseguiu o emprego, mas depende de outras pessoas todos os dias para levá-la e buscá-la, e às vezes precisa de carona também para a faculdade, pois o tempo de saída do trabalho para ir em casa, tomar um banho, lanchar, andar até o ponto que fica distante para pegar um ônibus até a faculdade é curto (isto pode ser visto por meio da cartografia da Karol). De carro, ela consegue chegar a tempo para a primeira aula. Para ela o que salva são as vans, pois os ônibus demoram muito, quase que impossível utilizá-los. Também ressaltou

que neste bairro, onde reside no momento, ela não costuma circular a pé, por ter certa insegurança em relação ao local, e por isso conhece apenas as pessoas do trabalho e da rua onde mora sua avó. Talvez o tempo curto de sua residência no local também interfira nas suas poucas relações existentes no bairro. A seguir (figura 30) é apresentada uma fotografia da rua onde mora. Realizamos esta imagem quando estávamos entrando em sua rua, em direção à sua residência:



Figura 30 Rua da casa da Karol. Acervo pessoal.

Paramos na rua da casa da Karol para pegar sua mochila da faculdade, um casaco e uns livros. À sua espera, pude fazer umas fotos. Vi poucas pessoas na rua. Também não cheguei a ver a sua avó. Presenciei algumas crianças brincando, pois já era horário de saída da escola. Ali conversamos um pouco também. Mostrou-me algumas casas de vizinhos que já conhece. A rua parece tranquila, pouca circulação e apenas residencial. A jovem destaca que nesta rua ela se sente segura, pois sua avó é conhecida, mas tem medo em circular por outros lugares deste bairro. Para

ela, ainda está em período de adaptação, mas pôde passar-me uma sensação de felicidade, de pelo menos estar mais perto de sua avó e ao mesmo tempo, começando um novo emprego, que é bem necessário, sobretudo para uma jovem que está cursando um ensino superior em uma faculdade particular, mesmo com a ajuda de parentes.

Durante nosso percurso, como já explicitado que se deu de carro, pudemos conversar sobre diversos assuntos. Indaguei sobre a cidade e o bairro onde reside: a sua instalação no bairro onde mora no momento da entrevista e o relato de diferentes mudanças na sua trajetória de vida; como chama o seu bairro; qual é a sua relação com o centro da cidade, com outras áreas do bairro e da cidade; de quais lugares gosta ou não gosta e por quê (Reginensi, 2017). Entre eles, pedi para fazer uma comparação entre os dois bairros, Novo Jockey, por onde morou por seis (6) anos e o Jardim Carioca. Para a jovem, ela prefere o Novo Jockey por diversos motivos. A dificuldade do transporte público no bairro de sua avó é grande, mas afirma como ponto positivo, que o comércio cresceu muito. É o que se vê com a implantação de novos empreendimentos imobiliários no subdistrito, a formação de bairros planejados e a ampliação da rede de comércio e serviços nos bairros como Jardim Carioca e Parque Guarus (PINHEIRO, 2018).

Por outro lado, em alguns territórios de Guarus, em relação à cidade de Campos dos Goytacazes, apresentam um nível de complexidade maior no que se refere à divisão e disputa territorial do tráfico de drogas ilícitas. Eles têm uma especificidade, principalmente, no uso exacerbado de práticas violentas para assegurar seus territórios e proteger suas fronteiras, questão que é menos frequente entre outras favelas e bairros da cidade, até por ter uma territorialidade mais sedimentada (SIQUEIRA, 2016, p.91).

Segundo a jovem, ela faz o mesmo percurso diariamente, menos às sextas, que não tem aula na faculdade. Os trajetos se dão todos os dias pela manhã da casa de sua avó para o local de trabalho (de carro com seu namorado, sua avó, ou seu tio). Depois retorna a pé. De vez em quando precisa ir ao mercado, em seguida vai para a sua casa, se arruma e segue para a faculdade, de ônibus ou carona. Neste dia do itinerário eu dei carona à Karol e finalizamos o percurso neste local. O fluxo de pessoas na avenida onde é localizada a faculdade é grande. Pegamos um pouco de trânsito, mas conseguimos chegar a tempo de sua aula. Encostei o carro

próximo à faculdade e a interlocutora conseguiu realizar uma imagem do local, como é possível ver na figura 31:



Figura 31 Faculdade Estácio de Sá. Momento em que era finalizado o percurso do itinerário com Karol. Acervo pessoal.

Na faculdade, ela tem aula de segunda à quinta-feira, no período da noite. Afirma que não vê a hora de se formar e ter a sua própria casa e diz que vai fazer de tudo para não “trancar” a faculdade, e que vai conseguir pagar todas as disciplinas nos meses corretos. A forma como relata, demonstra todo o seu esforço. Parece-me que a dificuldade é grande em manter o curso superior, mas em nosso encontro anterior, que foi em uma das mesas do refeitório da faculdade, pude perceber que é um sonho que ela vem realizando, e o aparato familiar vem sendo importante neste processo. Karol recebe ajuda até de seu sogro, relata a jovem. Esta fotografia da figura 31 foi tirada por ela, quando estávamos chegando ao local e, conseqüentemente, finalizando o itinerário.

O Referencial espacial de Carla: o calçadão de Goitacazes como lugar vivido e praticado.

O quinto itinerário desenvolvido foi da entrevistada Carla, no dia 28 de setembro de 2018. O início do percurso também se deu a partir de um supermercado, já citado anteriormente. Esta outra unidade de supermercado da rede é localizada no Bairro de Goitacazes, da Rodovia Raul Souto Maior, mais conhecida como o Calçadão de Goitacazes.

A distância de Goitacazes para o centro da cidade de Campos de Goitacazes, de carro, é em torno de vinte e cinco minutos, e de transporte público demora em média quarenta e cinco minutos. Neste local realizei duas entrevistas e um itinerário. Os dois jovens se conheceram a partir do JPP. O trajeto do itinerário foi realizado a pé, todavia retornei ao local por mais duas vezes de carro e por ali percorri algumas ruas e foi observado como o fluxo de veículos é grande durante todo o percurso da rodovia. No ano de 2018, o calçadão já possuía esta estrutura, como podemos ver por meio da fotografia na figura 32. O local não possui árvores, sombras e no dia do itinerário, o clima estava muito quente e seco.



Figura 32 Caminhada pelo Calçadão de Goytacazes. Acervo pessoal.

Carla tem 21 anos, pertencia ao polo de Goitacazes durante sua participação no JPP, e reside neste lugar há treze (13) anos. O local onde trabalha (loja de roupas, há poucos meses) e onde estudou são localizados no mesmo bairro e, segundo a jovem, sua adolescência se deu por todo o calçadão, exatamente onde fizemos todo o trajeto, mas ainda sem as obras realizadas pela prefeitura. O percurso para o trabalho e para o comércio de seu bairro se dá a pé, já para as atividades que eram realizadas e que contemplavam todos os polos do JPP, na época, ela ia somente de transporte público, com os amigos que pertenciam ao mesmo polo. O polo se localizava em seu bairro, então as atividades diárias do programa que eram próximas à sua residência, ela também tinha o costume de fazer de bicicleta. Esses jovens fazem uso de outros meios para poder se deslocar pela cidade.

Essas formas alternativas de deslocamento apontam a ideia do sujeito ordinário De Certeau (2008), que, de forma silenciosa, subverte a ordem dominante, no caso, limitação da mobilidade urbana das pessoas de baixa renda devido à escassez de transporte coletivo, e transforma sua realidade, reapropriando-se do espaço organizado pelos mecanismos da produção sociocultural vigente (SANTOS, 2016).

Mas não foi seu local de trabalho escolhido como ponto de partida e sim, o supermercado, que possui diversas unidades e este fica próximo à loja que trabalha, pois para ela, ele se destaca como o mercado principal e mais popular do bairro. De fácil localização, lá, nos encontramos e em seguida começamos a nossa caminhada. Para De Certeau (2008), a cidade e suas diferentes interpretações são percebidas como uma linguagem textual que se dá na prática do caminhar nas ruas, afirmando que uma das formas de tentar perceber a cidade é caminhar por ela. Ainda, segundo esse autor, a caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc., as trajetórias que “falam” (DE CERTEAU, 2008, p.179).

Dando continuidade aos trajetos, andamos pelo calçadão e paramos no Posto Ipiranga (imagem A da figura 33), onde possui um ponto de ônibus. A entrevistada quis destacar este ponto, pois foi nele que durante todo o tempo de sua participação no JPP, ela encontrava com mais um amigo que também era integrante e a acompanhava nas idas e vindas para as atividades. Este ponto de ônibus é próximo da casa de ambos e quando fizemos esta primeira parada, a jovem relatou diversas situações que passaram juntos no decorrer desta época.

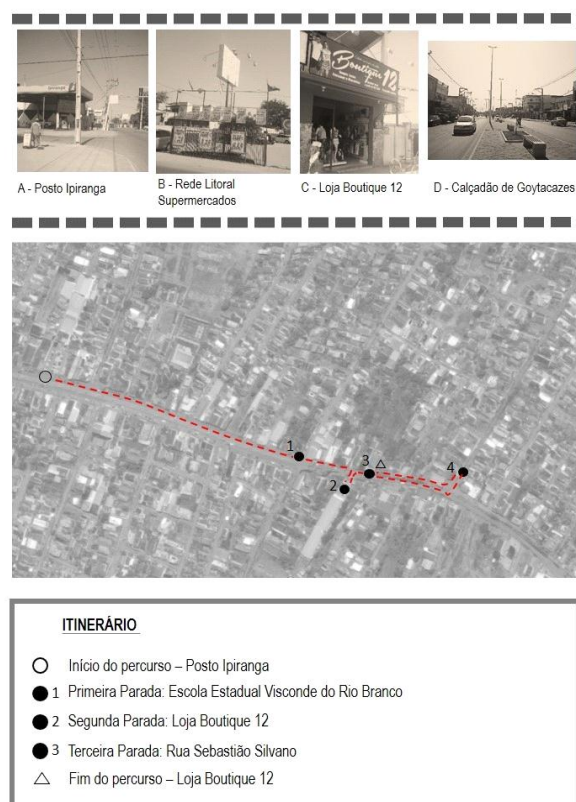


Figura 33 Cartografia do itinerário com a Carla.

De lá, ainda no calçadão, a alguns metros, paramos em frente à Rede Litoral de Supermercados (imagem B da figura 33) para fazer registro de uma foto. Segundo a entrevistada, é nele que ela prefere fazer compras, pois é mais perto da casa e do trabalho dela. Com isso ela não precisa andar muito e, muito menos, ter que esperar por um transporte público. Ressalta, também, que o mercado não é o melhor do bairro, mas na correria do dia a dia, sobretudo por ser próximo ao seu trabalho, acaba por utilizá-lo mais vezes. Em seguida, ainda no calçadão, paramos na loja Boutique 12, onde a jovem trabalha. Esta loja é nova no bairro e com isso afirmou que trabalha nela há pouco tempo:



Figura 34 Loja onde Carla trabalha. Acervo pessoal.

Neste momento, paramos em frente à loja e conversamos mais um pouco. A jovem pareceu interessada em mostrar e falar de seu emprego, para ela é muito importante, pois precisa do dinheiro para comprar e fazer o que precisa e parece gostar de trabalhar neste local. Entramos na loja, conversamos um pouco mais e demos continuidade. Depois caminhamos até a Rua Sebastião Silvano, à esquerda, para mostrar-me a casa do amigo, que também caminhava até o ponto de ônibus, na época do JPP e o encontrava para irem juntos à sede do programa. Para terminar, retornamos à loja que ela trabalha e de lá encerramos o trajeto.

Durante toda a caminhada, a jovem apontou diversos pontos negativos do bairro, como o transporte e espaços públicos de lazer, e ao mesmo tempo, conversamos sobre o crescimento populacional e do comércio daquela localidade, com mais lojas e mais opções de bares e lanchonetes. Ela apresentou algumas

dificuldades que os jovens ainda têm para realizarem suas atividades voltadas principalmente aos estudos, com poucas opções, fazendo com que a maioria tenha que se reportar ao centro da cidade de Campos dos Goytacazes para resolver diversas questões. Para Carla:

Eu moro aqui há quatorze anos já. A criminalidade aqui ainda está controlada sabe. O problema maior é a Educação. As escolas são precárias sabe. Aqui é muito carente de escola, não tem faculdade. Temos que ir pro Centro para fazer um curso bom. Minha mãe até ameaçou a diretora da minha escola na época. As escolas não têm nada, parece que são piores que aquelas lá do Centro (Carla, 21 anos, pertenciam ao polo de Goitacazes) (28/09/2018).

Neste caso, para os moradores do bairro de Goitacazes, ir ao centro da cidade de Campos dos Goytacazes ainda é algo que ocorre com frequência. Por diversos motivos, mesmo o bairro tendo apresentado um crescimento no comércio e em outros diversos serviços, com avanços em obras de urbanização, pavimentação, construção de rede de coleta de esgoto, todavia, ainda há uma necessidade de ida ao outro lado da cidade.

Ainda, reportando ao calçadão, ou seja, a *mancha* de Goitacazes, caminhamos por ele em torno de uma hora, numa tarde de muito sol, durante a semana. Com isso o movimento era muito grande, de pessoas e automóveis. Paramos algumas vezes para fotografar, comprar água e cumprimentar duas pessoas conhecidas da entrevistada. As paradas eram rápidas, pois o sol era forte e não havia sombras durante todo o percurso. Diferente do primeiro itinerário, dessa vez, seguimos ao longo de apenas uma avenida, a principal do bairro. Entramos em poucas ruas e vielas. Só em mapas, plantas e planos, ruas podem ser vistas apenas como meios de circulação entre dois pontos distantes. É claro que elas também o são, mas a experiência do espaço urbano fundamenta a intuição de que rua é mais que via, trilho ou caminho. Portanto, uma rua é um universo de múltiplos eventos e relações (VOGEL e MELLO, 2017).

No entanto, foi constatada pelos entrevistados uma carência, além de cursos e faculdades no bairro, de praças, parques, quadras, academias e bibliotecas. Para a jovem, ainda piorou com o término do JPP, pois foi nessa época que ela pôde ter mais acesso a espaços públicos, ia com o grupo que fazia parte e lá encontrava com todos do programa. Lugares que ela não conhecia ou evitava ir anteriormente, especialmente as atividades ao ar livre, visita às faculdades, à Secretaria de

Educação e outros lugares:

Durante o JPP eu aprendi muito sobre política, sobre o meu bairro também, sobre história. Eu aprendi a confiar mais na minha sociedade, no meu grupo, abri os olhos, passei a ter outra cabeça. Vou fazer o Enem agora, conheci tantos lugares, depois que tudo acabou, fui deixando de ir a esses lugares, fui desanimando, e não gosto de ir sozinha. Lugares que nem pensei em conhecer e frequentar. O jardim, a AABB, as universidades, as praças, as escolas que fazíamos atividades com os alunos... Era tudo muito bacana, eu aprendi muito e andei muito pela cidade! (Carla, 21 anos, pertencida ao polo de Goitacazes) (28/09/2018).

No bairro onde residem possuem poucos espaços públicos para entretenimento, esporte, lazer, estudo, entre outros. Isto foi verificado a partir das entrevistas semiestruturadas com os dois jovens deste local e também durante as caminhadas. Neste último momento, pedi para que me levassem em algum espaço público que era considerado como lazer para eles, mas disseram que não tinha. Também falta investimento, visibilidade, liberação e interesse da prefeitura com as necessidades direcionadas aos jovens (FARIAS, 2013). De fato, os espaços são “fechados” e os bairros periféricos sofrem com poeira, descuido, falta de investimento, como praças e quadras antigas (citados pelos entrevistados), onde os jovens poderiam utilizá-las com mais frequência, o que acaba repercutindo no cotidiano da população.

Para Carla:

A única obra que vi foi essa do calçadão mesmo, porque o resto, tá do mesmo jeito. Você anda por aqui e consegue perceber a sujeira que é, e detalhe, aqui no calçadão eles até limpam, mas lá pra dentro onde eu moro, aí é complicado. Poxa nem para eles reformarem as poucas que temos aqui no bairro, aí se quero fazer algo diferente, tenho que ir lá no centro (Carla, 21 anos, pertencida ao polo de Goitacazes) (28/09/2018).

A necessidade de investimento em diversos fatores como: lazer, esportes, cidadania, especialmente na educação e políticas públicas são visíveis por onde perpassam os jovens na cidade de Campos dos Goytacazes. Estes fatores enfraquecem as referências coletivas, gerando um individualismo, faltando necessariamente o crescimento nas relações interpessoais e no fortalecimento das identidades, com a intenção de expandir a rede de sociabilidades e a cidadania dessa parcela que é um número significativo na cidade. Individualismo este que se remete a não participação em diferentes grupos sociais, a uma rede de sociabilidade mais restrita e a uma baixa perspectiva de projetos de futuro.

O Referencial espacial de Breno: a rua, a violência e a favela Tira Gosto.

O sexto e último itinerário transcrito para desenvolver a cartografia foi do entrevistado Breno, realizado dia oito (08) de outubro de 2018, com o início do percurso: um mercado, que pertence à maior rede de supermercados da cidade, localizado na Avenida Alberto Lamego e com o fim deste, neste mesmo lugar, pois o jovem tinha deixado seus pertences no local de trabalho.

Breno tem 21 anos, pertencia ao polo da favela Tira Gosto e desde que nasceu sempre morou neste mesmo lugar. O lugar onde trabalha (supermercado, há quase três anos) e onde estudou são localizados no mesmo bairro e, segundo o jovem, sua infância toda se deu por estas ruas, onde fizemos todo o percurso. O percurso para o trabalho se dá a pé e às vezes de bicicleta. Os relatos ressaltam aquilo que foi destacado na entrevista e até mesmo aquilo que não foi dito. Durante nossa caminhada, o entrevistado destacou diversas situações que ocorreram em seu bairro, sobretudo em sua rua (beco), em outras ocasiões, histórias também contadas por sua avó, de anos atrás. Segundo Joseph (1999, p.29) com a caminhada, não é somente o espetáculo da paisagem que muda de ponto de vista:

A caminhada é uma atividade concertada, repleta de interações, tanto com outros pedestres quanto com a paisagem, os obstáculos e os equipamentos do terreno. Caminhar é forçosamente viajar, observar e atuar ao mesmo tempo; é ajustar seu passo, sua direção, o contato físico com o meio circundante de humanos e de objetos; em cada momento pensar nas saudações ou nas despedidas, fazer um movimento de cabeça e, caso se trate de caminhar no mesmo passo, assinalar qualquer mudança de ritmo. Enfim, é produzir indícios de sua atividade no momento mesmo em que esta se produz, enquadrar e marcar seu deslocamento com e para aqueles que o observam.

A caminhada é, assim, uma “técnica do corpo” (MAUSS, 2003) totalmente singular, bem mais que um fenômeno cultural com suas determinações, seus modos e seus modelos. Nela, pude observar que Breno se sentiu muito à vontade em mostrar os lugares por onde viveu toda a sua infância. Estava alegre, rindo para as pessoas, cumprimentando e apresentando-me para alguns. Nos momentos de relatos tristes ele parava, contava uma história e explicava como aconteceu a situação na época.

Início do percurso: Saímos do supermercado (imagem A da figura 35) pela lateral dele (Rua Padre Carmelo) e entramos na primeira esquerda da Rua Albino Rios. Em seguida, a primeira direita - Rua Armando Riter Viana, em direção à Avenida Adão Pereira Nunes (rua principal que dá acesso à favela Tira Gosto). Andamos por toda a avenida e entramos à esquerda, na Rua Miguel Herédia, e na próxima, novamente à esquerda, Rua Dionísio Antônio Carvalho (rua da primeira parada): Escola Estadual Visconde do Rio Branco. Nesse sentido, não chegamos a entrar na favela, apenas passamos por fora.



Figura 35 Cartografia do itinerário com o Breno.

Esta avenida que, por sinal, é muito extensa, se destaca no bairro. É a rua principal que dá acesso às diversas entradas para a favela. Neste local também é onde se localiza o comércio voltado aos moradores da favela Tira Gosto - dois salões de beleza, oficinas, lava-jatos, algumas padarias pequenas, uma farmácia recém-inaugurada, uma costureira, bares (como o do Flamengo, que aos finais de semana, principalmente quando tem jogo, fica lotado), um posto de saúde municipal, lanchonetes, sobretudo o mercado conhecido como da “Dona Marcinha” e, também, conseqüentemente, para aqueles que passam diariamente no local. Este mercado é visto como o lugar onde você encontra de tudo. De tudo mesmo. Inclusive os plásticos de sacolés de diversas cores para ensacar as trouxas de maconha que são vendidas a poucos metros. Ali você também encontra produtos com preços mais acessíveis, inclusive muitos deles com os prazos vencidos. Entretanto, mesmo diante destes fatores, o movimento de compra e venda no local é grande, como pude observar durante o itinerário.

Cabe ressaltar, que ao caminhar por esta avenida é percebido que naquele *pedaço* (MAGNANI, 2014) os frequentadores se conhecem, não necessariamente (por laços de vizinhança, parentesco, trabalho, como no contexto do bairro), mas se reconhecem também, seja pela exibição de marcas estampadas nas camisetas, na blusa do uniforme das escolas - creche municipal e das duas escolas estaduais do bairro -, nos cortes de cabelo, evidenciando seus gostos musicais, o pertencimento a determinado grupo, entre outros. Assim como também percebem um “estranho” passando por ali, aquele que não é do bairro, que não é daquela rua, que não costuma caminhar pela avenida e que muito menos frequenta a favela.

Ao longo da nossa caminhada, Breno fez comparações do passado com o presente e o sentimento de incômodo foi observado e demonstrado pelo jovem. Ele mesmo apontava os locais onde as pessoas ficavam sentadas batendo papo. Afirmou que todos do bairro tinham esse costume antigamente, e ao mesmo tempo percebi nela uma sensação de frustração e tristeza. Conforme fomos caminhando, diversos foram os lugares demonstrados e com isso algumas histórias também foram contadas, especialmente as que sua avó e tia participavam na época. Também relatou que as crianças brincavam mais nas ruas, e que nem era necessário vigiar, no entanto, no momento que caminhávamos percebemos mães vigiando as crianças, e ele em seguida, fez questão de apontar e mostrar-me a situação.

O depoimento assemelha-se àquilo que é colocado no livro *Quando a rua vira casa* de Vogel e Mello (2017). Para os autores, referem-se muito há um tempo em que as cadeiras na calçada eram ‘a marca registrada’ da vida do bairro. Pode-se dizer que era lugar de passagem e capaz de formar identidade e relacionamentos, diferentemente daquilo que Marc Augé (1994) afirma, quando analisou alguns espaços como não lugares que são percorridos por pessoas em trânsito. O hábito característico dos momentos especiais, marcado pela suspensão do cotidiano (fins de tarde, tardes de sábado, domingos ou feriados), também era considerado exemplar do estilo de lazer do Catumbi, bairro analisado pelos autores do livro. No passado, dizem, todos tinham esse costume que hoje parece estar em extinção. Isto, de fato, é verificado em diversas falas dos depoentes. O motivo talvez seja referente à incapacidade do poder público de controlar a diversidade de situações, difundindo o pessimismo social, o temor e o sentimento de impotência da população que, por um lado, reduz suas expectativas e liberdades (circular por determinadas áreas, locais ou horários) e, por outro, assume particularmente os riscos e/ou custos da

defesa (ABRAMOVAY, WAISELFISZ, ANDRADE e RUA, 2002, p.17).

Ao sairmos da escola e irmos em direção à FMIJ, demos início ao segundo trajeto: da escola, voltamos pela Rua Dionísio Antônio Carvalho e entramos a direita passando novamente pela Rua Miguel Herédia até o final dela, aí entramos a direita na Avenida Nelson de Souza/ Av. Rui Barbosa (figura 36). Caminhamos até a Fundação Municipal da Infância e da Juventude (FMIJ), que foi nossa segunda parada (neste caso, ela também pode ser vista nesta mesma figura, isto é, ao lado esquerdo da fotografia, o muro branco e portão azul):



Figura 36 Caminhada pela Avenida Rui Barbosa em direção a alguma entrada que dê acesso à favela Tira Gosto. Acervo pessoal.

Após a Fundação, ao longo desta avenida, caminhamos até entrarmos em um beco que dá acesso à favela Tira Gosto. De lá, chegamos ao Beco da Morte, terceira parada, parede que dá acesso ao quarto da avó do entrevistado. O Beco da Morte é um dos locais mais conhecidos dentro da favela. Este beco, por décadas, era o local onde as pessoas eram levadas para serem assassinadas, mas segundo o entrevistado ele não se recorda muito disso, apenas relembra algumas histórias ditas por sua avó.

Breno prolonga no assunto ao resgatar sua memória. O entrevistado

recapitula como era a circulação anteriormente. Para ele, ficar na rua o dia todo, sentando próximo à calçada com sua tia e avó, com quem sempre morou, era um lazer, sendo uma referência fundamental positiva, o que já não acontece hoje com tanta frequência, mesmo ao lembrar acontecimentos (que a avó o contava) que envolveram mortes ao lado de sua casa, local denominado de “Beco da morte”. Ao passarmos neste local do beco, Breno foi relatando situações que sempre ouvia de sua avó, mas fez questão de demonstrar que não se lembra de nada, disse que era muito pequeno, mas afirmou que muitas pessoas dizem sobre parentes e conhecidos mortos neste local. O local é de fato um beco, bem pequeno, onde poucas pessoas conseguem circular ao mesmo tempo. Pela fotografia, a sensação é que o espaço é maior, mas não é. Pode ser observado pelo tamanho da janela e a distância para a parede que é bem curta. No dia em que caminhamos neste beco, diversos ratos, baratas e uma pouca quantidade de lixo foram encontrados, mas a reação do jovem era de preocupação a mim, parecendo estar acostumado com aquele cotidiano. Segundo Breno, as lembranças negativas do local são todas descritas por sua avó e ele relatou isso afirmando que a maior vontade dele é poder “tirá-la” dali um dia. Este beco será mais bem definido, quando tratar da terceira parada de acesso à favela:



Figura 37 O Beco da Morte. Acervo pessoal.

De fato, este beco tem muito a dizer. Durante a caminhada muito se foi dito e observado, sendo no dia-a-dia, apenas mais um dos diversos becos existentes dentro da favela Tira Gosto, mas este tem um diferencial. Esta parede onde localiza a janela tem sua importância no entendimento da violência existente daquele local. Ele pode ser considerado um local de trauma, de lembranças, de recordações para muitas pessoas que residem ali e, ao mesmo tempo, um local de passagem. Para Vogel e Mello (2017, p. 45-46), as ruas servem como referenciais definidores dos limites de um determinado território. São também unidades de alto significado para quem sabe reconhecê-las. Estruturam um continente, mapeiam e organizam seu conteúdo. Sustentam uma contradição, ao evocarem um modo de vida para o qual funcionam como emblema e rótulo.

Depois de termos passado pelo beco, contornamos a casa de sua avó e paramos no portão para Breno mostrar-me a residência. Realizei algumas fotografias enquanto ele ia verificar se ela estava em casa. A vó dele tinha saído, e com isso

apenas mostrou-me algumas partes da casa e afirmou que esta imagem é a mesma de anos atrás. Segundo o interlocutor, o muro, o portão, a entrada e a varanda não foram alterados, como pode ser percebido a partir da figura 38, apenas o fluxo de pessoas, pois sua avó está mais idosa, e antigamente ela recebia muitas visitas, no portão e em sua calçada.



Figura 38 Entrada da casa da avó de Breno. Acervo pessoal.

De lá, caminhamos pela favela até acharmos um acesso à saída dela e com isso retornamos à Avenida Adão Pereira Nunes e entramos na Rua Domingos Viana, passando pela Praça Domingos Viana. Em seguida, entramos à esquerda na Rua Albino Rios e Rua Padre Carmelo novamente para retornar ao supermercado. Toda a caminhada durou em torno de duas horas.

Quando estávamos no interior da favela, passamos por uma quadra que serve de palco para festas como bailes, para eventos de ação social voltado para os

moradores, para jogos, entre outros. Posteriormente, ao calçamento de parte do bairro, a prefeitura que na época, em 2011, estava sob a gestão da prefeita Rosinha Garotinho, revitalizou a Praça da Tira Gosto, onde foram construídos quiosques, um parquinho, uma quadra poliesportiva, entre outros (SIQUEIRA, 2016). Também era um local de encontro dos jovens que participavam do JPP, ou seja, é classificada como o *pedaço*. O lugar dos colegas, dos chegados. Todos sabem quem são, de onde vêm, do que gostam e o que se pode ou não fazer (MAGNANI, 2002).

Para finalizar este último itinerário, vale ressaltar que durante todo o trajeto, nossa conversa foi interrompida por várias vezes, pois tanto eu, professora do bairro, e ele morador, paramos para cumprimentar alguém e até mesmo para bater um papo, principalmente o Breno. Aqui falamos da rede que se tece no cotidiano das relações de afetividade da vizinhança. A análise a partir da noção de rede de sociabilidades implica direcionar o olhar para os moradores da favela, para as atividades e ações que acontecem ali, para os objetos a eles associados e que cumprem determinado papel nas associações que estabelecem entre si.

Breno tem poucos amigos, mas como viveu toda sua infância naquele local, isto permitiu-o conhecer muitas pessoas. Sua avó é muito conhecida ali. Todos a cumprimentam. Ele mesmo afirmou, que uns ajudam aos outros, em diversas situações: “do alimento à briga de família” diz ele. A organização dos moradores da favela em uma rede de sociabilidade possibilita nas relações horizontais e colaborativas, produzir narrativas, territórios de negociação e se conectar às outras redes afetivas. Na relação entre o universal e o particular, entre unidade e totalidade, se constrói a rede das relações interpessoais, e dentro dessa ‘rede’ é que o sujeito pode recriar significados e produzir sentidos ao seu espaço cotidiano (REIS, 2007).

CAPÍTULO VI: A análise das cartografias: “antes de entrar pro JPP, não tinha noção do tamanho da mudança que poderia fazer comigo mesma”.

Este último capítulo apresenta as análises das cartografias, obtidas por meio do mapeamento de trajetos dos jovens que participaram do JPP. Os eixos de análise a seguir foram norteadores para o desenvolvimento deste último capítulo da tese:

Experiências da juventude: os “espaços” e os “trajetos” juvenis na cidade de Campos dos Goytacazes.

Os “espaços” e os “trajetos” juvenis foram analisados a partir de algumas categorias de José Guilherme Magnani, como o *circuito* que passa, assim, a abrigar diversas classes de atores, inclui os espaços onde ocorrem suas práticas e se pauta pelo calendário de sua realização. Não se trata apenas de identificar pessoas, objetos, locais, estilos e marcas que estão em relação por compartilharem determinados interesses, valores, práticas: o que torna vivo o *circuito* é a movimentação dos atores, que pode ser apreciada, por exemplo, nos eventos, celebrações, etc, como as atividades que ocorriam na quadra da favela Tira Gosto, festas dos dias das crianças, eventos da prefeitura, entre outros, a partir dos trajetos de Breno. Um evento local mobilizará pessoas, objetos, etc., de forma diferente de um evento de âmbito nacional (MAGNANI, 2014). Segundo o entrevistado Breno, era na praça que os jovens encontravam o monitor e que algumas reuniões do JPP aconteciam.

O *circuito* dos jovens do JPP, que eram do polo da Tira Gosto, era muito parecido. Viviam no mesmo bairro, estudavam na mesma escola, tinham muitos amigos em comum. Utilizavam da praça para festas, bailes, encontros e lazer nos finais de semana:

A maioria das vezes, íamos juntos para as atividades do JPP, a pé, rindo e nos divertindo, morávamos todos nós, muito próximos e caminhávamos até o centro da cidade para outras atividades que o programa oferecia. De colete do programa então, eu circulava de boa. Estávamos seguros por onde passávamos (Breno, 21 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (08/10/2018).

O programa acaba por contribuir para a extensão ao direito e à experiência juvenil na e com a cidade, pelo menos, durante a sua prática. Os jovens afirmaram que se sentiam mais seguros ao serem reconhecidos por fazerem parte do JPP. O colete enfatiza essa sensação de segurança. Para eles, depois de algum tempo e por terem conhecido jovens de outros diversos polos, inclusive tendo feito amizades que duram até hoje, a maioria afirmou uma confiança maior em circular por bairros que antes não tinham ido, como espaços desconhecidos, bairros mais afastados, sobretudo pertencentes à facção rival do local de onde reside.

Também lugares públicos como praças e jardins. Aqui pode-se demonstrar uma “limpeza moral” (MACHADO DA SILVA, 2008) existente por parte dos integrantes do JPP, enquanto se diferenciam dos outros que não participam e que também moram na favela. Esse efeito se dá por positivo em relação à circulação pela cidade. Logo, a partir de suas participações em programas e projetos, esses atores se conectam, fazem escolhas, exibem e exercitam suas diferenças nos *pedaços*, ampliam o leque de contato nas *manchas* e, em seus *trajetos* pela cidade (MAGNANI, 2014).

Com isso, a partir da vivência desses jovens com o cotidiano da favela, da periferia, além de observar marcos de época, a partir de suas histórias de vida, de um determinado momento que ficou gravado de diversas formas em sua relação com a cidade, busquei trazer à tona os registros de espacialização que aconteciam nos *trajetos*, nos bairros, nos lugares por onde eles circulam, por onde vivem, sobretudo pelos espaços que apropriam.

A noção de *circuito* aparecia como a mais adequada para descrever a forma como se inserem na cidade, especificamente no itinerário de Carla. Esta escolha permitiu uma primeira identificação e entendimento do seu sistema de residências no contexto urbano e logo a percepção da intensa movimentação – os *trajetos* – entre elas e no espaço mais amplo da cidade. De imediato, porém, percebeu-se a necessidade de repensar o uso clássico dessas categorias, uma vez que o contexto original de sua aplicação tinha sido a cidade de São Paulo – cercada de história, características e escala muito diferentes de outras cidades analisadas (MAGNANI, 2014). No caso da cidade de Campos dos Goytacazes, sobretudo o bairro Goitacazes, o calçadão é visto como uma avenida “onde (quase) tudo acontece”, de forma mais restrita, isto é, “tudo acontece” ali em Goitacazes, apesar dos dois entrevistados, deste mesmo bairro, afirmarem que também optam por irem ao

Centro da cidade para resolverem questões mais importantes:

É aqui que eu faço tudo. Ando tudo por aqui. Encontro todo mundo. Não tem nada demais sabe, mas a vida acontece aqui. Entra pra dentro dessas ruas aí pra você ver, não tem nada. Mas mesmo assim ainda preciso ir ao centro, mofar nas vans, para ter eu resolver algo que não consigo por aqui. Melhorou muito, mas tem muita coisa a ser feita ainda (Carla, 21 anos, pertencia ao polo de Goitacazes) (28/09/2018).

Estes dois jovens também afirmam a deficiência que encontram no setor de transportes, principalmente nos horários de ônibus que fazem a linha Centro – bairro Goitacazes. Pensar apenas os *trajetos* e a *mancha*, leva à facilidade do entendimento da circulação desses interlocutores.

Com a incursão pelo Centro, a categoria *mancha* irá nos mostrar outros padrões de uso e ordenação do espaço. Existe uma forma de apropriação quando se trata de lugares que funcionam como ponto de referência para um número mais diversificado de frequentadores. Sua base física é mais ampla, permitindo a circulação de gente oriunda de várias procedências e sem o estabelecimento de laços mais estreitos entre eles. São as *manchas*, áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante (MAGNANI, 2002).

A *mancha* apresenta uma implantação mais estável tanto na paisagem como no imaginário. As atividades que ela oferece e as práticas que propicia são o resultado de uma multiplicidade de relações entre seus equipamentos, edificações e vias de acesso, o que garante uma maior continuidade, transformando-a, assim, em ponto de referência físico, visível e público para um número mais amplo de usuários (MAGNANI, 2002), como é o caso da Juliana, que vê a praça como um lugar de entretenimento, lazer, de encontros e também de passagem. Foi durante uma das paradas do nosso itinerário, em um dos bancos da praça, onde relatou-me que é neste local que ela encontra amigos, sem nem mesmo precisar combinar para que isto ocorra. Quando precisa resolver algo, diz a jovem, que no entorno da praça, ela consegue resolver tudo que sua mãe precisa. Ali por perto, apenas caminhando ela encontra tudo que necessita.

Assim, diferentemente do que ocorre no *pedaço*, para onde o indivíduo se dirige em busca dos iguais, que compartilham os mesmos códigos, a *mancha* cede

lugar para cruzamentos não previstos, para encontros até certo ponto inesperados, para combinatórias mais variadas, o que neste caso, considero a Praça São Salvador. Numa determinada *mancha* sabe-se que tipo de pessoas ou serviços se vai encontrar, mas não quais, e é esta a expectativa que funciona como motivação para seus frequentadores. A cidade, contudo, não é um aglomerado de pontos, *pedaços* ou *manchas* excludentes: as pessoas circulam entre eles, fazem suas escolhas entre as várias alternativas – este ou aquele, e depois aquele outro – de acordo com uma determinada lógica. Mesmo quando se dirigem a seu *pedaço* habitual, no interior de determinada *mancha*, seguem caminhos que não são aleatórios. Está se falando de *trajetos* (MAGNANI, 2000, p.43). *Trajetos* estes definidos pela entrevistada, composto por percursos pré-determinados, existentes em seu cotidiano, quase que diariamente.

Socialização e sociabilidade comunitária: a identificação com os seus espaços (a casa, a rua e o trabalho).

O local de trabalho dos jovens foi destacado durante todo o trabalho de campo. Foi o local escolhido pela maioria como o ponto de partida. Como Breno, que escolheu o supermercado; Renata, o quiosque/lanchonete; Carla, a loja de roupas e Karol, a escola que trabalha. Todos os itinerários tiveram dia e horário marcado. Para eles, a caminhada em torno desses lugares era mais segura. Sujeitos que, por diferentes razões, têm pouca ou muita experiência de circulação pela cidade, e se beneficiam pouco ou muito das atividades (FARIAS, 2013). Certamente, os processos do caminhar podem reportar-se em mapas urbanos de maneira a transcrever-lhes os traços e as trajetórias (DE CERTEAU, 2008, p.176). Ainda para o autor, as relações dos sentidos da caminhada com o sentido das palavras situam duas espécies de movimentos aparentemente contrários: um de exterioridade (caminhar é sair); o outro, interior (uma mobilidade sob a estabilidade do significante).

Para De Certeau (2008), o espaço realiza-se enquanto vivenciado, ou seja, um determinado lugar só se torna espaço na medida em que indivíduos exercem dinâmicas de movimento nele através do uso e, assim, o potencializam e o atualizam. Neste caso, isso é percebido ao analisar as falas de Carla, ao caminharmos ao longo do calçadão. Segundo a jovem: “às vezes, saímos para

caminhar por aqui para bater papo e tomar um sorvete”. Este espaço é ocupado pelos moradores. Podem-se observar durante o itinerário, pessoas circulando de bicicleta, indivíduos conversando, alguns ambulantes, entre outros. Tem aqueles que apenas passam de carro, pois utilizam daquele percurso para irem a outros bairros, mas ali, naquele lugar, as pessoas usufruem-no. Ou seja, ainda para De Certeau (2008) quando ocupado, o lugar é imediatamente ativado e transformado, passando à condição de lugar praticado. Para Augé (1994), temos o que ele considera como “não-lugares”, que são aqueles que são permeados de pessoas em trânsito. Como exemplo, podemos citar as autoestradas, os aeroportos e os supermercados.

Logo, pensando na análise destes dois autores, que mesmo se contrapondo, podemos considerar estes locais como praticados, mas não geradores de identidades, caracterizando-se por não ser relacional e histórico. Para Rodrigues (2017), o termo “não lugares” se relaciona com duas realidades distintas que se completam: a dos espaços e a da relação que se estabelece neles. O vínculo existente entre o espaço e a relação só reforça o sentido de “não lugares”, quando ocorre uma relação direcionada ou quando ocorre para objetivar seus fins. Isso reforça a individualização, pois não há vínculos. É o caso dos jovens quando estão em trânsito e vão ao supermercado para apenas comprar algo, ou quando vão à rodoviária, apenas para pegarem um transporte público, ou seja, para um determinado fim. Diferente de Breno que trabalha em um supermercado, que acaba por criar vínculos, amigos, sobretudo uma rede de sociabilidade naquele espaço.

Ao analisar a identificação dos jovens com os seus espaços, verifica-se a necessidade de discussão sobre a violência e os elementos que compõem o universo social deles, pois quando os jovens falam de seus bairros, a maioria mesmo afirmando que vive feliz ali com sua família e amigos, refere-se principalmente aos problemas, à violência generalizada, ao tráfico de drogas, à falta de infraestrutura e de transportes, numa rotina com poucas alternativas.

Não é fácil definir violência, pois é um termo que denomina uma série de situações que foram mudando no tempo, no espaço e de um período histórico para outro. Como dito anteriormente, nos últimos tempos vêm se desenvolvendo novos paradigmas de interpretação da violência, pelos novos significados que assume. Nesse sentido, a violência deixa de estar relacionada apenas com a criminalidade e a ação policial. Passa a ser alvo de preocupações ligadas à miséria e ao desamparo

político e a violência aparece também como problema de exclusão social, com a presença de um novo público que se encontra em situação de “não integração” com a sociedade (ABRAMOVAY, WAISELFISZ, ANDRADE e RUA, 2002, p.57).

Durante minhas caminhadas com todos os jovens pude ouvir relatos de todos os tipos de violência. A maior parte dos entrevistados já presenciou e vivenciou alguma situação em seu bairro. Dessa forma, a violência passou, de certa forma, a ser rotineira na vida desses jovens, relatos como assalto, tiroteio, morte de parentes e amigos, agressão policial, disputa entre as facções, briga entre vizinhos, inclusive briga na família. Para Leite (2008), isto levou seus moradores a vivenciar cotidianamente situações de perigo e risco e a experimentar sentimentos de medo e de insegurança que alteram suas rotinas cotidianas e interferem em suas formas e redes de sociabilidade.

Em suma, para Machado da Silva (2011, p.70), a linguagem da “violência urbana” integra e confere sentido às práticas a que se refere a partir da concentração do foco nas atividades rotineiras e nas interações interpessoais. Assaltos, roubos, sequestros, tráfico de drogas, conflitos entre bandos de criminosos, etc., constituem uma ampla e variada nebulosa de condutas – nenhuma das quais representa, isoladamente, uma novidade – que adquirem sentido a partir do enquadramento operado através da linguagem da “violência urbana”. Logo, à medida também que as falas iam se desenvolvendo, a definição de violência ia adquirindo um significado ainda mais amplo, como afirma Breno:

Meu medo é uma viatura passar, buzinar e parar novamente. Da última vez eu peguei um trauma, quase que fui embora daqui, mas não dá porque meu emprego fica aqui bem pertinho. Eu sempre fui muito caseiro, mas ultimamente tenho ficado mais trancado em casa ainda (Breno, 21 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (08/10/2018).

Para Siqueira (2016), o preconceito racial agrava o tratamento dos jovens de periferia, pois são associados a uma representação de que são pessoas perigosas e suspeitas, que estão fazendo algo errado, até mesmo criminoso. Isso foi percebido como uma forma de violência a partir dos relatos de Breno. Apenas neste itinerário que foi relatado situações entre entrevistados e policiais. Isso pode ser explicado pelo fato de ser o único itinerário realizado dentro de uma favela com um jovem do sexo masculino.

No decorrer dos percursos, relatos sobre violência foram evidentes. Para ele (Breno) o que mais o incomoda é a violência existente no lugar que sempre morou. Este tema já vem sendo discutido desde os anos de 1980, ganhando cada vez mais centralidade nas agendas de pesquisas com o passar dos anos. Violência e tráfico de drogas são os elementos que configuram a imagem negativa do lugar, ressaltando aquilo que foi explicitado pelo jovem entrevistado. Definido pelos cuidados dos seus habitantes no cotidiano e a circulação dos seus visitantes por seus territórios, repercutindo sobre os atores, as pautas e as modalidades de ação presentes no espaço público. Certamente, o que se nomeia por violência, bem como a definição de suas causas, dinâmicas e possíveis soluções, diferencia-se a partir de pertencimentos sociais e territoriais diversos e projetos políticos distintos (LEITE, 2008, p.115).

Entretanto, ainda conforme a autora é inegável que a percepção da “violência urbana” como um problema, Machado da Silva (2011) renovou os discursos sobre a pobreza, à juventude e as áreas faveladas, as propostas e os experimentos de políticas públicas, além de impactar as formas de ação individuais e coletivas daqueles que decisivamente sofrem mais de perto de seus efeitos: os moradores das favelas.

Esses territórios e a circulação existente por parte dos jovens que realizaram o itinerário é vista de forma mais clara a partir dos trajetos evidenciados. Os relatos dos jovens sobre a violência perpassam pela convivência com o desenvolvimento do tráfico de drogas nos locais onde residiam. Eles descrevem a violência, as diversas tentativas de cooptação que já vivenciaram, o testemunho de assassinatos e a perda de amigos nestas circunstâncias. Assim, as suas rotinas em seus bairros foram marcadas por “asfixias” (FARIAS, 2007) e limitação de circulação devido ao medo de sofrer retaliações por parte dos traficantes e policiais (SIQUEIRA, 2016). Portanto, insegurança e medo marcam, assim, a percepção social sobre os moradores de favelas, levando à criminalização dos mesmos, a uma crescente segmentação socioespacial da cidade e à redefinição de políticas públicas e dos projetos sociais destinados a essas populações e a esses territórios (MACHADO DA SILVA E LEITE, 2008).

Carla, por exemplo, relatou histórias sobre o uso do colete do JPP, sobre os novos amigos que fez, aonde ia com eles, por onde circulava/circula e sobre a

ineficiência dos transportes públicos, gerando assim atrasos nas suas idas às atividades. Situação do cotidiano como aonde vai, por onde passa, onde sai para lanchar, onde se encontra com os amigos e o percurso da casa ao trabalho e ao mercado, foram considerados como uma ponte entre os espaços de permanência, onde a atenção do indivíduo não estava voltada para o mesmo. Espaços de permanência são aqueles onde o indivíduo exerce alguma função do seu cotidiano e aí pode-se considerar o trabalho de Carla, por exemplo. Neste caso, temos como exemplo a residência e o trabalho (RODRIGUES, 2017). Carla não tem o costume de sair para passear fora de seu bairro, a não ser ir ao centro da cidade, sua rotina é basicamente ir ao trabalho e algumas vezes, encontrar os amigos. Para ela, o trabalho é a vida, e é muito necessário, pois pretende juntar dinheiro para voltar a estudar. É perto de sua residência e com isso ela precisa de um transporte público para se deslocar. O trabalho e a residência se tornam espaços onde o indivíduo tem identidade, onde há relação social e onde ele cria uma relação histórica com esses ambientes. Estes acabam por evidenciar o uso desses espaços praticados pela interlocutora. Segundo Peciar (2014), andando entre as ruelas e os arredores, percebe-se que os usos e práticas neste espaço são motivados por interesses múltiplos, que mobilizados provocam diferentes apropriações deste espaço urbano.

Para Juliana, sua circulação pelo bairro é bem restrita por causa da violência. Portanto, pelo que foi percebido ao longo de sua entrevista e de seu itinerário, a entrevistada evita caminhar pelo seu bairro e respondeu-me desta forma, quando foi indagada por não tê-lo escolhido para fazermos o itinerário:

Cada rua era uma facção diferente, agora que deu uma diminuída. Todos os meus amigos daqui do centro, tem medo de ir à minha casa. Então eu até evito sabe, por isso preferi encontrar você pelo centro mesmo, já ando tudo por aqui mesmo (Juliana, 22 anos, pertencia ao polo de Santa Rosa) (14/08/2017).
--

Esta fala remete à análise feita por Pinheiro (2018) a partir dos relatos de moradores do mesmo bairro da entrevistada. Segundo a autora mencionada, isso demonstrou de forma indiscutível como o medo e a violência constituem aquela ordem social, submetendo seus moradores a uma socialização ancorada no medo, na evitação e no desejo constante, especialmente pelos mais jovens, de deixar o lugar. E no bojo destes processos encontramos as territorializações produzidas pelas facções, que no contexto de Santa Rosa compõem a figuração social estabelecida. Logo em seguida, a jovem demonstra o sonho de se mudar e levar a mãe e os

irmãos junto, ao mesmo tempo, que afirma que sempre morou lá e que mesmo diante dessas situações é feliz por morar com a sua família e por nada ter acontecido com eles até hoje.

Para Machado da Silva (2004:57-58):

(...) a representação da violência urbana seleciona e indica um complexo de práticas que são consideradas ameaças à duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costuma acompanhar a vida cotidiana rotineira – integridade física e garantia patrimonial.

No caso, Siqueira (2016) apresenta que a proximidade ou distanciamento entre os territórios de facções rivais influencia no modo como o tráfico se organiza, e, conseqüentemente, na intensidade com que interfere nas circulações e práticas dos jovens na cidade, argumentando que o direito de ir e vir ao lazer, ao transporte, ao estudo e ao trabalho, assim como o acesso aos serviços que a cidade oferece são comprometidos por estas relações de proximidade com o tráfico de drogas e as divisões territoriais de facção. Este foi um dos motivos que a levou a preferir fazer o itinerário pelo centro da cidade.

Para os entrevistados, o local de trabalho e/ou do curso servia como um ponto de encontro, sobretudo de fácil acesso para eles.

Para ela (Juliana), sua circulação pelo bairro também é bem limitada, devido à violência local. Portanto, a entrevistada também evita caminhar por ele. Com isso, os depoimentos revelam o caráter precário do controle do espaço que, aliado ao temor de represálias e ao grau elevado de impessoalização vigente, é o grande responsável pela insegurança (VOGEL e MELLO, 2017). Vejamos, também, que a materialidade dos espaços de uso público, que estão planejados sem condições de oferecer segurança não tem ou tem pouca iluminação pública, calçadas de boa qualidade, as lojas fecham cedo e reforça o caráter de perigo, mas existe uma vigilância cidadã que: “devem existir olhos para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua (JACOBS, 2011, p.35)”.

É a rua que também é citada durante o resgate de histórias de vida dos entrevistados. A maioria afirma que hoje a casa tem uma importância maior, no sentido de a rua ser mais bem vista antigamente. Devido à violência existente, transferindo para a casa o local mais apropriado de se ficar, inclusive quando se foi questionado sobre o seu ponto de vista sobre o bairro, ele (Breno) afirma:

Aqui (na favela Tira Gosto) a gente entrava na hora que queria, voltava quando queria e de uns anos pra cá com essa guerra entre uma facção e outra, o negócio foi ficando muito feio, foi acabando esse negócio de chegar tarde e circular a vontade sabe?! Mas até que com essa união aí deu uma acalmada, mas nunca sabemos até quando isso vai durar. Aqui a gente tinha a convivência com todos. Ficávamos sentados na calçada o dia todo batendo papo, era tão bom, agora geral evita e isso pra mim já era um lazer, sabe (Breno, 21 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (08/10/2018).

Já para Cassia, a violência existe em todo lugar e ali ela já se acostumou a evitar passar por situações de risco, por exemplo, não frequentar mais os bailes e evitar ficar perto das bocas de fumo:

Eu gostava muito de ir ao baile, mas por questão de segurança de uns tempos pra cá eu parei de ir, pois os caras lá ficavam dando muito tiro pro alto, podia ter uma bala perdida, e muita droga também sabe. Toda vez isso. Aí parei de ir tanto nos bailes da Tira Gosto quanto nos da Portelinha. Não acho graça nisso (Cassia, 20 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (19/12/2016).

O bairro possui diversos problemas, no entanto, através do depoimento podemos perceber certa naturalização da violência cotidiana. Para ela, mesmo diante de situações de risco, ela possui uma circulação “tranquila” em seu bairro. Como podemos ver, o que caracteriza a violência urbana é um âmbito das rotinas cotidianas caracterizado por um complexo de práticas reconhecidas como ameaças à integridade física e patrimonial e, em relação às quais se constroem modelos de comportamento e experiências vividas não convencionais. Finalmente, as atribuições de sentido da violência urbana implicam, direta ou indiretamente, o reconhecimento pelas populações urbanas da fragmentação de suas rotinas cotidianas (MACHADO DE ASSIS, 2004).

Neste sentido, fica claro, a partir dos relatos dos jovens entrevistados, que os modelos de conduta a que se refere esta representação procuram lidar com o medo e a percepção de risco pessoal e expressam, implicitamente, uma participação subordinada no complexo de práticas que constituem a violência urbana (MACHADO DA SILVA, 2004). O cotidiano marcado pela violência, para a maioria deles, acaba por se transformar num ambiente naturalizado por esses fatores com o argumento de estar entre família, vizinhos e amigos, e recai na afirmação de morar feliz e num lugar “tranquilo” apesar dos riscos cotidianos. Ainda para o mesmo autor, construir a representação da violência urbana apenas lhes permite uma adesão orgânica que,

em última instância, valida esta ordem social e ao mesmo tempo, reorganiza a vivência e permite a compreensão de uma rotina cotidiana fragmentada (MACHADO DA SILVA, 2004).

Siqueira (2016) afirma que o direito de ir e vir ao lazer, ao transporte, ao estudo e ao trabalho, assim como o acesso aos serviços que a cidade oferece são comprometidos pelos processos de segregação socioespacial. Em alguns casos, podem-se considerar, também, outros motivos, pois o universo de interlocutores da Karol, da Cassia e de outros entrevistados tem a especificidade de serem jovens em situação de cumprimento de medida socioeducativa, e vem a ser diferente do meu universo de interlocutores. Estes jovens, às vezes, sentem-se desconfortáveis com as identificações relacionadas ao seu espaço de moradia, sentindo-os inclusive, como depreciativos de sua imagem. Para aqueles que cumprem medidas, isso provavelmente deve ser mais acentuado.

As causas disso, relacionadas aos jovens entrevistados, podem ser atribuídas ao fato da maior vitimização dos jovens frente à violência, a escassez de lazer e cultura que os confinam em suas casas ou os obrigam a sair do bairro e, conseqüentemente, a se deparar com os preconceitos e representações que são construídas pelas pessoas dos outros espaços da cidade (PINHEIRO, 2018, p.83). Sobre este aspecto, vale ressaltar uma necessidade de estar a todo o tempo provando ser o *morador honesto* na intenção de proporcionar uma limpeza moral (ASSIS, 2016) já enfatizado acima. Para Assis (2016), essas situações são vivenciadas também por moradores de “favelas cariocas”. Estes, na tentativa de enfrentar os estigmas derivados das imagens de “conivência”:

Desenvolvem permanente esforço para provar ao restante da população da cidade que são “pessoas de bem”, honestas, confiáveis, pacíficas e sem participação ativa na “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2008, p.23).

Isto é percebido quando a jovem relata que ao entregar um currículo não coloca o seu endereço verdadeiro de moradia, a fim de ser chamada para alguma entrevista de emprego. Também relataram que suas trajetórias como moradores de bairros periféricos e favelas de Campos dos Goytacazes são marcadas por experiências de segregação socioespacial, preconceitos quanto ao local de moradia, quanto à classe social, pela violência, pelo tráfico de drogas, sendo que em alguns locais estas questões são mais acentuadas (SIQUEIRA, 2016, p.103).

Neste sentido, aqueles que residem nas favelas e nos bairros do subdistrito de Guarus narram situações em que a violência, o preconceito social e o tráfico interferem profundamente na rotina dos mesmos, como é o caso de Juliana, ao relatar sobre a não visita de amigos e a mudança de endereço em currículos entregues. Portanto, a partir das falas expostas aqui, pode-se perceber como é a relação desses jovens com a identificação com os seus espaços (a casa, a rua e o trabalho), marcados por situações de vulnerabilidades, de violência, de resgate de memória, ao mesmo tempo, de medo, mas também de pertencimento.

Acesso à cidade, circulação e apropriação do espaço.

Sobre a cidade, que é considerada como geradora de espaços praticados e de redes de relações, acaba por configurar um amplo espaço de sociabilidades, além do direito democrático de livre circulação por ela, o que ameniza a situação existente de comando de facções em determinados bairros da cidade. Estes lugares fazem parte dos *trajetos* do cotidiano dos jovens. Apenas um itinerário não foi realizado através de caminhada, e sim, de carro. Neste caso, foi possível circular um pouco mais pela cidade e estender os trajetos para diferentes bairros.

Para Agier (2011), a cidade, em vez de lugar de anonimato como muitas vezes se caracterizam ainda as grandes cidades, pode ser lugar de conforto. Conforto pelas redes que se estabelecem, pela inscrição dos espaços vividos, pela possibilidade que a familiaridade fornece de reivindicação.

A partir da visão de Agier (2011), é direcionamos um olhar mais profundo para análise, a Praça São Salvador, pois é principalmente nela que são estabelecidas redes. A Praça São Salvador é um espaço de uso público e é aquele que, dentro do território urbano, seja de uso comum e coletivo, não pode favorecer a indivíduos isolados. Esta pode ser definida como espaço público livre, como espaços de circulação e espaços de lazer e recreação. Existem ainda os espaços que possuem certa restrição ao acesso e à circulação e que pertencem à esfera do poder público, como: os edifícios e equipamentos públicos, instituições de ensino, hospitais, centros de cultura etc. Também existem equipamentos que pertencem à iniciativa privada, mas que possuem caráter público (todos podem ter acesso), ainda, que com restrições (ter dinheiro para poder frequentá-los), como é o caso dos *shoppings centers*, casas de shows, universidades particulares, etc.

Através das relações que estabelecemos com as espacialidades cotidianas, produzimos os significados das práticas espaciais e, conseqüentemente, das apropriações dos espaços. Se há uma ordem já estabelecida nos espaços, como lugares de acessos permitidos ou proibidos, através das relações produzidas no viver cotidiano, o pedestre atualiza algumas dessas ordens, desse modo, ele elege os elementos espaciais significativos, importantes sob sua ótica, e também exclui ou desloca outros elementos que pertencem à topografia do lugar e não à vivência (SILVA, 2009).

As trajetórias de moradia, de estudo e de trabalho se misturam e revelam fronteiras de diferenciação no mesmo lugar chamado favela, centro ou bairro de distrito de Campos dos Goytacazes (REGINENSI, 2017). Isto foi bem evidente em alguns itinerários analisados.

Para Cassia:

Eu vim pra cá (Portelinha) já tem oito anos, eu morava na Tira Gosto antes, mas aí minha casa era considera de alto risco, com isso a prefeitura tirou a gente de lá, no caso, ganhamos essa daqui, onde moro hoje. Por que naquela época tinha muito mais chuva e alagava tudo, era casa normal, e era um campo lá e quando chovia, alagava a casa de todo mundo por causa do campo. Era horrível. Eles que deram e foi aleatoriamente, não escolhemos nosso apartamento. Nem se preocuparam com isso. Na época pensamos que iríamos escolher, mas nem foi. Foi na verdade, tudo uma zona. E já tem oito anos isso (Cassia, 20 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (19/12/2016).

É visto que o lugar é necessitado de mais políticas públicas. Há um abandono dos poderes públicos nas favelas, com poucas preocupações com as políticas de intervenção e/ou urbanização (VALLADARES, 2005), acarretando em poucas estratégias de inserção e mais abstenção do Estado. Se, por um lado, as favelas foram sendo cada vez menos percebidas como problema eminentemente sanitário ou moral, por outro, posteriormente, apareceram com frequência na mídia associadas à violência e à criminalidade. Nesta perspectiva, a favela é definida pelo que não seria ou pelo não teria. Deste modo, é apreendida como um espaço destituído de infraestrutura urbana, presentes em diferentes sítios geográficos, dotadas de distintas formas de habitação, diferentes níveis de violência e presença do poder público (SOARES, 2013, p.17) de forma ineficiente.

No entanto, outro aspecto peculiar da representação usual das favelas é sua homogeneização, muito por conta da semelhança de suas paisagens e definições

centradas em aspectos de forma-aparência, ou seja, aspectos visuais (SOARES, 2013). Casas muito precárias, crianças com pouca vestimenta entre os becos e bem próximas a ratos passando a todo o momento durante o nosso percurso. Ao mesmo tempo encontrei pessoas limpando suas casas, trabalhando, todas em setores informais do trabalho, especificamente, no entorno do bairro. O espaço é ocupado por pessoas que buscam melhorias, sabem a necessidade de algo a ser feito naquele local, principalmente em relação à diminuição da violência. No entanto, pouco é pensado para solucionar os problemas existentes num ambiente que necessita de maior investimento. Por outro lado, ainda precisam a todo o momento demonstrar sua reputação num cotidiano marcado por insegurança, medo e violência. Para Assis (2016,p.153-154):

O morador dos lugares categorizados como violentos, tem a reputação questionada com base em um padrão valorativo elaborado por aqueles que habitam nas áreas consideradas *nobres*, o que incide inclusive, na adoção de uma postura moralizante, cuja finalidade é construir uma reputação dissociada da sociabilidade violenta.

Neste sentido, um mesmo território pode ser apropriado e visto de maneiras diferentes dependendo da vivência e do significado que lhe são inferidos pelos atores. Através dos relatos, pude constatar que, onde para um há uma representatividade de lugar perigoso, para outro pode ser o lugar do pertencimento, dos amigos de longa data e da proteção. Ou até mesmo estas duas características, como foi o caso de Cassia, diferentemente do ponto de vista de Juliana e Breno.

Os bairros e/ou favelas de onde falam os entrevistados são os primeiros lugares de referência de onde constroem suas percepções da cidade. Ou seja, o nascer e viver em determinado bairro e/ou favela faz com que as representações sejam influenciadas pelos códigos de conduta e percepções dos moradores já existentes no local (SIQUEIRA, 2016, p.101).

As percepções foram analisadas a partir da realização dos itinerários aqui descritos anteriormente, com histórias recolhidas, em tempos e bairros diferenciados e, conseqüentemente, penso em fronteira. Fronteiras físicas, geográficas que separam e unem os homens e as mulheres que as atravessam.

Conforme Reginensi (2017, p.02):

A análise das fronteiras e margens é baseada nas leituras que os moradores fazem sobre o local em que vivem, incluindo tanto as condições de sua estrutura física como a dinâmica de organização interna do espaço. É essas leituras estão

fortemente relacionadas com suas trajetórias de vida.

Os jovens quando descrevem a circulação na cidade expõem que os limites identificados nos bairros se ampliam e aprofundam nas experiências e práticas sociais vivenciadas na mesma. Eles expõem a existência de fronteiras que formam o que para alguns chega a ser percebido como “territórios proibidos” e para outros apenas o lugar do perigo, ou seja, onde não é recomendado circular, pois constitui em grande risco.

Para Cassia, que teve o JPP como o seu último programa que participou, afirma que até hoje, com pouca frequência, revê os amigos que moram longe:

Tenho muitos pelo *facebook*, estamos sempre se encontrando. Tem um menino lá do lado do Caju, do polo da pecuária, a gente sempre se esbarra, converso com todos pela internet, um amigo visita o outro, é muito legal isso (Cassia, 20 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (19/12/2016).

Cassia afirma que muitos colegas moram em bairros afastados do dela e que nesses lugares a facção é rival à existente em seu local de moradia, mas isso não a impede de encontrá-los em determinados lugares da cidade. Uns já vieram em sua residência, mas poucas vezes, enfatiza que foi só na época em que o JPP estava em prática. Cabe ressaltar que as visitas e encontros aconteciam de forma mais frequente durante a participação no JPP, pois ser identificado como jovem pertencente ao programa, especialmente com o uso do colete, não havia a necessidade de estar a todo o tempo provando ser o morador e/ou jovem honesto, o que acarreta um dispositivo de limpeza moral (ASSIS, 2016).

Desta forma, as circulações e práticas sociais dos jovens na cidade são delimitadas por vários fatores. Mas de toda forma, foi verificado que durante a participação destes no JPP, a circulação se dava de forma mais ampla, com menor preocupação em relação à violência, situação essa que estava relacionada pelo uso do colete do JPP e pela sensação de segurança que estes afirmavam ter. É importante salientar que era apenas uma sensação de segurança, pois o uso do colete configurava que estes eram jovens que se “enquadravam” à norma, isto é, não estavam envolvidos no mercado do tráfico do varejo. O colete era somente um símbolo exterior da “índole” do jovem. O colete não necessariamente gera a segurança. Com isso, verificam-se como projetos sociais podem contribuir para o

direito e a experiência juvenil na e com a cidade a partir das suas apropriações, circulações e práticas sociais.

Lazer e entretenimento.

Segundo o site do IBGE, o município de Campos dos Goytacazes possui 118.953 jovens, sendo 59.054 homens e 59.889 mulheres, na idade entre 15 e 29 anos. Muitos destes jovens residem nas áreas periféricas da cidade que são marcadas pela segregação socioespacial e pela presença do tráfico de drogas. Segundo Abramovay, Waiselfisz, Andrade e Rúa (2003), a vida na periferia impõe uma existência marcada pela rotina, com limitações às atividades de lazer, talvez seja pelas precárias condições de infraestrutura dos bairros, sobretudo das cidades.

De fato, esses jovens contam com poucas possibilidades de diversão. São constitutivos, na maioria das vezes, de um ambiente de violência que coloca novas restrições ao exercício do lazer.

Para os entrevistados, mesmo diante de um cotidiano marcado pela violência, a rotina é pontuada pela ida ao trabalho, aos cursos, à igreja, à casa de parentes, encontro com amigos e vizinhos nas ruas, e nos finais de semana, alguns jovens afirmaram “quebrar”, de algum modo, o cotidiano, relacionando isso a alguma atividade de lazer.

Farias (2013) destaca questões como carência de espaços para o lazer, eventos religiosos e equipamentos públicos adequados ou não para a sociabilidade juvenil. Para a autora, ao falar de cidade e religião no espaço público em Campos dos Goytacazes, têm-se a igreja São Salvador, a Universal do Reino de Deus e outras localizadas nas redondezas do centro da cidade como atributo forte da conexão entre o sagrado, o urbano e os religiosos. Ao entender que “a cidade revela os interesses e as ações da sociedade e, ao mesmo tempo, oferece condições para que tais interesses e ações se realizem” (SPOSITO, 2008, p.14), há outra realidade em Campos dos Goytacazes.

Os espaços públicos da cidade possuem poucas opções de lazer, de diversão e de entretenimento (FARIAS, 2013). No entanto, a partir das falas de alguns jovens, especialmente da Juliana, ela destaca o surgimento de novos entretenimentos, inclusive o Teatro de Bolso que foi reaberto há pouco tempo. Mas é

no espaço da rua (do bairro), que, segundo os jovens, encontram os amigos e a família. Circulam por ali, frequentam o comércio e também utilizam como lazer, pois muitos encontros e festas (bailes, quadrilhas, campeonatos, ações sociais com recreação, eventos comemorativos, entre outros) ocorrem nos bairros onde residem. Uns afirmaram que mesmo com certa insegurança, como o baile, por exemplo, acabam por frequentar: “é o que tem né, e aqui a gente ‘está em casa’, mesmo sabendo que algo pode acontecer, mas ultimamente tenho evitado”.

Os sujeitos, em seus itinerários cotidianos, simbolizam o lugar a partir das interferências, tanto corporais quanto cognitivas, nessas configurações físicas (REIS, 2010). Assim, para De Certeau (2008), a rua geometricamente definida pelo urbanismo é transformada em espaço de lazer pelos pedestres. Ele ainda acrescenta que:

São os passos que moldam os lugares e os transformam em espaços, que inserem e inscrevem nestas camadas simbólicas que se sobrepõem e criam uma extensa rede de significados que, compartilhados simbolicamente através da comunicação, modificam os usos que os sujeitos fazem dos mesmos (DE CERTEAU, 2008, p.176).

Cassia, quando é questionada sobre o lazer, afirma:

Por aqui não tem muito que fazer. Só ir pra casa dos meus amigos mesmo. As minhas amigas que tenho há muito tempo elas moram pra lá, porque são todas da Tira Gosto, aqui nesta rua, são amigos de bairro mesmo. Por aqui também tem amigos que participaram do JPP. Passo por aqui todos os dias e ai vou falando com um ou outro, vou batendo papo. Geralmente para os encontros do JPP eu ia a pé mesmo. Ia passando por aqui e encontrando as pessoas até chegar ao local da atividade, que muitas eram na pracinha da Lapa. Lá no final dessa avenida (Cassia, 20 anos, que pertencia ao polo da Tira Gosto) (19/12/2018).

Já a entrevistada Karol, ao ser indagada sobre os lugares que frequenta e onde busca fazer atividades direcionadas ao lazer, afirma que na época que participava do JPP, frequentava mais as praças e, conseqüentemente, circulava mais pela cidade, sobretudo a pé. Desde que terminou a participação no JPP começou a fazer cursos e trabalhou em alguns setores informais. Para ela, o lazer se resume nos finais de semana e isto ocorre de forma bem restrita, apenas visita sua mãe no bairro Jockey, e algumas vezes, vai ao cinema com o namorado. Segundo a entrevistada, antigamente ela circulava muito mais com os amigos, inclusive nas ruas de seus antigos bairros (Jockey e Lapa). Para Vogel e Mello (2017, p.152), o lazer, atividade fundamental para a socialização, tem na rua um dos seus possíveis

domínios e, certamente, o não menos importante, em virtude da variedade de experiências às quais abre caminho. O caráter sintético da rua torna a intrincada gama de possibilidades inteligível, numa dimensão prática essencial, e no caso de Karol isso já não acontece mais de forma recorrente.

Num outro momento, ainda no mesmo assunto, destaca que não costuma caminhar pelo bairro sem ser por estes lugares que enfatizou durante nossas paradas. Seu local de trabalho, o mercado Romão, a casa da vó e o ponto de ônibus são aqueles os quais ela perpassa diariamente. Ao fazer a comparação novamente com os bairros que já morou, ela mesma se questiona durante nossa conversa, quanto aos espaços de lazer oferecidos aos jovens. Para Karol:

Nas “Casinhas do Jockey” pelo menos tinham mais liberdade em criar esses espaços, como um lugar para jogar futebol, para fazer um baile, uma festa junina, entre outros. Na Lapa, perto ali da TG, antigamente, eu andava tudo por lá. Circulava tudo, sempre tinha alguma coisa pra fazer, mesmo que muito pouco, sabe. Mas claro, tudo sem estrutura (Karol, 20 anos, pertencia ao polo do Jockey) (22/08/2017).

Se o mundo urbano é um equipamento potencial de lazer, quanto mais complexo e diversificado, tanto mais plenamente pode ser apropriado para esse fim. Planejar espaços para o lazer não é construir campo de futebol, ciclovias ou criar áreas verdes. É cultivar um meio urbano cujas ruas nos permitem jogar uma “pelada”, andar de bicicleta ou simplesmente passear à sombra. O planejar é cultivar no sentido primeiro da palavra, acompanhar o dia a dia, intervir dia a dia na escala do dia a dia (VOGEL e MELLO, 2017, p.164).

O depoimento da jovem sobre os espaços de lazer é o inverso daquilo que estes autores afirmam. Para eles, os locais de moradia deveriam proporcionar espaços cuja estrutura possam adequar algo que diariamente possa contribuir para aquilo que se é considerado como lazer para os jovens e isto não é verificado. A composição dos lugares, a estrutura dos bairros, sobretudo periféricos é ineficiente. Por isso, ao pensarmos na relação de juventude com demais conceitos como lazer, moradia, trabalho, escola e também com a política pública somos levados a nos questionar sobre os projetos de futuro dos jovens desta pesquisa.

Oportunidades, expectativas e projetos de futuro.

Busco entender aqui como seria quando eles concluíssem a participação no JPP a partir de novas oportunidades e projetos de futuro. E, afinal, o que estou chamando de projeto de futuro? É uma construção dinâmica, de um plano que se “lança adiante” no ritmo da vida, a partir do hoje: uma ação que o indivíduo projeta realizar em algum momento futuro. Assim, pode ser entendido como:

Uma ação do indivíduo de escolher um, dentre os futuros possíveis, transformando os desejos e as fantasias que lhe dão substâncias em objetivos passíveis de serem perseguidos, representando, assim, uma orientação, um rumo de vida (DAYRELL, LEÃO e REIS, 2011, p.1071).

Para tanto, analisarei o que aconteceu na vida (após a participação na política pública) dos jovens entrevistados, isto é, entender o que eles buscam e quais as oportunidades, suas expectativas e projetos de futuro a partir daquilo que foi verificado com a prática dos itinerários, apresentando algumas reflexões sobre as percepções de jovens de periferias. Serão também analisados o nível de escolaridade dos entrevistados e sua situação no mercado de trabalho.

Dos seis itinerários apresentados aqui, apenas Cassia não possuía emprego no momento do trabalho de campo, mas fazia alguns “bicos” como modelo, a partir do contato que ela fez com uma empresa conhecida da cidade através do JPP, durante sua participação. Assim como outro entrevistado, o Rodrigo:

Depois do programa minha vida melhorou, surgiu a agência de modelo que foi demais. Teve um concurso de garoto e garota Jovens pela Paz, alguns amigos me incentivaram e eu decidi concorrer. Era uma parceria da agência com o programa e eu fiquei em terceiro lugar. Foi muito bacana sabe. Com isso ganhei uma bolsa de estudos lá. Aí eu aproveitei por que era o meu sonho e foi um ano de curso. Sou modelo agenciado há mais de dois anos já e faço vários projetos pela empresa (Rodrigo, 24 anos, pertencia ao polo da Baleeira e sempre morou na favela Tamarindo) (19/03/2018).

Cassia não é agenciada como o Rodrigo, mas em alguns momentos é convidada para participar de projetos. Ela se inscreveu no vestibular no ano de 2016 e afirmou que pretendia fazer o Enem em 2017. Assim como mais cinco jovens que também se inscreveram.

Dos vinte e seis (26) entrevistados, seis (6) estavam cursando um ensino

superior, mas dois (2) “trancaram” a faculdade devido à falta de recurso, entretanto afirmaram voltar assim que puderem e o restante possui o ensino médio completo, cursado somente em escola pública estadual da cidade de Campos dos Goytacazes.

A maioria afirmou que anterior à participação no JPP, não pensava sobre um bom trabalho e especialização, e muito menos dar continuidade aos estudos, inclusive também não tinham interesse em entender e estar por dentro de questões sobre cidadania, educação e política. Muitos declararam ter entrado no JPP vislumbrando a bolsa que receberiam e, também, por estarem procurando algo de diferente para fazer. Quanto aos projetos de futuro, podemos ressaltar que estes dialogam ora com a continuidade de estudos, ora com a busca de melhores inserções no mercado de trabalho.

Segundo Nádia:

Durante o JPP eu estava no primeiro ano do ensino médio. Eu era muito nova ainda e só pensava em terminar e arranjar qualquer trabalho. Antigamente eu não tinha tanta noção da tamanha mudança que nos poderiam ter. Eu aprendi a lutar pelos direitos, a lutar para eu ser quem eu pretendo profissionalmente. Hoje eu sei que eu posso conseguir algo muito melhor pra mim e estou estudando pra isso (Nádia, 20 anos, pertencia ao polo da Penha) (08/11/2017).

É importante prestar atenção às variações nos discursos e formas de lidar com esse cenário para compreender, através desses relatos, como os indivíduos idealizam projetos de vida apesar dos contextos e conjunturas desfavoráveis que os rodeiam. A maioria dos relatos impressiona pelo grau de agenciamento de alguns para lidar com problemas e lutar para “fazer o certo” para si e para as famílias (CECCHETTO, CORRÊA e FARIAS, 2016). Nisto se insere o desejo de realizar cursos técnicos e fazer faculdade, para alguns dos entrevistados, como Letícia:

Eu antigamente, antes de entrar pro JPP, não tinha noção do tamanho da mudança que a gente poderia fazer com a gente mesmo. Depois dele eu comecei a enxergar o outro de uma forma melhor e também pelo o que nós somos, porque somos capazes sabe. Eu não acreditava muito em mim. Que a gente pode. E isso se destacou pra mim, eu tinha muito medo de expressar as minhas opiniões. A gente fazia muito debate. A presidente Tamillys ajudou um conhecido meu do bairro da Penha que foi preso injustamente e isso marcou muito p mim. Busco lutar por todos sabe, principalmente pela minha família, que hoje me estimula muito, graças a eles estou fazendo um curso técnico. Antigamente eu nem pensava nisso, o quanto isso seria bom pra mim sabe (Letícia, 21 anos e que pertencia ao polo da Aldeia) (27/03/2017).

Dos vinte e seis jovens entrevistados, a maioria trabalha no setor voltado ao

comércio como lojas, quiosques e supermercados, e muitos fazem algum curso técnico – SENAC, IFF, alguns particulares com bolsas/desconto, entre outros. Muitos afirmaram que antes de participar do JPP não haviam sido informados sobre vestibulares, universidades, bolsas e outros tipos de oportunidades. No entanto, ainda que a meta de contribuir para a ampliação das oportunidades de emprego não tenha sido plenamente contemplada, muitos passaram a vislumbrar a possibilidade de trabalhar por conta própria. Um desdobramento dessa iniciativa foi a de uma jovem que também participou do JPP que busca criar uma ONG (informação colhida por alguns jovens entrevistados).

Durante o itinerário realizado com a Karol, os assuntos sobre emprego, estudos e faculdade ocorreram por quase todo o percurso. Era visível a sensação de felicidade por parte da entrevistada por estar começando um novo emprego e cursando a faculdade que sempre quis desde que começou a participar do JPP. Ela afirmou ter optado pela faculdade de Direito após as suas idas ao fórum da cidade, durante atividades do programa. Os próprios jovens questionam sua posição no mercado de trabalho e pontuam como demanda urgente a necessidade de estarem inseridos nele. O que se liga à escolarização e a certificação tão requerida pela sociedade do capital (Maciel e Cardoso, 2012).

A estudante entrou na faculdade através de sua nota do Enem, em que conseguiu um bom desconto, de quarenta por cento (40%) no ato de sua matrícula, e pretende também fazer faculdade de Letras. Durante nossas conversas quando íamos em direção à faculdade, questionei-lhe se tinha alguma atividade que gostasse e quais eram, enquanto participava do JPP:

Em falar nisso, eu lembro que eu nem conseguia trabalhar em grupo, depois do meu contato com eles, eu interagia muito mais, era muito bom. Quando eu entrei no JPP eu nem pensava no meu futuro, mas lá nós íamos a muitas palestras, a gente fazia debates, eu comecei a me preocupar mais. Eles eram uns “pais” pra gente. Até em faculdade de Direito eu pensei desde lá. O melhor evento que me recordo foi na Faculdade de Direito de Campos dos Goytacazes - FDC. Assistimos a uma palestra e depois nos dividimos em grupo para debater sobre temas específicos com colegas de outros polos. Todo mundo junto (Karol tem 20 anos e pertencia ao polo do Jockey) (22/08/2017).

Durante este percurso, especificamente, conseguimos alcançar uma distância maior do ponto de partida até o ponto final. Com isso, nossos assuntos não se voltaram apenas sobre o bairro onde ela mora e pelos lugares que circula nele.

Neste itinerário conversamos mais sobre projetos de futuro, mudança de moradia, trabalho e atividades do JPP das quais participava. Ela entrou na segunda edição e ficou um pouco menos de um ano: “era um programa que tinha muita cultura, era muito bom, aprendi muito, inclusive a debater sobre assuntos sérios, fora os lugares que eu conheci”.

O relato anterior enfatiza isso, inclusive a jovem destaca a atividade que mais gostou de participar. A partir desta fala é cabível entendermos o quão é importante e necessário transformar a percepção do jovem como sujeito de direitos. Se reitera aqui a necessidade de investimento na educação de qualidade, em políticas de inserção no mercado de trabalho e de participação dos jovens nas discussões e decisões que os afetam, e na implementação e avaliação das políticas (MACIEL e CARDOSO, 2012). Pois a realidade e as possibilidades não são iguais para aqueles de diferentes classes sociais, raça/etnia e gênero. Assim, cada sujeito vai desenhando seus projetos de futuro dentro do campo de possibilidades que – além das demarcações objetivas – também é limitado e/ou potencializado dependendo do grupo ao qual pertence (VILAS e NONATO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este trabalho se propôs analisar através do olhar de um grupo de jovens que habita lugares sujeitos às condições de pobreza, como programas e/ou projetos sociais podem contribuir para o direito e a experiência juvenil *na* e *com* a cidade, a partir das suas apropriações, circulações e práticas sociais. Com isso concluo que as políticas públicas, bem como os projetos sociais, expressam uma diversidade de possibilidades de ser e vivenciar a juventude a partir desta participação.

A inserção dos jovens nestes grupos diz muito sobre suas compreensões de política, cidadania, experiências com a cidade, sobretudo de novas redes de sociabilidades, por isso, há uma necessidade de prosseguimento e também de ampliação de políticas públicas destinadas à juventude e a educação, pois vários estudos apontam que são preventivas e são mecanismos de diminuição dos níveis de vulnerabilidades e letalidades.

O fato de os “jovens de projeto”, circularem de maneira intensa pela cidade não lhes permite uma apropriação por completo dela, pois eles esbarram em situações complexas. Isso diz respeito a uma restrição real da liberdade de circulação, pois como residem em bairros mais periféricos, estes estão demarcados pelo tráfico de drogas em que, muitos moradores de um lugar estão “impedidos” de circular em outros. Portanto, verificou-se um cotidiano marcado pela presença da violência e do medo do tráfico, em que os traficantes veem se constituindo de uma forma de vida autônoma, diferente da dos que residem ali e sendo responsáveis por uma ordem social que submete os moradores.

Por isso, a intenção de ouvir os jovens de periferia que participaram do JPP e conhecer as suas trajetórias, suas formas de compreensão e de apropriação e uso da cidade foi um desafio. Percebeu-se que o direito à cidade ainda é distante, mas a participação destes em projetos sociais e/ou programas acaba por amenizar esse distanciamento, tornando como uma perspectiva de luta para estes jovens. Principalmente no que diz respeito à possibilidade de discutir e pensar a cidade, o bairro e seus espaços de uso a partir de suas visões de mundo, a maioria delas, construídas a partir de suas participações.

Acredito que tratar da relação entre juventude e política pública no cenário local é de grande relevância visto que, ao compreendermos as dinâmicas e

processos nela existentes, poderemos contribuir na construção de um debate mais qualificado sobre o tema. Em contrapartida, há de se considerar também sujeitos que enxergam estas ações de maneira negativa, utilizando um discurso contrário, ou seja, enxergam essas políticas públicas como apenas propaganda política, onde as intervenções não passam de instrumentos de promoção de políticos, configurando assim, uma “vitrine” de atuação do poder público vigente.

Também pude verificar que as formas de morar e de trabalhar desses jovens são marcadas pelo provisório: mudanças, novo emprego, separações, mortes de familiares, a entrada na universidade, a troca de escola, mas apesar de transformações, "o viver em risco" continua. Segundo Cassia, sair da Tira Gosto e ir para a Portelinha, não reduz a sensação de viver em risco. Não diminui o medo. A insegurança é a mesma. Já Karol se mudou exatamente no mês que estávamos marcando uma data para a realização da entrevista e para ela, como a mudança foi para bairros diferentes, ela acaba por fazer essa comparação durante todo o itinerário.

De fato, a trajetória nesse circuito proporciona aos jovens um aporte maior de recursos, principalmente simbólicos, reconfigurando seu potencial, gerando alguns benefícios, sobretudo cidadania e pensamento crítico a partir da inserção em novas redes de sociabilidades, conforme é possível observar no depoimento de vários entrevistados. Como Karol e também outros demais interlocutores, em que não foram poucos os depoimentos nos quais os jovens referiam-se a si mesmos como indivíduos que lutam para conseguir um emprego, sem serem julgados pelo CEP de seu endereço. É marcante essa autopercepção da sua maior exposição às situações de vulnerabilidade face ao estigma que carregam por sua condição de classe, cor e, principalmente, local de moradia (CECCHETTO, CORRÊA e FARIAS, 2016).

Dos seis itinerários selecionados, dois possuem algo em comum, revelam uma parte inusitada: a favela. A Portelinha, localizada na favela Matadouro, por onde caminhamos e em outro momento, entramos pelos becos e pelas casas da favela Tira Gosto e, conseqüentemente, por toda a Avenida que liga essas duas favelas próximas (Matadouro e Tira Gosto), passamos por uma creche municipal, por uma escola estadual, por diversas bocas de fumo, pela FMIJ, e retornamos à Avenida Alberto Lamego, oposta à favela.

Para Reis (2007; 2010), que apresenta algumas obras de cartografias

realizadas em favelas da cidade do Rio de Janeiro, destaca que estes locais são de contradições. Entulhos, cacos de vidros, pedaços de madeiras, vergalhões, latões de tinta, lixos, etc. As ações dos homens da favela e os objetos que circulam reproduzem um complexo de variáveis feito de espaços dentro de espaços, sentidos dentro de sentidos, cidades dentro de cidades e becos dentro de vielas. Todavia, há de se considerar que os jovens do JPP tiveram acesso às diversas formas de atividades físicas e lazer, palestras, passeios, debates, aulas de dança e música, além da oportunidade de expansão da circulação pela cidade, acarretando também na possibilidade de ampliação das redes de sociabilidades.

A partir das falas dos jovens e sobre as informações colhidas, é nítido perceber que há esforços por uma “limpeza simbólica”, que é necessária, como condições de acesso a diversos fatores, afinal: ser de um programa e/ou um projeto social subentende-se não ser da “boca de fumo”, não ser do tráfico. Isto é, ser participante, pertencente a um polo, não é apenas estar em um projeto e/ou programa, e sim partilhar um estilo de sociabilidade que se difere dos demais. A participação desses também configuram as relações de sociabilidade dos jovens entrevistados e suas trajetórias. Mais ainda, mesmo carregando o estigma por ser jovem e morador de periferia, ser jovem de projeto social acaba por afastá-lo simbolicamente do campo da marginalidade e do crime.

Muitos alegaram não ter interesse em sair de seu bairro, mas atualmente conseguem perceber e analisar o que de fato acontece no bairro onde moram e o que podem fazer para evitar situações de risco, inclusive se portarem diante a uma situação de violência, preconceito e intolerância. Puderam conhecer outros espaços, outros bairros, espaços públicos nunca frequentados anteriormente, e que afirmam que até hoje costumam ir a esses locais, sobretudo para reencontrar amigos do JPP, especialmente para o lazer.

Todos os entrevistados relataram mudanças no comportamento após o JPP, sendo as principais citadas: mudanças no relacionamento, aquisição de visão crítica e política, e crescimento pessoal e profissional. Tendo em vista a necessidade do resgate da dignidade, da autoestima, do direito à participação dos jovens e a necessária formação de uma massa crítica, com responsabilidade social e canais de representação, como também na importância de espaços de lazer, esporte, arte, cultura e educação para a cidadania (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002). O

desenvolvimento foi expresso claramente pelos jovens. O programa pode ser então, uma parte do processo de desenvolvimento social, contribuindo para a reversão do quadro de desigualdade, pois, se um grupo leva seu conhecimento ao outro e o inclui em suas ações, todos saem ganhando, afinam a linguagem, apropriam-se de seus direitos e fortalecem-se (FEIJÓ e MACEDO, 2012).

A partir dos relatos sobre suas participações em projetos e programas, neste caso especificamente o JPP, os jovens acabam por emergir um impulso por independência e o desejo por emancipação em relação ao mundo adulto que, em sua maioria, leva os sujeitos à necessidade de elaborar seus projetos. Maioria essa que não visa projetos em longo prazo. A entrada na universidade e no mundo de trabalho tornou-se pauta na vida desses jovens, em que projetos de futuro apareceram a partir de uma nova rede de sociabilidade, de visão de mundo, de cidadania e do campo de possibilidades, e não como algo dado e definitivo.

Pensar a participação deles no JPP até o final do ano de 2015 e entrevistá-los um ano e meio após o término permite analisar o que essa participação trouxe de melhoria para o cotidiano, apresentando através dos relatos durante todo o percurso da escrita desta tese. Visto que o programa possibilita uma multiplicidade de motivações e experiências que permitiu aos jovens traçar novas perspectivas, novas metas, a partir de novas possibilidades. Vemos que o projeto de futuro é dinâmico, permanentemente reelaborado de acordo com os novos sentidos e significados dados pelos sujeitos (VILLAS e NONATO, 2014).

Perceberam-se demonstrações de aprendizado sobre política, vestibulares, debates, seminários, idas às universidades, idas à Secretaria de Educação, idas à cidade do Rio de Janeiro, ao fórum de Campos dos Goytacazes, manifestações realizadas na área central da cidade, entre outros.

Eventos sobre intolerância religiosa, preconceito, racismo e violência contra a mulher também foram questões relatadas pelos jovens. Essa participação foi capaz de renegociar o seu papel social onde vive, permitindo ao jovem se reconhecer como cidadão e ser capaz de construir novas perspectivas de projetos de futuro, sobretudo trazer melhorias para o seu cotidiano, inclusive a partir de novas formas de sociabilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. *Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil*. In: Juventude e contemporaneidade. – Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 1997.

_____. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo, Scritta, 1994.

_____. *Condição juvenil no Brasil contemporâneo*. In: H. W. Abramo; P. P. M. Branco (Orgs.), *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, (pp. 37-72), 2008.

ABRAMOVAY, M; WAISELFISZ, J. J; ANDRADE, C. C; RUA, M. G. *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. 1. ed. Brasília: Garamond, 2002.

_____; FARAH, N; ANDRADE, E.R; ESTEVES, L. C. G; NUNES, M. F. R. *Fazendo a diferença: Projeto Escola Aberta para a Cidadania no Estado do Rio Grande do Sul*. – Brasília: UNESCO, Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, 2006.

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira; *Cadernos Adenauer XVI*, nº1, 2015.

AGIER, Michel. *Gérer les indésirables: des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire*. Paris: Flammarion, 2008.

_____. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 216p, 2011.

ALBUQUERQUE, M. O movimento pelos direitos da criança e do adolescente e o controle social sobre a política socioeducativa: Repertórios de interação socioestatal; *Política & Sociedade* - Florianópolis - Vol. 14 - Nº 29, 2015.

ALMEIDA, I. M; EUGENIO, F. *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ANDRADE, A. M. S. *Surfistas de Cristo um estudo da sociabilidade juvenil*. São Paulo. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da USP. Universidade de São Paulo, 2005.

ARENDT, H. *La crise de la culture*. Paris: Ideés/Gallimard, 1972.

_____. *O que é política?* 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ARRUDA, A. P. S. *Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2009.

ASSIS, R. L. *Morador de Custodópolis e morador de Guarus: a moradia como um símbolo de estigma na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ*. Tese de doutorado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2016.

AUGÉ, M. *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papius, 1994.

_____. *Sobremodernidade: do mundo tecnológico de hoje ao desafio essencial do amanhã*. In: MORAES, Dênis de (Org.). *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

_____. *Por uma antropologia da mobilidade*. Tradução de Bruno César Cavalcanti, Rachel Rocha de A. Barros; revisão de Maria Stela Torres B. Lameiras. Maceió: SP: EDUFAL; UNESP, 2010.

BARBOSA, A; CUNHA, E. T; HIKIJI, R. S. G; NOVAES, S. C. N. *A experiência da imagem na etnografia*. Editora: Terceiro Nome, 2016.

BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre fotografia*. Tradução de Julio Castañon Guimarães. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BERTOLI, N. F. *Percepções e vivências religiosas dos jovens moradores de favelas de Campos dos Goytacazes/RJ*. Monografia de Conclusão de Curso. Campos dos Goytacazes/RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2010.

_____. *Juventude e religiosidade evangélica na cidade de Campos dos Goytacazes: singularidades em torno de jovens moradores de favelas*. Dissertação de mestrado. Campos dos Goytacazes/RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2013.

BORGES, F. T; LINHARES, R. N. Imagem e Narrativa: a construção dialógica da fotografia na pesquisa qualitativa em ciências humanas. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 33, n. 19, p. 128-149, 2008.

BOURDIEU, P; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (orgs). *Pierre Bourdieu: Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, p. 217-227, 1990.

BRASIL. Estatuto da Juventude; Lei nº 12.852, 5 de agosto de 2013. 2ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmaras, 2013.

BRENNER, A.; LÂNES, P.; CARRANO, P. A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas. In: *JOVENES*, México, ano 9, n. 22, p. 202-219, 2005.

BRUSEKE, F. J. Risco e Contingência. Os paradigmas da modernidade e sua contestação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1 ed. Florianópolis: Editora Insular, 69-80 pp, 2006.

BUSSO, G. *El enfoque de la vulnerabilidad social en el contexto latinoamericano: situación actual, opciones y desafíos para las políticas sociales a inicios del siglo*

XXI. Santiago, Chile: CEPAL, 2001.

CAMPOS, R. B. C. *Sociabilidade, Medo e Estigma no Contexto Urbano Contemporâneo: O Bairro do Roger na Cidade de João Pessoa – PB*. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, 2008.

CAMPOS, M. M.; MACHADO, M; TIMÓTEO, G. M; MESQUITA, P. B. Pescadores artesanais da Bacia de Campos: a saúde pela perspectiva da (in) segurança alimentar. DOSSIÊ: A SAÚDE NA CIDADE; *Cad. Metrop.* vol.18, nº 36, São Paulo, 2016.

CANÇADO, T. C. L.; SOUZA, R. S. CARDOSO, C. B. S. Trabalhando o conceito de vulnerabilidade social. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2014, São Paulo. *Anais. São Pedro/SP: ABEP*, p.1-21, 2014.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. *O conceito de inclusão, dimensões e indicadores*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social (Pensar BH – Política Social, 2.), 2004.

CARRANO, P. C. R. Educação de jovens e adultos e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. *Revista de Educação de Jovens e Adultos*, Belo Horizonte, v. 1, n. 0, p. 55-67, 2007.

_____. Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. In: Orgs: Antonio Flávio Moreira e Vera Candau, *Multiculturalismo – Diferenças culturais e práticas pedagógicas*, 4 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. *O Social em Questão - Ano XV - nº 27 – 2012* P. 83-100, 2012.

CASTRO, M; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 143-176, 2002.

CASTRO, J. P. M. A invenção da juventude violenta: análise da elaboração de uma política pública. Rio de Janeiro: *Laced/ E-papers*, 2009.

CECCHETTO, F; CORRÊA, J; FARIAS, P. Quando o projeto era moda: projetos sociais, juventudes e a política de “pacificação” no Rio de Janeiro. *BRASILIANA – Journal for Brazilian Studies*. Vol. 4, n.2, 2016.

_____; FARIAS, P. “Tu mora onde”? Território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca. In: Sandra de Sá Carneiro, Maria Josefina Gabriel Sant’Anna (organizadoras), *Cidades, olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____; MONTEIRO, S. Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): a perspectiva masculina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1): 336, 2006.

COIMBRA, C. M. B; NASCIMENTO, M. L. Jovens pobres: o mito da periculosidade in

Fraga e Iulianelli (orgs.), *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CORTES, T. L.; SIQUEIRA, A. M. M.; THIMÓTEO, J.; MENDES, N. A violência no município de Campos dos Goytacazes noticiada pela mídia impressa. *II Colóquio do NUGEA*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas, 2016.

DA SILVA, B. P. *Conselho Municipal da Juventude em Campos dos Goytacazes: uma abordagem de suas ações a partir do estatuto da Juventude*. Monografia de conclusão de curso. Campos dos Goytacazes/RJ, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2018.

DAS, V.; POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografías. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, núm. 8, GERI-UAM ISSN 1699 – 3950, 2008.

DAHLBER, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência Saúde Coletiva*; 11(supl):1163-78, 2007.

DAMATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*; N° 24, 2003.

_____. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil, *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, 2007.

_____. *Por uma pedagogia das juventudes: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG / Juarez Dayrell (organizador)*. - Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

DE CERTEAU, M. Artes de fazer. *A invenção do cotidiano. / L'inventio du quotidien – 1. Arts de faire / Trad. Ephrain F. Alves*. Petrópolis, Vozes, 2008.

DURKHEIM, E. *As formas elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Paulus, 1989.

FALCONI, A. V. *Lazer no parque da cidade: espaço urbano, sociabilidade e consumo em Sobral /CE*. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral – CE, 2008.

FARIAS, C. L. F. *Música gospel e sociabilidades juvenis: modos de relação com o religioso entre os evangélicos*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2013.

_____; REGINENSI, C. Um projeto social e suas práticas juvenis: sociabilidades, trajetórias de vida e itinerários de jovens de periferias, *Anais da Reunião Brasileira de Antropologia*, 2018.

FARIAS, J. Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas. In: ROMPENDO o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento. Relatório pesquisa Faperj. 2007. [não publicado]

FASSIN, D. Une double peine: la condition sociale des immigrés malades du Sida. *L'Homme*, Paris, v.160, p.137-162, 2001.

_____ ; RECHTMAN, R. L'empire du traumatisme: enquête sur la condition de victime. Paris: Flammarion, 2007.

FEIJÓ, M. R; MACEDO, R. M. S. Família e projetos sociais voltados para jovens: impacto e participação; *Estudos de Psicologia I Campinas I 29(2) I 193-202*, 2012.

FEIXA, C. "Introducción" & "Los estudios sobre culturas juveniles en España (1960 - 2003)". *Revista de Estudios sobre Juventud* nº 64. Madrid, Instituto de la Juventud, 2004.

FILHO, K. P; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.38, 2013.

FLEURY, S. Coesão e Seguridade Social. In: LOBATO, Lenaura de V. C; FLEURY (Org's), Sonia, *Seguridade Social, Cidadania e Saúde*. CEBES. Rio de Janeiro – R. J, 2009.

FONSECA, A. M. M; VIANA, A. L. Direito à saúde, atenção básica e transferências condicionadas de renda na América Latina; *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6):1505-1512, 2007.

FURIATI, N. M. A. *Juventude e Estado no Brasil – A lógica constitutiva do Conselho Nacional da Juventude no Governo Lula*. Tese de doutorado; Universidade de Brasília (UNB); Brasília, 2010.

GARCIA, G; ZIPPIN, M. P. S. Revisitando as origens do termo juventude: A diversidade que caracteriza a identidade. GT-20: *Psicologia da Educação*, 2008.

GRANOVETTER, M. *The strength of weak ties*. *American Journal of Sociology*, 78 (6), 1360-1380, 1973.

GROPPO, L. A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GOFFMAN, E. *A representação do Eu na vida cotidiana*; tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1988.

_____. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JORGE, C. S. *As transformações na Praça do Santíssimo Salvador em Campos dos Goytacazes RJ*; Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Literatura, Memória Cultural e Sociedade do Instituto Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes – RJ, 2016.

JOSEPH, I. Paisagens urbanas, coisas públicas. Dossiê 1; *Caderno CRH*, Salvador, n. 30/31, p. 11-40, 1999.

KATZ, D. *Configurações espaciais da interface entre os habitantes e a natureza da cidade: o caso da favela de Paraisópolis*. Universidade São Judas Tadeu Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Curso de Pós Graduação. Dissertação de mestrado, São Paulo – SP, 2008.

KOURY, M. G. P. Medo, Vida Cotidiana e Sociabilidade. *Revista Política & Trabalho*, XVIII (18): 9-19, 2002.

_____. Medos Corriqueiros: Em busca de uma aproximação metodológica. *Cronos*, 3 (1): 94-101, 2002.

KOWARICK, L. *Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAGREE, J. C. *Age, jeunesse et politiques publiques*. Paris, mimeo, 1999.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, R. P. Contra-Usos e Espaço Público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – Vol.17, n.49, pp.115-134, 2002.

LEITE, M. P. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA (org.). *Vidas sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*, RJ: Nova Fronteira, 2008.

LEITE, M. P; MACHADO DA SILVA, L. Circulação e fronteiras no Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contextos de pacificação. In: Neiva Vieira Cunha e G. de Sanctis Feltran (orgs.), *Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina/ Faperj. pp. 146-158, 2013.

LOURENÇO, N. Segurança, Sentimento de Insegurança e Estado de Direito. O Espectro axial da relação Direitos, Liberdades e Garantias e Poderes do Estado, *Chapter*, 2009.

MACIEL, K; CARDOSO, A. Análise do Projovem no Rio de Janeiro: sua proposta e seus desafios. GT Juventude, direito e políticas públicas. *JUBRA*, Rio de Janeiro – RJ, 2012.

MACHADO DA SILVA, L. A., LEITE, M. P. *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano*. Soc. estado. vol.19 no.1 Brasília, 2004.

_____. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO DA SILVA, L.A. (org) *Vida sob cerco: violências e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2007.

_____. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. Dossiê: "Ambiguidades contemporâneas da segurança: para um olhar de perto". *Etnográfica* - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia; vol. 15 (1) 1, 2011.

MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec., 1998.

_____. Quando o campo é a cidade: Fazendo antropologia na metrópole In: Magnani, José Guilherme C. e Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) *Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana*. EDUSP, São Paulo. p. 12-53, 2000.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n.49, p. 11–29, 2002.

_____. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. *Os Urbanitas : Revista Digital de Antropologia Urbana*, São Paulo, v. 1, n. 0, 2003.

_____. Introdução: circuitos de jovens. In: Jose Guilherme C. Magnani e Bruna Mantese (org.) *Jovens na Metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

_____. Os circuitos dos jovens urbanos. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX*; 2010.

_____. Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana São Paulo: *Editora Terceiro Nome* (Col. Antropologia Hoje), 2012.

_____. O Circuito: proposta de delimitação da categoria; *Ponto Urbe*, 15, 2014.

MANNHEIM, K. *O problema da juventude na sociedade moderna*. Sociologia da Juventude. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e "Status"*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, C. P; MONTEIRO, M. S; SANTOS, M. N. Ser jovem na cidade: Uma experiência marcada pela inserção social; *Revista de Geografia* - número especial. v. 1, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa: Edições Avante, 1975.

MAUSS, M. Sociologia e antropologia. Título original: *Sociologie et anthropologie* Introdução: Claude Lévi Strauss; Tradução: Paulo Neves; São Paulo: Cosac Naify, 536 pp., 6 ils, 2003.

MENEZES, M. A Praça do Martim Moniz: etnografando lógicas socioculturais de inscrição da praça no mapa social de Lisboa; *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 301-328, 2009.

MESQUITA, W. A. B. (Coord.). *Percepções e estratégias de ação dos pentecostais moradores de favelas de Campos dos Goytacazes*. Edital Universal CNPq, 2008.

_____. Os pentecostais e a vida em favela no Rio de Janeiro: A batalha espiritual na ordem violenta na periferia de Campos dos Goytacazes. *Estudos de Religião*, v. 23, n. 37, 89-103, 2009.

_____. BERTOLI, N. F. Jovens evangélicos moradores de favelas: Algumas expressões de sua sociabilidade na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ. *SYNTHESIS*, Rio de Janeiro, vol.7, nº 1, Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

MINAYO, M. C; SOUZA, E, R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1):7-32.

MOTA, C. G. S; MAMANI, H. A. Segregação interna e criminalização: o caso da favela e conjunto habitacional matadouro em campos dos Goytacazes/Rrj; *Libertas* – online; Revista da Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2012.

MUNIZ, I. J. Tempos e espaços não escolares e o protagonismo juvenil no Projovem urbano no contexto das escolas municipais do Recife. *V Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco (EPEPE)*; Educação e desenvolvimento na perspectiva do direito à educação; Pernambuco, Recife, 2015.

NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. M. B. Ser joven, ser pobre significa ser peligroso? *Jovenes. Revista de Estudios sobre Juventud*, México, ano 9, n. 22, p. 154-173, 2005.

NOVAES, R. Juventudes Cariocas: mediações e conflitos e encontros culturais. *In: VIANNA. H. (org) Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2003.

_____. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (orgs.). Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p.105 – 120, 2006.

_____. Jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Revista Sociologia; Especial: ciência e vida*, São Paulo, 2007.

PAIS, J. M. Lazeres e sociabilidades juvenis — um ensaio de análise etnográfica. *Análise Social*, vol. XXV (108-109), 1990 (4º e 5º) 591-644, 1990.

PALACIOS, M. Weber e a cidade. *Revista de Teoria da História*, Volume 16, Número 2, Dezembro/2016, Universidade Federal de Goiás, 2016; ISSN: 2175-5892.

PECIAR, P. Lugares praticados: quando o espaço urbano ganha feições de espaço público; *Cadernos NAU I* Vol. 3, n.4, 2014.

PEIRANO, M. A Favor da Etnografia. *Série Antropologia*, n. 130, Brasília, 1992.

PEIXOTO, N. B. O olhar do estrangeiro. *In: NOVAES, A. et al. O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs.). Política social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez; p. 87-108, 2008.

PETITEAU, Y; PASQUIER, E. La méthode des itinéraires: récits et parcours *In: GROSJEAN, M., THIBAUD, J.-P. (org.), L'espace urbain en méthodes*. Parenthèses; Marseille, pp.63-78, 2001.

PINHEIRO, M. L. Educação, religião e pertencimento étnico-racial: experiências de católicos e protestantes. *In: Diversidade e Sistema de Ensino Religioso*. Orgs: Ana Paula Alves Ribeiro; Maria Alice Rezende Gonçalves. Vol. 2; Editora: Outrasletras, 2013.

_____. Fazeres e espaços juvenis na cidade. *In: Juventudes na cidade: violência, cultura, religião, escola*. Adalberto Cardoso (organizador); Azougue editorial, vol.1, 2014.

PINHEIRO, A C. *Ver e não enxergar, escutar e não ouvir, ver e não falar: um estudo sobre a sociabilidade e as formas de conviver com o medo e o sentimento de (in) segurança em uma comunidade de periferia em Campos dos Goytacazes (RJ)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2018.

_____; LIMA, L. L. G. Gênero e políticas públicas: uma análise do projeto 'mulheres da paz' de Terra Vermelha/ES*; *Revista Ágora* • Vitória • n. 22 • 2015 • p. 218-230 • ISSN: 1980-0096, 2015.

PIQUET, R. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. *In: PIQUET, Rosélia (org) Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 219-238, 2003.

REIS, H. A Cartografia do Imaginário da Favela: Localidade da Candelária-Mangureira (RJ). *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos, 2007*.

_____. Cartografia do acaso: percursos à deriva no imaginário da Candelária, favela da Mangureira, RJ1 Mapping of chance: pathways adrift in the Candelária imaginary, the Mangureira favela, RJ. *Contemporânea*; Ed.14 | Vol.8 | N1, 2010.

REGINENSI, C. RELATÓRIO FINAL - PESQUISADORA VISITANTE FAPERJ. Processo nº. E-26/101.329/2009, Etnografia urbana de atividades de comércio e serviços informais no Rio de Janeiro, Práticas e estratégias, novas formas de pobreza e iniciativas inovadoras?, 168p, 2010.

_____. Como praticar etnografia nas margens e fronteiras das cidades?; *Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*; Ponto Urbe 20, 2017.

_____. BARROS, M. D. 'A experiência da imagem nos estudos etnográficos: aprendendo pela caminhada, fotografando e fazendo encontros.'. *Anais 18th IUAES*

World Congress, Federal University of Santa Catarina (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC), Florianópolis. OP048. Cities and Images: ethnographic studies, 2018.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação e a juventude na cidade: trajetórias de método. In: RIBEIRO, Ana Clara T., CAMPOS, Andreilino & SILVA, Cátia A. (orgs.) *Cartografia da sociedade: desafios das experiências urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

RIBEIRO, V. S. P. *Ações pentecostais nas favelas de Campos dos Goytacazes-RJ: As mediações de amparo e assistencialismo*. Monografia de Conclusão de Curso. Campos dos Goytacazes/RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2012.

ROCHA, H. S. *Juventude e políticas públicas: formação de agenda, elaboração de alternativas e embates no Governo Lula*. Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo Programa de Pós-graduação em Administração pública e governo, São Paulo, 2012.

RODRIGUES, P. Q. Travessias Urbanas: A Fotografia dos Espaços Vazios e Não-Lugares; *Linha Mestra*, nº.33, P.50-64, 2017.

ROSA, T. T. *Cidades outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares*. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTAFÉ, K. B. N. Apresentação da Fundação Municipal da Infância e Juventude. Descrição das atividades da FMIJ, 2013.

SANTOS, J. J.; SILVA, G. M. Cartografia social: o mapa como construção cultural e exercício do poder. *Geografares*; Revista do Programa de Pós- Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES; Pag de 21 a 29, 2015.

SAWAIA, B. (Org). *Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCOTT, R. P. Jovens, religiosidade e aquisição de conhecimentos e habilidades entre camadas populares. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 42, p. 375-388, 2004.

SILVA, C. A.; SCHIPPER, I. Cartografia da ação e metrópole: compreendendo o território de São Gonçalo e as experiências na escola. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre: *AGB NACIONAL*; p. 1-14, 2010.

_____. Cartografia da Ação Social: Reflexão e criatividade no contato da escola com a cidade. *Rev. Tamoios*, São Gonçalo (RJ), ano 08, n. 1, pags. 25-39, 2012.

SILVA, F. M. Educação de jovens e adultos e inventividade do espaço escolar: caminhadas por memórias, produções de subjetividades e representações espaciais; *Espaço e Educação*; Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

SILVA, C.A; RIBEIRO, A.C.T; CAMPOS. *Cartografia da ação e movimentos da*

sociedade: desafios das experiências urbanas; Catia Antonia Da Silva; Ana Clara Torres Ribeiro; Andreilino Campos (orgs.). Lamparina editora, 2011.

SILVEIRA, N. S. *Líderes pentecostais e juventude: religiosidade no contexto da favela*. Monografia de Conclusão de Curso. Campos dos Goytacazes/RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2010.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. *In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SIQUEIRA, C. O. *Territórios proibidos? Uma análise das circulações e práticas sociais de jovens das periferias de Campos dos Goytacazes/RJ*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes-RJ, 2016.

SOARES, A. S. A paisagem como objeto de políticas públicas – o caso das favelas cariocas. *Revista Geonorte*, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.15-39, 2013. (ISSN – 2237-1419)

SOBRINHO, A. L. “Jovens de projetos” nas ONGs: olhares e vivências entre o engajamento político e o trabalho no “social”. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SOUZA, C. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.18 n.º.51 São Paulo, 2003.

SOUZA, D. L; VIALICH, A. L; EIRAS, S. B; MEZZADRI, F. M. Determinantes para a implementação de um projeto social. *Motriz*, Rio Claro, v.16, n.3, p.689-700, 2010.

SOUZA, P. Jovens, favelas e projetos sociais: novas trajetórias de Militância? GT 20; Reunião de Antropologia do Mercosul, Buenos Aires, Argentina, 2009.

SOUZA, S. A. *Existir no Tráfico: percepções e vivências dos jovens traficantes de drogas da favela Baleeira*. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes-RJ, 2010.

SPOSITO, M.P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude escola no Brasil. *In: Abramo, H.; Branco, P.P.M. (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, p. 87-128, 2005.

_____; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista de Educação*, (24), 16-39, 2003.

SPOSITO, E. S. *Redes e Cidades*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

STRAUSS, A; CORBIN, J. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. 2 ed. Porto Alegre: Porto Alegre, 2008.

TEIXEIRA, C. O pentecostalismo em contextos de violência: Reflexões sobre

religiosidade popular. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*. Porto Alegre, ano 10, n. 10, p. 181-205, 2008.

URNAU, L. C; ZANELLA, A. V. Quatro jovens, um projeto social: espaços de (des) encontros; *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 61, n. 1, 2009.

VALLADARES, L. P. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 204 p, 2005.

VARGAS, A. F; CAMPOS, M. M; VARGAS, D. S. O risco dos extremos: uma análise da implantação do programa mais médicos em um contexto de volatilidade orçamentária. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, v.10, n.26, p. 1313-1326 ISSN 1980-5756, 2016.

VILLAS, S. *Formas de sociabilidade entre alunos de uma escola de ensino médio/técnico*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UFMG, 2009.

VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. Observando o Familiar. *In: Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade e Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. Antropologia e Cidade. *In: Lúcia Lippi Oliveira (org.). Cidade: história e desafios*. RJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.

VIEIRA, R. Etnobiografias e descobertas de si: uma proposta da Antropologia da Educação para a formação de professores para a diversidade cultural. *Pro-posições*, V.24, N.2(71), p. 109-123, 2013.

VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidad Demográfica en América Latina: qué hay de nuevo? *In: Seminario Vulnerabilidad, CEPAL, Santiago de Chile, 2001*.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILLAS, S; NONATO, S. Juventude e projetos de futuro; *Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio / Licinia Maria Correa, Maria Zenaide Alves, Carla Linhares Maia, organizadoras*. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

VOGEL, A; MELLO, M. A. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 4 ed. Rio de Janeiro: Eduff, 174p, 2017.

WACQUANT, L. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. [tradução de João Roberto Martins Filho... et al]. Rio de Janeiro: Revan; FASE. 2ª Ed, 2005.

WALTER, T. *Novos Usos e Novos Mercados: Qual sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal?* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

WEBER, M. Classe, “status”, partido. *In: VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.;*

BERTELLI, A. R. (Org.). *Estrutura de classe e estratificação Social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WEINTRAUB, A. C.; VASCONCELLOS, M. P. *Contribuições do pensamento de Didier Fassin para uma análise crítica das políticas de saúde dirigidas a populações vulneráveis*. Hist. cienc. Saúde - Manguinhos vol.20 n.3; Rio de Janeiro, 2013.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 615 p, 2006.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação; *Revista Brasileira de Educação* v. 11 n. 32, 2006.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. *A Máquina e a Revolta: as Organizações Populares e o Significado da Pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Escuta, 1994.

_____. Introdução. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M (orgs). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. *Integração Perversa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZIMMERMANN, C. A. *Memória e Identidade da Praça Pádua Salles em Amparo, São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo – SP, 2006.

Links dos sites acessados

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=608>

<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=150>

<http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano>

<http://www.mapadaviolencia.org.br/>

<http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/origem-do-conceito-de-empoderamento-palavra-da-vez/>

https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=44871

<http://www.juventude.gov.br/conjuve/sobre>

http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=23233

https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=40121

<https://www.facebook.com/PrefCamposdosGoytacazes/>

<http://oglobo.globo.com/rio/jovens-pela-paz-objetivo-era-treinar-adolescentes-para-atuar-como-multiplicadores-de-conhecimento-2946709>

<http://www.correiodobrasil.com.br/programa-jovens-pela-paz-e-relancado/>

<https://oglobo.globo.com/rio/jovens-pela-paz-relatorio-revela-saque-irregular-de-6-milhoes-2946190>

<http://www.blogdogarotinho.com.br/lartigo.aspx?id=22578>

<http://diarionf.com/noticia-417/projetos-importantes-em-campos>

<http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas>

http://www.folha1.com.br/_conteudo/2014/06/politica/658965-governo-vai-recrutar-500-jovens-pela-paz.html

<https://www.facebook.com/programajovenspelapaz/>

<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2017/11-novembro-1/plano-juventude-viva-amplia-atuacao-1>

<http://www.juventude.gov.br/juventudeviva>

<http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>

https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-05-23/policia-esta-no-rastro-do-tca-uniao-de-duas-faccoes-criminosas-no-rio.html;

<http://www.tribunarnj.com.br/fusao-de-faccoes-criminosas-a-mais-nova-ameaca-a-seguranca/>

<http://noticiaurbana.com.br/integrantes-do-novo-tca-de-campos-fazem-baile-para-comemorar-uniao-das-faccoes/>

<http://www.jornalterceiravia.com.br/2017/06/05/faccoes-criminosas-se-unem-e-garantem-que-a-guerra-acabou-e-agora-e-so-paz/>

<https://noticiaurbana.com.br/teatro-de-bolso-procopio-ferreira-divulga-programacao-dos-50-anos/>

<https://www.omelhordobairro.com/goytacazes/historia>

https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=35874

<https://www.omelhordobairro.com/goytacazes/historia>

<http://www.jornalterceiravia.com.br/2018/04/09/ceo-assume-grupo-barcelos/>,

<http://www.mapadaviolencia.org.br/>

www.ibge.gov.br

Apêndices

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Sobre o local onde mora/ a escola onde estuda:

1. Há quanto tempo mora neste bairro? Você gosta de morar aqui? Pretende um dia se mudar? Por quê?
2. O que costuma fazer no seu dia a dia? E sobre o lazer? O que você gosta de fazer?
3. Quem são as pessoas que você mais se relaciona? E no seu bairro?
4. O que você de bom e de ruim acontecendo em seu bairro? Por quê?
5. Onde estuda? Há quanto tempo estuda nesta escola? Você tem amigos na escola que estuda?
6. Você considera a escola também como um espaço de lazer, de diversão?
7. Onde você estuda tem mais jovens que participam/participaram deste projeto?

- Sobre o jovem e o Programa “Jovens pela Paz”:

8. Como você começou a participar? O que precisou fazer? Quando começou?
9. Como você entende o programa? Quais são os objetivos do programa?
10. Apresente pra mim as mudanças que você teve depois que começou a participar deste projeto? O que percebeu? Você sentiu que algo mudou? O que?
11. Você já levou algum outro jovem para também participar deste projeto? Pretende continuar?
12. O que é ser jovem para você antes de participar do programa e hoje? Tem diferença?
13. Como você vê o seu futuro?

- Qual jovem busca integrar no programa?

14. Nome. Idade. Onde mora? Com quem? Há quanto tempo?
15. Trabalha? Onde você trabalha tem mais jovens que participam/participaram deste projeto?
16. Você gostaria de falar algo que não foi perguntado?

- Sobre os espaços públicos:

17. Quais lugares você frequenta na cidade?

18. Você frequenta a Praça São Salvador? O Jardim São Benedito e o Shopping Boulevard? Quando? Como? Por quê?

PERFIL BÁSICO DOS INTERLOCUTORES

Nome (Fictício)	Idade	Polo	Colaboração/onde mora
1. Cassia (itinerário)	20 anos	Tira Gosto	Jovem que mora na Portelinha, localizada na Favela Matadouro.
2. Paula	22 anos	Tia Gosto	Jovem que mora próxima a Favela Tira Gosto.
3. Breno (itinerário)	21 anos	Tira Gosto	Jovem que morava na Favela Tira Gosto.
4. Kevin	19 anos	Tira Gosto	Jovem que mora na Favela Tira Gosto.
5. Welder	20 anos	Baleeira	Jovem que mora no bairro da Pecuária.
6. Victória	20 anos	Baleeira	Jovem que mora próximo no bairro da Pecuária.
7. Lucas	20 anos	Baleeira	Jovem que mora próximo à Favela Baleeira.
8. Ítalo	22 anos	Baleeira	Jovem que mora no bairro do Caju.
9. Rodrigo (itinerário)	24 anos	Baleeira	Jovem que mora na Favela Tamarindo.
10. Juliana (itinerário)	22 anos	Santa Rosa	Jovem que mora no bairro de Santa Rosa.
11. João Vítor	19 anos	Santa Rosa	Jovem que mora no bairro de Santa Rosa.

12. Jeane	21 anos	Novo Eldorado	Jovem que mora no bairro Eldorado.
13. Luciano (itinerário)	20 anos	Novo Eldorado	Jovem que mora no bairro Parque Eldorado.
14. Lídia	20 anos	Novo Eldorado	Jovem que mora no bairro Jardim Ceasa.
15. Bruna	19 anos	Esplanada	Jovem que mora no bairro da Pecuária.
16. Karol (itinerário)	20 anos	Novo Jockey	Jovem que mora no bairro Jardim Carioca, em Guarus.
17. Gabriela	20 anos	Parque Prazeres	Jovem que mora no bairro Parque Prazeres.
18. Renata (itinerário)	22 anos	Aldeia	Jovem que mora no bairro Parque da Aldeia.
19. Letícia	22 anos	Aldeia	Jovem que mora no bairro Parque da Aldeia.
20. Nádia (itinerário)	20 anos	Penha	Jovem que mora no bairro da Penha.
21. Luan	20 anos	Goytacazes	Jovem que mora no bairro de Goitacazes.
22. Carla (itinerário)	21 anos	Goytacazes	Jovem que mora no bairro de Goitacazes.
23. Pedro	20 anos	Chatuba	Jovem que mora no bairro Parque Aurora.
24. Wellington	21 anos	Tapera	Jovem que mora no bairro da Tapera.
25. Laiany (itinerário)	20 anos	Travessão	Jovem que mora no bairro

			Travessão.
26. Letícia	20 anos	Travessão	Jovem que mora no bairro Travessão.
27. Tamillys Lírio	26 anos	Coordenação	Presidente da ONG NBR. (2014 – 2018)
28. Lebron Víctor	29 anos	Coordenação	Fundador da ONG NBR / Diretor Administrativo do JPP.

Anexos

A)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1030/2005

EMENTA:

CRIA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM O FIM INVESTIGAR O USO POLÍTICO DO PROJETO JOVENS PELA PAZ.

Autor(es): Deputado ALESSANDRO MOLON

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criada Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para investigar o uso político do projeto de Paz Social do Governo do Estado do Rio de Janeiro, conhecido como "PROJETO JOVENS PELA PAZ".

Art. 2º - A Comissão Parlamentar de Inquérito ora instituída será composta de cinco membros e terá prazo de noventa dias para a conclusão de seus trabalhos, prorrogáveis por mais sessenta dias, na forma do disposto no § 6º, do art. 30, do Regimento Interno.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 24 de maio de 2005.

Deputado **Alessandro Molon**

JUSTIFICATIVA

Ensina a Constituição da República, no art. 175, que incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, e mediante licitação, a prestação de serviços públicos. Não é, todavia, o que ocorre no âmbito do Executivo do Estado do Rio de Janeiro, onde impera a terceirização dos serviços essenciais e típicos da administração pública, a contratação de pessoal sem qualquer critério e sua utilização para fins diversos do serviço público – seja

partidário, seja em benefício pessoal de determinadas autoridades.

Tal foi o que aconteceu na madrugada deste dia 24 de maio, quando, conforme reportagem veiculada pela Rádio CBN, integrantes do programa **Jovens pela Paz**, do Governo do Estado, utilizando uma viatura utilizada pelo Estado no referido programa, foram flagrados pichando muros da capital.

Ainda segundo a reportagem, além de no veículo haver vasto material pertencente ao PMDB, um dos rapazes flagrados estaria portando um crachá do **Jovens pela Paz** e teria confessado que obteve dois dias de licença em troca do “trabalho” realizado.

O fato se torna mais grave na medida em que não é a primeira ocorrência envolvendo integrantes do programa **Jovens pela Paz**. Em 1º de agosto de 2004, o **Jornal do Brasil**, em reportagem sob o título “**Política com dinheiro público**” e subtítulo “**Família Garotinho usa programa social do Estado para formar cabos eleitorais que ajudam candidatos do PMDB**”, relatou a forma equivocada e pouco convencional como o governo atual administra o Estado do Rio de Janeiro.

Segundo a matéria, assinada pelo jornalista **Ruy Sampaio**, “um programa social do governo do Estado que deveria ser usado para levar entretenimento aos moradores de comunidades carentes foi desvirtuado e usado politicamente pelo PMDB”. Referia-se ao **Jovens pela Paz**, um programa de governo que, conforme relatava o repórter, contava, à época, com 12 mil adolescentes cadastrados. E registrou, então, o repórter que **CLARISSA MATHEUS**, filha da Governadora **ROSANGELA ROSINHA GAROTINHO MATHEUS DE OLIVEIRA** e do Secretário de Segurança **GAROTINHO** era “a responsável pelo aliciamento de jovens para participarem de campanhas eleitorais”, ou seja pelo recrutamento e treinamento, com dinheiro público, do Estado do Rio de Janeiro, de participantes “para atuarem como cabos eleitorais nas eleições”.

Também o jornal **O Globo**, de 11/03/2004, na reportagem “**Jovens pela Paz abrem guerra ao projeto**”, fez um registro bastante ilustrativo sobre o comportamento e os objetivos da governante do Estado:

“Uma manifestação em defesa da construção da refinaria no Rio e contra o projeto da Petrobras de construção do oleoduto para São Paulo acabou em tumulto e pancadaria ontem, nas portas da Assembléia Legislativa do Rio (Alerj). A segurança da casa precisou fechar todas as entradas do Palácio Tiradentes para impedir que um grupo de cerca de 300 jovens, entre os quais Clarissa Matheus, filha da governadora, invadissem o local, onde ocorria a audiência pública sobre o oleoduto. (...).

“O ato reuniu jovens cadastrados em projetos sociais bancados pelo estado, como “Jovens pela Paz”, do qual Clarissa faz parte


Vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública, o **Projeto de Paz Social**, ou **Projeto Jovens pela Paz**, nome pelo qual é divulgado e conhecido, teve, inicialmente, dotação orçamentária de R\$ 15.660.139,00 (quinze milhões seiscentos e sessenta mil cento e trinta e nove reais), recebendo, ainda no 1º semestre do de 2004, um incremento de R\$ 15.099.380,00 (quinze milhões noventa e nove mil trezentos e oitenta reais), praticamente dobrando a dotação inicial, que passou a R\$ 30.659.519,00 (trinta milhões seiscentos e cinquenta e nove mil quinhentos e

dezenove reais).

Não é lícito nem ético, nem legal, que o Estado empenhe verba de tal monta para custear programas sem qualquer interesse social, mas de alto interesse pessoal de autoridades, como se viu nos casos narrados nas matérias de 2004 e na reportagem veiculada, na manhã desta data, pela Rádio CBN. Tais fatos são forte indício de falta de probidade administrativa, vez que, utilizando-se de programas, em tese meritórios, o governo do Estado desvia de função os integrantes do **Jovens pela Paz** para tarefas de interesse pessoal e, no caso recente, poluidoras do ambiente.


Tais fatos, em si, justificam a instituição de uma comissão Parlamentar de Inquérito.

D)

	ANAMNESE PSICOLÓGICA ARQUIVAMENTO INDIVIDUAL PROGRAMA JOVENS PELA PAZ 2015		
QUESTÕES PESSOAIS			
NOME	NOME POLO	N° INSCRIÇÃO	-
APELIDO	ORIGEM DO APELIDO		
COMO VOCÊ SE CONSIDERA? <small>assinatar com X as opções</small> <input type="checkbox"/> Triste <input type="checkbox"/> Alegre <input type="checkbox"/> Agitado <input type="checkbox"/> Calmo <input type="checkbox"/> Ansioso <input type="checkbox"/> Paciente <input type="checkbox"/> Obediente <input type="checkbox"/> Teimoso O que mais?	COMO VOCÊ AVALIA SUAS REAÇÕES DIANTE DE FRUSTRAÇÕES/PROBLEMAS? <small>assinatar com X</small> <input type="checkbox"/> Não Lida Bem <input type="checkbox"/> Lida Bem <input type="checkbox"/> Depende Quer falar sobre?	SABE SE POSSUI ALGUM TRANSTORNO PSIQUIÁTRICO? <small>assinatar com X</small> <input type="checkbox"/> Depressão <input type="checkbox"/> Distur. Apetite <input type="checkbox"/> Síndr. do Pânico <input type="checkbox"/> Distur. Aprendizagem <input type="checkbox"/> T.O.C. <input type="checkbox"/> Distur. Sono <input type="checkbox"/> Transt. Ansiedade <input type="checkbox"/> Ideação Suicida Outros: <input type="checkbox"/> N/A	
POSSUI ALGUM PROBLEMA DE SAÚDE? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Qual/Quais?	
FAZ USO DE MEDICAÇÃO ESPECIAL OU CONTÍNUA? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Qual/Quais?	
FAZ OU JÁ FEZ USO DESTAS SUBSTÂNCIAS? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Cigarro <input type="checkbox"/> Alcool <input type="checkbox"/> Drogas	Qual/Quais?	Frequência?
TEM OU JÁ TEVE ALGUM PROBLEMA COM: <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Cigarro <input type="checkbox"/> Alcool <input type="checkbox"/> Drogas <input type="checkbox"/> Crime	Outro	<input type="checkbox"/> Nunca
JÁ RECEBEU ALGUMA ORIENTAÇÃO SEXUAL? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Onde?	De quem?
POSSUI VIDA SEXUAL ATIVA? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Desde da primeira vez?	FAZ USO DE CONTRACEPTIVOS? <small>assinatar com X</small>
VOCÊ FAZ PLANOS PARA O SEU FUTURO? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	SUA FAMÍLIA COSTUMA TE APOIAR? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
QUESTÕES SOCIAIS			
TEM PROBLEMAS DE ADAPTAÇÃO SOCIAL? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Comente	
POSSUI MUITOS AMIGOS? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Muitos! <input type="checkbox"/> Poucos! <input type="checkbox"/> Nenhum!	ONDE SE CONCENTRA A MAIOR PARTE DO SEU CICLO DE AMIZADE?	
PREFERE LIDERAR REALIZAÇÃO DE TAREFAS OU SER LIDERADO? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Liderar <input type="checkbox"/> Ser Liderado <input type="checkbox"/> Depende	Por quê?	
COMO PREFERE REALIZAR TRABALHOS E TAREFAS? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Sozinho <input type="checkbox"/> Em Grupos <input type="checkbox"/> Depende	Por quê?	
JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Abandono <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Psicológica <input type="checkbox"/> Sexual <input type="checkbox"/> Verbal	Outras: <input type="checkbox"/> Nenhuma	
BULLYING: VOCÊ JÁ SOFREU? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Nunca Sofri! <input type="checkbox"/> Sim, Já Sofri!	Onde?	De quem/Sabe o motivo?
BULLYING: VOCÊ JÁ PRATICOU OU PRÁTICA COM ALGUÉM? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Nunca! <input type="checkbox"/> Sim, Já Pratiquei! <input type="checkbox"/> Sim, Pratico!	Com quem/Por quê?	
QUESTÕES FAMILIARES			
VOCÊ PARTICIPA DAS DECISÕES DA SUA FAMÍLIA? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Sempre! <input type="checkbox"/> As Vezes! <input type="checkbox"/> Nunca!	COMO VOCÊ DESCREVERIA SUA FAMÍLIA? <small>em apenas um adjetivo</small>	
ESTRUTURA FAMILIAR (PAIS/RESPONSÁVEIS) <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Solteiros(as) <input type="checkbox"/> Casados <input type="checkbox"/> Separados <input type="checkbox"/> Divorciados <input type="checkbox"/> Viúvos(as)	Outra	
QUEM É SUA MAIOR REFERÊNCIA FAMILIAR?	Por quê?		
SABE SE SUA FAMÍLIA ESTA PASSANDO POR ALGUM PROBLEMA OU CONFLITO? <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Qual/Quais?	
EM SUA FAMÍLIA POSSUI CASOS DE ALGUM PROBLEMA COM ALGUMA DESTAS COISAS? <small>assinatar com X as opções</small>			
<input type="checkbox"/> Alcool	<input type="checkbox"/> Drogas	<input type="checkbox"/> Psiquiátricos	<input type="checkbox"/> Cigarros <input type="checkbox"/> Medic. Controlada <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Envolv. Crime
CONCLUSÃO DA ANAMNESE PSICOLÓGICA			
ESCALA DE PONTUAÇÃO DE AVALIAÇÃO SOBRE ANAMNESE DO CANDIDATO <small>assinatar com X</small>	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9 <input type="checkbox"/> 10		
OBSERVAÇÕES			
ASSINATURA DA PSICÓLOGA RESPONSÁVEL PELO PARECER			

Campos dos Goytacazes, de de 20 15

F)

	MAPEAMENTO PEDAGÓGICO 2/3 PROGRAMA JOVENS PELA PAZ 2015	Número Inscrição/Polo
SOBRE ESTUDO E QUALIFICAÇÃO		
NOME DA ESCOLA/INSTITUIÇÃO DE ENSINO OU SIMILAR _____		
TIPO DA ESCOLA/INSTITUIÇÃO DE ENSINO OU SIMILAR	<input type="checkbox"/> P. Municipal <input type="checkbox"/> P. Estadual <input type="checkbox"/> P. Federal <input type="checkbox"/> Particular <input type="checkbox"/> Bolsa 100% <input type="checkbox"/> Bolsista Parcial <input type="checkbox"/> % <input type="checkbox"/> Sem Bolsa	Outro _____
TIPO DE ENSINO QUE ESTÁ CURSANDO		
<input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Supletivo <input type="checkbox"/> EJA <input type="checkbox"/> EaD <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Outro _____		
NÍVEL(S) QUE ESTÁ CURSANDO <small>assinalar com X as(s) opção(ões)</small>		
<input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Técnico/Profissionalizante <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Outro _____		
TURNO <small>assinalar com X</small> <input type="checkbox"/> Manhã <input type="checkbox"/> Tarde <input type="checkbox"/> Noite	ANO ESCOLAR/PERÍODO/SEMESTRE/MÓDULO/ETC. _____	
JÁ REPETIU ANO ALGUMA VEZ? <small>assinalar com X</small>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim QUANTAS VEZES? _____	EM QUE SÉRIE? _____
FEZ ALGUM CURSO PROFISSIONALIZANTE? <small>assinalar com X</small>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Qual? _____	Em que ano? _____ Onde? _____
QUE CURSO(S) PROFISSIONALIZANTES GOSTARIA DE FAZER? _____		
SOBRE O JOVEM E SUAS HABILIDADES		
TEM DIFICULDADES DE CONCENTRAÇÃO? <small>assinalar com X</small>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	COSTUMA SER ORGANIZADO EM SUAS ATIVIDADES? <small>assinalar com X</small>
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
TEM FACILIDADE DE SE EXPRESSAR E FALAR EM PÚBLICO <small>assinalar com X</small>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	EM SALA DE AULA VOCÊ COSTUMA SER INDISCIPLINADO? <small>assinalar com X</small>
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
FAZ OU JÁ FEZ PARTE DE ALGUM PROJETO ESCOLAR? <small>assinalar com X</small>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Qual? _____ Quando? _____
JÁ SOFREU ALGUM PRECONCEITO OU DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA? <small>assinalar com X</small>	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Qual? _____ Sabe o motivo? _____
COSTUMA FAZER USO DE ALGUM DESTES MEIOS DE CONTATO? <small>assinalar com X as opções</small>	<input type="checkbox"/> E-Mail <input type="checkbox"/> WhatsApp <input type="checkbox"/> Facebook <input type="checkbox"/> Instagram	Outro _____
CULTURA: POSSUI ALGUMA HABILIDADE COM ATIVIDADES LÚDICAS? ALGUM HOBBY? <small>assinalar com X as opções</small>		
<input type="checkbox"/> Canto <input type="checkbox"/> Teatro <input type="checkbox"/> Danças <input type="checkbox"/> Instrumentos Musicais <input type="checkbox"/> Circo Outros/Observações _____		
ESPORTE: POSSUI APTIDÃO PARA ALGUMA MODALIDADE? ALGUMA QUE PRATIQUE FREQUENTEMENTE? <small>assinalar com X as opções</small>		
<input type="checkbox"/> Corrida/Atletismo <input type="checkbox"/> Futebol/Futsal <input type="checkbox"/> Volei <input type="checkbox"/> Basquete Outros/Observações _____		
QUAL(S) DESTA(S) MATÉRIA(S) VOCÊ TEM MAIS DIFICULDADE? <small>assinalar com X as opções</small>		
<input type="checkbox"/> Literatura <input type="checkbox"/> Matemática <input type="checkbox"/> Geografia <input type="checkbox"/> História <input type="checkbox"/> Ed. Física <input type="checkbox"/> Idiomas <input type="checkbox"/> Artes <input type="checkbox"/> Biologia <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Química <input type="checkbox"/> Português		
QUAL(S) DESTA(S) MATÉRIA(S) VOCÊ TEM MAIS FACILIDADE? <small>assinalar com X as opções</small>		
<input type="checkbox"/> Literatura <input type="checkbox"/> Matemática <input type="checkbox"/> Geografia <input type="checkbox"/> História <input type="checkbox"/> Ed. Física <input type="checkbox"/> Idiomas <input type="checkbox"/> Artes <input type="checkbox"/> Biologia <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Química <input type="checkbox"/> Português		
PORTUGUÊS: EM QUAL DESTES CONTEÚDOS VOCÊ ACHA QUE TEM MAIS FACILIDADE? <small>assinalar com X as opções</small>		
<input type="checkbox"/> Gramática <input type="checkbox"/> Ortografia <input type="checkbox"/> Interp.de Texto <input type="checkbox"/> Redação <input type="checkbox"/> N/A		
MATEMÁTICA: EM QUAL DESTES CONTEÚDOS VOCÊ ACHA QUE TEM MAIS FACILIDADE? <small>assinalar com X as opções</small>		
<input type="checkbox"/> Cálculos (Somar, Dividir...) <input type="checkbox"/> Raciocínio (Problemas, etc.) <input type="checkbox"/> N/A		
SOBRE OS PAIS DO JOVEM		
GRAU DE INSTRUÇÃO DO PAI <small>assinalar com X</small>		
<input type="checkbox"/> NÃO SABE <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> E. B. Incompleto <input type="checkbox"/> E. B. Completo <input type="checkbox"/> E. F. Incompleto <input type="checkbox"/> E. F. Completo <input type="checkbox"/> E. M. Incompleto <input type="checkbox"/> E. M. Completo <input type="checkbox"/> Sup. Incompleto <input type="checkbox"/> Sup. Completo		
GRAU DE INSTRUÇÃO DA MÃE <small>assinalar com X</small>		
<input type="checkbox"/> NÃO SABE <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> E. B. Incompleto <input type="checkbox"/> E. B. Completo <input type="checkbox"/> E. F. Incompleto <input type="checkbox"/> E. F. Completo <input type="checkbox"/> E. M. Incompleto <input type="checkbox"/> E. M. Completo <input type="checkbox"/> Sup. Incompleto <input type="checkbox"/> Sup. Completo		
CONCLUSÃO DO MAPEAMENTO PEDAGÓGICO		
ESCALA DE PONTUAÇÃO DE AVALIAÇÃO SOBRE M. PEDAGÓGICO DO CANDIDATO <small>assinalar com X</small>		
<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9 <input type="checkbox"/> 10		
OBSERVAÇÕES		
ASSINATURA DA PEDAGOGA RESPONSÁVEL PELO PARECER		

Campos dos Goytacazes, _____ de _____ de 2015.

G)

	CONCLUSÃO DO ACOLHIMENTO	Número Inscrição/Polo
	3/3	
PROGRAMA JOVENS PELA PAZ 2015		

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CANDIDATO COM BASE NOS CRITÉRIOS LEGAIS ESTABELECIDOS NA LEI MUNICIPAL Nº 8.559/2014 E PROJETO BASE NO PROGRAMA

IDADE O JOVEM ESTÁ COM IDADE ENTRE 16 E 25 ANOS INCOMPLETOS	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	OBSERVAÇÕES 	CADÚNICO O JOVEM ESTÁ INSCRITO NO CADÚNICO	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	OBSERVAÇÕES
MATRÍCULA O JOVEM ESTÁ DEVIDAMENTE MATRICULADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA REGULAR DA REDE PÚBLICA, OU CURSANDO ALGUM OUTRO CURSO, SEJA TÉCNICO, LIVRE OU ESPECIALIZAÇÃO, DENTRO DA REDE PÚBLICA.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<small>POR DISPOSIÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 8.560/2014 EXARO PARECER NO SENTIDO DE NÃO SER IMPEDIMENTO O CANDIDATO SER ALUNO REGULAR EM INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE ENSINO, DESDE QUE COMPROVADO DOCUMENTALMENTE SUA CONDIÇÃO BOLSISTA INTEGRAL OU CUJO PERCENTUAL INTEGRALIZE QUASE A TOTALIDADE DO VALOR DA MENSALIDADE. SENDO CERTO, AINDA, QUE SE FARÁ NECESSÁRIO PARA INGRESSO AO PROGRAMA ESTAR REGULARMENTE INSCRITO E CURSANDO ALGUM OUTRO CURSO, SEJA TÉCNICO, LIVRE OU DE ESPECIALIZAÇÃO NA REDE PÚBLICA.</small>		OBSERVAÇÕES 	

DESEMPENHO DO CANDIDATO NO PROCESSO SELETIVO

CONCEITO OBTIDO NA PRIMEIRA ETAPA DE SELEÇÃO (REDAÇÃO)		PONTUAÇÃO DA ANAMNESE PSICOLÓGICA	
PONTUAÇÃO DA ABORDAGEM SOCIAL INICIAL		PONTUAÇÃO DO MAPEAMENTO PEDAGÓGICO	

PONTUAÇÃO EXTRA: HISTÓRICO OU BOLETIM

O JOVEM APRESENTOU BOLETIM E/OU HISTÓRICO ESCOLAR REFERENTES AO SEU ÚLTIMO ANO LETIVO DA EDUCAÇÃO BÁSICA REGULAR? Não Sim assinalar com X

SE O JOVEM APRESENTOU BOLETIM E/OU HISTÓRICO, APÓS ANÁLISE DE SUAS NOTAS/MÉDIAS EM PORTUGUÊS E MATEMÁTICA (MATÉRIAS MAIS BÁSICAS DO ENSINO REGULAR), QUAL DESTES QUADROS E, CONSEQUENTEMENTE, QUAL DESTAS PONTUAÇÕES ADICIONAIS, MELHOR SE APLICA AOS RESULTADOS ENCONTRADOS? assinalar com X

- VALORES ENCONTRADOS (MÉDIA ENTRE MATEMÁTICA E PORTUGUÊS) ENTRE 0,0 E 5,9 = 1 PT ADICIONAL PARA O CANDIDATO NO PROCESSO SELETIVO JPP
- VALORES ENCONTRADOS (MÉDIA ENTRE MATEMÁTICA E PORTUGUÊS) ENTRE 6,0 E 6,9 = 2 PTS ADICIONAIS PARA O CANDIDATO NO PROCESSO SELETIVO JPP
- VALORES ENCONTRADOS (MÉDIA ENTRE MATEMÁTICA E PORTUGUÊS) ENTRE 7,0 E 7,9 = 3 PTS ADICIONAIS PARA O CANDIDATO NO PROCESSO SELETIVO JPP
- VALORES ENCONTRADOS (MÉDIA ENTRE MATEMÁTICA E PORTUGUÊS) ENTRE 8,0 E 8,9 = 4 PTS ADICIONAIS PARA O CANDIDATO NO PROCESSO SELETIVO JPP
- VALORES ENCONTRADOS (MÉDIA ENTRE MATEMÁTICA E PORTUGUÊS) ENTRE 9,0 E 10,0 = 5 PTS ADICIONAIS PARA O CANDIDATO NO PROCESSO SELETIVO JPP

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CANDIDATO

AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO DURANTE ACOLHIMENTO assinalar com X 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

CONSIDERAÇÕES GERAIS	Observações/Considerações
-----------------------------	---------------------------

CONCLUSÃO DO ACOLHIMENTO

NOTA FINAL DE AVALIAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO TÉCNICO DO CANDIDATO assinalar com X 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

ASSINATURA DOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELO PARECER FINAL	PSICÓLOGO	_____
	ASS. SOCIAL	_____
	PEDAGOGO	_____

OBSERVAÇÕES FINAIS

Campos dos Goytacazes, _____ de _____ de 2015